



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(UNIRIO)

JULIANA DE MORAES PRATA

JUVENTUDE COMO POSIÇÃO INTERSECCIONAL: escola e trabalho no caso
Brasil da pesquisa ibero-americana com jovens

RIO DE JANEIRO
2023



JULIANA DE MORAES PRATA

JUVENTUDE COMO POSIÇÃO INTERSECCIONAL: escola e trabalho no caso
Brasil da pesquisa ibero-americana com jovens

Tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Peregrino

Rio de Janeiro

2023

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

P912 Prata, Juliana de Moraes
Juventude como posição interseccional: escola e trabalho no caso Brasil da pesquisa ibero-americana com jovens / Juliana de Moraes Prata. -- Rio de Janeiro, 2023.
251

Orientadora: Mônica Peregrino.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Juventude. 2. Posição social. 3. Transição Escola-Trabalho . 4. Survey. 5. Desigualdades sociais. I. Peregrino, Mônica, orient. II. Título.

JULIANA DE MORAES PRATA

**JUVENTUDE COMO POSIÇÃO INTERSECCIONAL: escola e trabalho no caso
Brasil da pesquisa ibero-americana com jovens**

Tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Educação.

Aprovada em 07/08/2023.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Mônica Peregrino (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Profa. Dra. Eliane Ribeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Profa. Dra. Regina Novaes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Elmir de Almeida
Universidade de São Paulo – USP

Profa. Dra. Lidiana de Moraes
Vanderbilt University – VU

Profa. Dra. Kimi Tomizaki
Universidade de São Paulo - USP

Dedico a tese a Davi, meu amado filho. Ao meu marido Gustavo e a todos que chegaram antes de mim para que eu pudesse aqui estar, especialmente meus pais Nilton e Maria e meus avós, José Alexandre e Ivanisia. Dedico à promessa que um dia eu recebi.

AGRADECIMENTOS

É com imensa gratidão que reconheço o quanto essa jornada da tese foi importante. Completei a travessia. Agradeço a todos que me apoiaram nessa investida de vida que atravessou até uma pandemia.

Em primeiro lugar, expresso minha profunda gratidão a Deus, cuja luz iluminou a trilha que eu segui na construção do caso e na força para não desistir. A Ele, agradeço por me sustentar na esperança da promessa que um dia recebi de estar exatamente onde estou agora. Eu acreditei. Eu acredito.

Aos meus amados pais, Nilton e Maria e meus queridos avós, José Alexandre e Ivanisia, sou imensamente grata. Tudo o que vocês me deram foi mais que suficiente. Obrigada por acreditarem em mim desde que aqui cheguei. Essa conquista é nossa. Honro a vocês por isso.

As minhas amigas Amanda, Jamile, Aliria e Raquel, agradeço todo apoio e impulso desde a escola. Vocês são as melhores amigas que alguém poderia ter. A Aline, agradeço de maneira profunda, todo apoio de amiga da vida adulta e de parceira acadêmica até minutos antes da última orientação. A Juliana Godoi o meu obrigada pelo apoio na construção da narrativa de apresentação. Sou muito grata a Vinicius, meu primo, por tantas histórias e ideias. O meu muito obrigada a Edymara que trabalhou comigo no meu caminho para caber mais, para caber essa tese.

Ao Departamento de Ensino Fundamental, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a direção do Cap Uerj que se mobilizaram para que essa porta fosse aberta para mim, quero expressar minha gratidão pela oportunidade de aprendizado e crescimento oferecida durante os doze meses que estive de licença de aperfeiçoamento. Eu não conseguiria a profundidade do que atingi sem essa oportunidade de dedicação

Márcia Santos, Monica Almeida, Andrea Fernandes e Bárbara Brum que trabalharam por meses no meu lugar até que chegasse um professor substituto. Eu tenho dificuldades de encontrar as palavras para tamanha gratidão. Que generosidade. Espero que esse trabalho esteja à altura de tanto investimento depositado em mim.

Márcia, Babi, Patrícia, Maíra, Carla, Ana Lúcia, Juliana Godoi, Camila, Mariana e Luís que me apoiaram demais nessa jornada. Também agradeço a Crizan e Carol que me apontaram caminhos e apoio.

À minha querida orientadora, Mônica Peregrino, que vai muito além do papel de guia, que é uma mentora para mim. Respeito, empenho e incentivo foram as palavras que mais refletem o processo de orientação desses anos todos desde o mestrado.

À minha banca preliminar, professoras Kimi e Regina: que processo, muitas contribuições e só me resta agradecer pelas valiosas análises. Agradeço na mesma medida à banca final, pela leitura atenta e pontuações importantes. Professoras Lidiana, Eliane, Kimi e Regina e professor Elmir, muito obrigada! Espero ter honrado o tempo de vocês.

Quero agradecer a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a Unirio, por todo suporte. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação, seus docentes e técnicos. E ao grupo de pesquisa Juventude, Escola, Trabalho e Território, o JETT.

Agradeço a todos os meus estudantes ao longo desses 21 anos de docência no serviço público e ao projeto Sua Vida Acadêmica. O meu muito obrigada se estende aos meus colegas de trabalho.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu marido Gustavo por ser, além de parceiro de uma vida, meu assistente de pesquisa e devotado leitor, obrigada meu amor. E agradeço ao meu amado filho Davi que é o sentido de eu continuar estudando as desigualdades sociais. Te amo, meu querido. Obrigada por desenhar os gráficos no seu bloco de desenho, me ajudou demais.

PRATA, Juliana de Moraes. **Juventude como Posição Interseccional**: escola e trabalho no caso Brasil da pesquisa ibero-americana com jovens. 2023. 251f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

RESUMO

Este trabalho discute a aplicação da ferramenta juventude como posição interseccional (JPI), no caso Brasil da pesquisa Juventudes na Ibero-américa nos eixos escola e trabalho. A pergunta de pesquisa é: de que formas tomar a juventude como posição interseccional nos ajuda a estabelecer e compreender relações entre os campos da educação e do trabalho, a partir da pesquisa ibero-americana com jovens no caso Brasil? Entendemos aqui que o segmento populacional juventude, marcado pela faixa de 15 a 29 anos, é uma categoria social de análise, pois trata de sujeitos que estão dispostos em diferentes classes sociais, raças e gênero. Por isso, pode-se pensar que a juventude é um mirante de observação das relações de escola e trabalho para diferentes grupos. Através do exercício experimental, intenciona-se contribuir com a análise das posições sociais no espaço social, construindo um estudo sobre a reprodução social no caso brasileiro, a partir da pesquisa conduzida pela Fundação Santa Maria. Por se tratar de uma pesquisa quantitativa com aspectos qualitativos, trabalharemos com a metodologia da abordagem bourdieusiana de Análise de Correspondência Múltipla (ACM) e dos estudos interseccionais de relações de raça, classe e sexo na construção das evidências acerca de escola e trabalho no caso Brasil. Os resultados demonstram que na aplicação da ferramenta juventude como posição interseccional (JPI), construímos 72 conjuntos que chamamos de indivíduos epistêmicos, como em Bourdieu, e trabalhamos com 14 desses para verificar efeito idade, classe, raça e sexo nas variações de ocupação e engajamento. Vimos que as variações ocorrem apenas entre mulheres e revelam questões ajudam no entendimento e promoção de políticas públicas localizadas para a juventude, sendo as jovens que não estudavam e trabalhavam, as mais pobres, pretas e entre 21 e 24 anos e as que combinavam estudo e trabalho, as mais ricas, brancas de mesma faixa de idade, mostrando um fenômeno de espelhamento entre dois grupos em disposição oposta no espaço social. Contudo, vimos que esse espelho era o espectro de um mesmo fenômeno: estudar e trabalhar tem efeitos diferentes para mais ricas e mais pobres. Buscando uma generalização do caso, verificamos uma limitação apenas aos países latino-americanos pelo contexto de desigualdades sociais. Uma das contribuições propostas é a operação da faixa de idade como ordenador de outras relações sociais, pois um estudo sobre a juventude de países ibero-americanos é, em sentido amplo, uma projeção do horizonte de futuro de uma nação.

Palavras-chave: Juventude. Posição social. Transição Escola-Trabalho. *Survey*. Desigualdades sociais.

PRATA. Juliana de Moraes. **Youth as an Intersecting Position**: education and labor in the Brazilian case of Ibero-American research with youth. 2023. 251f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ABSTRACT

This study discusses the application of Youth as an Intersectional Position (YIP) framework in the Brazilian context in the research project "Youth in Ibero-America in the School to Work Transition". The research question is: How does taking youth as an intersectional position help us establish and understand the relationships between the fields of education and work, based on Ibero-American research with young people in the case of Brazil? Here, we understand the young population, aged 15 to 29, as a social category of analysis, encompassing individuals from different social classes, races, and gender performances. Therefore, youth can be seen as an observation point for the relationships between school and work for different groups. Through an experimental research exercise, the intention is to contribute to the analysis of social positions in the social space, constructing a study on social reproduction in the Brazilian case. Given that this is a quantitative research with qualitative aspects, we will work with the Bourdieusian methodology of Multiple Correspondence Analysis (MCA) and intersectional studies of race, class, and gender relations in building evidence regarding school and work in Brazil. The results demonstrate that by applying the Youth as an Intersectional Position (YIP) framework, we have constructed 72 sets referred to as epistemic individuals, as in Bourdieu, and we have worked with 14 of these sets to examine the effects of age, class, race, and gender on variations in occupation and engagement. These variations occur only among women and reveal issues that contribute to understanding and promoting localized public policies dedicated to youth. The findings indicate that young women who neither studied nor worked are the poorest, black, between 21 and 24 years old, while those who combined study and work are the wealthiest, white, within the same age group. Such results reflect a phenomenon of evidence mirroring between two groups positioned oppositely in the social space. However, the generalization of the Brazilian case is limited only to Latin American countries due to the context of social inequalities. One of the main contributions proposed here is the operationalization of age as an organizer of other social relations considering that a study on youth in Ibero-American countries projects the future horizon of a nation broadly.

Keywords: Youth. Social Position. School-to-Work Transition. Survey. Social Inequalities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema da estrutura da tese	27
Figura 2 – Mapa mundi com destaque para países da pesquisa	31
Figura 3 – Esquema teórico da posição social	44
Figura 4 – Diagrama de Posição, Condição e Situação	49
Figura 5 – Planificação de mudanças de faixas de idade no espaço social	52
Figura 6 – “Não estudo e nem trabalho nos países da pesquisa”	69
Figura 7 – Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não estavam ocupados, segundo as Unidades da Federação – 2019.....	72
Figura 8 – Distribuição de variações de ocupação.....	90
Figura 9 – Ancoragem nas faixas de idade	91
Figura 10 – Propriedades da posição.....	136
Figura 11 – <i>Standpoint</i> de menor escala de vínculo de escola e trabalho no Brasil.....	143
Figura 12 – Diagrama de seleção dos grupos para verificação de efeitos	178
Figura 13 – Efeito idade entre mulheres pretas de classe baixa	180
Figura 14 – Efeito raça- geral.....	181
Figura 15 – Efeito raça entre mulheres pretas e mulheres brancas, classe baixa, 21 a 24 anos	182
Figura 16 – Efeito raça entre mulheres pretas, pardas e brancas.....	183
Figura 17 – Efeito raça e classe entre mulheres de 21 a 24 anos.....	183
Figura 18 – Efeito sexo- geral	184
Figura 19 – Efeito sexo entre homens pretos e mulheres pretas	185
Figura 20 – Efeito sexo entre homens brancos e mulheres brancas.....	185
Figura 21 – Efeito classe social- geral.....	186
Figura 22 – Efeito classe entre mulheres pretas	187
Figura 23 – Diagrama de localização da variação de ocupações entre mulheres... ..	190
Figura 24 – Diagrama de localização da variação de ocupações entre mulheres, por tipo de ocupação	192
Figura 25 – Representação do processo de análise da TET	203

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Posições dos países, segundo IDH 2023	37
Gráfico 2 – Posição dos países nas categorias de ocupação	39
Gráfico 3 – Posição dos países nas categorias de ocupação com combinação	39
Gráfico 4 – Disposição dos países na categoria “só estudo”	45
Gráfico 5 – Disposição dos países na categoria “só trabalho”	46
Gráfico 6 – Disposição dos países na categoria “faço tarefas domésticas/sou dono(a) de casa”	46
Gráfico 7 – Disposição dos países na categoria “Não estudo e nem trabalho”	46
Gráfico 8 – “Só estudo”, por países, Brasil e Espanha.....	48
Gráfico 9 – “Não estudo e nem trabalho”, por países, Brasil e Espanha.....	50
Gráfico 10 – “Só estudo” distribuição por países	53
Gráfico 11 – Ocupação principal de jovens no México de 15 a 29 anos	54
Gráfico 12 – Ocupação principal de jovens mexicanos, por sexo e idade	55
Gráfico 13 – “Trabalho” – distribuição por países.....	61
Gráfico 14 – Colômbia- Principal ocupação por habitat, GSE e condição de vítima .	62
Gráfico 15 – Ocupação dos jovens colombianos e tipos de emprego.....	62
Gráfico 16 – Nível de estudos concluídos pelos jovens espanhóis	65
Gráfico 17 – “Faço tarefas de casa, sou dono(a) de casa” – distribuição por países	66
Gráfico 18 – “Não estudo e nem trabalho” – distribuição por países.....	69
Gráfico 19 – Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não estavam ocupados, por sexo e cor ou raça, segundo os grupos de idade - Brasil - 2019	74
Gráfico 20 – Variações de ocupação em área nos países	77
Gráfico 21 – Variações de ocupação no conjunto da amostra	78
Gráfico 22 – Por que você parou de estudar? Por países.....	80
Gráfico 23 – Por que você parou de estudar? Combinado e por países	81
Gráfico 24 – Por que você continua estudando? Por países	83
Gráfico 25 – Distribuição da população por sexo no Brasil	96
Gráfico 26 – Distribuição da população por raça.....	97
Gráfico 27 – Distribuição da população segundo nível educacional	99
Gráfico 28 – Distribuição da população segundo Trabalho	101
Gráfico 29 – Distribuição da população segundo Grupo Socioeconômico	102

Gráfico 30 – Atividade principal – geral.....	104
Gráfico 31 – Ocupação: dados desagregados por sexo- mulheres X homens	106
Gráfico 32 – Evolução de ocupação desagregado por faixas etárias- faixa 1- 15 a 17 anos	108
Gráfico 33 – Evolução de ocupação desagregado por faixas etárias- faixa 2- 18 a 20 anos	108
Gráfico 34 – Evolução de ocupação desagregado por faixas etárias- faixa 3- 21 a 24 anos	109
Gráfico 35 – Evolução de ocupação desagregado por faixas etárias- faixa 4- 25 a 29 anos	109
Gráfico 36 – Estudo e trabalho: evolução nas faixas etárias em comparação	110
Gráfico 37 – Variação das ocupações por faixa de idade	112
Gráfico 38 – Parou de estudar e continua estudando por faixa de idade	115
Gráfico 39 – Parou de estudar e continua estudando pelas faixas de idade.....	115
Gráfico 40 – Parou de estudar e continua estudando por nível escolar	116
Gráfico 41 – Parou de estudar e continua estudando por ocupação.....	116
Gráfico 42 – Por que parou de estudar, por motivação	117
Gráfico 43 – Por que continua estudando, por motivação.....	117
Gráfico 44 – Ancoragem nas faixas de idade.....	119
Gráfico 45 – Ancoragem nos coortes de idade	122
Gráfico 46 – Ancoragem nos coortes de idade- 15 a 17	122
Gráfico 47 – Ancoragem nos coortes de idade- 25 a 29	123
Gráfico 48 – Ancoragem nos coortes de idade- 18 a 20 e 21 a 24	123
Gráfico 49 – Ancoragem nas faixas de idade- cuidados	124
Gráfico 50 – Evolução nas faixas de idade	125
Gráfico 51 – Ocupação principal por grupo socioeconômico	134
Gráfico 52 – Parou de estudar e continua estudando por coorte	138
Gráfico 53 – Universo de temáticas dos trabalhos localizados	153
Gráfico 54 – Variação de ocupações na pesquisa	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Qual é a sua principal ocupação atualmente? - Panorama dos países da pesquisa	38
Tabela 2 – Maior e menor concentração de variação de ocupação	40
Tabela 3 – Ocupação principal segundo nível de estudos e GSE na Espanha	64
Tabela 4 – Tipos, formas e variação de engajamento nos países da amostra, com destaque Brasil.....	92
Tabela 5 – Indicadores de engajamento por porcentagem na série.....	114
Tabela 6 – Tipos de trabalho e quantidade localizada	152
Tabela 7 – Área de conhecimento e número de trabalhos por área de conhecimento	152
Tabela 8 – Sub-categorias temáticas e número de trabalhos	154
Tabela 9 – Sub-categorias e número de trabalhos na base ERIC	157
Tabela 10 – Variação de ocupações entre mulheres	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
AC	Análise de Correspondência
ACM	Análise de Correspondência Múltipla
ALAST	Associação Latino-americana de Estudos do Trabalho
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Conjuve	Conselho Nacional de Juventude
CV	Condição de Vítima
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
ENAJ	<i>Encuestas Nacionales de Adolescencia y Juventud</i>
ERIC	<i>Education Resources Information Center</i>
ES	Ensino Superior
GSE	Grupos Socioeconômicos
I.E.	Indivíduo Epistêmico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFCS-UFRJ	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro
IPEA	Instituto de Pesquisa e Planejamento Econômico
JETT	Grupo de pesquisa Juventude, Escola, Trabalho e Território
JPI	Juventude como Posição Interseccional
K	Capital
LGBTQIAP+	Pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.
MNU	Movimento Negro Unificado
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OJI	Observatório da Juventude Ibero-americana
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
Projovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Prouni	Programa Universidade para Todos

Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEP	Secretaría de Educación Pública (México)
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SM	Santa Maria (<i>Fundación Santa María</i>)
SNJ/SG/PR	Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Science</i>
TET	Transição Escola-Trabalho
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	HIPÓTESES	20
1.2	OBJETIVOS.....	22
1.3	JUSTIFICATIVA.....	22
1.4	METODOLOGIA	23
2	CONSTRUINDO O PROBLEMA: O CASO DA PESQUISA IBERO-AMERICANA	30
2.1	CONSTRUINDO O PROBLEMA: A PESQUISA IBERO-AMERICANA COM JOVENS	32
2.1.1	Variação de ocupação: só estudo	53
2.1.2	Variação de ocupação: só trabalho	60
2.1.3	Variação de ocupação: Faço tarefas de casa, sou dono(a) de casa	66
2.1.4	Variação de ocupação: não estuda e nem trabalha	68
2.1.5	Generalizações da pesquisa Ibero-americana	77
2.2	FERRAMENTA DE TRABALHO: ANCORAGEM COMO MARCADOR DE VÍNCULO INSTITUCIONAL.....	85
2.2.1	Ferramenta: Ancoragem na análise dos vínculos institucionais	89
3	CASO BRASIL DA PESQUISA IBERO-AMERICANA	94
3.1	A ESCOLA E O TRABALHO NO CONTEXTO DA PESQUISA.....	103
3.1.1	Modo de leitura da ferramenta ancoragem: evolução	120
3.1.2	Intermediários em questão: a disputa dos 18 aos 24 anos	121
3.2	CONTEXTO PRELIMINAR DA JUVENTUDE COMO POSIÇÃO	126
3.3	A JUVENTUDE	129
4	OPERAÇÃO DA JUVENTUDE COMO POSIÇÃO INTERSECCIONAL (JPI) NOS DADOS BRASIL: AS SÍNTESES SOCIAIS NA DISPOSIÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL	143
4.1	A ABORDAGEM INTERSECCIONAL COMO LENTE PARA ANÁLISES SOCIAIS	145
4.2	SOBRE A DESIGUALDADE E A DIFERENÇA	146
4.3	SOBRE A INTERSECCIONALIDADE: HISTÓRICO, REVISÃO E PERSPECTIVAS	151

4.4	OLHANDO PARA TRÁS EM BUSCA DE SENTIDO NO ENTENDIMENTO DOS DADOS DA REVISÃO: ABORDAGEM TEÓRICA DA INTERSECCIONALIDADE	162
4.5	A TEORIA DE BOURDIEU ESTÁ NO PLANO DAS ABORDAGENS INTERSECCIONAIS?.....	163
4.6	A ABORDAGEM INTERSECCIONAL NO ESTUDO DAS DESIGUALDADES	167
4.7	OLHANDO PARA OS DADOS INTERSECCIONADOS DA PESQUISA IBERO-AMERICANA	172
4.8	CONSTRUINDO OS DADOS INTERSECCIONAIS	173
4.9	PARA VERIFICAR O EFEITO IDADE	179
4.9.1	Mulher, preta, classe baixa, 15 a 17 anos (grupo 51).....	179
4.9.2	Mulher, preta, classe baixa, 18 a 20 anos (grupo 54).....	179
4.9.3	Mulher, preta, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 57).....	179
4.9.4	Mulher, preta, classe baixa, 25 a 29 anos (grupo 60).....	180
4.10	PARA VERIFICAR O EFEITO RAÇA	181
4.10.1	Mulher, preta, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 57).....	181
4.10.2	Mulher, branca, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 45).....	181
4.10.3	Mulher, parda, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 69).....	181
4.11	PARA VERIFICAR O EFEITO SEXO	183
4.11.1	Homem, preto, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 21) e Mulher, preta, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 57)	184
4.12	PARA VERIFICAR O EFEITO CLASSE SOCIAL	186
4.12.1	Mulher, preta, classe média, 21 a 24 anos (grupo 56)	186
4.12.2	Mulher, preta, classe alta, 21 a 24 anos (grupo 55)	187
4.13	PARA OLHAR O CONTRASTE	187
4.13.1	Mulher, branca, classe alta, 21 a 24 anos (grupo 43).....	188
4.13.2	Homem, branco, classe alta, 25 a 29 anos (grupo 10)	188
4.14	A MORATÓRIA SOCIAL COMO UM EQUIPAMENTO DA TEORIA DOS CAPITAIS PARA A JUVENTUDE	192
4.15	MAPEANDO OS ACHADOS ATÉ O MOMENTO	196
4.16	A TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO NA RECOMPOSIÇÃO DOS INDIVÍDUOS EPISTÊMICOS.....	199
5	CONCLUSÃO.....	205

REFERÊNCIAS	213
GLOSSÁRIO	235
APÊNDICE A – Tabulação dos dados da entrevista	240
APÊNDICE B – Categorias para a análise de correspondência múltipla	241
APÊNDICE C – Tabela completa com os cruzamentos de dados de faixa de idade, sexo, raça e grupo socioeconômico	242
APÊNDICE D – Descrição por sexo, raça, classe e faixa de idade dos grupos extraídos da tabela	247
ANEXO A – Metodologia de trabalho da empresa corpa estudos de mercado	250

1 INTRODUÇÃO

E no fim, essa tese é sobre mim. Pesquiso juventude desde que estava na flor da juventude e, à época, já era uma questão para mim o fato de os instrumentos de pesquisa captarem visões parciais e incompletas dessa categoria analítica tão complexa e em constante mudança como a juventude. Estudei Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), trabalhava na pesquisa com organização e distribuição de turmas em um colégio público de excelência. Meu dia era partido em dois: na universidade explorando teóricos das desigualdades sociais e educacionais e na escola, em numa sala de aula sem ventilador, com 45 crianças, numa periferia metropolitana onde via a desigualdade se desenrolar na prática. Eu tinha 18 anos. E foi nesse caminho, entre teoria e prática, entre livros e chão da escola, entre sorrisos e lágrimas que me constitui professora e pesquisadora.

Nesse tecido construído e ainda em construção, trabalhei com o fio da desigualdade para tentar entender a vida, a minha e a dos outros. O Brasil. Trabalhando na Educação de Jovens e Adultos (EJA), me especializei e defendi um mestrado estudando o perfil dos jovens da EJA numa periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Fui mãe no mestrado e achei que não fosse conseguir concluir pela tripla jornada. E estudar desigualdades ainda era para me entender. Descobri o diagnóstico do meu filho de autismo e compreender os empilhamentos de desigualdade se tornou tão mais forte que escolhi a jornada de um doutorado. Mas antes disso, entrei na universidade como professora, num momento de oportunidades educacionais em expansão no Brasil. Mudei de classe social, de cidade, de acessos. Mudei com o Brasil. Com alguns brasis dentro desse gigante país. Entender desigualdades e as oportunidades educacionais ainda fala sobre mim, sobre histórias coletivas que apenas parecem ser individuais.

Na tese, apresento o conjunto de conhecimentos que consegui organizar por associações e relações buscando contar uma história, que é a da minha vida e da vida de muitos brasileiros com relação aos elementos fundantes: escola e trabalho; e como podemos pensar pesquisas com variáveis combinadas, que mediem o espaço entre a realidade e a captura de dados, que forneçam “carne” às análises e possam servir de suporte localizado às políticas públicas de acesso e promoção de oportunidades educacionais e laborais mais equânimes. A intenção desse texto é, através do

exercício de uma ferramenta: Juventude como Posição Interseccional (JPI) construir sínteses sobre os grupos de jovens a partir da idade como eixo de ordenação -nas faixas de 15 a 17, 18 a 20, 21 a 24 e 25 a 29 anos-, raça, classe social e sexo dos respondentes brasileiros que formam o banco de dados da pesquisa Ibero-americana de Juventude, do Observatório da Juventude Ibero-americana (OJI)¹. Objetivo contribuir com elementos para uma pensar uma abordagem mais ampliada na interpretação de dados quantitativos e qualitativos. Esse texto traz, então, um itinerário detalhado da construção da ferramenta, do caso da pesquisa ampla, do caso Brasil contido na pesquisa e da aplicação da ferramenta juventude como posição interseccional (JPI), bem como de possibilidades de generalização dos resultados de pesquisa para os demais países participantes. Como num microscópio, ajustamos as lentes para ver mais de perto e mais de perto para, em seguida, reajustar, na busca de um panorama maior do caso.

Entendendo aqui que a abordagem interseccional é um avanço dos estudos das desigualdades sociais. Que se por um período grande os estudiosos do campo detinham-se nas análises de classe sociais e dispositivos econômicos e sociais para compreender a produção das desigualdades, atualmente, outras variáveis igualmente importantes entram nessas análises e são oriundas do campo das subjetividades, cultura e diferença. Esse argumento será mais aprofundado ao longo da proposição, mas a ideia a ser lançada aqui é essa: a abordagem interseccional como o avanço do campo de estudos das desigualdades em diferentes realidades sociais que levem em conta as experiências sociais esses sujeitos jovens estão vivenciando. Não é só sobre o acesso econômico e a classe social apenas, seu gênero e a cor de sua pele importam. Sobretudo, sua faixa de idade importa. E muito, como demonstraremos por meio da aplicação da ferramenta JPI.

E mais, reiteramos que essas categorias de identidade não se originam de escolhas individuais, são produtos históricos e sociais que também projetam o futuro de suas sociedades por se tratar de um estudo da juventude em países diferentes. Portanto, não é a ampliação do escopo das análises sociais das desigualdades incluindo marcas identitárias-subjetivas. É alargamento do estudo das margens admitindo relações mais complexas- de identidade social que marcam posições no espaço social- como raça e classe, mas sobretudo, a idade, como demonstraremos

¹ O Observatório da Juventude na Ibero-América (OJI) é um programa da Fundação Santa Maria (Fundación SM) para fomentar a pesquisa sobre juventude, educação e cultura na região.

ao longo da tese. É sobre mim. É sobre muitos. E para que muitos tenham acesso a essa pesquisa, recomendo a consulta ao glossário quando se fizer necessário.

A leitura e produção de conhecimento sobre a Juventude é um campo que cresce e que demanda estudos metodológicos, de forma e conteúdo. Esse texto intenciona construir a argumentação da tese de doutorado em Educação que propõe um exercício de análise do caso Brasil, a fim de contribuir com elementos para pensar a aplicação da ferramenta juventude como posição interseccional (JPI) para análise de dados, com destaque para os bancos que tratam da juventude, da educação e do trabalho. Entendendo que quando tratamos do conceito de juventude, abordamos uma perspectiva das juventudes, como categoria plural, ainda que não homogênea, nas sociedades capitalistas ocidentais contemporâneas. Nas palavras de Sposito, Souza e Silva (2018, p. 3) “Juventudes como metáfora designadora das desigualdades e diversidades” integra bem o que queremos abordar.

Nesse sentido, os pressupostos iniciais para argumentação são: a juventude é plural, é uma categoria analítica e relacional e socialmente construída; e juventude é uma posição social que está em relação a outros grupos como a infância, a velhice ou os adultos e é um mirante para pensar a relação de ocupação escola e trabalho. Ao longo do texto desenvolveremos a Juventude como um elemento teórico e metodológico importante para nos ajudar no debate do campo na proposição do dispositivo: juventude como posição interseccional (JPI).

Nesse sentido, apresentaremos um caso amplo e o caso Brasil, apontaremos debates teóricos em camadas de abordagem até construirmos uma ferramenta de trabalho para análise de dados, a JPI.

A pergunta de pesquisa delineada até o momento e que conduz o trabalho é: de que formas tomar a juventude como posição interseccional nos ajuda a estabelecer e compreender as relações entre os campos da educação e do trabalho, a partir da pesquisa ibero-americana com jovens no caso Brasil? Essa pergunta de pesquisa foi pensada para aprofundar e contribuir com o debate teórico sobre um segmento populacional como a juventude poder ocupar um “lugar” de observação das instituições sociais.

Há muito, autores apontam a relevância de se estudar a juventude para além do lugar de observação construído pela escola. Por que se é verdade que, a juventude pode se configurar como categoria analítica da reprodução das sociedades, e se é verdade que, em sociedades avançadas a escola é a instituição básica para a

compreensão do fenômeno, é igualmente verdade que, na sociedade brasileira, por seu desenho singular, o trabalho também é suporte para a condição juvenil, então, construir uma abordagem complexa da condição juvenil, situada no entrecruzamento de instituições, com destaque para a escola e o trabalho pode ser um acréscimo para os estudos do campo da educação e da sociologia da educação.

Nesse sentido, pensar a juventude como um mirante, um local estratégico de observação é deslocar o ponto de vista historicamente construído a partir das instituições e construir inclusive hipóteses de operação dessa posição como possibilidade de análise social e instrumento nas políticas públicas, educacionais, estudos de trajetórias, de transição e outros usos analíticos relacionados a essas mesmas instituições- e não a partir das mesmas-. Porque, quando mudamos o ponto de vista, mudamos a perspectiva do estado das coisas. Quando mudamos o ponto de observação, mudamos a percepção do que observamos. Logo, essa construção de um lugar estratégico da juventude a partir da ferramenta de operação da juventude como posição interseccional (JPI) pode contribuir com o campo e apoiar linhas teóricas e de ação.

Para além da pergunta-cerne, outras questões para esse estudo foram se delineando ao longo do tempo e que passaram a orbitar a pergunta principal são elas: a) o que pode a juventude como posição interseccional? b) Como extrair as melhores consequências da análise do caso Brasil nas questões específicas da escola e trabalho? E, finalmente, c) Seria possível generalizar o caso Brasil quando falamos de juventude como posição interseccional?

Fizemos uma jornada de imersão no caso para atingir responder essas questões com base em evidências a partir das seguintes hipóteses de trabalho:

1.1 HIPÓTESES

a) se a juventude é uma categoria analítica e uma posição social na sociedade, então a juventude pode ser um ponto de observação e interpretação das sociedades e pode ainda – pelo seu uso como ferramenta da juventude como posição interseccional (JPI) – operar como eixo de análise no campo das trajetórias, transições para a vida adulta, socialização e composição escola-trabalho e ainda, nas políticas públicas;

b) que se a abordagem interseccional como teoria e metodologia reconhece que as identidades e experiências das pessoas são construídas por uma combinação complexa de categorias e fatores, então essa perspectiva pode ser útil para o tratamento das informações oriundas de categorias de pesquisa que são aproximadas ao campo da diferença: idade, raça, gênero; de categorias mais próximas das discussões do campo das desigualdades: classe social, território, escolaridade, trabalho, trajetória- oferecendo uma maneira mais precisa e completa de analisar dados sobre as variações de ocupação de escola e trabalho no espaço social brasileiro;

c) que se a abordagem interseccional descreve como diferentes sistemas de categorias, como raça, gênero, classe, se sobrepõem e se interconectam produzindo singulares experiências dos sujeitos, a abordagem pode operar como lente e base teórica para a formulação da ferramenta Juventude como Posição Interseccional (JPI), haja vista seu caráter de compreensão das identidades múltiplas e justapostas, submetidas a um ordenador principal: idade, na análise de raça, classe e gênero, permitindo que as interpretações e discussões de dados sejam mais inclusivas, complexas e representativas;

d) se os estudos da transição escola-trabalho (TET) indicam que existe grande variação em seus processos e esse fenômeno se dá porque a TET também é produto da combinação de categorias sociais como raça, classe e sexo que a compõe, então a TET poderia funcionar como um eixo de leitura e compreensão das trajetórias juvenis no Brasil e entre os países da pesquisa;

e) se estudar a juventude é, de certa forma, estudar o potencial futuro, nos deparamos aqui com uma pesquisa onde nove países tentam compreender melhor seus jovens e assim construir algum tipo de projeção de horizonte de futuro de sua próxima geração de adultos. Logo, estamos tratando de um estudo sobre a juventude presente, mas também dos possíveis caminhos dos países no futuro próximo. Não à toa que eixos como ocupação, política, visão de vida e de futuro, autopercepção e migração estavam presentes como blocos temáticos que agregavam um conjunto de perguntas.

1.2 OBJETIVOS

Para tratar dos objetivos da tese, recorreremos a revisão dos apontamentos da Taxonomia de Bloom (Carrington, 2016) que trazem quatro grandes blocos temáticos no exercício da construção dos objetivos da pesquisa: 1) Substituição; 2) Aumento; 3) Modificação e 4) Redefinição. Na compreensão da pergunta de pesquisa, escolhemos o item 3 – modificação - para trabalharmos a pesquisa por entendermos que a juventude como posição interseccional é modificar o emprego do termo e reposicionar o uso do conceito para operações teóricas, com bancos de dados, políticas ou processos. Dentro desse contexto de semântica, escolhemos verbos de ação para os objetivos específicos que denotam como esse tema vai ser trabalhado a partir de determinados procedimentos que por si só já fazem um esboço do desenho metodológico.

Sendo assim, o objetivo geral da tese é analisar a aplicação da ferramenta Juventude como Posição Interseccional (JPI) no caso Brasil da pesquisa ibero-americana com jovens. E como objetivos específicos: a) ordenar os dados da pesquisa Ibero-americana com jovens de 15 a 29 anos de 9 países acerca dos componentes escola e trabalho; b) traçar linhas gerais das sínteses produzidas no tratamento de dados do banco em questão, pela operação da JPI; c) associar a discussão da construção dos indivíduos epistêmicos no caso Brasil com os demais países da pesquisa, buscando uma possibilidade de generalização, a partir dos indícios das trajetórias juvenis mapeadas nos estudos da Transição Escola-Trabalho (TET).

1.3 JUSTIFICATIVA

Essa investida de pesquisa se justifica por diferentes frentes: pela lacuna no campo da educação de se construírem perguntas sobre questões amplas que necessitam do manuseio de bancos de dados para fornecer aspectos gerais e demográficos sobre questões da juventude, infância, ensino, currículo, visões e horizontes de futuro, para citar alguns exemplos, como vemos em Gatti (2004; 2012) acerca das preferências das pesquisas em educação ou em Pereira e Ortigão (2016) que apontam considerações sobre a pesquisa quantitativa no Brasil e ainda como em

Babbie (1999) quando o autor avalia o uso, limites e tipologias de *surveys* nas pesquisas brasileiras.

Justifica-se pela lacuna no campo de estudos da juventude que demanda a busca de investigações sobre jovens a partir dos próprios jovens como eixo de análise e não a partir das instituições como vemos em Sposito (2003b). E pela demanda por estudos que contextualizam e reeditam a abordagem bourdieusiana de análise dos processos de reprodução social no espaço social a partir da escola e do trabalho, de certa forma, como no estudo sobre a sociedade canadense em Veenstra (2009) e do espaço social da Noruega, como em Hjellbrekke e Korsnes (2009) na segunda década dos anos 2000.

Essa pesquisa se justifica ainda pelas lacunas teóricas e metodológicas das questões relacionadas à idade, como vemos em Filardo (2021) no estudo uruguaio e a tríade raça, classe e sexo, como em Biroli e Miguel (2015) na análise Brasil.

Por fim, enumeramos como justificativa da pesquisa, a premissa usada por Oliveira (2006) ao mapear o desafio de planejamento de políticas públicas no Brasil que, entre todos, seria a dificuldade de acesso a informações precisas, localizáveis.

1.4 METODOLOGIA

A metodologia proposta para esse estudo tem caráter misto: quantitativo e qualitativo, com relação a finalidade. Tratamos aqui do desafio de manejar uma pesquisa secundária de um grande banco de dados com 13.500 questionários de jovens de 9 países ibero-americanos, em língua portuguesa e em língua espanhola, sobre sete eixos que cobrem grandes temáticas acerca da juventude. Quanto aos objetivos propostos, se caracteriza como uma pesquisa exploratória. Quanto aos procedimentos técnicos, trabalharemos com uma pesquisa bibliográfica, duas principais revisões sistemáticas para construção de evidências, análise documental dos nove relatórios e um levantamento analítico dos dados do banco da pesquisa ibero-americana, realizada no ano de 2019, a partir do programa SPSS² e organizado no software Excel para a construção de um dispositivo teórico de análise: a Juventude como Posição Interseccional (JPI).

² SPSS é um software aplicativo do tipo científico. Originalmente o nome era acrônimo de *Statistical Package for the Social Sciences* - pacote estatístico para as ciências sociais, em livre tradução.

Destacamos que o trabalho com a pesquisa quantitativa foi construído a partir de dois diretórios: arquivo do banco de dados Brasil no SPSS- enviado diretamente³, e oito relatórios nacionais e um relatório geral dos jovens ibero-americanos-disponíveis integralmente no site do *Observatorio de la Juventud en Iberoamerica* (OJI)⁴.

Não tivemos acesso ao banco de dados do *survey*. Fizemos muitas tentativas de contato, mas todas fracassaram. Por isso, como estratégia de continuidade do trabalho, operamos com os relatórios disponibilizados publicamente na página eletrônica do OJI. Os questionários que geraram os relatórios não possuíam uniformidade nas perguntas, apenas nos temas, e isso foi um outro desafio de manuseio. Devido a esse contexto, escolhemos trabalhar mais profundamente apenas com os países que apareceram nas variações máximas e mínimas nas variações de ocupação. Sendo assim, Argentina, Chile e República Dominicana, embora estejam citados e posicionados, não receberam tratamento mais detido, pois selecionamos trabalhar com o os extremos. Entendemos que não houve perda substancial nessa escolha, pois da América-latina apresenta características muito aproximadas nas variações de ocupação.

A primeira etapa da coleta de dados foi uma análise documental de relatórios e se deu no site do OJI, local que também funciona como diretório de armazenamento e divulgação das publicações e estudos. Localizamos no repositório, além do relatório Ibero-americano, os oito relatórios nacionais, com exceção do relatório Chile. As publicações se deram entre os anos de 2019 e 2022 e estão organizadas no *site* <https://oji.fundacion-sm.org/>, na aba “Nossos Estudos”, onde o primeiro relatório publicado foi o caso México, em 2020, e o último, o relatório geral Ibero-americano, em 2022.

Os nove relatórios foram lidos na íntegra para mapeamento de padrões gerais, com ênfase nos capítulos que tratavam dos dados gerais, sociodemográfico, relação juvenil com a escola e o trabalho em seus respectivos países.

Os desafios da pesquisa quantitativa são muitos, ainda mais quando tratamos de fontes dados secundários, e sua profundidade vai além da descrição de dados e organização de evidências científicas. Bourdieu e Sayad (2006) há muito já anunciava

³ Tivemos acesso aos dados Brasil de forma direta porque minha orientadora atuou como autora e eu como coautora do capítulo 5- Ocupação, do Relatório Juventudes no Brasil (Carrano, 2021).

⁴ Disponível em <https://oji.fundacion-sm.org/>

o poder da objetivação estatística, mas também os riscos que envolvem o processo. O autor ainda fala que o modelo matemático por si só não possibilita a completude da análise, sendo fundamental a análise sociológica (Belem, 2022). Nesse sentido, buscamos para além da descrição dos resultados quantitativos, uma análise pela perspectiva sociológica da Educação, criação de tipificações e categorias para entender os processos sociais juvenis da Ibero-américa, com ênfase no Brasil, acerca da escola e do trabalho.

A pesquisa ibero-americana com jovens produziu um relatório final com o conjunto de dados sobre os jovens da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, México, Peru e República Dominicana e um relatório nacional para cada país. O relatório Chile ainda não foi publicado como documento nacional, mas seus dados foram disponibilizados no relatório geral. Enunciaremos os resultados comparativos entre os países oriundos questionários respondidos por jovens de 15 a 29 anos, acerca de três tópicos da pesquisa: ocupação; por que você parou de estudar? E motivos para continuar estudando, com ênfase no primeiro e o uso dos dois seguintes para mapeamento de tendências complementares. Seguiremos esse protocolo na análise do caso da pesquisa ampla e do tratamento dos dados no caso Brasil.

Os resultados analisados em cada relatório nacional foram coletados de questionários estruturados e perguntas fechadas e pré-codificadas. Na América Latina a coleta foi feita nas casas de jovens e na Espanha, por pesquisa *on-line*, por conta da emergência sanitária advinda da epidemia de COVID-19, este último país teve sua coleta no fim do ano de 2020.

O relatório geral e os nacionais buscam observar como pensam e agem os jovens cobrindo os sete eixos temáticos propostos nos objetivos do *survey*: 1) Estrutura e política social; 2) Visão das e dos jovens sobre questões importantes; 3) Ocupação; 4) Uso do tempo livre; 5) Aspectos da juventude e sua autopercepção; 6) Religião e 7) Migrações (González-Anleo *et al.*, 2022a). As perguntas propostas em cada bloco temático não eram iguais e por isso a possibilidade de comparação foi limitada às questões comuns aos países, embora as sete dimensões de análise fossem as mesmas.

A segunda etapa de coleta foi o banco Brasil no arquivo do programa SPSS. Os dados foram tratados no próprio software e extraídos com cruzamento de categorias raça, grupo socioeconômico e sexo, a partir das 4 faixas de idade: 15 a 17,

18 a 20, 21 a 24 e 25 a 29 anos e posteriormente organizados no software Excel, do pacote Office. Trabalhamos aqui com as 4 faixas de idade descritas, 3 faixas para raça: branco, pardo e preto, duas faixas para sexo: homem e mulher e três faixas para classe social: alta, média e baixa.

Em linhas gerais, como recursos metodológicos importantes, vamos trabalhar com referenciais bourdieusianos, baseados na teoria e obra de Pierre Bourdieu e referenciais metodológicos e teóricos de abordagem interseccional na leitura dos dados.

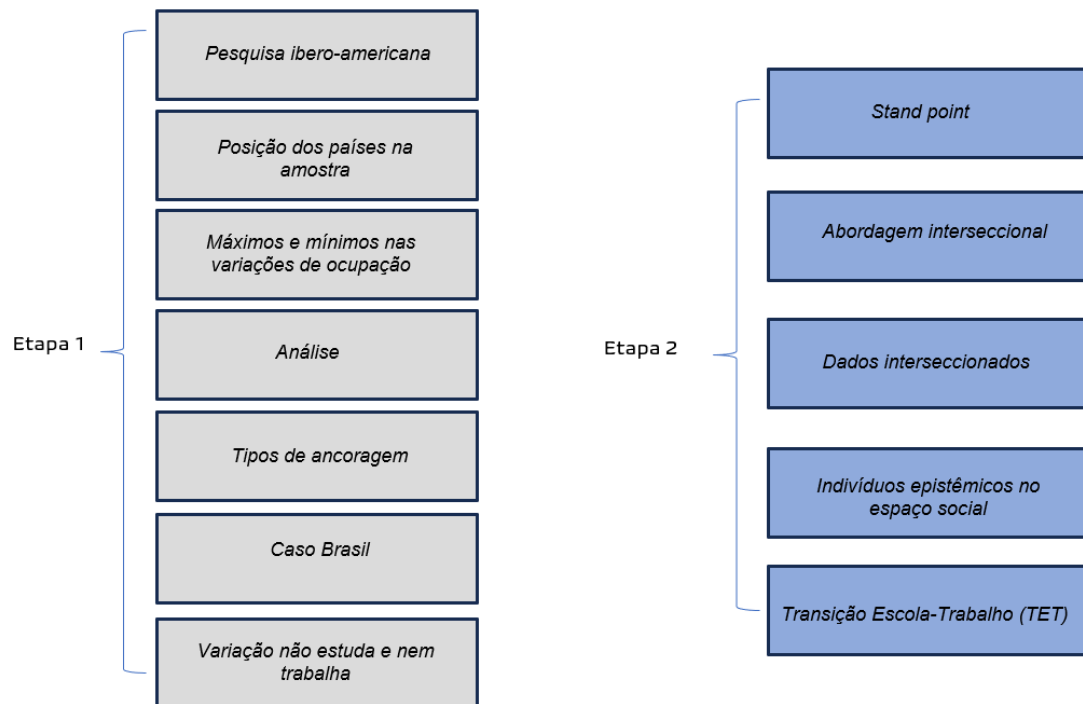
Na obra *La distinction*, Bourdieu (1979) constrói a planificação no espaço social das posições de uma população analisada a partir de uma pesquisa quantitativa de análise geométrica de dados para um entendimento ampliado do espaço social e da realidade social, a partir da Análise de Correspondência (AC) e Análise de Correspondência Múltipla (ACM). Em “Espaço Social e Poder Simbólico” (Bourdieu, 1990), o autor refina a proposta numa conferência em 1986 em *San Diego* construindo um modelo sociológico de compreensão. Tendo como base a AC e a ACM do constructo bourdieusiano, tratamos os 72 grupos que são produto da operação da ferramenta JPI no caso Brasil, marcada pela equação:

$$\text{JPI} = i(a+b+c)$$

Onde a Juventude como Posição Interseccional é a operação que tem como síntese, o ordenador idade (*i*) mais junção da faixa de raça (*a*), classe (*b*) e sexo (*c*).

Como a JPI é um dispositivo de operação, a demonstração de sua estrutura e conceito se darão com mais nitidez na análise de correspondência do banco de dados do caso Brasil da pesquisa.

Nesse sentido, apresentamos a estrutura do texto de tese, com os tópicos do que chamamos etapas 1 e 2, onde na 1 empregamos um esforço analítico e preparatório com um material já estruturado e na 2, onde nos inclinamos num empenho construtivo de operação dos elementos até então elaborados na jornada da tese.

Figura 1 – Esquema da estrutura da tese

Fonte: Elaborado pela autora.

Para estruturar as duas partes da tese, com as etapas 1 e 2, apresentaremos a narrativa geral dos capítulos:

Iniciaremos o primeiro capítulo com a apresentação numérica e gráfica dos nove países da pesquisa na comparação do tópico ocupação. Os dados serão dispostos em conjunto para uma melhor caracterização dos países e desenvolvimento da argumentação. Essa é uma estratégia para ao explorar o conjunto dos países, construir elementos no caso Brasil. Diluída na discussão está a abordagem teoria bourdieusiana sobre posição, condição e situação social na análise da amostra. Só estudo, trabalho, não estudo e nem trabalho (no momento da pesquisa), me dedico as tarefas do lar/sou dono(a) de casa e outros; são as opções de resposta que na sequência do capítulo, serão postas em comparação, primeiro numa disposição visual da representação do espaço social, em seguida, do número máximo e mínimo das porcentagens alcançadas pelos jovens desses países e a relação com o Brasil. Durante a apresentação das evidências, iremos discutir pontos conceituais para a estrutura da tese. Um ponto inicial no capítulo é a separação da Espanha do bloco da América-latina, uma vez que as condições para os jovens são irrefreáveis entre as duas realidades. Uma questão relevante que dá um importante arrazoado para o estudo do caso Brasil são os jovens que não estavam estudando e nem trabalhando

no momento da pesquisa- o país mostra números que são três vezes maiores que as médias na Ibero-américa. Quem são esses jovens? Por que saíram da escola? É o que iremos analisar ao fim do capítulo e com mais energia no capítulo 2.

No segundo capítulo trabalharemos a construção do caso Brasil da pesquisa Ibero-americana da Juventude em seus aspectos sociodemográficos gerais e sua relação com a escola e com o trabalho, a fim de construir ordenamentos de dados e interpretação dos dados ainda na fase de segmentação. Veremos o quanto o Brasil está posicionado próximo aos demais países latino-americanos da pesquisa e as especificidades do caso. Nesse capítulo chegaremos às estruturas menos hegemônicas- nosso *Standpoint*- nas relações dos dados trabalhados de forma seccionada: mulheres, pretos, mais pobres e jovens de 21 a 24 anos que vivem situações sociais de maior fragilidade de vínculos institucionais. A pergunta que segue para a construção do capítulo seguinte é: e se interseccionássemos os dados, construiríamos evidências diferentes? Sim, em amplo espectro, e é disso que se trata o terceiro capítulo.

No terceiro capítulo, o delineado geral aponta para a abordagem interseccional como um corpo teórico e metodológico que pode suportar a densidade da análise que pretendemos. Para isso, apresentamos uma revisão sistemática da abordagem interseccional num repositório brasileiro, em língua portuguesa e em um banco internacional, em língua inglesa, para aferição se é de fato a abordagem que procuramos para embasar a construção de nossa ferramenta Juventude como Posição Interseccional (JPI) e vimos que sim, a teoria e metodologia de abordagem dos estudos interseccionais contemplava intrinsecamente as demandas de síntese de dados e foram fundantes no repertório de formulação da ferramenta junto com uma abordagem operativa usada por Bourdieu nas pesquisas estatísticas: a Análise de Correspondência (AC) e Análise de Correspondência Múltipla (ACM). A questão-cerne do capítulo está em demonstrar o que pode a ferramenta de operação JPI quando aplicada ao banco de dados, produzindo assim, sínteses que são mais que simples cruzamentos, são faixas relacionais acerca do poder, na compreensão das combinações de raça, classe e sexo, a partir da idade como ordenador fundamental. Nesse capítulo chegamos a produção de 72 sínteses que chamamos de indivíduos epistêmicos (I.E.), como em Bourdieu. Dessas dezenas de I.E., pinçamos 14 para verificação de efeitos sociais de: idade, sexo, raça e classe social pela comparação dos grupos com relação as variações de ocupação presentes na pesquisa.

Vimos nesse capítulo que a Juventude como Posição Interseccional (JPI) formula distintos indivíduos epistêmicos (I.E.). posicionados no espaço social; que a posição social é um ponto num percurso, numa trajetória e que os estudos da Transição Escola-Trabalho (TET) são dispositivos de análise importantes para os rastros das trajetórias juvenis nas sociedades. Para operar com esse dispositivo de entendimento, levantaremos mais uma revisão sistemática acerca da envergadura da TET e se poderíamos generalizar o caso Brasil para os demais países da pesquisa Ibero-americana.

As evidências produzidas nesse estudo apontam para tendências de reprodução social por meio dos equipamentos escola e trabalho na sociedade brasileira e em outras que possuem similitude de características a partir da questão central: nucleação das desigualdades sociais. Os resultados ainda demonstram o quanto a faixa de idade é um eixo de subordinação e ordenação que se comporta de maneira mais ou menos independente de categorias sociais que julgávamos ser mais determinantes na trajetória das posições sociais da juventude como segmento populacional numa sociedade.

Por fim, essa pesquisa é sobre movimento, sobre dinâmicas das relações de poder e sobre como um estudo de posições sociais pode, em sua estática de ordem, revelar o tensionamento flutuante entre as posições e suas oposições na representação do espaço social brasileiro e latino-americano.

2 CONSTRUINDO O PROBLEMA: O CASO DA PESQUISA IBERO-AMERICANA

Pensar a juventude como posição interseccional para a análise e interpretação de sínteses de resultados sobre escola e trabalho, construídos a partir do banco de dados da pesquisa ibero-americana com jovens, se revelou como uma jornada de composição de teorias, autores e métodos. Em longa análise, resolvemos inverter a forma apresentação mais ordinária, mais comum dentre as pesquisas no campo da educação. Em vez de começarmos apresentando componentes teóricos e fechar com a operação conceitual, escolhemos começar pela construção do problema, trazendo o caso para frente do texto, logo nos primeiros capítulos. Assim, trabalharemos num método de aproximação sucessiva: panorama Ibero-américa; dados ibero-americanos seccionados; comparação países ibero-americanos e Brasil; panorama Brasil; dados Brasil seccionados e dados Brasil interseccionados e, por fim, discussão do caso Brasil a partir da ferramenta “juventude como posição interseccional” (JPI).

Essa escolha se deu num movimento de aproximação com a obra de Bourdieu que, grosso modo, parte do caso para a construção de ferramentas sociais de operação na interpretação da realidade (Bourdieu, 1980, 1983, 1997, 1998, 2009a, 2009b). O método praxiológico (Bourdieu, 1997, p. 60), erguido sob o conceito de prática, também conhecido como a “teoria da prática ou o modo de engendramento das práticas”, foi elaborado a partir da observação dos fenômenos e objetos sociais. A prática demandando a construção teórica de operação dos dispositivos de leitura da sociedade. É nesse modelo que apresentaremos a jornada de tese.

Sendo assim, trazer para frente do texto o caso da pesquisa, objetiva dar enfoque a discussão, construir suas ferramentas de operação e culminar na apresentação de seu dispositivo analítico: a juventude como posição interseccional (JPI), num formato de apresentação de teoria investida nos dados. Essa estratégia é um esforço de trazer materialidade a uma discussão que perpassa os campos da teoria e da metodologia para a construção de um instrumento de análise para o uso em pesquisas do campo da educação em ambientes digitais, como é o caso de bancos de dados.

Os estudos sociologia da juventude no contexto da Educação como grande área de estudos tem uma ligação profunda com os estudos da escola. Saber mais sobre os jovens era possível, em determinados momentos, pela via da instituição

escola por diferentes motivos que vão do acesso institucional à localização mais precisa de contato com o jovem. Mas, sociologia da educação é mais do que sociologia da escola; abarca os sujeitos que compõe o campo, no caso, os sujeitos jovens (Sposito, 2003b). Já adiantamos que fazer pesquisas com jovens não é fácil-especificamente por mapear e encontrar esses sujeitos. Talvez por isso, conheçamos mais os jovens pela perspectiva da instituição escola, que, no Brasil, desde o início dos anos 2000, vem construindo uma rede de acesso recente para as classes populares.

Na próxima seção, apresentaremos a pesquisa com jovens ibero-americanos da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, México, Peru e República Dominicana. Enunciaremos os resultados comparativos entre os países oriundos de 13.500 questionários respondidos por jovens de 15 a 29 anos, acerca de três tópicos da pesquisa: ocupação; por que você parou de estudar? E, motivos para continuar estudando. A disposição dos países nesses três pontos intenciona construir uma dinâmica de comparação com o caso Brasil – suas proximidades e distâncias- a fim de adensarmos progressivamente os dados e (re) construirmos posições sociais e mapas analíticos que podem ajudar a conhecer mais o que esse mosaico diz sobre esse sujeito social que é a juventude e sua relação com a educação e com o trabalho nos países ibero-americanos avultando o caso dos jovens brasileiros, segundo a investigação.

Figura 2 – Mapa mundi com destaque para países da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora no WCANIFLY (2023)⁵.

⁵ Site para fazer mapas de viagem. Disponível em: <https://www.wcanifly.com/pt/visitedstatesmap-f6faff-d0d0d0-951F8C-9999999999-ES0AR0BR0CL0CO0EC0PE0DO0MX>. Acesso em 12 jun. 2023.

No mapa, vimos a localização dos países da pesquisa no contexto mundo. Analisaremos o caso Brasil a partir do cotejamento com os demais países participantes da pesquisa a partir da ferramenta JPI. Apresentaremos ainda a estrutura da construção do instrumento e a aplicação à medida que desenvolveremos o caso. Em suma, delinearemos perfis dos sujeitos sociais jovens, a partir de sínteses da relação de dados de idade, raça, classe e sexo e os posicionaremos na representação do espaço social da sociedade brasileira -com base na teoria bourdieusiana e na abordagem interseccional de análise- em sua correlação com a educação e o trabalho em comparação com os oito países participantes da pesquisa.

2.1 CONSTRUINDO O PROBLEMA: A PESQUISA IBERO-AMERICANA COM JOVENS

Escolhemos partir do caso particular para o aprofundamento teórico como uma estratégia prevista em Bourdieu (1998), para construir o ferramental de análise e partir de um objeto que é admitido como uma questão no espaço social. Nesse sentido, neste capítulo, abordaremos a pesquisa Ibero-americana construída no segundo semestre de 2019 pelo *Observatorio de la Juventud en Iberoamerica* (OJI), coordenado pela Fundação Santa Maria (SM), nos detendo nos assuntos Escola e Trabalho.

O relatório final, *Jovens na Ibero-América 2021*⁶ (González-Anleo *et al.*, 2022a) é uma síntese dos relatórios nacionais que analisa o conjunto de dados em si e em comparação no ano de 2019 nos países que a Fundação SM tem presença: México, Peru, República Dominicana, Chile, Brasil, Argentina, Equador, Colômbia e Espanha.

Para fins de análise, determinamos analisar a categoria “Ocupação”, dimensão 3 da pesquisa. Primeiramente, localizamos todos os relatórios nacionais e realizamos uma leitura de todos os blocos para detectar as características e o método, assim como as respostas dos jovens de cada nacionalidade. Em quase três mil páginas de produção, pudemos perceber que mesmo com a sete dimensões de fato presentes nos estudos, a variação dos tipos de perguntas era significativa e a comparação entre os países deveria ser cuidadosa na seleção de blocos ou itens que fossem comuns

⁶ Adaptação do texto de apresentação do relatório disponível no endereço eletrônico: <https://oji.fundacion-sm.org/jovens-na-ibero-america-2021/?lang=pt-br>

ou seguissem um mesmo padrão para a possibilidade de cotejamento e consequentemente, de produção de sínteses.

Em síntese, o relatório geral da pesquisa traz pontos de orientação comuns (González-Anleo *et al.*, 2022a) aos países ibero-americanos. Esses eixos comuns às diferentes realidades demonstram que:

1. Há disparidades de gênero com relação as variações de ocupação, abandono e permanência na escola, nos países, com mais ou menos reflexo para suas sociedades:
 - 1.1. Mulheres estudam mais, são o público exclusivo no trabalho do lar, são o maior público potencial ao desemprego e aos que não estavam estudando e nem trabalhando na oportunidade da coleta. Quando deixam a escola, elas apontam custo/dificuldade financeira, quando permanecem, é porque se sentem bem. Mulheres e homens têm proporção equilibrada entre quem deixou de estudar e quem continua estudando. Quando perguntadas o que buscam num trabalho, a justificativa máxima é a busca por respeito, quando permanecem num trabalho, é pela vocação.
 - 1.2. Homens jovens trabalham mais, estudam sensivelmente menos quando comparados às mulheres. Quando deixam a escola, os homens apontam custo/dificuldade financeira, quando permanecem, é porque buscam um trabalho melhor. Quando buscam um trabalho, se pudessem escolher, desejam melhores salários, quando permanecem é por melhores salários e oportunidades de trabalho.
2. Há disparidades de grupo socioeconômico com relação as variações de ocupação, abandono e permanência na escola, nos países, com padrões bastante estáveis de evidências:
 - 2.1. Grupos Socioeconômicos (GSE) mais altos estudam mais e por mais tempo, abandonam menos a escola, quando saem da escola é porque já concluíram seu nível máximo de escolaridade e quando buscam trabalho, buscam bons salários e oportunidades. Quando trabalham, afirmam ser o motivador o uso do salário em gastos pessoais;
 - 2.2. GSE's médios indicam grande variação, mas, em geral, acompanham seus grupos imediatamente mais próximos, GSE médio e acompanha o alto e GSE médio baixo, o baixo;

- 2.3. GSE's mais baixos estudam menos e por menos tempo, trabalham mais e mais cedo. Estudam até os ciclos básicos. Quando abandonam a escola, sua justificativa é devido aos custos e dificuldades econômicas, quando trabalham, sua motivação é para ajudar a manter a família;
3. Há disparidades, inclusive, de faixa de idade na relação as variações de ocupação, abandono e permanência na escola, nos países, com reflexo que mantém indicadores bastante estáveis nas evidências:
- 3.1. Mais jovens- 15 a 17- estudam mais, trabalham menos e tendem a permanecer na escola. Quando buscam trabalho, seu motivador é a vocação e quando permanecem na escola é porque se sentem bem;
- 3.2. Mais velhos- 25 a 29 -trabalham mais, estudam menos e tendem a abandonar a escola; quando buscam trabalho, procuram boas oportunidades e melhores salários e quando permanecem na escola é buscando melhores trabalhos;
- 3.3. Intermediários 1- 18 a 20 anos- estão inclinados ao estudo, seguem o mesmo padrão dos adolescentes, mas com intensidade menor; quando buscam trabalho, variam na motivação e quando permanecem na escola é buscando melhores trabalhos;
- 3.4. Intermediário 2- 21 a 24 anos- estão em uma faixa de disputa: ao mesmo tempo que somam o maior percentual de população desempregada (os que buscam por trabalho, trabalham cuidando de outros e jovens que não estudavam e nem trabalhavam); somam o maior conjunto de jovens que combina estudos com trabalho (principalmente estudo e faço algum trabalho e principalmente trabalho e também estudo); quando buscam trabalho, procuram melhores salários e oportunidades e quando permanecem na escola é porque buscam melhores trabalhos;

A maior parte dos países da pesquisa não conjugou a discussão de raça⁷ e ocupação, deixando a primeira apenas para a análise sociodemográfica da população, o que impossibilitou afirmações gerais sobre os países da pesquisa. Tivemos acesso aos dados de raça no caso Brasil pela participação na elaboração desse relatório nacional e incluiremos na discussão dos capítulos seguintes.

⁷ Preferimos trabalhar com o termo raça em vez de cor da pele ou etnia para manter a conformidade com os critérios estabelecidos pela pesquisa original trabalhada pela Fundação Santa Maria (SM).

Dessa maneira, numa leitura horizontal e comparativa- enfocando os pontos em comum- vimos padrões que se repetem em termos de sexo e classe: grupos em melhores condições históricas e sociais (homens e mais ricos) dominam os signos sociais de busca por trabalho e permanência no trabalho, respectivamente, melhores salários e melhores oportunidades de trabalho nos países da amostra. Do contrário, grupos em condições históricas e sociais mais frágeis (mulheres e mais pobres) buscam trabalho pelo respeito e permanecem no trabalho por vocação.

A partir da generalização dos casos nas sentenças acima, vimos que os grupos em condições mais estáveis buscam melhorias dessas condições através de melhores salários e oportunidades, enquanto o grupo mais vulnerável busca estabelecimento de direitos mínimos, indicados na associação da palavra respeito, quando tratamos de busca por trabalho. Fica evidente a relação gênero e classe no que tange à discussão de estabilidade e vulnerabilidade, ainda que esses dados não tenham intersecção direta, a similitude de suas características acerca da ocupação dos que trabalham indicam as tendências de reprodução social nas marcas examinadas.

Ortiz-Hernández (2021) agrupa essa mesma síntese, mas observando o caso colombiano, quando afirma que jovens de grupos tradicionalmente vulneráveis trabalham mais e são em mais expressivos em trabalhos domésticos e cuidando dos outros. O relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2016) também vai apurar esse desenho histórico nos países latino-americanos apontando que em termos de anos de escolarização, enquanto mais pobres estudam quase 6 anos completos, os mais ricos, estudam pouco mais de 12 anos. Quando tratamos de acesso, e apenas acesso, a universidade, 9% dos mais pobres- que são esmagadora maioria entre os americanos- acessam, enquanto 53% dos mais ricos.

Acerca dos GSE quando comparados ao conjunto de respostas de diferentes faixas de idade, vimos estabilidade e evidências congruentes que classe e idade são categorias díspares quando relacionadas a si mesmas, mas estáveis quando observamos a amostra total de respostas dos jovens nos países. Dito de outra forma, os países ibero-americanos são categorizados como muito desiguais, especialmente no caso dos latino-americanos (OCDE, 2016), e essa desigualdade que é estrutural, histórica e estável, garante reprodução social em diferentes níveis, por isso é estável, atuando na manutenção do *status quo*.

Sobre a idade, dentro das faixas menores de juventude⁸, vimos que mais jovens estudam e mais velhos trabalham em todos os países da amostra, a tensão de disputa está nas faixas intermediárias dos grupos de jovens. Logo, também há a disparidade de proteção e vínculo institucional, do primeiro grupo pela escola e do último pelo trabalho, mas que ambos operam em estabilidade, com poucas variações. Mais à frente no texto, veremos que a categoria faixa de idade caminha com certa independência de classe e sexo nos países e incluindo raça no caso brasileiro, o que foi um achado importante.

No item “Ocupação”, a primeira pergunta do questionário foi: qual sua ocupação atualmente? Com, em média, seis opções de resposta, nas quais as possibilidades comuns foram: 1) só estudo; 2) trabalho; 3) estou buscando trabalho ativamente; 4) não estudo e nem trabalho no momento da pesquisa; 5) faço tarefas domésticas/sou dono(a) de casa e 6) outra. Todos os casos em que não havia dados comparáveis estão integrados ao resultado “outra”. Um ponto de atenção é que nos relatórios Brasil, México, República Dominicana, Argentina e Equador havia as opções “principalmente estudo e faço algum trabalho”, “principalmente trabalho e também estudo” - o que mais tarde chamamos nesse texto de “combinação estuda e trabalha”. Nos relatórios Peru, Colômbia e Espanha, essas opções foram integradas às categorias apenas estudo ou apenas trabalho, que por terem sido agrupadas demonstram perdas no potencial de comparabilidade entre as 8 opções de respostas. Logo, trabalhamos com as seis já citadas. O relatório do Chile não foi localizado no diretório e entendemos que ainda não foi publicado.

Guardamos a observação sobre a “combinação estuda e trabalha” e a partir dos anos de desenvolvimento da tese, entendemos melhor essa variação Brasil e como essa combinação é uma marca do país assim como a categoria “não estudo e nem trabalho”. Veremos esse fenômeno espelho – combinação estuda e trabalha e não estuda e nem trabalha- ao fim do capítulo 2 e no capítulo 3.

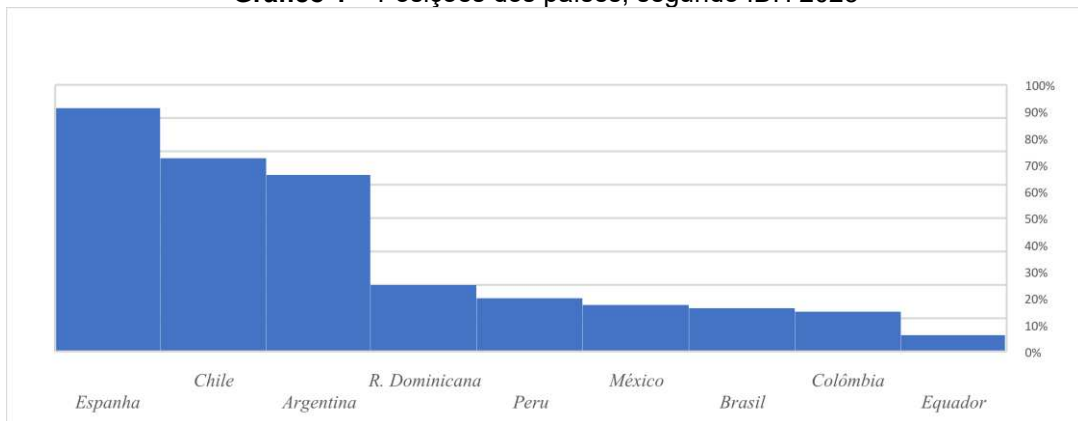
Os dados disponíveis no relatório dispunham das informações anteriormente declaradas e foram reelaboradas para visualização de dados na tabela abaixo para observação do panorama dos índices de cada país, com destaque para os dados

⁸ Preferimos trabalhar com as faixas de idade 15 a 17, 18-20, 21-24 e 25- 29 anos de idade para manter conformidade com os critérios estabelecidos por oito países da pesquisa original trabalhada pela Fundação Santa Maria (SM), com exceção do México que fracionou sua juventude de 15 a 17, 18 a 22 e 23 a 29 anos de idade.

Brasil. Esse método de encorpar as evidências do caso Brasil a partir de determinados dados internacionais é baseada no estudo de Guimarães, Paugam e Prates (2020) e busca, ainda seguindo o método dos autores, a multiplicação de estratégias comparativas para um cotejamento profundo do caso Brasil na pesquisa sobre as juventudes nos países ibero-americanos.

Nesse estudo de posições sociais representados no espaço social, estamos usando as principais categorias de ocupação e isso produzirá resultados específicos ao caso dos países. Contudo, outras formas de organização de dados são disponibilizadas com o intuito de posicionar os países relacionalmente. Um exemplo disso é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que classifica nossos países da pesquisa como com índice alto, Espanha (27º) e último na relação das posições, Equador (95º), levando em conta dados de saúde, educação e renda desde 1990, com relatórios anuais (PNUD/ONU, 2023).

Gráfico 1 – Posições dos países, segundo IDH 2023



Fonte: PNUD/ONU (2023).

Em alguns itens esse ordenamento de países vai se manter, como em uma reprodução das estratificações mundiais. No entanto, alguns dados irão nos intrigar e buscaremos na literatura respostas para as evidências aqui construídas. Chamamos atenção desde já para os índices Espanha e Equador do IDH- máximo e mínimo- e para o nível muito próximo que Peru, México, Brasil e Colômbia se mantém na classificação. Não será incomum percebermos esses países com mais frequências gerais em detrimento ao Chile, Argentina e República Dominicana que ora acompanham os índices de variação de ocupação da Espanha, ora dos com IDH mais baixo.

Vamos confrontar esse primeiro esquema de posições dos países pelo IDH com seus percentuais de resposta das variações de ocupação de jovens de 15 a 29 anos agora na pesquisa Ibero-americana:

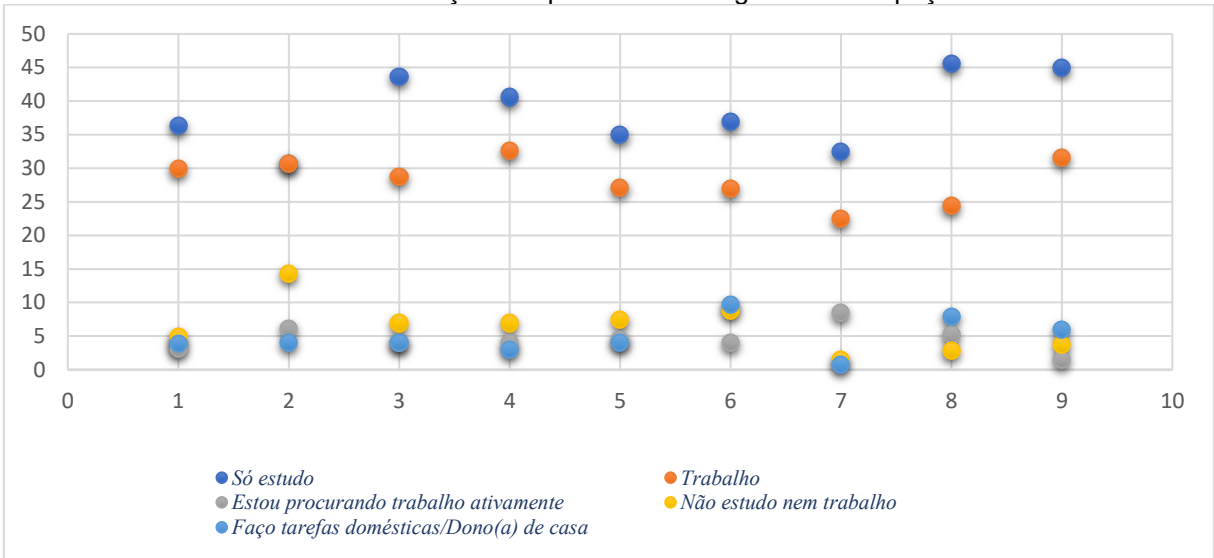
Tabela 1 – Qual é a sua principal ocupação atualmente? - Panorama dos países da pesquisa

	ARGENTINA	BRASIL	CHILE	COLÔMBIA	REPÚBLICA DOMINICANA	EQUADOR	ESPAÑA	MÉXICO	PERU
<i>Só estudo</i>	36,36	30,61	43,56	40,59	35,02	36,94	32,48	45,58	44,94
<i>Trabalho</i>	29,98	30,61	28,71	32,67	27,11	26,96	22,51	24,46	31,53
<i>Estou procurando trabalho ativamente</i>	3,10	6,12	3,96	3,96	4,50	4,05	8,54	5,23	1,50
<i>Não estudo nem trabalho</i>	4,91	14,29	6,93	6,93	7,44	8,77	1,55	2,87	3,80
<i>Faço tarefas domésticas Sou dona/o de casa</i>	3,92	4,08	3,96	2,97	4,04	9,68	0,67	7,85	6,03
<i>Outra</i>	21,73	14,29	12,87	12,87	21,88	13,61	34,26	14,02	12,19
<i>Total</i>	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Morín (2022).

De maneira mais imediata, podemos achar grande semelhança geral entre esses países ibero-americanos. Todavia, para demonstrar nuances mais veladas, reelaboramos as informações da tabela para destacar a posição relacional dos países acerca das variações de ocupação e, posteriormente, uma tabela com os países que continham maior e menor concentração percentual nos critérios de ocupação da pesquisa. A fim de, na sequência argumentativa, saturar mais os dados Brasil na tabela 1, o posicionamos na coluna à direita quando ele não se encontrava entre os extremos percentuais a fim de localizarmos o país em relação aos outros países ibero-americanos.

Gráfico 2 – Posição dos países nas categorias de ocupação

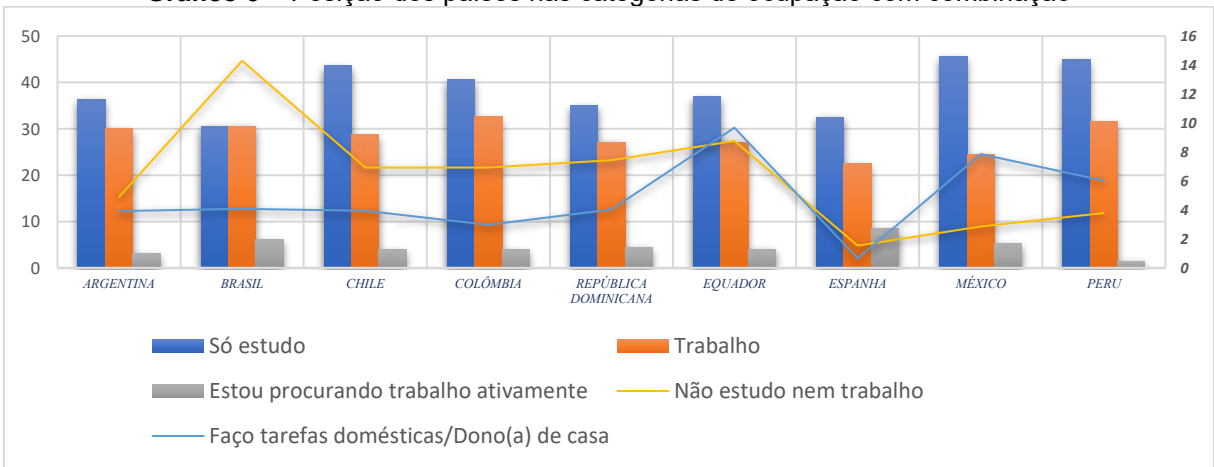


Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados apresentados por Morín (2022).

Em tempo, no gráfico acima: 1- Argentina, 2- Brasil, 3- Chile, 4- Colômbia, 5- República Dominicana, 6- Equador, 7- Espanha, 8- México e 9- Peru. Observação sobre o dado “só estudo” no Brasil: tem a mesma porcentagem de “só trabalho” (30, 61%) e se sobrepuseram na representação visual.

Se agrupássemos num gráfico de combinação personalizada, teríamos Peru, México e Chile liderando em diferentes frentes os indicadores de ocupação seus jovens, levando em conta apenas os resultados da pesquisa ibero-americana com jovens.

Gráfico 3 – Posição dos países nas categorias de ocupação com combinação



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados apresentados por Morín (2022).

Organizamos então os dados de maior e menor concentração para uma visualização mais detalhada do caso.

Tabela 2 – Maior e menor concentração de variação de ocupação

<i>Só estudo</i>	País com maior concentração	MÉXICO (45,58)	
	País com menor concentração	BRASIL (22,51)	
<i>Só trabalho</i>	País com maior concentração	COLÔMBIA (32,67)	BRASIL (30,61)
	País com menor concentração	ESPANHA (22,51)	
<i>Procurando trabalho</i>	País com maior concentração	ESPANHA (8,54)	BRASIL (6,12)
	País com menor concentração	PERU (1,50)	
<i>Não estudo e não trabalho</i>	País com maior concentração	BRASIL (14,29)	
	País com menor concentração	ESPANHA (1,55)	
<i>Dono de casa/domésticos</i>	País com maior concentração	EQUADOR (9,68)	BRASIL (4,08)
	País com menor concentração	ESPANHA (0,67)	

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados apresentados por Morín (2022).

Numa disposição diferente é possível ver as fronteiras mais nítidas entre os países. De imediato já é possível perceber a recorrência da Espanha em categorias muito específicas: menor número de percentual de jovens que apenas trabalham, maior número de jovens procurando trabalho- o que veremos que não é qualquer tipo de trabalho, mas com condições específicas-, menor número de jovens que não estudam e nem trabalham -embora essa preocupação tenha aumentando na Espanha- e menor concentração de jovens ocupados apenas com tarefas domésticas, o que pode ter uma explicação histórica de organização das demandas do lar, como examinaremos no trato dessa categoria (González-Anleo *et al.*, 2022a).

Como a repetição da Espanha na tabela foi expressiva, resolvemos analisar o relatório nacional para traçar um perfil mais específico do país nessa primeira fase e depois a discussão dentro da categoria analítica de variação de ocupação, no caso de o país estar nas fronteiras percentuais. Em linhas gerais, jovens espanhóis estudam mais e por mais tempo e trabalham menos, pois estão concluindo ciclos mais avançados de escolarização: estudos secundários, graduação e pós-graduação. Dos

que procuram trabalho, conforme os dados da pesquisa nos indicam, não procuram qualquer trabalho- são bem mais criteriosos- e tem uma marca de classe nessa procura. Mais abastados procuram trabalhos com melhores salários e menos abastados procuram trabalhos que os respeitem, conforme indicam os resultados da pesquisa (San Julian, 2022; González-Anleo *et al.*, 2022b). Pelos limites da pesquisa, não tínhamos informações disponíveis sobre o número de imigrantes jovens ou de filhos de imigrantes já nascidos em território espanhol para observar se esse seria um motivo de impacto de busca por respeito no trabalho. Temos uma hipótese que sim, mas a limitação nos impedirá uma construção a partir de evidências da pesquisa.

Em todos os relatórios nacionais, o último eixo de análise foi a questão da migração. Todavia, as possibilidades de resposta estavam relacionadas a tolerância à diversidade com a presença de imigrantes em seu país e não se o jovem era imigrante ou de uma família de imigrantes. Na Espanha a questão da migração está em mais evidência do que com relação aos países latino-americanos por sua localização no sul da Europa fazendo fronteira com o continente africano e por seu histórico de metrópole nas colônias americanas, especificamente, um local alvo de migração para a população desses países pela similaridade do idioma (Rodrigues; Tonhati, 2022).

Sendo assim, nossa hipótese é que imigrantes e filhos de famílias imigrantes tenham assinalado que sim, são mais tolerantes e respeitam a diversidade dentro das suas fronteiras nacionais precisamente por serem parte desse público, mas não temos elementos na pesquisa que suportem e deem evidência a essa última ideia, embora haja uma coleção de publicações que descrevam o perfil de imigrantes para a Espanha: jovens mulheres pobres trabalhadoras domésticas e de cuidados (Rodrigues; Tonhati, 2022; Oso, 1997). Essa demanda por trabalho é oriunda da entrada das mulheres nativas espanholas no mercado de trabalho. As tarefas de cuidados, reprodução e manutenção do lar, antes executadas por essas, foram, desde os primeiros anos da década de 1990, foram substituídas por mão-de-obra imigrante (Oso, 1997).

Quando observamos o recorte de gênero, as mulheres buscam mais respeito por trabalho e homens salários mais altos (San Julian, 2022), o que pode ser indicador de disparidade, ainda que menor em comparação com os países americanos, de gênero no trabalho e na busca por trabalho. Esse indicador de gênero também opera na mesma assistência que a marca de classe social -GSE- na Espanha e nos demais

países. Essa similaridade de indicadores tão diversos nos indica que: com relação a classe, ricos e homens tem inclinação de busca comum, assim como pobres e mulheres, num outro grupo. Essa verossimilhança foi encontrada na análise dos oito relatórios nacionais e será encontrada um sem-número de vezes nesse estudo e para nós é evidência que homens, assim como os mais ricos se encontram em posição de mais prestígio, com melhores condições sociais, enquanto mulheres e mais pobres estão tentando construir condições mínimas de segurança e direitos sociais em diferentes sentidos ao buscar por respeito e reconhecimento no trabalho.

Sobre os jovens que não estudavam e nem trabalhavam no momento da coleta, embora tenha um percentual mínimo com relação aos demais países, a sociedade espanhola tem se movimentado nesse sentido de entender melhor os jovens sem ocupação e como isso impacta seu país (Barbería, 2009). Quando nos detivermos ao item não estudo e não trabalho, analisaremos o caso espanhol e como a literatura recente tem tratado esse fenômeno em crescimento, segundo os estudos nacionais.

Um último componente que se sobressai no caso Espanha é o trabalho doméstico. Mais à frente no texto, discutiremos as questões históricas e estruturais desse fenômeno que explicam bem por que a Espanha tem os menores índices em detrimento do Equador que agrupa o mais número de respondentes do componente. Nossa hipótese também caminha no sentido de primeira e segunda geração de migrantes na Espanha serem a potencial maioria dos respondentes na ocupação de trabalho doméstico, mas não teremos elementos na pesquisa para sustentar essa conjectura.

Por hora, já percebemos os contornos do caso Espanha e reunimos elementos que constroem uma primeira afirmação sobre os países da pesquisa: a realidade ibérica é estruturalmente diferente da latino-americana. Logo, podemos já construir dois grupos analíticos: dados Espanha e dados dos oito países latino-americanos envolvidos. E se a busca aqui é tentar entender e construir o caso Brasil a partir da análise da amostra, essa primeira distinção é fundamental. Feita essa primeira separação mais sobrelevada, vamos ao exame das disposições dos países nas categorias de ocupação e o detalhamento dessas com suas fronteiras de percentuais máximos e mínimos a fim de detectar padrões e diferenças.

Nosso objeto de pesquisa é o caso Brasil da pesquisa ibero-americana, mas nessa fase trabalhamos como em Bourdieu, onde um objeto nunca é analisado em si mesmo e para si mesmo; pelo contrário, constrói-se uma representação objetiva dele

através de um conjunto relacional entre ele, instituições e o espaço social mais amplo que é o seu contexto (Bourdieu; Wacquant, 2005).

Pensando no conceito de espaço social como o “conjunto de todas as posições possíveis disponíveis para ocupação” (Hardy, 2018, p. 29) e, portanto, o espaço das posições, mapeamos as posições sociais num diagrama de disposição e comparação entre os países, segundo cada ocupação, para depois trazemos mais robustez à análise com as variações de ocupação por indicadores máximos e mínimos entre esses. Destacamos o Brasil na cor vermelha, uma vez que o objetivo dessa representação é apresentar a disposição com relação ao estudo Brasil da investigação. Essa fotografia estática das posições na representação do espaço social ibero-americano, nos dá, apoiados ainda em Bourdieu, justamente a possibilidade de dinâmica do sistema constituído pelos países da amostra. Nas palavras de Bourdieu (1994, p.114),

É por isso que a estática do sistema, ou seja, a correspondência entre os dois espaços num dado ponto do tempo, é o motivo principal da dinâmica do sistema: qualquer ação que busque modificar a correspondência [...] determina uma transformação de todo o sistema de relações entre os dois espaços.

Escolhemos tratar do espaço social e da posição como primeiros elementos conceituais da tese, por essa última se constituir como um tipo de produto relacional do espaço social que detém maiores características de permanência, ainda que estejamos tratando no universo das abstrações. A posição social é um ponto numa trajetória, não apenas uma posição relativa em uma estrutura social em um determinado momento (Catani *et al.*, 2017). Para Bourdieu (1997), a estrutura social é um sistema em que os diversos arranjos de poder material e simbólico, determinam a posição social ocupada por cada grupo, ainda que voláteis e passíveis de mudança. E para entender um sistema de hierarquia, nada melhor que recorrer ao recurso balizador nas ciências biológicas: a taxionomia.

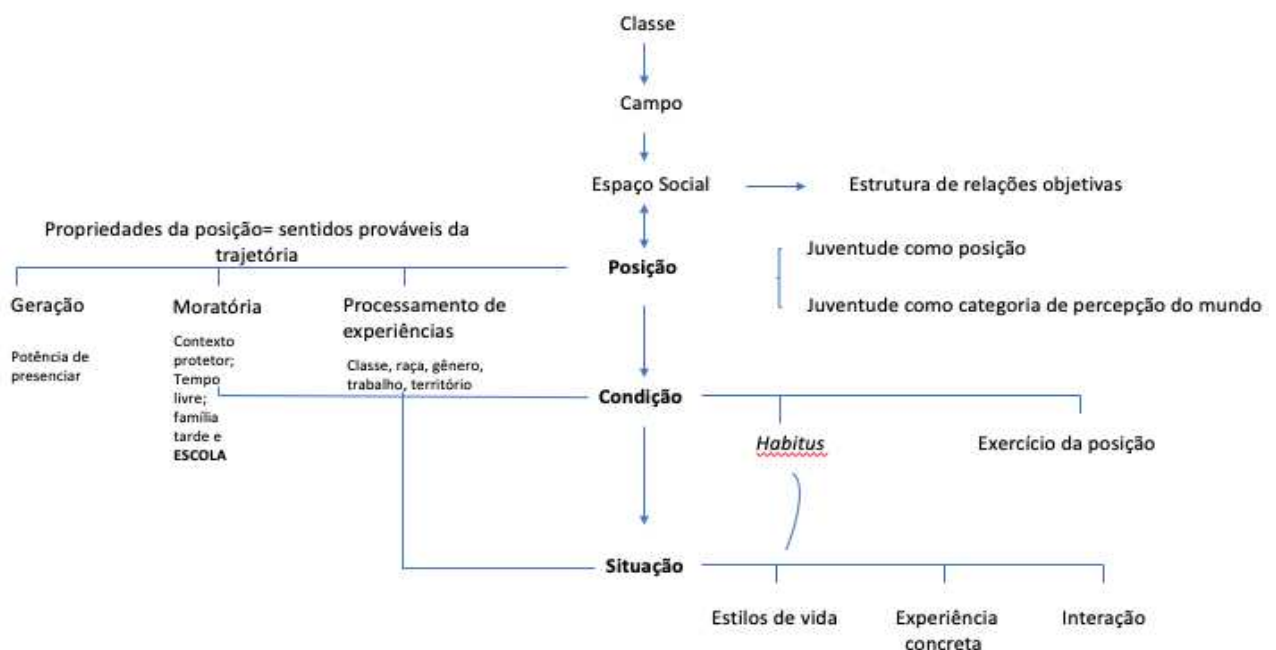
A taxionomia tem sentidos mais ou menos parecidos em diferentes campos do conhecimento. Opera no sistema de classificação e etiquetagem de marcadores de igualdade, características e diferenças entre pares. Para Bourdieu (1997, p.31), essa taxionomia no cenário social é “um sistema de classificação que organiza a percepção e a apreciação, e a estrutura prática”. A taxionomia nas ciências sociais seria então um conhecimento prático do mundo, sem o qual, nas palavras do autor “não se conseguiria viver e agir na realidade social” (Bourdieu, 1997, p.31). Nós classificamos.

Separamos. Organizamos o mundo por aproximação e distanciamento. Talvez nossos próprios limites cognitivos nos levem a buscar uma taxionomia das coisas e cientes de nossos limites, nos propomos a classificar, resumir para tentar entender melhor nosso objeto.

Em linhas gerais, o termo taxionomia é empregado quando se trata de operações mentais que são realizadas pelos agentes sociais rotineiramente para categorizar questões da realidade social, de etiquetas muitas vezes binárias de pessoas e coisas. Em outras palavras, é a classificação hierárquica de diferentes práticas sociais em um sistema de valores sociais. Nesse sentido, podemos afirmar que as taxionomias são socialmente construídas e produtos das relações estabelecidas entre os agentes e sua leitura da realidade na tentativa de inventariar, descrever e agrupar por semelhança comportamentos, fatos e fenômenos sociais.

Mas, antes, apresentamos o esquema teórico da posição no espacial para mapear uma das trilhas teóricas que usaremos aqui nesse estudo:

Figura 3 – Esquema teórico da posição social



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Bourdieu (1997), Mannheim (1968) Margulis e Urresti (1996)

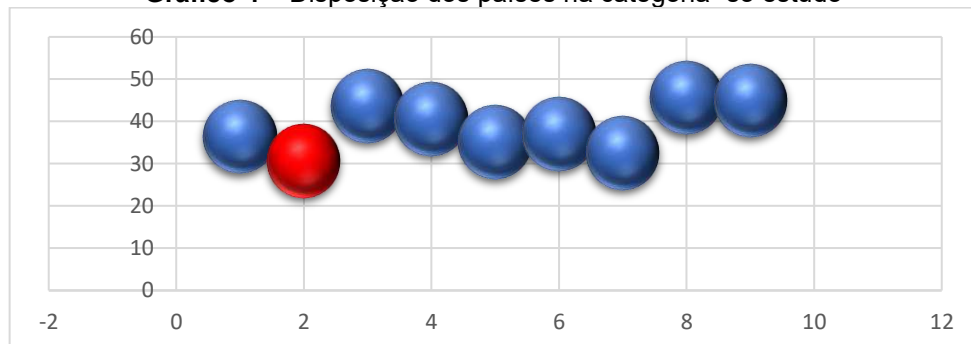
Segundo Bourdieu (1980), esses sistemas de classificação funcionam por pares de oposições que, subjetivamente interiorizadas, tornam-se princípios de visão e divisão social. Dessa forma, como partem de condições objetivas de existência, são

estruturados e ao mesmo tempo, quando classificam coisas externas, são estruturantes de instituir, ainda segundo o autor, “formas de clivagem social” (Bourdieu, 1980, p. 341). São produtos e produtores no ciclo de leitura da realidade social.

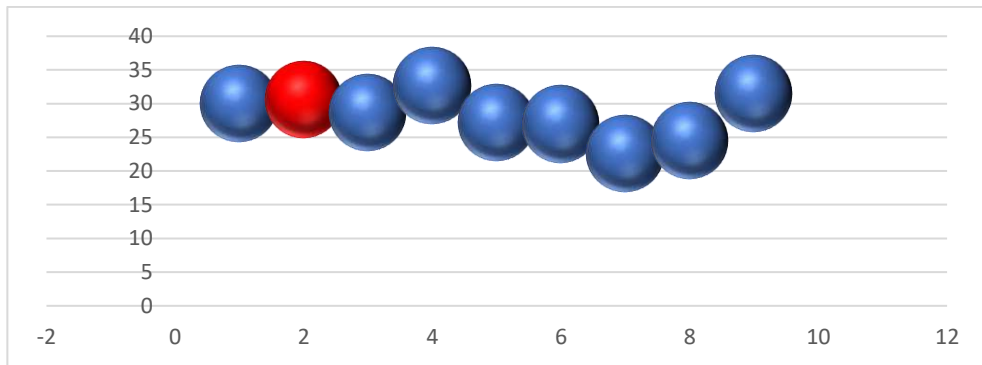
Destarte, estudar uma taxionomia da posição social é ao mesmo tempo entender que ela é um produto das relações objetivas nas condições de existência, como acesso a equipamentos sociais, contagem de anos de estudos, marcadores de saúde, participação política, acesso a bens de consumo- como um sistema estruturado por outros elementos combinados-; e se constrói como um mecanismo estruturante, determinando, a partir de suas propriedades de posição, a transição escola-trabalho (TET), a transição para o mundo adultos, as trajetórias possíveis dos sujeitos e até o seu destino. Iremos então construir e desconstruir as posições aqui dadas para atingirmos a próxima camada analítica.

Logo, é a visualização engessada das posições dos países por categoria de ocupação o que possibilita a visualização do aspecto dinâmico e relacional. É a foto inerte que nos dá a perspectiva do movimento relacional de um país em relação ao grupo ibero-americano da pesquisa com jovens do ano de 2019. Por questões comparativas com o caso Brasil, abandonamos o aprofundamento da categoria “procurando trabalho”. Fizemos escolhas teóricas que implicam posicionar o Brasil num ângulo diferente do Peru, índice mínimo (Etesse, 2021), e da Espanha, índice máximo. Contudo, exploramos esses índices em outras análises que envolvem esses países.

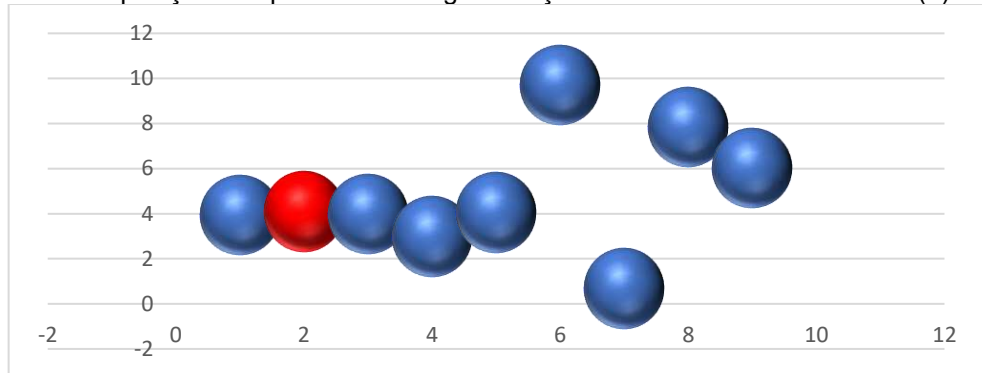
Gráfico 4 – Disposição dos países na categoria “só estudo”



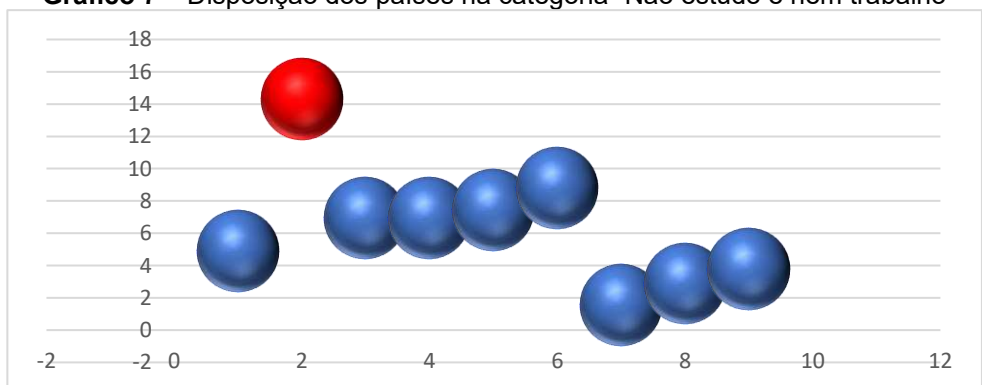
Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados apresentados por Morín (2022).

Gráfico 5 – Disposição dos países na categoria “só trabalho”

Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados apresentados por Morín (2022).

Gráfico 6 – Disposição dos países na categoria “faço tarefas domésticas/sou dono(a) de casa”

Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados apresentados por Morín (2022).

Gráfico 7 – Disposição dos países na categoria “Não estudo e nem trabalho”

Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados apresentados por Morín (2022).

Nos gráficos 4, 5, 6 e 7 vimos que a distribuição de respostas por países e a posição de cada país na representação do espaço social ibero-americano da pesquisa nos demonstra os relevos mais expoentes das condições das populações de jovens em seus contextos nacionais. A distribuição mais homogênea das posições sociais dos países nos quesitos de ocupação se dá na categoria só trabalho, seguida por só estudo e a que mais tem variação é a categoria não estudava e nem trabalhava.

Contudo, a variação com maior isolamento de um país num caso particular é a situação do Brasil com relação a categoria não estudo e nem trabalho.

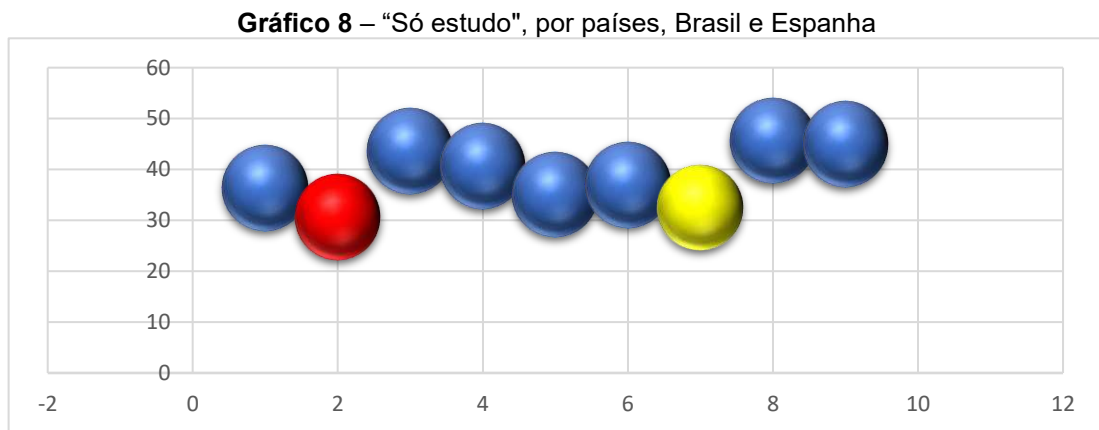
Nossa hipótese preliminar é que a homogeneidade nas disposições dos países pelo trabalho não se trata do mesmo tipo de trabalho para todas as populações. Nossa hipótese ainda é que as variações de tipos de trabalho não se dão por contextos nacionais, mas pela divisão entre as classes sociais ou GSE e sexo, observando os relatórios nacionais que indicam uma diferente distribuição de ocupação entre homens e mulheres (González-Anleo *et al.*, 2022a). Nossa suposição também aponta para a raça como um indicador importante. Talvez de modo mais forte em alguns países do que em outros, mas pela fragilidade de comparação de dados raça entre os países, não poderemos avançar na investigação dessa última conjectura, mas conseguimos aprofundar no caso Brasil.

Outra hipótese que temos acerca da discrepância entre os países na disposição sobre o estudo exclusivo, está no campo das políticas educacionais, capilaridades dos sistemas de ensino – especialmente dos latino-americanos- e histórico de socialização juvenil. Iremos demonstrar essa ideia examinando o caso México-Brasil. Ambos os países têm condições bastante aproximadas para seus jovens. Até a expansão escolar dos sistemas de ensino foi em período histórico semelhante, contudo, o primeiro país tem o maior número de jovens de 15 a 29 anos que apenas estudam enquanto o Brasil tem o menor número. Localizamos uma possível evidência que justifica esse fato e apresentaremos no manejo com as variações de ocupação por países. Na sequência, avaliaremos ainda as categorias trabalho, trabalhos de casa e não estuda e nem trabalha, com detalhamentos.

A posição desses países é uma localização social (Bourdieu, 2009a). Essa localização delimita um conjunto de propriedades dessa posição, de características estruturais e estruturantes, com mais permanências e, sobretudo, com elementos simbólicos importantes quando tratamos a posição como um lugar, um ponto numa trajetória (Catani *et al.*, 2017), uma posição relacional de conexões que ao se constituírem, se reforçam e constroem o sentido das relações sociais particulares.

Há um destaque, portanto, a ser feito quando tratamos de posição. Ainda que um sujeito ocupe a mesma posição no campo das abstrações, isso não significa estar no mesmo conjunto de condições sociais ou mesmo de situações. Para demonstrar essa questão, apontaremos na análise das categorias de variação de ocupação por países, os que estão em uma determinada posição, mas que reúnem um conjunto de

condições mais ou menos favoráveis e por vezes até distante de sua posição. Por exemplo, ao construirmos o gráfico 8, e vimos a localização da Espanha está mais próximo do Brasil do que o primeiro lugar, México. Contudo, quando observamos quem são os jovens mexicanos que só estudam, vimos que são os mais jovens, que o acesso de fato foi democratizado, mas a permanência ainda é uma questão. Jovens mexicanos abandonam precocemente a escola e conseguem empregos mal remunerados e pouco protegidos (Gómez; Marín, 2019).



Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados apresentados por Morín (2022).

Na Espanha (bolha em amarelo), embora sua posição na representação do espaço social ibero-americano esteja numa localização que indicaria fragilidade no estudo exclusivo dos jovens espanhóis (32,48%), percebemos um conjunto robusto de condições sociais significativamente melhores para os jovens que estudam, inclusive se forem mais pobres. Espanhóis estudam por mais tempo, tem acesso e permanência maior no ensino secundário e superior. Há menos defasagem de expectativa idade/série e, quando eles deixam a escola, é porque atingiram o nível máximo de escolarização (San Julian, 2022). Por isso, define-se aqui condição social como o conjunto das experiências da posição. No caso, a posição social da Espanha na variação de ocupação “só estudo” é baixa com relação ao país líder, mas reúne um conjunto de condições sociais mais favoráveis a situações sociais juvenis de maior estabilidade assegurada aos direitos fundamentais.

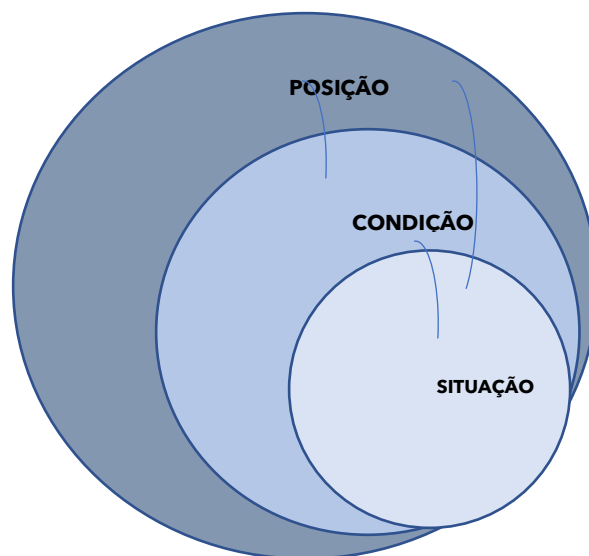
O México, do contrário, mesmo em uma posição no espaço social representado de liderança, na experiência de posição de seus jovens, suas condições sociais, vimos ampla desigualdades e problemas elementares de permanência escolar que extravasam em situações sociais como o paradoxo mexicano de os jovens terem

baixos salários e direitos e altas expectativas de melhora imediata de seu trabalho e salário, de modo irreal (Gómez; Marín, 2019). Pela lógica, México e Brasil por reunirem condições semelhantes poderiam ocupar a mesma posição ou posições sociais próximas, mas outros fatores influenciam na construção da posição social – as propriedades da posição, o que tocaremos mais à frente na análise.

Vamos tratar mais do tripé: posição, condição e situação e posteriormente, discutiremos as propriedades da posição. Posição social, condição social e situação social não são conceitos gradativos necessários, onde um influencia o outro. Do contrário, possuem caráter relacional, complexo e flutuante, como poderemos aprofundar mais ao longo do capítulo.

Para construir um recurso visual adicional, o esquema abaixo pode ajudar na compreensão dessa breve introdução sobre posição, condição e situação para Bourdieu (2009a). Foi também estabelecida uma gradação das cores, da mais escura no estágio “posição” para a mais clara, no estágio “situação”, a fim de demonstrar um processo de diluição maior das permanências e marcadores estruturantes, onde a posição se constituiria num contexto de maior estruturação e fixações e a situação, em menor e ambas as três se encontram em relação de interdependência entre si:

Figura 4 – Diagrama de Posição, Condição e Situação

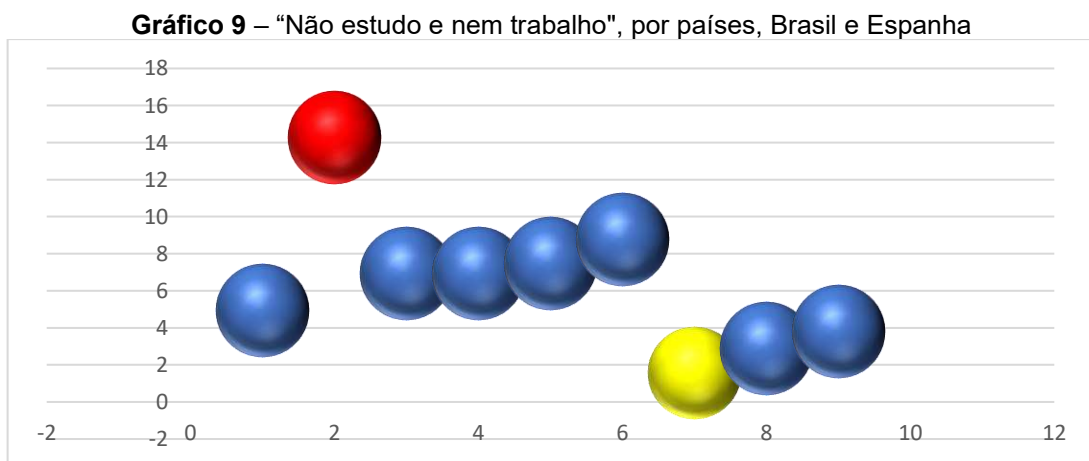


Fonte: Elaborado pela autora.

Com essa imagem como apoio, propomos uma análise do paradoxo que a posição social traz consigo. Ao mesmo tempo que ela é produto estruturado pelas

condições objetivas de existência – condição e situação-, ela se situa a uma certa distância da realidade vivida. A experiência da posição está na segunda esfera, da condição social. O paradoxo está em que para examinar um componente influente na estrutura social que é originário de uma demanda objetiva da vida prática, precisamos olhar de um plano mais afastado. Ou seja, para entender o caso da ambiguidade que envolve os jovens mexicanos no tópico do relatório nacional “Trabalhar para ser pobre” (Gómez; Marín, 2019, p.43), onde esses se encontram em situação de trabalho precarizado originado de fragilidade social e nos estudos e ainda assim mantem altas expectativas de mudança social imediata ganha perspectiva e solidez quando nos afastamos e observamos, primeiro, as condições sociais das experimentações dos sujeitos jovens desse país e, em segundo lugar o estudo de sua posição no espaço social do conjunto de sua população em diferentes variações de ocupação, não apenas para os jovens que exclusivamente estudam.

Podemos demonstrar também essa operação teórica em camadas analíticas quando observamos a Espanha. Jovens que não estudam e nem trabalham são o conjunto mínimo espanhol e, nesse caso, sua posição na representação do espaço social, a condição social de seus jovens e grande parte das situações sociais vividas na prática, mantém coerência com aspectos históricos, sociais e estruturais da sociedade espanhola, com relação a outros indicadores que se correspondem com o caso Brasil.



Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados apresentados por Morín (2022).

Bourdieu (2009a), quando busca distinguir condição de classe e posição de classe, está construindo contrastes quase que como de luz e sombra para pensar a

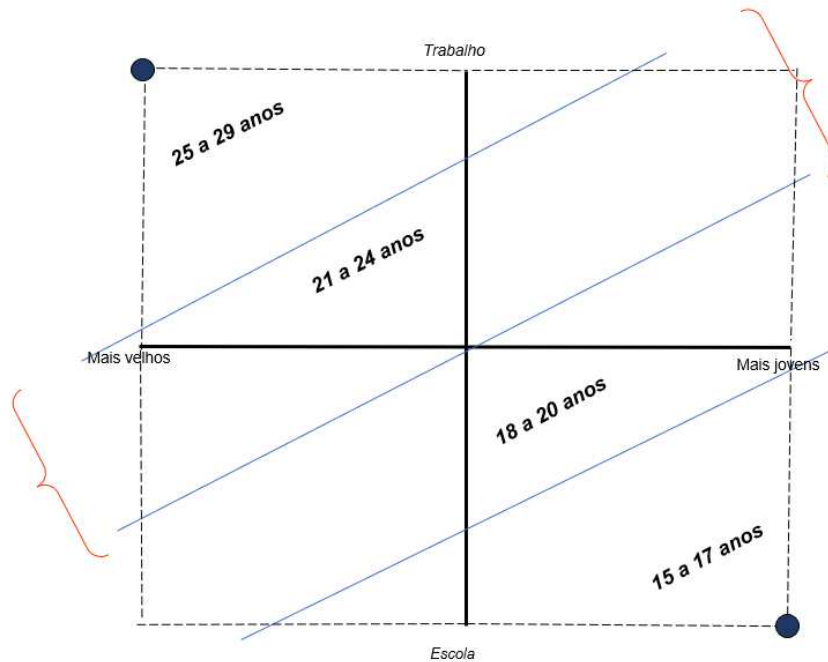
ideia de uma posição geral de classe, das condições efetivas de vida dos conjuntos sociais que ocupam essa posição mostrando suas variações. Ele ainda demonstra que as diferentes condições de existência de grupos sociais que ocupam posições semelhantes em sociedades diferentes e nos diz que posições sociais diferentes podem encobrir condições parecidas de vida em distintos espaços sociais. Esse exercício bourdieusiano pode ser praticado quando nos esforçamos para construir o conceito de juventude como uma posição. Para Peregrino e Prata (2023, p.6):

Juventude é uma posição social, ao mesmo tempo dinâmica, tensa, transicional, porque implica num desenraizamento para posterior processo de re-enraizamento social. Para nós, é isso que unifica juventude -esse estado ao mesmo tempo, formativo, liminar, transicional, com vistas ao uso de uma condição presente que configura possível inserção futura- de trânsito entre a socialização primária e os processos de socialização secundária. [...] Juventude é nesse contexto, uma posição no espaço social.

A juventude é um período da vida e é vivido de muitas, variáveis e desiguais maneiras. No Brasil, não apenas as *condições* de exercício da Juventude são desiguais, mas a *posição comum* vivida em condições absolutamente díspares, submete os jovens a situações de transição, também, muito distintas (Peregrino; Prata, 2016, 2023). Retomando Bourdieu, podemos pensar que tanto as condições de vida do exercício da posição da juventude, quanto a própria juventude como uma posição em si tem variadas formas de experimentação mediadas pela classe. Todo um campo teórico nos mostra que a classe é uma categoria imprescindível quando tratamos da experiência social de diferentes grupos, mas que existem outras como a etnia/cor da pele e raça, o gênero, o território, a religião, a nacionalidade nas relações sociais desse estudo de posições relacionais.

Argumentarmos que o primeiro eixo de subordinação a ser analisado, deve ser as frações da juventude, suas tendências gerais, mas sobretudo, as características de cada faixa de geração juvenil: mais jovens vinculados com a escola, intermediários 1- 18 a 20- inclinados a acompanhar os adolescentes, dependendo da classe social, intermediários 2- 21 a 24- fronteira e disputa entre as escola e trabalho e jovens-adultos, 25 a 29-, com vinculação social estabelecida a partir do trabalho. O gráfico abaixo é construído a partir da figura 14.3 Mudança de geração no espaço social (Hardy, 2018).

Figura 5 – Planificação de mudanças de faixas de idade no espaço social



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Hardy (2018).

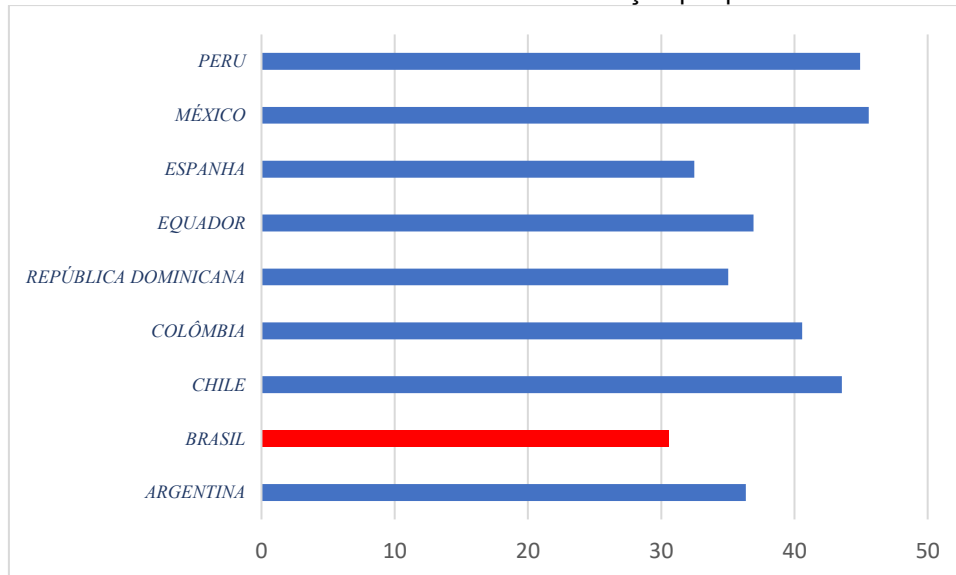
É, portanto, no desenho preciso e rigoroso dos casos que se consegue surpreender as desigualdades e as distâncias que marcam as muitas formas de experimentar esta posição comum (Peregrino; Prata, 2023) de juventude. Essa juventude como posição que numa análise bourdieusiana seria ainda um instrumento de demarcação no espaço social (Groppo, 2015), submetida pelas clivagens e diferenciações de classe. Logo, a relação juventude e classe é um ponto importante para este autor e para nossa análise que admite o valor da classe para análises da juventude na sociedade, mas completa com outras marcas de posição igualmente relevantes e que historicamente ficam de fora em análises sociológicas do campo da Educação como a raça e o gênero.

Com essa primeira armada acerca das noções sobre a posição, condição e situação social, vamos observar e trabalhar os casos nacionais das populações jovens de 15 a 29 anos dos países pertencentes ao estudo ibero-americano. Construiremos as análises a partir dos indicadores máximos e mínimos das opções de ocupação- só estudo, trabalho, do lar e não estudo e nem trabalho e, quando necessário, evocaremos algumas situações pontuais.

2.1.1 Variação de ocupação: só estudo

México

Gráfico 10 – “Só estudo” distribuição por países



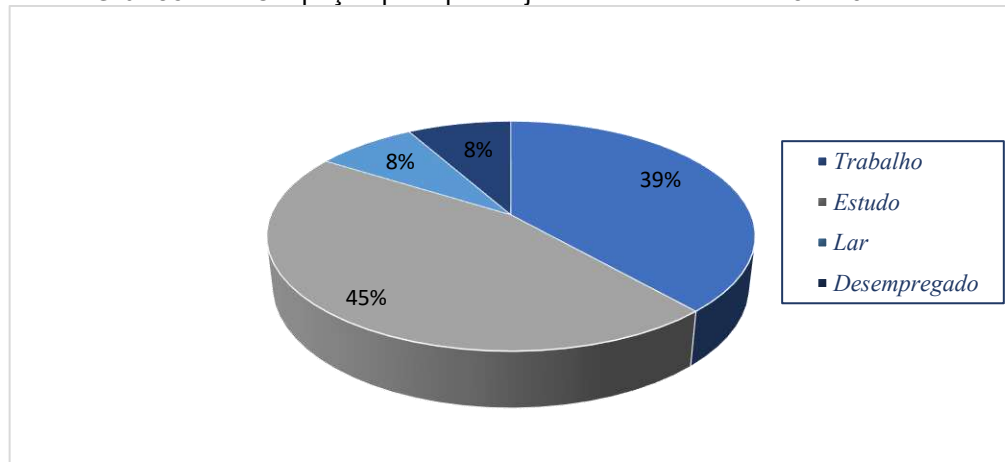
Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados apresentados por Morín (2022).

Na categoria “só estudo” como alternativa de resposta, os jovens do México lideram em termos percentuais. Contudo, ao explorarmos o relatório México (Gómez; Marín, 2019) vimos questões importantes a serem discutidas e grande parte delas estão relacionadas com as condições sociais dos jovens mexicanos. O país agrega o conjunto maior de jovens que apenas estudam, e esse dado é equidistante a homens e mulheres, mas em maioria adolescentes, seguindo a tendência geral de mais jovens estudando e mais velhos trabalhando (González-Anleo *et al.*, 2022b; Gómez; Marín, 2019).

Os jovens mexicanos quando trabalham, o fazem sem ter concluído a escolarização básica no país, o que acarreta trabalhos precarizados, com fragilidade de direitos e pouca qualificação (Gómez; Marín, 2019), indicando condições sociais frágeis e com pouca estabilidade. Székely (2010) examina com cuidado as políticas de fomento da educação secundária e superior no país que datam do início dos anos 2000. Essas políticas operam como condutor de suportes sociais e moratórias (Margulis; Urresti, 1996) que impactam as condições sociais dos jovens. Székely (2010, p. 101) sustenta que embora “as políticas educacionais sejam marcadas pelas

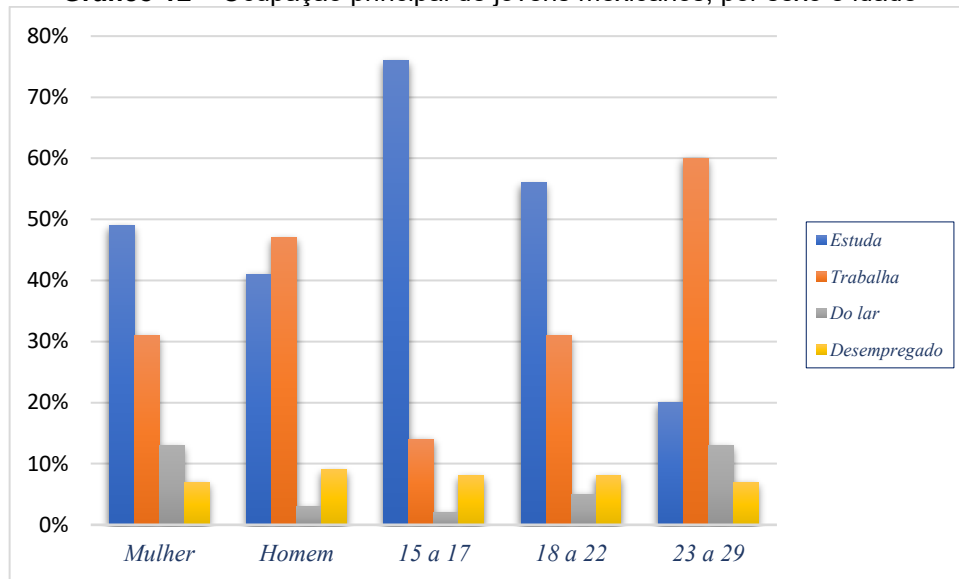
desigualdades e dificuldade de permanecer na escola nos níveis mais elevados de escolarização”, que a capilaridade do sistema educacional mexicano fez com que as políticas chegassem a um maior número de jovens e adultos nos últimos anos. Logo, concluímos- pensando nas análises do autor e nos resultados da pesquisa do México- que apenas estudar é uma condição recente, que teve uma distribuição importante no interior do país, ofertando mais acesso quando comparado a outros países latino-americanos, mas disponível aos mais jovens e na escola elementar e secundária, embora seja temporária, haja vista estudos que mapeiam o desafio mexicano de permanência na escola e conclusão do ciclo básico de escolaridade, como em Bustamante (2014), Székely (2010) e SEP (2001) .

Gráfico 11 – Ocupação principal de jovens no México de 15 a 29 anos



Fonte: Gómez, Marín (2019).

Quando desagregamos os dados por sexo e idade, vimos que o país segue a tendência geral encontrada em outros estudos sobre jovens: mulheres estudam mais enquanto homens trabalham mais; todavia, quando seccionamos essa informação por faixas de idade, temos o contorno mais preciso: mais jovens estudam mais (e na escola pública), mais velhos trabalham mais. A faixa intermediária de 18 a 22 anos se encontra mais inclinada a seguir a tendência dos adolescentes, porém, os cortes determinados por idade foram distintos entre os países. Enquanto na maioria, incluindo o Brasil, o seccionamento foi: 15 a 17, 18 a 20, 21 a 24 e 25 a 29 anos, no México foi: 15 a 17, 18 a 22 e 23 a 29 anos, sendo esse último uma faixa grande, compreendendo seis anos da vida dos jovens mais velhos, o que encaramos como uma faixa extensa demais para captação de nuances que a maioria dos países utilizou.

Gráfico 12 – Ocupação principal de jovens mexicanos, por sexo e idade

Fonte: Gómez, Marín (2019).

Algo que demonstra perdas na nossa análise é o México não ter aprofundado no estudo das classes sociais ou grupos socioeconômicos ou mesmo ter mergulhado na questão da raça, tão fundamental entre os latino-americanos com relação a ocupação. Essas categorias foram tratadas apenas na seção sociodemográfica de caracterização dos jovens do país. Um outro ponto importante é que é citado no relatório que “16% dos jovens mexicanos relataram estudar e trabalhar” (Gómez; Marín, 2019, p. 40). Essa combinação não aparece em todos os estudos e não fica claro como foi coletada uma vez que o relatório anuncia quatro opções de resposta à ocupação: estuda, trabalha, do lar ou desempregado (Gómez; Marín, 2019). Chamamos essa especificidade de “integração”, quando os países não captaram separadamente as opções de resposta ao item “trabalho e também estudo” e “principalmente estudo e faço algum trabalho” - combinação estuda e trabalha. O mesmo acontece nas coletas das investigações do Peru, da Colômbia e da Espanha.

Dessa maneira, concluímos nessa etapa que o México é marcado pelas desigualdades sociais, mas que a capilarização e interiorização de suas escolas foi uma vantagem no acesso rápido da população mais pobre aos bancos escolares, especialmente da escola média, garantindo liderança na variação só estudo com relação aos outros países da amostra. Entretanto, esse fenômeno de distribuição não se reflete no tempo de permanência do jovem na escola, sua formação técnica, universitária ou sua entrada em oportunidades de trabalho mais protegido, com

direitos e com salários melhores. Vimos que situações sociais vulneráveis e condições sociais mais precarizadas não compõe logicamente a posição no espaço social e nem as distâncias com as oposições dos países também dispostos que tem contextos semelhantes, especialmente os da América-latina. Voltaremos nesse ponto para melhor explicarmos outros pilares que sustentam a construção da posição social.

Brasil

Contrastando com o menor número percentual de jovens que só estudam, vem o Brasil. Nosso país reúne um conjunto de condições sociais e situações que compõe a disposição de sua posição no espaço social. O caso brasileiro, em certa medida caminha de forma semelhante ao México com relação às políticas de fomento à escola média e à universidade no início dos anos 2000. Afirmamos, então, que Brasil e México tem contornos muito parecidos: mais jovens estudam; mais velhos trabalham; grupos intermediários se encontram em disputa entre estudos e trabalho; mulheres estudam mais que homens e homens trabalham mais (González-Anleo *et al.*, 2022a; Carrano, 2021; Gómez; Marín, 2019), mesmo que em diferentes tipos de trabalho, segundo a classe social (Peregrino; Prata, 2021).

Quando observamos mais detidamente os dados Brasil, vimos como a marca das desigualdades educacionais constrói um imperativo sobre os seus jovens no sistema educacional. Dito de outra maneira, a socialização juvenil mediada pela escola ainda é recente no Brasil (Sposito, 2003a, 2003b) seu processo de extensão da escolarização é tardio (2018); aqui o trabalho faz a juventude (2005), não a escola (Dayrell, 2007), porque a relação com a escola é marcada pela intermitência e ausência de uma marca de conclusão (Madeira, 1986). Logo, a posição do Brasil como último país do indicador de jovens que afirmam apenas estudar, não é novidade. Na verdade, é amplamente discutido na literatura e era um resultado esperado (Madeira, 1986; Sposito, 2003a, 2003b; Dayrell, 2007; Cardoso, 2013, 2015).

A expansão do ensino médio, ensino técnico e ensino superior data da primeira década dos anos 2000 e foi amparada por programas e projetos de governo com foco na juventude que foram descontinuados (Barão; Resengue; Leal, 2021) pelos governos seguintes após o golpe parlamentar que o Brasil sofreu em 2016. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Ciências sem Fronteiras, Programa Universidade para Todos (Prouni), Programa de Apoio a

Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e Estação Juventude são alguns exemplos⁹ disso. Nessa linha, examinaremos dados Brasil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para darmos perspectiva ao entendimento do porquê o Brasil teve o menor índice de jovens que apenas estudam na pesquisa ibero-americana.

A exemplo do caso México, vamos buscar políticas que operam como condutor de suportes sociais e moratórias (Margulis; Urresti, 1996) que muitas vezes até determinam as condições sociais dos jovens e refratam suas condições objetivas de experimentar a vida juvenil. Quando comparados os anos de 2013 e 2020, houve uma queda de 84,2% na destinação de recursos para o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve¹⁰). Esse processo de restrição e redução nos investimentos destinados à juventude refletiu diretamente nos indicadores das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD'S¹¹) dos anos de 2016, 2017 e 2018. Em 2019, ano da coleta da pesquisa ibero-americana, a PNAD contínua brasileira demonstra uma pequena melhora com relação a esses anos anteriores, mas que se configura como menor quando a comparamos com os índices de 2013, 2014 ou 2015. Ou seja, os índices nacionais de 2019 quando comparados ao projeto de governo realizado até 2015 demonstram de fato sua situação de perda de direitos e precariedade no conjunto da sociedade brasileira, com ênfase no grupo dos jovens.

Para entender melhor o contexto desse indicador Brasil sobre os jovens que exclusivamente estudam, trabalhamos com o documento Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira dos anos de 2018, 2019 e 2020 (IBGE, 2018, 2019, 2020a). Na primeira publicação os indicadores analisados datavam de 2011 a 2017, na segunda, 2012 a 2018 e na terceira, de 2013 a 2019. Utilizamos esses mapeamentos de recorte temporal para entendermos o contexto da população no período imediatamente anterior ao ano da coleta da pesquisa ibero-americana. O material foi desenvolvido pelo IBGE, na Pesquisa

⁹ Esses programas e projetos foram parte de um projeto de expansão das oportunidades educacionais no Brasil no primeiro 2003-2006 e segundo 2007-2010 mandatos de governo sob a presidência de Lula e primeiro 2011-2014 e segundo 2015 mandato Dilma Rouseff, interrompido por um golpe parlamentar.

¹⁰ O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) foi criado em 2005 pela Lei 11.129, que também instituiu a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG/PR), e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

¹¹ As PNAD's foi uma pesquisa que surgiu no ano de 1967, coordenada pelo IBGE, sendo os seus resultados apresentados trimestralmente até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os resultados passaram a ser anuais. A pesquisa teve 49 anos de existência, sendo encerrada em 2016, com a apresentação dos resultados de 2015. A partir de então, ela foi substituída pela PNAD contínua.

Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) e utilizada a Síntese dos Indicadores Sociais, com três seções temáticas: estrutura econômica e mercado de trabalho; padrão de vida e distribuição de renda e educação.

Em ambas as publicações, dentro do capítulo destinado à educação, há dados referentes exclusivamente a juventude brasileira nesses anos de análise. Nesse sentido, o ano de 2019 (IBGE, 2020b) apresenta como características estruturadoras 10 pontos que ilustram bem a fragilidade do conjunto de condições que posicionam o Brasil em último lugar na categoria só estudo, na pesquisa:

- 1) aumento de desocupação juvenil quando comparado aos anos anteriores a 2018, mas uma pequena melhora deste ano para 2019;
- 2) aumento do número de jovens que não estavam estudando e nem trabalhando no momento da coleta da PNAD Contínua;
- 3) quanto mais jovem se larga a escola, maior chance de estar desocupado no Brasil, em todas as regiões da federação;
- 4) as desigualdades sociais por região do Brasil impactam diretamente no acesso e permanência dos jovens nas instituições fundamentais de escola e trabalho, ou seja, no sul e sudeste há mais acesso e no norte e nordeste, menos. A Região Nordeste destoava das demais principalmente pelo aspecto da ocupação, visto que apenas 40,5% dos jovens estavam ocupados, enquanto a média nacional era 49,8% (IBGE, 2020b);
- 5) pretos e pardos têm índices historicamente muito distantes de brancos em diferentes categorias de análise;
- 6) a taxa de analfabetismo é maior em jovens mais velhos (25 a 29 anos);
- 7) ainda há grande desigualdade no acesso ao Ensino Superior quando verificamos desagregação por renda e por zona (urbana e rural);
- 8) 23,8 milhões de jovens, mais da metade da população juvenil (50,7%), de 15 a 29 anos de idade, sem ensino superior completo, não frequentavam escola, pré-vestibular ou curso da educação profissional;
- 9) quanto interseccionados os dados, vimos que a situação histórica de desigualdade das jovens pardas e pretas na escola e no trabalho se agudizou em 2019;
- 10) as desigualdades por sexo, cor ou raça, rendimentos e nível de instrução do grupo dos jovens que não estudam e não estão ocupados mantêm-se ao longo da série histórica das PNAD's contínuas e das PNAD's e revelam,

portanto, aspectos estruturais do fenômeno, o que convida à formulação de políticas públicas abrangentes e que possam apresentar continuidade de forma a mitigar o fenômeno (IBGE, 2020b).

Esses pontos nos convidam a um aprofundamento dos itens para uma melhor perspectiva do quadro geral desse ano da coleta ibero-americana. De pronto, já vimos que a estrutura dos resultados da coleta da PNAD contínua é amplamente refletida nos resultados da pesquisa ibero-americana e isso mostra a plausibilidade e confiabilidade dos dados dessa última e que as interpretações dos resultados podem ser munidas de mais elementos analíticos para a produção das evidências nessa fase de estudos de posições entre os países acerca das variações de ocupação.

Nessa conclusão preliminar, vimos que o contexto México-Brasil, embora tenha similaridades em estrutura, tem um contexto político diferenciado, e isso impactou nos indicadores da pesquisa ibero-americana assinaladas pelas realidades vividas e anunciadas pelos jovens. A falta de estrutura de prédios públicos para a expansão da escola média foi um diferencial entre Brasil e México, quando esse último consegue com legislações mais ou menos equivalentes, atingir mais jovens de diferentes regiões de seu território, ampliando o acesso aos jovens mexicanos, mas não necessariamente a permanência desses jovens na escola, principalmente porque eles deixam de estudar para trabalhar por necessidade de manter a família (Gómez; Marín, 2019).

Por fim, o caso Brasil nos indica que o padrão de instabilidade política vivida a partir de 2016 no país e descontinuidade de programas e projetos de expansão e suporte aos jovens e, sobretudo, o contexto socializador via trabalho desde a década de 80 (Madeira, 1986) é o conjunto de justificativas para o país se posicionar em último lugar quando comparados com os oito países da amostra, segundo as evidências até aqui construídas. Vimos que no Brasil, o conjunto de situações de vulnerabilidade para os jovens combinado com condições sociais frágeis oriundas do contexto político de desinvestimento, especificamente para os mais pobres, combina o mosaico da posição no espaço ibero-americano na representação espacial dos dados, aqui prevista e não nos surpreende.

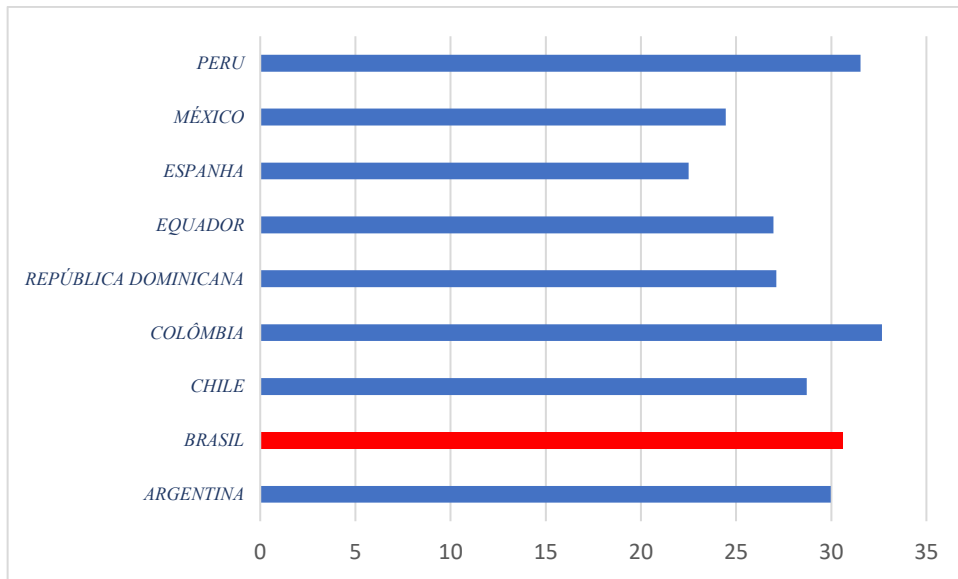
Passemos então para a próxima análise: variação de ocupação “só trabalho”, nos países ibero-americanos.

2.1.2 Variação de ocupação: só trabalho

Colômbia

Quando observamos os dados de “trabalho” nas respostas ao item, encontramos o menor índice de variação entre os países da pesquisa (Gutiérrez-Bonilla *et al.*, 2021), conforme o gráfico que organiza essa informação nos apresenta. Mesmo com essa distribuição, vimos a Colômbia ter o maior índice de jovens respondentes na variação de ocupação “só trabalho”, sendo acompanhado de perto pelo Peru e em seguida pela Argentina (González-Anleo *et al.*, 2022a). Esse espaço social representado demonstra uma maior homogeneidade entre as condições de trabalho exclusivo entre os jovens. Essa variação pequena nos indica que há estabilidade dessa categoria entre os grupos de jovens ibero-americanos. De fato, a estabilidade do “trabalho”, que é seguida de perto pelo “estudo” corrobora para as evidências de vinculação e engajamentos dos jovens às instituições fundantes: escola e trabalho.

Embora numericamente os jovens tenham “só estudo” como principal atividade de ocupação, ela mostra ser um pouco mais desigual entre os países com condições sociais semelhantes, inclusive. A categoria de trabalho exclusivo, por conter um padrão próximo, quando comparada a estudo exclusivo, aponta que o trabalho como socialização juvenil pode ser um eixo estável historicamente de socialização juvenil dos 9 países em seus relatórios nacionais. Isso vira evidência forte quando vimos os estudos que tratam dos vínculos e laços de socialização da juventude e como a escola é recente nesse processo, enfatizando os casos da América-latina e Brasil (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020; Guimarães; Paugam; Prates, 2020; Cardoso, 2008, 2013, 2015; Sposito, 2003a, 2003b).

Gráfico 13 – “Trabalho” – distribuição por países

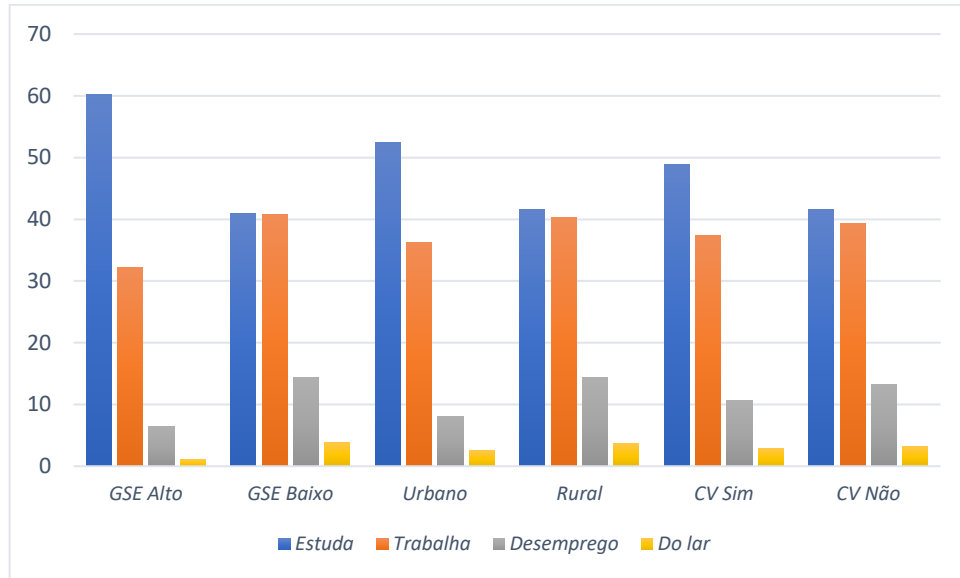
Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados apresentados por Morín (2022).

O caso Colômbia é o que admite menor variação de estudos entre mulheres e homens em comparação com os demais países da pesquisa. Quando manejamos os dados de GSE, percebemos que os mais pobres estudam menos e por menos tempo e que os mais ricos estudam mais, por mais tempo e trabalham menos e em melhores empregos que os menos abastados. Entretanto, são os pobres camponeses os mais afetados pelas desigualdades de trabalho e são os que mais sofrem com desemprego/falta de trabalho (Ortiz-Hernández, 2021; Gutiérrez-Bonilla *et al.*, 2021). Um item importante e exclusivo da Colômbia é a divisão da população em condição de vítima (CV), critério presente apenas nesse relatório e relacionado com pessoas camponesas que vivem perto ou já foram atingidas por conflitos da guerrilha civil colombiana.

Essa representação espacial de dados nos permite afirmar que quando se trata de jovens colombianos em seus dois GSE: a) mais ricos estudam mais; b) mais pobres trabalham mais; c) mais pobres tem mais chance de estarem desempregados; ou em trabalhos domésticos. Sobre seu local de moradia: a) cidadãos estudam mais; b) jovens rurais trabalham mais; c) jovens do campo se encontram mais em situação de desemprego; d) jovens rurais têm índices próximos entre as principais ocupações: estudo e trabalho. Sobre estar em CV: a) vitimados estudam mais; b) vitimados e não vitimados têm indicadores de trabalho semelhantes ao estudo.

No gráfico a seguir, apresentamos a ocupação na Colômbia por local de moradia: GSE nas modalidades alto e baixo; no local de moradia: urbano ou rural e se a pessoa se encontra em CV.

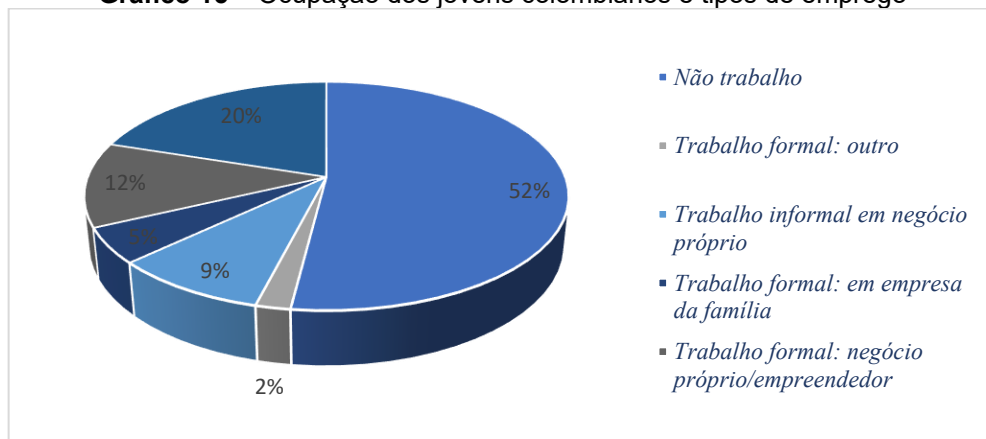
Gráfico 14 – Colômbia- Principal ocupação por habitat, GSE e condição de vítima



Fonte: Ortiz-Hernández (2021).

Colombianos trabalham para manter a família como é a tendência geral do motivo de trabalho para todos os países americanos da amostra da pesquisa (Ortiz-Hernández, 2021; González-Anleo *et al.*, 2022a; Gutiérrez-Bonilla *et al.*, 2021). Quando olhamos os dados por habitat e GSE vimos que quanto mais pobres, campesinos e mais vulneráveis à CV, mais os jovens trabalham para manter a família em termos percentuais.

Gráfico 15 – Ocupação dos jovens colombianos e tipos de emprego



Fonte: Ortiz-Hernández (2021).

O relatório dos jovens colombianos tem um formato diferenciado dos demais em todos os eixos. A discussão é crítica e tem mais

[...] suporte conceitual sociológico, enquanto os demais respondentes têm uma característica de texto mais descritivo. Por exemplo, o texto colombiano aborda a questão da moratória social como suporte do Estado como espaço de possibilidades para Educação e Trabalho digno como direitos fundamentais da juventude (Ortiz-Hernández, 2021, p. 63).

Concordamos amplamente com a discussão do relatório Colômbia e retomaremos a moratória social, conceito de Margulis e Urresti (1996) associando-o com o debate de capitais, em Bourdieu (1994, 2009b) na análise dos dados interseccionados. Vamos ao outro extremo da questão, vamos à Espanha.

Espanha

Quando abordamos os dados da categoria “só trabalho”, temos a Espanha como antagonista da posição da Colômbia nos percentuais de variação. Esse caso merece destaque pelas condições sociais subjacentes nessas duas posições e, quando examinarmos motivos apontados para parar de estudar. Se antes já separamos o caso Espanha pelo mesmo reunir condições sociais substancialmente diferenciadas com relação aos demais países do continente americano, agora, essa posição que conjuga ter o menor conjunto de jovens de 15 a 29 que afirmam não trabalharem exclusivamente, tem algumas nuances de pesquisa que nos fizeram despertar um interesse diferente.

Como um país europeu, ainda que do Sul, sendo caracterizado como ibérico, que historicamente foi metrópole dos países latino-americanos, com exceção do Brasil, e de imediato separado dos demais países da pesquisa já na fase inicial de tratamento de dados, por reunir condições diferenciadas e que demonstram um contexto de maior proteção social para seus jovens (González-Anleo *et al.*, 2022b); a Espanha é um caso divergente na pesquisa em muitos pontos.

No primeiro momento, ao manipularmos os dados de país onde os jovens responderam que menos têm exclusividade no trabalho, nos fez retomar a análise do relatório e do contexto espanhol de 2019 e 2020.

No país, homens trabalham mais que mulheres, e tendo muito mais disparidade de gênero que na Colômbia (Gutiérrez-Bonilla *et al.*, 2021), quando comparamos

dados de estudo, principalmente e de trabalho. Mulheres estão procurando emprego em número mais expressivo. Mais jovens estudam, mas em esmagadora maioria e no ensino secundário, quando comparamos com os demais países, demonstrando uma universalização da escola secundária já estabelecida e com mais da metade de seus jovens a partir dos 18 anos com acesso e permanência garantida na universidade, cursando graduação e pós-graduação. Os jovens mais velhos trabalham mais. Os grupos intermediários 1- 18 a 20 e intermediário 2- 21 a 24, são o maior percentil de jovens buscando emprego (San Julian, 2022) seguindo os dados de todos os países da pesquisa.

Quando olhamos para as classes, são os adolescentes mais pobres que afirmam ter a escola como exclusiva em sua ocupação. Os que buscam por emprego são os mais pobres que estudaram menos. Os que mais trabalham em percentis são os mais velhos e mais ricos e seus trabalhos são de ensino superior.

Os trabalhadores de cuidados são um dado curioso nessa pesquisa nacional. Seu público é de jovens mais velhos que estudaram menos, apenas estudos primários em maioria, independente de classe social, mas quase exclusivo às mulheres. Isto é, ainda que a jovem seja de classe média, média alta ou alta, se ela estudou menos, há uma possibilidade aumentada dela estar designada dentro de sua família ou comunidade para o trabalho de cuidar de crianças, pessoas com deficiência, pessoas com condição que requeira recuperação e cuidados e idosos.

Tabela 3 – Ocupação principal segundo nível de estudos e GSE na Espanha

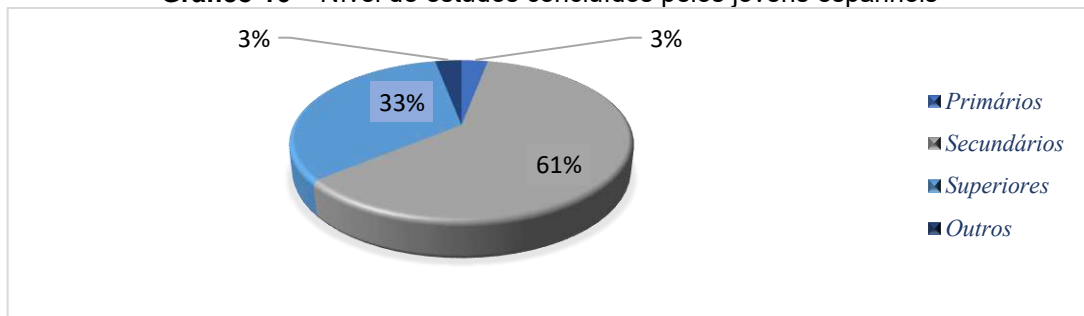
Ocupação	Total	Primários	Secundários	Superiores	Outros	GSE Alto	GSE Médio Alto	GSE Médio	GSE Médio baixo	GSE Baixo
<i>Estudo</i>	53,2	65,4	65,3	29	55,8	42,9	45,6	54,4	70,2	56,6
<i>Trabalho</i>	34,2	11,5	22,7	59,8	9,3	52,3	47,1	35,7	22,1	13,1
<i>Busco emprego</i>	7,7	9,6	8,1	6,8	7	2,8	2,9	7,1	3,8	18
<i>Cuidados</i>	1,6	5,8	1,3	1,7	0	1	2,9	0,7	1,9	2,7
<i>Outras</i>	3,4	7,7	2,5	2,7	27,9	1	1,5	2,1	1,9	9,7
<i>Valores de n</i>	1609	52	988	527	527	391	204	433	208	373

Fonte: San Julian (2022).

Lendo a tabela na horizontal, vimos os já mencionados, os que apenas estudam, e que esses são - em maioria- ao GSE médio baixo e estudam no ensino primário. Sabemos ainda, segundo o relatório geral que são os mais jovens de 15 a

17 anos predominantemente. Dos que apenas trabalham, encontramos percentual mais alto entre os GSE alto e essa população em maior número se encontra em nível de escolarização superior, isto é, universidade, na graduação ou pós-graduação. Dos que buscam emprego, encontramos maioria no GSE médio e esses com nível de escolarização primário. Dos trabalhadores de cuidados, que na Espanha congregam “donos de casa”, “dedicados ao lar” e “cuido dos outros”, encontramos maiores percentuais no GSE médio alto, com maioria de escolaridade nos estudos primários. A tabela original agrega na categoria “outras” variações não especificadas nas perguntas fechadas e codificadas apresentadas no questionário. Nesse quesito, foram entrevistados 1.609 jovens de 15 a 29 anos na modalidade on-line.

Gráfico 16 – Nível de estudos concluídos pelos jovens espanhóis



Fonte: San Julian (2022).

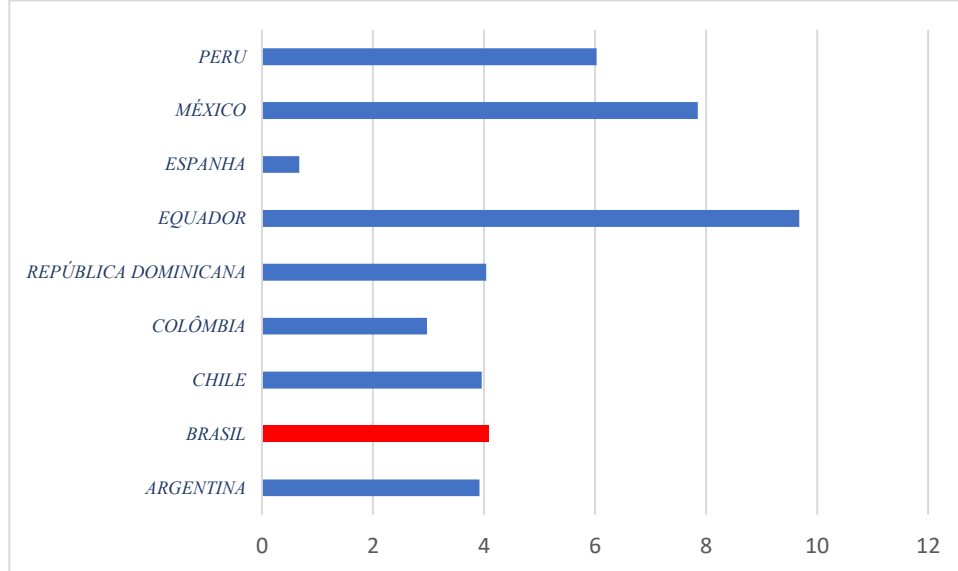
Com mais da metade dos jovens apontando terem concluído o ensino secundário, temos a evidência do amplo acesso a extensão do tempo de escolarização (quando comparamos aos americanos, por exemplo). Jovens espanhóis trabalham em menor quantidade total porque ainda estão estudando nos níveis mais elevados de escolarização, em termos gerais.

Quando pensamos nos casos Colômbia e Espanha, não podemos deixar de cotejar com a posição Brasil. Já descrevemos o quanto a escola é mediação juvenil recente no país (Dayrell, 2007; Sposito; Souza; Silva, 2018), mas não é demais lembrar que com 30,61% pontos percentuais, o Brasil acompanha as características colombianas na posição, na socialização de seus jovens via trabalho e no insucesso de garantia de acesso e permanência na escola para seus jovens na escola média. Acompanhemos então a próxima variação de ocupação que ao mesmo tempo que traz questões das desigualdades, carrega um peso histórico de papéis de gênero.

2.1.3 Variação de ocupação: Faço tarefas de casa, sou dono(a) de casa

Equador

Gráfico 17 – “Faço tarefas de casa, sou dono(a) de casa” – distribuição por países



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados apresentados por Morín (2022).

O Equador aparece como país em que seus jovens mais apontam ser trabalhadores do lar (Coutado; Rodriguez, 2021). Quando analisamos o relatório nacional desse país, onde os dados são, como no Brasil, seccionados por sexo, faixa de idade e GSE, temos contornos mais preciso de quem são esses jovens donos de casa, ou como chamam os equatorianos “amas de casa”. Quando analisadas as ocupações dos jovens, 10% responde ser “ama de casa”. Descendo aos numerários seccionados, vimos que 18% das mulheres responderam ser ama de casa, enquanto apenas 1% dos homens assinalaram esse item, o que demonstra absurda disparidade de gênero entre os respondentes da pesquisa. Mesmo os direitos civis das mulheres caminhando numa acelerada marcha em direção a equidade de gênero, a América-latina em seus contextos nacionais e desiguais em diferentes níveis ainda abriga grande distância de nas ocupações de trabalhos domésticos entre mulheres e homens (OCDE, 2016).

Olhando para os GSE, vimos que quanto mais pobres são os jovens equatorianos, maior o número de amas de casa e ainda observando as faixas de idade, quanto mais velhos, mais a chance de estar nos cuidados das tarefas do lar, com 17% do grupo de 25 a 29 anos (Coutado; Rodriguez, 2021).

Destarte, chegamos a um conjunto de categorias que caracterizam o perfil dos donos de casa, ou melhor, das jovens donas de casa: mulheres pobres de 25 a 29 anos. Vimos ainda que o nível de escolaridade desse perfil é baixo, o que caminha com a realidade de muitos países ibero-americanos (OCDE, 2016), para além dos pesquisados, em termos históricos de direitos das mulheres até um passado colonial e escravocrata experimentado por séculos nos países latino-americanos, incluindo o Equador.

Quando observamos as preocupações dos jovens do Equador e suas identificações políticas, podemos ver um desenho bastante conservador do ponto de vista de reprodução social e marcado por um contexto amplamente precarizado (Coutado; Rodriguez, 2021). Seus jovens se preocupam com a insegurança, a delinquência e o desemprego, nessa ordem. As jovens se preocupam com as injustiças e a discriminação. Esse ordenamento de preocupações pode revelar o contexto de falta de assistência e proteção social para os jovens. Em suas identificações como sujeitos sociais que marcam seu caráter conformista e conservador, paradoxalmente, querem menos desigualdades de gênero e mais informações sobre saúde reprodutiva. Um de seus grandes interesses é “uma vida sexual satisfatória” (Coutado; Rodriguez, 2021, p. 8).

Na outra ponta da discussão, mais uma vez aparece a Espanha como opositora ao Equador na disposição da ocupação de tarefas domésticas. Voltemos à trilha da Espanha.

Espanha

Há um histórico social de divisão dos afazeres domésticos em países mais desenvolvidos, sobretudo, no contexto Europa, conforme podemos constatar nos estudos de Rodrigues, Barroso e Caetano (2010), Crompton e Lyonette (2007) e Gerson (2004).

Logo, sobre a Espanha ter os menores índices de jovens que responderam se dedicar aos trabalhos de casa é reflexo de sua sociedade e de como essa sociedade organiza e divide as tarefas domésticas. Quando olhamos para esses jovens, vimos que são mulheres com uma característica específica: migrantes. Já problematizamos antes essa questão, mas damos destaque novamente a ela por se tratar de mais uma ambiguidade no estudo das posições, condições e situações dos países da pesquisa:

enquanto a sociedade espanhola tem o mínimo marcador de trabalhadores do lar por questões culturais que se ampliam para todo seu continente, a marca de quem faz esse tipo de trabalho mais frágil é nítida: jovens mulheres migrantes com grande volume oriundas da América-latina pela proximidade da língua como em Crompton e Lyonette (2007).

O ínfimo percentual nem representa a situação de uma parte de jovens espanhóis, pelo menos, não de imediato como a literatura aponta. Quem faz parte desse contingente são justamente as latino-americanas que migram para a Espanha e são alocadas em ocupações que admitem baixa escolarização, como é o trabalho doméstico ou de cuidados, em geral.

Na próxima estação da jornada de ocupação, veremos o caso dos que não estavam estudando e nem trabalhando no momento da pesquisa.

2.1.4 Variação de ocupação: não estuda e nem trabalha

Brasil

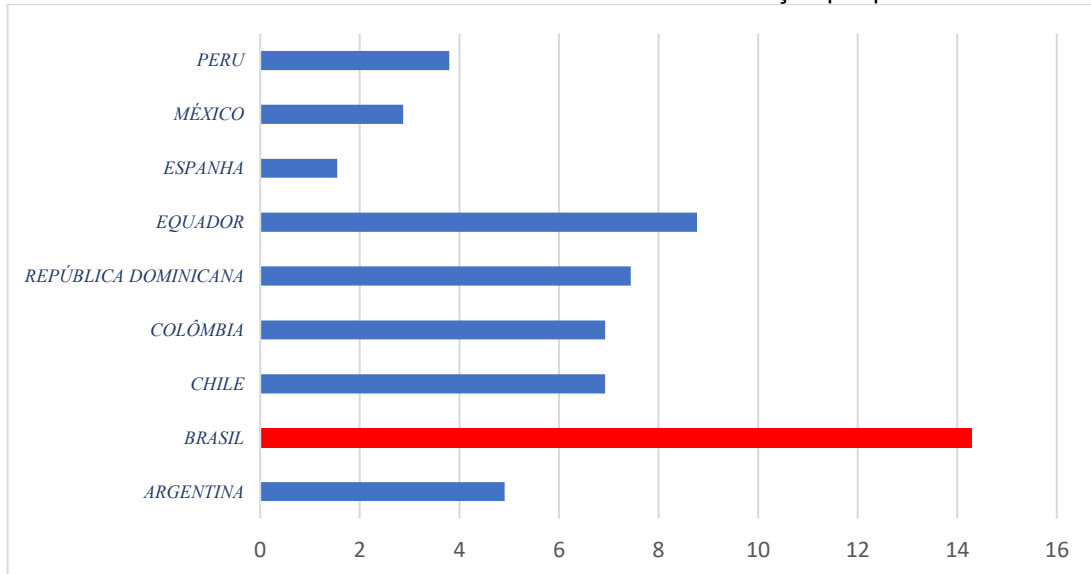
A categoria de não estudar e nem trabalhar tem uma expressividade marcante no caso Brasil. Enquanto a média dos países ibero-americanos perfaz 5%, o caso Brasil pontua quase três vezes mais que a média ibero-americana. Nos relatórios Pesquisa Juventudes no Brasil 2021 (Carrano, 2021; Peregrino; Prata, 2021) e no relatório final da Jovens na Ibero-américa 2021 (González-Anleo *et al.*, 2022a), os autores apontam para a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o a situação que ocorre no Brasil. Neste último relatório, inclusive, o autor aponta que:

El hecho de que Brasil, por ejemplo, con su amplio territorio y sus grandes recursos naturales, así como con unas infraestructuras y un desarrollo económico mayores que muchos de los países de la región, muestre tales tasas de desempleo o de gente sin estudios ni trabajo entre su población joven merece un análisis más profundo y que se debería extender a toda la región (González-Anleo *et al.*, 2022a, p. 108).

Os jovens que nem estudam e nem trabalham colecionam um conjunto de produções significante no Brasil e exterior. Vale ressaltar que na pesquisa em questão, mapeou-se os jovens que não estavam estudando e nem trabalhando no momento da pesquisa e que isso se difere do conjunto de jovens que num tempo prolongado se encontra em condição de desocupação institucional- sem estudar e

nem trabalhar-, chamados nem-nem, conforme os estudos de Cardoso (2013), Abramo, Venturi e Corrochano (2020).

Gráfico 18 – “Não estudo e nem trabalho” – distribuição por países



Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados apresentados por Morín (2022).

Quando planificamos esses dados e os integramos no mapa-múndi, o caso Brasil salta aos olhos tamanha sua expressividade em comparação aos demais países da amostra:

Figura 6 – “Não estudo e nem trabalho nos países da pesquisa”



Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados apresentados por Morín (2022).

Num estudo conduzido por técnicos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Econômico (Souza Júnior *et al.*, 2019), Shirasu e Arraes (2019) afirmaram que não é possível fazer generalizações sobre os jovens que não estudam e nem trabalham. Os autores trabalharam com a metodologia de decomposição de Oaxaca¹² para maior adequação e robustez aos resultados. Esses jovens, segundo o estudo, são de grupos heterogêneos. Estão presentes em todas as classes sociais, raças, sexos e faixas de idade na juventude. Entretanto, morar com companheiro(a) ou com um jovem que também não está estudando e nem trabalhando e familiares com baixo status socioeconômico são fatores relevantes para explicar padrões de vulnerabilidade dos jovens. Para as jovens, morar com companheiro e a maternidade são fatores incisivos para identificar sua condição de desocupação, especialmente na faixa etária entre 15 anos e 19 anos (Shirasu; Arraes, 2019).

Mais à frente nesse estudo, interseccionamos os dados para compor um perfil do jovem que se encontrava nessa condição no momento da coleta de dados. Se em Shirasu e Arraes (2019) o conjunto de jovens é heterogêneo e não tem contornos específicos, nos trabalhos de Cardoso (2013) e Corrochano (Breschigliari, 2005) e Abramo, Venturi e Corrochano (2020), esses têm mais componentes específicos. No caso da pesquisa ibero-americana, conseguimos compor um perfil detalhado por faixa de idade, raça, classe e sexo, produzindo um estudo das posições sociais desses perfis no espaço social e sua relação com as variações de ocupação no Brasil, como trabalharemos a partir do capítulo 3, mediados pela ferramenta Juventude como Posição Interseccional (JPI).

Em 2019, ano da coleta no Brasil, os indicadores oficiais do governo indicavam que o nível de ocupação (55,3%) aumentou em relação aos anos anteriores, mas permaneceu abaixo do verificado entre 2012 e 2015, estando dois pontos percentuais aquém do ano de 2013, que apresentou o maior resultado do período (IBGE, 2020b). O grupo de jovens no Brasil segue a tendência de outros países capitalistas ocidentais, onde num contexto de crise ou até recuperação econômica é o que sofre mais com a desocupação. Os jovens são o grupo mais diretamente atingido em contextos de precariedade (United Nations, 2016). Esse grupo etário encontrava-se então mais distante do ano mais alto da série, desde o início da verificação histórica

¹² A decomposição de Oaxaca mostra que uma parte significativa das diferenças salariais mensais entre homens e mulheres é devida à discriminação e metodologia de decomposição de Oaxaca-Blinder, o diferencial de rendimentos entre brancos e negros (Mariano *et al.*, 2018).

da PNAD Contínua. Nesse sentido, o nível de ocupação das pessoas de 14 a 29 anos de idade no Brasil foi 52,4%, em 2013, e 48,2%, em 2019.

O aumento geral da taxa de desocupação numa perspectiva histórica caminha muito próximo da taxa de evasão escolar. Quando mais jovens esse grupo larga a escola, mais chance de não estarem ocupados nos anos posteriores. Em 2019, a maior incidência do fenômeno de aumento geral de desocupação juvenil ocorreu entre os jovens sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (34,0%), e a menor taxa foi encontrada entre os jovens com ensino superior completo (14,5%) (IBGE, 2020b). A maior proporção de jovens que não estudavam e não estavam ocupados entre aqueles com ensino médio completo ou superior incompleto, comparados àqueles com ensino fundamental completo ou médio incompleto, explica-se pela situação particular do grupo etário de 15 a 17 anos, cuja frequência escolar estava próxima de 90,0%- por fazerem parte ainda da faixa de idade de escolarização obrigatória.

Nos grupos mais velhos, porém, havia maior proporção de jovens sem estudar e sem ocupação entre os com ensino fundamental completo ou médio incompleto. Entre o grupo de jovens que concluíram o ensino médio (21,6 milhões), aqueles que se formaram na modalidade técnica (2 milhões) estavam em menor proporção simultaneamente sem estudar e sem estar ocupados (17,0%) do que os que se formaram na modalidade regular (24,1%) em 2019. A literatura internacional aponta que a conclusão do ensino médio na modalidade técnica implica em maior nível de ocupação para os jovens (Ortiz, 2011) e ainda que países com um sistema estruturado de educação e formação técnica têm menor taxa de desocupação juvenil e menor proporção de jovens que não estudam e não estão ocupados (Quintini; Martin; Martin, 2007; Quintini; Manfredi, 2009).

Em síntese, fomento à formação técnica de nível médio gera impacto direto na taxa de ocupação da juventude e, conseqüentemente, a uma melhor situação de vida a curto e médio prazo, assim como maior probabilidade de continuação dos estudos via ensino superior.

Quando olhamos para as regiões do Brasil vimos o quanto os indicadores são distintos entre as regiões, são oriundos de marcas de desigualdades históricas de povoação do território, investimentos históricos e, talvez, sobretudo, a questão racial. Na introdução da seção “Mercado de trabalho por grupos populacionais específicos”,

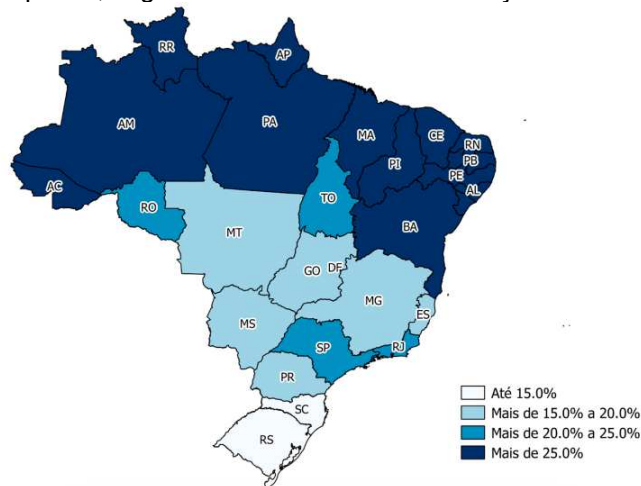
há o conjunto de sentenças que representam as desigualdades estruturais no nosso país:

Regionalmente, as maiores vulnerabilidades foram observadas na Região Nordeste, seguida pela Região Norte. Nos grupos específicos, mulheres, pessoas pretas ou pardas, jovens e a população com menor nível de instrução apresentaram indicadores mais desfavoráveis (IBGE, 2020a, p.28).

Nessa linha, pensar políticas regionais, de gênero e cor ou raça pode, de fato, fomentar a curto, médio e longo prazo, maior equidade social entre os grupos de jovens que estão em contexto de maior precarização da vida. Desenvolver políticas no nordeste do Brasil pode, numa perspectiva de projeto de nação, influenciar no cenário nacional de índices de escolarização e ocupação, que refletem diretamente no índice de desenvolvimento e arrecadação de um país (IBGE, 2020b).

O cartograma abaixo, desenvolvido pelo IBGE, apresenta graficamente essa distribuição desigual nos estados e regiões brasileiras. Esse efeito degradê na coloração dos marcadores dos jovens que não estudam e não estavam ocupados no momento da coleta, mostra um efeito para pensar também a cor da pele dessas populações:

Figura 7 – Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não estavam ocupados, segundo as Unidades da Federação – 2019



Fonte: IBGE (2020b).

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre de 2019.

E como todos os indicadores apontam, a questão de cor da pele ou raça entrecorta todos os marcadores de análise como mais que uma categoria, um conjunto de relações sociais e históricas que teve início no marcador de colonização e escravização de pessoas em nosso país.

Em 2019, 17% dos jovens de cor ou raça branca e 25,3% dos jovens de cor ou raça preta ou parda não estudavam e não estavam ocupados. A diferença foi inclusive mais acentuada que a verificada no ano anterior- a despeito dos demais índices que decaíram de 2018 para 2019.

A questão da cor da pele ou raça no Brasil é o produto de processos históricos de escravização e subalternização de populações inteiras. É por si só uma marca estruturante e estruturadora, usando os termos bourdieusianos, das desigualdades no país. Contudo, quando cruzamos esses conjuntos de relações raciais com o gênero, os resultados mostram como mais crônica se apresenta a realidade.

Entre as jovens mulheres de cor ou raça preta ou parda de 15 a 29 anos de idade, 32,0% não estudavam e não tinham ocupação em 2019. Uma jovem de cor ou raça preta ou parda tinha, então, 2,4 vezes mais chances de estar nessa situação do que um jovem de cor ou raça branco (13,2%). Entretanto essa desvantagem não aparece apenas quando comparamos jovens homens brancos. Essa desigualdade também se encontra quando comparamos as mulheres pretas e pardas com homens da mesma cor e em relação às mulheres brancas, corroborando a produção de desigualdades estruturais pela intersecção das duas características nas dinâmicas sociais (Akotirene, 2019).

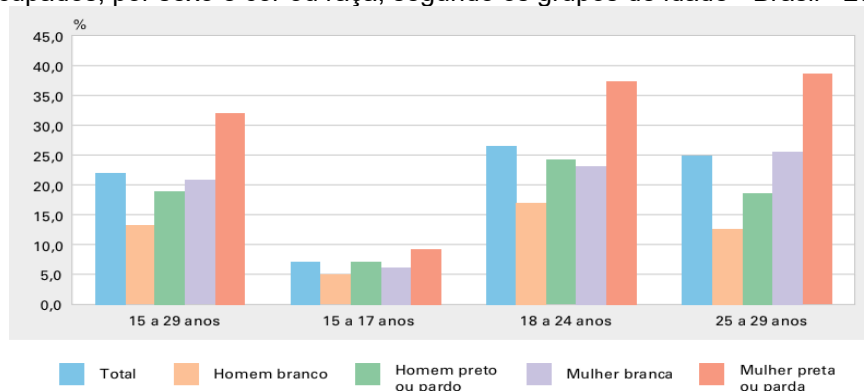
Os indicadores das séries históricas das PNAD's e dos censos nacionais, nos mostra quando comparamos com outros países, o quando que o diploma do nível superior converte em renda para a população de uma maneira mais expressiva (United Nations, 2016). Nesse sentido, é importante destacar que após um grande movimento de acesso e ampliação ao ensino superior, ainda há um longo caminho político a ser percorrido no Brasil. Retomando o ponto, quem conclui o ensino superior ganha mais, e bem mais, que as demais populações. Logo, ampliação e democratização do ensino superior significam diretamente aumento de renda e consequentemente de arrecadação para o país. Mas se o país não tiver uma estrutura produtiva que permita a assimilação desses jovens, isso também pode significar migração.

Quando miramos os dados de acesso ao Ensino Superior pelos jovens, ainda vimos grandes diferenças, notadamente marcadas pela cor da pele e raça e classe social. Os mais pobres e pretos ainda não têm seus direitos consolidados quando comparamos as populações brancas e mais abastadas (IBGE, 2020b).

Na outra ponta da discussão sobre formados com o Ensino Superior, estão os jovens que não estudam e não trabalham. Em 2019, enquanto 16,6% dos homens jovens não estudavam e não estavam ocupados, entre as mulheres jovens, 27,5% vivenciavam essa situação. Desde 2016, essa diferença sempre esteve acima de 10 pontos percentuais. Todos os países do Mercosul também revelaram desvantagem para as mulheres nesse indicador (United Nations, 2016).

Ao longo dos oito anos, foram notados dois períodos de crescimento mais intenso das ocupações. O primeiro, entre 2012 e 2014, se destacou pela elevação das ocupações formais (7,3%) e, recentemente, entre 2017 e 2019, o aumento das ocupações informais (6,1%) foi predominante. Logo, é um crescimento que camufla questões importantes como precarização do trabalho juvenil, acesso a direitos trabalhistas e construção de carreira. No gráfico abaixo, apresentamos os dados interseccionados por sexo e cor no grupo dos jovens de 15 a 29 anos. Vimos na cor laranja que em todos os grupos de análise, os resultados mantêm a estrutura nas duas pontas de grupos de análises. Em todos os cortes de geração, homens brancos são os que menos se encontram no grupo dos que não estudavam e não trabalhavam, ou seja, possuindo mais vínculos institucionais de acesso, permanência, proteção e conexão social; enquanto as mulheres negras- pretas e pardas-, também em todos os cortes, são as que mais compõem o grupo da população que não está ocupada e que não estuda.

Gráfico 19 – Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não estavam ocupados, por sexo e cor ou raça, segundo os grupos de idade - Brasil - 2019



Fonte: IBGE (2020b).

Essas desigualdades quando dispostas com os dados interseccionados demonstram não apenas similaridade de dados entre os anos pesquisados, mas, e

sobretudo, um caráter relacional e estruturador histórico das desigualdades sociais brasileiras nos grupos de jovens e para outras populações. No Brasil, a desigualdade tem cara, tem cor, tem gênero. É histórica. É determinista, muitas vezes. Logo, políticas de Estado, focadas nas populações específicas dentro do conjunto da juventude, pode apresentar resultados sociais de médio e longo prazo bastante substanciais e consistentes por se tratar de políticas endereçadas, a partir de marcos de tempo, de espaço, de gênero, de classe e raça.

Vimos nessa seção muita potência na comparação dos dados da juventude brasileira em 2019 e da juventude da pesquisa ibero-americana, destacando os jovens que não estavam estudando e nem trabalhando no momento da investigação. Vamos seguir na observação do país que apresenta menores índices dessa categoria de ocupação, a Espanha.

Espanha

Na outra ponta da fronteira dos jovens que estavam sem ocupação formal, isto é, não estavam estudando e nem trabalhando, temos a Espanha, com o menor indicador percentual. Para separar a Espanha do conjunto latino-americano, já argumentamos sobre evidências importantes de condições sociais nas quais está citada a questão desse conjunto de jovens. Desde a última crise econômica que assolou a Europa e o mundo no início dos anos 2000, a população que não estuda e não trabalha de jovens é esporadicamente abordada com estudos em profundidade para mapear e delinear a situação social de diferentes conjuntos de jovens. Sublinhamos que estudos mais completos que trouxessem intersecção de dados, e análises considerando multifatores como raça, país de origem, classe, sexo e geração, contribuiriam muito para a compreensão do perfil desse jovem em diferentes contextos nacionais.

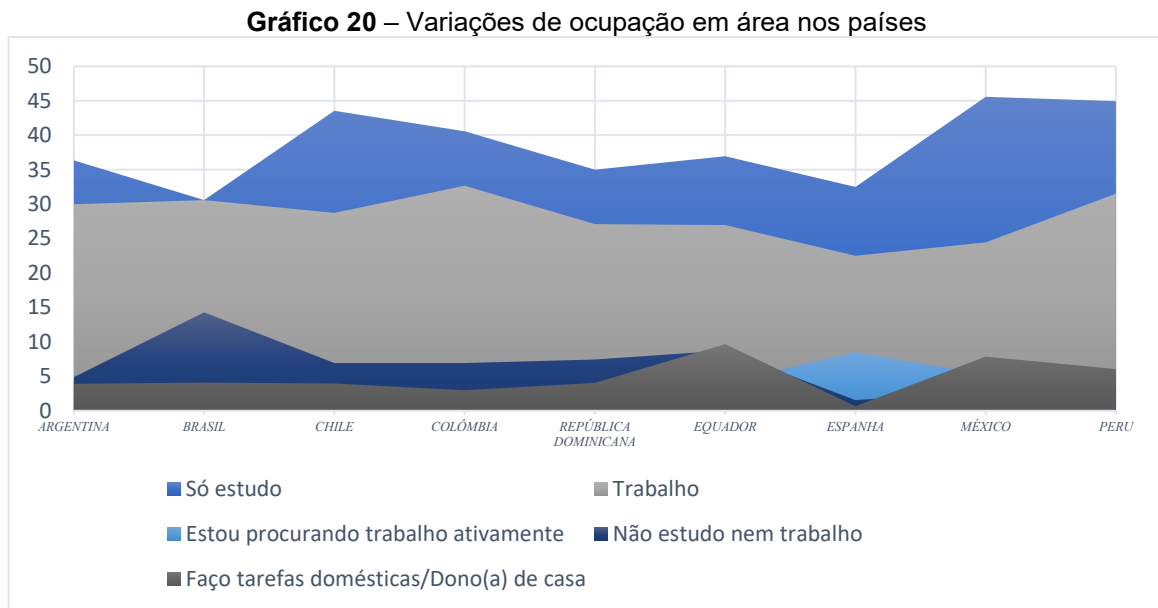
Os jovens espanhóis são os menos desocupados – não estuda e nem trabalha no momento da pesquisa- com 1,55%. Mesmo assim, pesquisas e publicações na mídia têm discutido o aumento de jovens desocupados na Europa, especificamente na Espanha, onde segundo os pesquisadores, a desocupação seria um subproduto da crise do trabalho e gerada pela falta de projetos pessoais com relação às gerações anteriores de jovens espanhóis (Barbería, 2009). Esses jovens espanhóis em maioria estão estudando. Ainda que a Espanha acompanhe a tendência geral dos países onde

os mais jovens estudam e os mais velhos trabalham; os estudos se prolongam por mais tempo inclusive no grupo de 25 a 29 anos (San Julian, 2022; González-Anleo *et al.*, 2022b). Esse é um indicador claro de moratória social, como mais tarde discutiremos com atenção na produção de Margulis e Urresti (1996) acerca dessa abordagem.

Em suma, vimos que as posições do Brasil e Espanha sobre essa alternativa de ocupação é coerente e demonstra as características desiguais dos países e sua distância na representação espacial dos dados mostra a distância real entre as duas nações em diferentes sentidos, mas com a ênfase necessária aos dados dos que não estão formalmente ocupados. Mas, quando comparamos os dados Brasil com os outros sete países, vimos que, de fato, a média é três vezes maior do que países com condições sociais semelhantes ou até mesmo mais precarizadas que as do Brasil.

Já sabíamos que essa situação juvenil de desocupação era aguda no país antes dessa investigação, a partir dos dados até então disponíveis (González-Anleo *et al.*, 2022a; Carrano, 2021). Mas nos questionamos, quem seriam esses jovens? Seria possível construir sínteses mais precisas sobre sua cor e gênero, já que sabíamos sua marca de classe? Seria possível determinar a idade desse conjunto de jovens? Nos preparemos para uma jornada no próximo capítulo, mas antes, delineamos o resumo dos indicadores da análise dos percentuais de maior e menor concentração dos países da pesquisa, abandono e permanência na escola para emergirmos a partir desse mergulho com caracterizações dos países da pesquisa.

2.1.5 Generalizações da pesquisa Ibero-americana

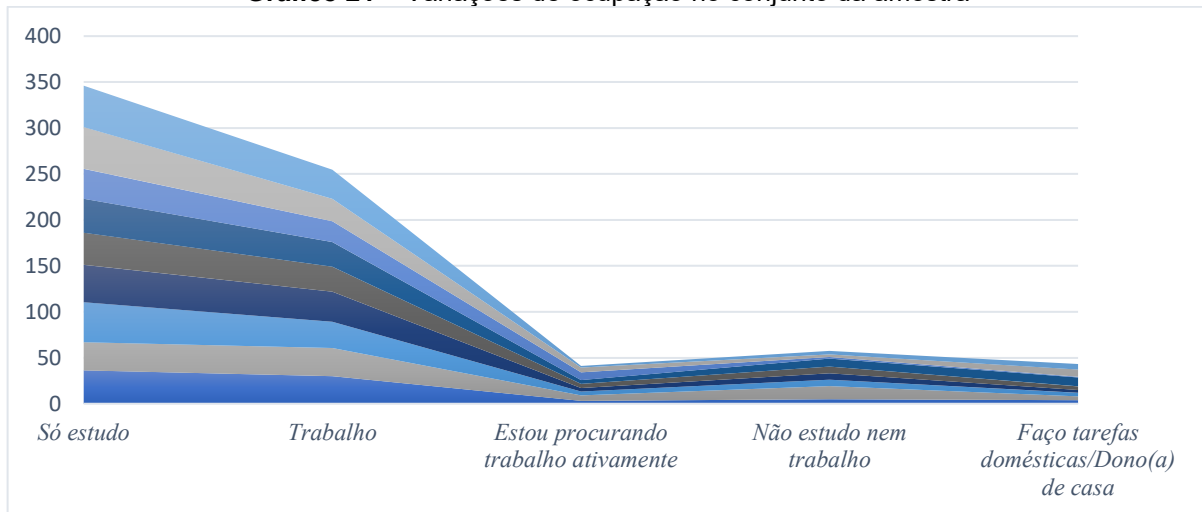


Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados de González-Anleo *et al.* (2022a).

Quando organizamos os dados por respostas ao item, conseguimos construir generalizações sobre a amostra:

- Em geral, a atividade estudo é o primeiro lugar nas variações de ocupação, exceto no caso Brasil, onde o índice se encontra com o trabalho (30,61%);
- Variações de trabalho e estudo são mais estáveis e estruturadas em todos os países;
- Os jovens que não estavam estudando nem trabalhando têm índices três vezes maior no Brasil que nos demais países da amostra;
- Os americanos têm maiores índices de trabalho doméstico quando comparados à Espanha e têm seu maior expoente no Equador, seguido de México;
- Os espanhóis buscam mais trabalho que os demais países, mas eles são criteriosos na escolha de trabalho e passam mais tempo buscando.

Esses pontos acerca dos indicadores mais sobressalentes acerca dos países demonstram o quanto os conjuntos da juventude da América Latina é diferente dos espanhóis. Entretanto, se considerarmos apenas as variações de ocupação na tentativa não de construir contraste, mas mostrar agrupamentos e homogeneidades, como podemos ver no gráfico 21, teremos mais elementos para pensar os padrões gerais das variações na pesquisa entre os países.

Gráfico 21 – Variações de ocupação no conjunto da amostra

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados de González-Anleo *et al.* (2022a).

Podemos ver que em maioria, os jovens ibero-americanos da faixa de 15 a 29 anos estudam como primeira categoria de ocupação, em seguida, trabalham, com pouca variação interna entre os nove países da amostra, o que pode nos demonstrar que o estudo e o trabalho são instituições estáveis e históricas de socialização juvenil nos países latino-americanos. A Espanha configura-se como exceção justamente por estar em última posição com relação aos países americanos da pesquisa.

Sobre os que procuram trabalho, o número geral é baixo em termos percentuais de respondentes e o Brasil se encontra na segunda posição percentual. No entanto, os estudos de Corrochano (Breschigliari, 2005), no caso específico do Brasil, vão indicar que buscar ativamente trabalho pode ser considerado atividade de trabalho e esses indicadores vão compor parte da estrutura do caso Brasil que discutiremos no próximo capítulo.

Não estudo e nem trabalho no momento da coleta perfaz entre 1% e 15% de respostas e antagoniza respectivamente Espanha e Brasil como menor e maior indicador nessa categoria. Podemos afirmar, em linhas gerais, que os jovens que não estudam e nem trabalham tem um número baixo relativamente, mas preocupam as sociedades de seus países e tem demonstrado crescimento nos últimos anos, especialmente no contexto pós-pandemia COVID-19 (González-Anleo *et al.*, 2022a).

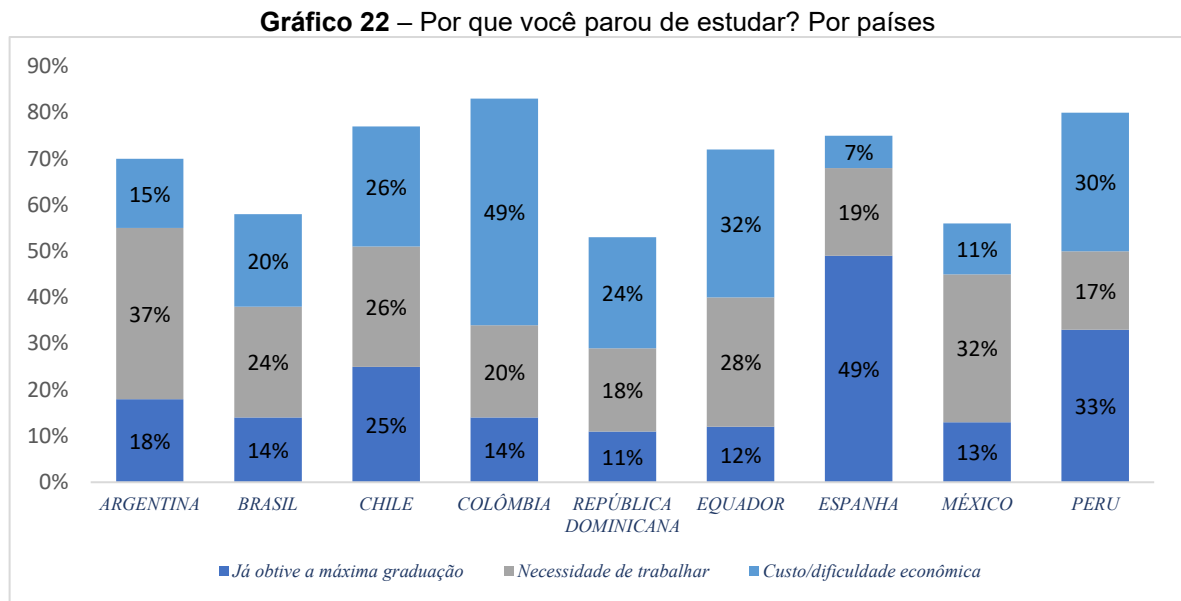
Os que fazem tarefas domésticas são o menor indicador no conjunto das variações de ocupação, mas tem nuances claras: é o trabalho exclusivo de mulheres pobres nesses estudos nacionais. No caso Espanha, essas mulheres são imigrantes.

Após mergulharmos nas variações de ocupação nos países da pesquisa e observarmos que o estudo é a ocupação principal dos jovens na Ibero-américa, propomos um olhar mais atento para dois indicadores da pesquisa- comuns aos questionários nacionais e delineado no relatório geral sobre a escolarização. Exploramos os dados de interrupção ou conclusão de estudos analisando a pergunta “Por que você parou de estudar?” e posteriormente, tratamos os dados de permanência escolar, a partir da pergunta “Por que você continua estudando?”.

Essas duas perguntas acessam uma segunda camada analítica nesse estudo de posições disposto nessa proposta. Ainda não conseguimos operar com o dispositivo de análise juventude como posição interseccional (JPI), mas temos alguns contornos sobre quais categorias a ferramenta precisa mapear para um estudo das posições sociais: a idade como eixo, como já vimos que entre os países da pesquisa, a marcação de fronteira do potencial dos jovens que não estudam e nem trabalham está localizada dos 18 aos 24 anos; o sexo como eixo de subordinação, uma vez que as variações de ocupação por sexo são significativas para os países, com menor impacto para a Colômbia (Gutiérrez-Bonilla *et al.*, 2021); o GSE como eixo já previsto nos estudos das desigualdades não sem motivo e que deve de fato permanecer na estrutura da ferramenta e, por, fim, da raça, que até aqui opera como hipótese com fortes indícios, mas só poderá ser devidamente examinada no caso Brasil pela disponibilidades dos dados.

Na sequência, nos deteremos nos dois tópicos seguintes que estão contidos no bloco temático ocupação: a) por que você parou de estudar? E b) motivos para continuar estudando.

Quem sai, por que sai da escola?



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados de González-Anleo *et al.* (2022a).

Optamos por inverter a apresentação gráfica original do relatório geral dos Jóvenes en Ibero-américa 2021. Se na fonte, “já obtive a graduação máxima” era o primeiro item observado no gráfico, aqui é o último. Escolhemos esse formato para demonstrar o principal motivo de abandono escolar/universitário entre os latino-americanos: “custo/dificuldade econômica”. Largar a escola nos países com uma política econômica mais instável é, em última análise, uma condição para os mais pobres, essencialmente. Isto porque, como os próprios índices avisam: estudar é caro. Caro para o estado, caro para a moratória empregada. Não apenas pelo investimento familiar/pessoal na tarefa, mas pelo dinheiro que está se “deixando de ganhar” para si e a subsistência de sua família, quando um jovem não está no campo de trabalho, principalmente para os mais pobres.

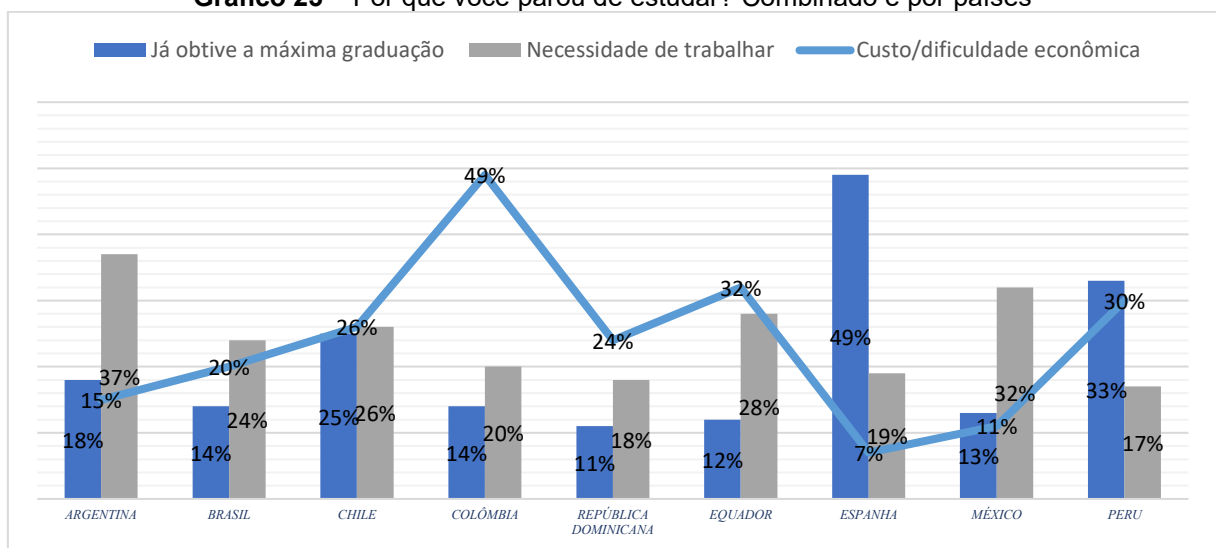
Na outra ponta do espectro, deixar a escola/universidade porque já completou sua máxima graduação atinge quase a metade da população jovem na Espanha e pouco mais de 30% da população peruana (que com um olhar mais apurado, pudemos ver que eram os mais ricos, especificamente que compunham esse quantitativo). Tendo 5 dos 9 países abaixo de 15% de representação: Brasil, Colômbia, México, Equador e República Dominicana.

Temos ainda um efeito de espelhamento entre dois dados importantes da Colômbia e da Espanha no gráfico a seguir: enquanto no primeiro, atinge-se 49% da

população jovem que define como motivo para deixar a escola custo/dificuldade financeira, no segundo, os mesmos 49% de apontamento de motivo é ter concluído a máxima graduação. Esse dado por si só, quando admite a função espelho, reflete o panorama de desigualdade educacional e abandono da escola nos dois países em especial como possibilidade de análise das duas pontas na tessitura de argumentação sobre as desigualdades nos países ibero-americanos. Relembrando que já vimos que esses países respectivamente se posicionam em maior e menor índice de jovens que apenas trabalham, quando examinamos as tipificações de ocupação.

Algo fundamental no relatório Colômbia Juventudes Colombianas (Gutiérrez-Bonilla *et al.*, 2021; Ortiz-Hernández, 2021) é a divisão por categorias de sexo, grupo socioeconômico, local de moradia: urbano ou rural e a chamada “condição de vítima”, como já mencionados anteriormente. Essas subdivisões específicas trazem contornos mais complexos ao relatório, sendo este, na nossa avaliação, um importante moderador para políticas públicas juvenis.

Gráfico 23 – Por que você parou de estudar? Combinado e por países



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados de González-Anleo *et al.* (2022a).

Nesse sentido, entendemos que os jovens que saem da escola, o fazem por três principais motivos por ordem de importância: custo/dificuldade econômica, necessidade de trabalhar e obtenção de máxima graduação.

A necessidade de trabalhar é um marcador importante para todos os países. Esses dados não foram seccionados por idade, mas se assim o fossem, teriam a marcação de quanto mais velhos, mais a necessidade de trabalhar vira um imperativo

para os jovens e acaba os impelindo a deixar os estudos, no caso das classes populares. Afirmamos isso olhando para os dados anteriores e apresentados em González-Anleo *et al.* (2022a).

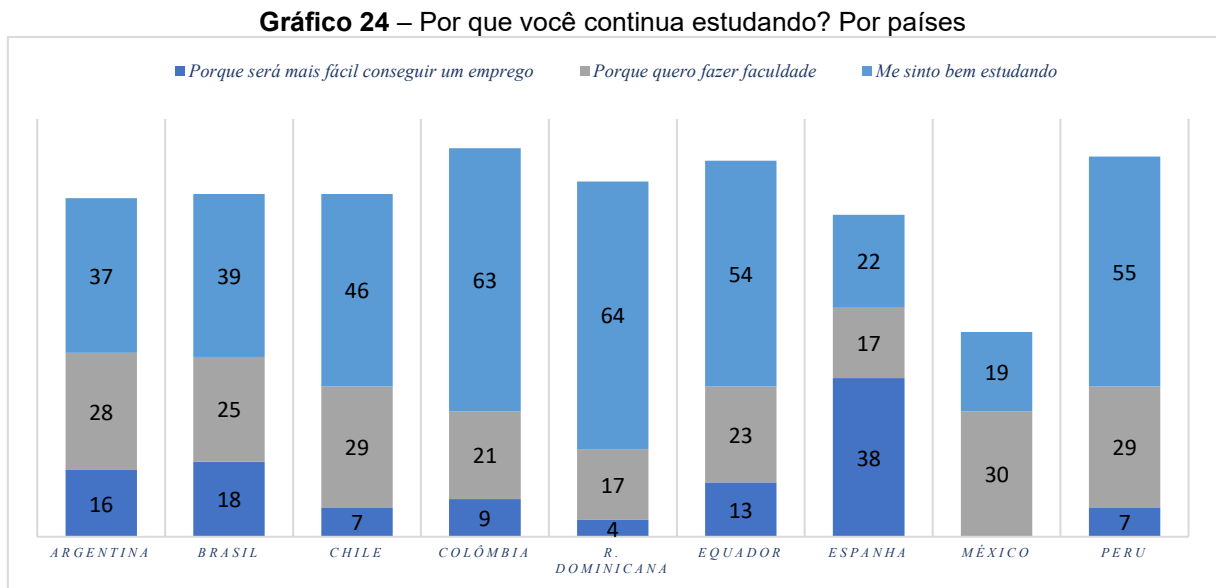
Sobre os que saem da escola, apenas na Espanha os jovens saem porque concluíram seus estudos e ainda obtiveram a graduação máxima possível. O Peru fica como segundo colocado, mas seu indicador é muito mais próximo dos demais países latino-americanos do que da Espanha, proporcionalmente.

A pobreza, as desigualdades, a não universalização do direito à educação, as instabilidades políticas e sociais fazem que a América Latina apresente transições que a definição da passagem da escola (concluída) para o trabalho não comporta, condição contrária na Espanha. Guimarães (2020) realiza um balanço dos processos de transição escola-trabalho (TET), entre 2013 e 2018, e demonstra como na América Latina, a experiência dos jovens compreende transições intensas e não lineares e inserções aleatórias em trabalhos pouco protegidos. Os jovens mais vulneráveis entram mais cedo no mundo do trabalho e estudar e trabalhar para esses é um desafio importante. Demonstraremos ao longo do estudo que essa concomitância define o horizonte próximo de futuro para os mais pobres. Estudar e trabalhar durante o ensino fundamental tem um peso diferente de estudar e trabalhar durante o ensino médio para os menos abastados.

Veremos ainda, quando nos aprofundarmos na discussão sobre a TET que o próprio conceito de TET, essencialmente passagem da escola encerrada por conclusão para o exercício do trabalho não faz tanto sentido na América Latina como faz na discussão Espanha, haja vista que ocorrem processos mais estáveis de moratória aos jovens por um tempo estendido. Voltaremos nesse ponto.

Logo, concluímos parcialmente que nem todos saem da escola, mas quem sai são os latino-americanos quando comparados ao ibérico; são os mais velhos e mais pobres que abandonam os estudos pelo contexto de crise e dificuldade econômica e pela necessidade de trabalhar. Mas e os que ficam? Quem fica, por que fica? Isso que auditaremos na sequência.

Quem fica, por que fica?



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados de González-Anleo *et al.* (2022a).

Quem não deixou a escola, em geral, são os jovens da faixa adolescente e mais abastados, quando mais velhos. Dentre a realidade latino-americana, o “se sentir bem na escola” é uma categoria muito expressiva quando analisamos os dados. Na Espanha, menos. Pesquisas sobre clima escolar abordam a temática do sentir-se bem na instituição (Moro; Vinha; Morais, 2019; Reynolds *et al.*, 2017). Destacamos que para os países com mais desigualdades, segundo o IDH, como República Dominicana e Colômbia, e mais dificuldades de distribuição equitativa dos equipamentos sociais, a escola pode ser um dos únicos braços do estado em determinadas comunidades e, portanto, sentir-se bem na escola operaria quase como sentir-se bem no próprio país, se sentir mais protegido além da família, ainda que em situação social de fragilidade a partir do conjunto de condições sociais que reúnem esses países.

Na sequência, a segunda marca mais predominante nas respostas ao item é o indicador cinza como motivo para não ter deixado a escola: “porque quero fazer faculdade”. Esse índice que oscila entre 17 e 30% é um indicador em diferentes países latino-americanos, incluindo o Brasil. De acordo com os relatórios Colômbia, Brasil e México- únicos que tratam desse tema-, o fomento ao ensino superior é recente e só ocorreu pela expansão da escola média no início dos anos 2000, tendo dos três países, mais eficiência imediata no México, o que constatamos também através dos

indicativos nacionais em comparação com outros países, onde o México é o país que mais abriga índices de jovens que apenas estudam (Gómez; Marín, 2019).

Por isso, afirmamos que a escola média ou ensino médio é uma importante linha divisória no contexto socioeducacional (Peregrino; Prata, 2023). Cruzar essa linha, especialmente para as classes populares, significa mudança de condições de vida para o jovem: possibilidade de construção de carreira, acesso à formação técnica e universitária, podendo alçar mudanças de posição no espaço social e de classe social. O avesso dessa potência do ensino médio como linha divisória, como pudemos ver nessa longa análise é o jovem que não estuda e nem trabalha, que, geralmente, nem conclui o ensino médio, em alguns casos, nem o ensino fundamental. Esse sujeito jovem não acessa a universidade e tampouco poderá acender a trabalhos mais bem remunerados, que necessitam de formação técnica ou especializada. Esse reverso da potência será aprofundado na construção do caso Brasil.

Por fim, “continuo estudando porque será mais fácil conseguir um bom emprego” é a última motivação para continuar estudando entre os americanos e primeira na Espanha. Muitas hipóteses podem nascer dessa comparação entre os países: maior objetividade dos sujeitos em sociedades mais desenvolvidas economicamente, maiores laços emocionais de filiação entre os americanos, escola pública como um dos únicos equipamentos sociais de uma comunidade pobre, compartilhamento entre contemporâneos, potencialidade de experimentar os mesmos eventos (Weller, 2010) também entre os latino-americanos.

As frequências gerais presentes nos países ibero-americanos indicam uma aproximação importante dos latino-americanos e um afastamento geral do país ibérico. Sobre a ocupação, o ponto fora do eixo: o Brasil e seus jovens que não estudavam e nem trabalhavam no momento da coleta; sobre quem saiu da escola, por que saiu? - se reportando aos jovens que trabalham, trabalham cuidando de outros, são donas de casa e não estudam e nem trabalham- vimos que quem deixou a escola foi por dificuldade econômica/custo para os latino-americanos e por conclusão de graduação máxima entre o ibérico.

Acerca dos que continuaram estudando, os latino-americanos apontam que o motivo essencial é se sentir bem estudando; que o ensino médio é uma linha divisória em todos os países da amostra, pois possibilita o acesso ao segundo motivador de continuar estudando: fazer uma faculdade e, por fim, continuar estudando para conseguir um emprego só é maioria na Espanha, onde os jovens demonstram um

conjunto de respostas mais objetivas sobre manutenção de padrão de vida, especialmente nas classes abastadas.

Contudo, esse último fenômeno não é um contexto puramente nacional espanhol. Vimos que para além da discussão de fronteira entre os países da amostra, com características nacionais em seus contextos políticos, econômicos e laborais, em certo sentido podemos afirmar que os espanhóis estão no mesmo conjunto mais protegido citado no início do capítulo: homens e de GSE mais elevado. Porque quando observamos o conjunto das respostas, os pontos máximos de perfil vão para além dos conjuntos nacionais. Homens, nas idades extremas dos grupos juvenis- 15 a 17 e 25 a 29 – e mais ricos tem as mesmas características de resposta dos espanhóis, em geral. Isso nos leva a concluir que estamos para além de um estudo de posições de países num espaço social, ou mesmo das condições sociais e das situações vividas; estamos tratando da disposição de mais ou menos vulnerabilidade num estudo de desigualdades sociais para além das fronteiras nacionais. Estamos discutindo um mecanismo de reprodução de papéis sociais em diferentes níveis. Estamos tratando de estratificação social a partir dos eixos escola e trabalho para a juventude. E mais, se dispormos com proximidade os grupos mais protegidos: espanhóis, homens e ricos (quando investigarmos o caso Brasil, veremos que podemos generalizar, nesse caso, para homens brancos), temos, inclusive, um perfil histórico do colonizador. Um perfil de mais de 500 anos.

Contudo, voltando aos contextos nacionais, é importante compreender os mecanismos dos processos de variações que marcam as inscrições sociais nestes países. Pensamos que uma ferramenta de verificação dos vínculos institucionais poderia mapear as inscrições das variações de ocupação. Construimos então a ferramenta ancoragem para a análise operativa dos engajamentos com as instituições escola e trabalho.

2.2 FERRAMENTA DE TRABALHO: ANCORAGEM COMO MARCADOR DE VÍNCULO INSTITUCIONAL

A leitura e interpretação da juventude a partir do resultado do questionário construído para operar em diferentes países é um desafio de pesquisa. Logo, para entender esses resultados transformando-os em evidências é necessário um processo de, como nos laboratórios das ciências da natureza fazem com a água e

outras substâncias líquidas, decantação. Entendemos esses resultados com a metáfora de componentes liquefeitos: maleáveis, desestruturados e passíveis de mudança e transformações. Por isso, apresentamos um processo de decantação com nossos instrumentos. Um processo de separação para entendimento da complexidade dos fenômenos, nesse caso, sociais. Para construir esse conjunto de procedimentos que visam a interpretação, apresentamos duas ferramentas de trabalho para essa decantação: a ancoragem e evolução.

Essas ferramentas operaram como dispositivos de leitura de quadros juvenis relacionados a três condições: estudos, trabalho, não estudar e não trabalhar, com relação a quatro categorias de análise: sexo, raça, grupo socioeconômico e grupos de idade. Para os nove países da amostra conseguimos as marcações gerais das categorias sem a clivagem raça, como já dissemos.

Em sexo, a pesquisa categorizou sexo biológico entre homem e mulher; em raça, no caso Brasil, optamos por uma adaptação da classificação original. Trabalhamos com pretos, pardos e brancos, em vez de pretos, pardos, brancos, indígenas e morenos claros, conforme a pesquisa ibero-americana; em grupo socioeconômico, trabalhamos com cinco grupos: classe alta/média-alta, classe média, média baixa, baixa e pobreza; e com grupos de idade ou coortes: com adolescentes de 15 a 17 anos, jovens intermediários de 18 a 20 e 21 a 24 anos e jovens-adultos, de 25 a 29 anos de idade.

No início da visualização dos dados, ainda na fase da contextualização dos países da amostra, entendíamos que sexo, classe e idade eram categorias relacionais que não se sobrepunham numa classificação hierárquica das relações sociais (Bilge, 2009). Justamente por trabalhar com essas três categorias-base, mais tarde optamos por um referencial de abordagem interseccional. A relação dessas variáveis implicaria em sínteses potentes e únicas que alterariam o padrão de representação de respostas. Essa era uma forte hipótese na primeira fase da pesquisa, que se revelou verdadeira e será intensamente dissecada nos capítulos seguintes quando operamos com nosso dispositivo analítico Juventude como Posição Interseccional (JPI).

Contudo, quando olhamos para sexo, percebemos nuances importantes que poderiam, inclusive, se encerrar nelas mesmas; quando o foco estava na raça, no caso Brasil, víamos o quanto essa categoria poderia apresentar mais facetas e o mesmo aconteceu quando observamos os movimentos das classes sociais, nos grupos socioeconômicos. Até mesmo a referência idade que no princípio era vista

como uma subposição analítica, desvelou-se como clivagem independente com características próprias e autônomas, por causa do movimento específico que a faixa dos intermediários 2- 21 a 24 anos- apresentava nas análises dos países da amostra. Logo, cada categoria demonstrava uma relevância com características muito próprias, mas que separadamente aparentava quadros diferentes entre si. Explicamos.

A clivagem sexo, por exemplo, continha em si mesma todo um universo de pesquisa, literatura de suporte e campo de exploração profundos que se encerravam em si mesmos. Entender diferenças entre os sexos biológicos, orientação sexual, performance de gênero é em si um campo de estudos; assim operavam também as outras clivagens, raça e classe (grupo socioeconômico). Todavia, a variável idade se comportava de uma maneira mais estável em distintos contextos, com características de maior permanência e maiores fixações. Percebemos então que na análise numérica, sexo, raça e classe operavam como variáveis fixas e idade, como uma variável contínua em todo o estudo. Ao maturarmos mais a análise, vimos que a idade, de fato, operava como um eixo, contínuo sim, mas, sobretudo, relacional devido às características de sexo, raça e GSE. Em relação aos sexos, raças e GSE's, a idade demonstrava que: a) os mais jovens possuíam maior ancoragem nos estudos; b) os mais velhos, maior ancoragem no trabalho; c) os grupos intermediários, em diferentes contextos, apresentavam maior probabilidade de estarem sem vinculação de estudos ou trabalho ou, no outro extremo, de estarem conjugando estudos e trabalho (dependendo da classe a que se pertence) e d) desses, os mais jovens, de 18 a 20 tinham maior inclinação também à escola, enquanto os mais velhos, de 21 a 24, ao trabalho, embora a disputa se concentrasse nesse último.

Logo construímos a categoria idade como uma variável contínua nas análises e, portanto, a ferramenta ancoragem está relacionada ao debate dos coortes de geração ou grupos de idade dentro do grupo maior juvenil, de 15 a 29 anos. Algo relevante ainda de se trazer, é que após apresentarmos as noções de ancoragem e evolução, trabalharemos diretamente com a leitura dos dados, uma vez que ambos os conceitos são por nós considerados categorias operativas, que na prática demonstram sua capacidade.

Verónica Filardo, em sessão de comunicação no Congresso Latino-americano de Estudos sobre o Trabalho (ALAST) - 2022, desenvolve o argumento que estudar frações de idade ou análises de coorte tem uma potência importante nas análises sociais. Segundo a autora, em outra obra, a análise de coorte permite responder

perguntas sobre mudanças estruturais na sociedade, pois são dispositivos independentes, mas também interrelacionais, com um conjunto de correlações estruturais (Filardo; Mancebo, 2013).

Percebemos na análise dos dados da pesquisa ibero-americana essa independência do dispositivo narrada por Filardo (2021) e Filardo e Mancebo (2013). Num país com profundas desigualdades sociais onde os eixos sexo, raça e classe se inflexionam em uma série de relações sociais históricas, contextuais e cotidianas, pensar um dispositivo que operasse quase à parte desse sistema de opressão que também são eixos de subordinação estruturadores não seria razoável. Mas, além desse primeiro contato com a literatura da demografia que trata idade como possibilidade analítica, nos aprofundamos nos estudos de Filardo sobre as desigualdades entre jovens urbanos, a partir da análise de coortes em função do nível educativo, região de moradia e sexo, com dados da Encuestas Nacionales de Adolescencia y Juventud (ENAJ), Uruguai de 2008 a 2013 (Filardo, 2021). Essa densa investigação usou a técnica de história de eventos para analisar intensidade, calendário e sequência de episódios de transição de jovens uruguaios nascidos entre 1979-1983 e 1984-1988 (Filardo, 2021). Na jornada, nos abrimos a considerar o eixo idade no Brasil.

Se sexo, raça e classe como categorias relacionais estavam contemplado com uma abordagem teórica e metodológica interseccional aplicada no banco de dados da pesquisa ibero-americana, foi no trabalho de Filardo que demos mais um passo para pensar a idade, ou os coortes de idade/geração juvenil, como um eixo de análise e também como posição analítica dentro da categoria juventude- num primeiro momento com o valor de uma subposição e posteriormente como um ordenador de posições, como veremos na demonstração da operação da Juventude como Posição Interseccional (JPI) no caso Brasil. Nesse sentido, trabalhamos aqui com esses três conjuntos de relações fundamentais: sexo, raça, classe e o acréscimo da- até agora- subposição idade na leitura dos dados da pesquisa para compreender aspectos da juventude brasileira.

Essas três categorias fundamentais somadas ao vetor idade são relevantes para o entendimento dos dados que foram decantados a partir dos instrumentos modelados para a análise, conforme citamos anteriormente: a ancoragem e a evolução nos grupos de idade.

Se o potencial da ancoragem é a análise da inscrição institucional na escola e no trabalho para os jovens da pesquisa, precisamos garantir metodologicamente que essa ferramenta pode ser usada. Trabalharemos a seguir com a aplicação da ancoragem nos grupos para análise dos engajamentos com as instituições fundamentais.

2.2.1 Ferramenta: Ancoragem na análise dos vínculos institucionais

Entendemos a ancoragem como um recurso para analisar a densidade e a importância relativa das instituições nos processos de transição para a vida adulta vivenciados pelos jovens em diferentes sociedades. Onde, os que mais têm mais acesso à ancoragem estão sob uma égide de maior proteção social via instituições de socialização e quem tem menos acesso, estão num contexto de maior vulnerabilidade.

A amostra dos países ibero-americanos apresenta um conjunto díspar de jovens “situados” em diferentes “fronteiras etárias”. Destacamos que os intermediários 1 e 2 estão em maior disputa entre instituições escola e trabalho, que vai da vinculação com uma das instituições- mais proteção- a não ter vínculo por não estudar e nem trabalhar- menos proteção. Entendemos então que necessitávamos de uma ferramenta que nos permitisse compreender como e a partir de que variações a disputa entre essas instituições se apresentava no conjunto dos jovens de 18 a 24 anos. E que para isso era fundamental entendermos a instituição que ancorava a transição escola-trabalho. Por que apenas para os intermediários 1 e 2? Por que nas diferentes nacionalidades avaliadas o padrão de 15 a 17 e 25 a 29 era o mesmo, ainda que com intensidade variável? Por que inclusive entre Espanha e latino-americanos esse padrão era visto?

Para a construção da ferramenta, usamos as respostas dadas pelos jovens entrevistados à pergunta sobre a ocupação que realizavam no momento da pesquisa. Para demonstrar a operação teórica da ferramenta, nos aprofundaremos no Brasil e construiremos com cuidado esse caso por alguns motivos: 1- Essa tese é desenvolvida num contexto de pesquisa brasileiro; 2- A variação de ocupação não estudo e nem trabalho é expoente no Brasil e foi mapeada no relatório ibero-americano como uma lacuna de pesquisa que precisa ser mais investigada, 3- o conjunto de perguntas no item Ocupação no Brasil, assim como no México, República

Dominicana, Argentina e Equador, tem a discriminação das variações que combinam estudos e trabalho para seus jovens.

As respostas foram dadas a partir das oito opções: 1- Apenas estudo; 2- Trabalho; 3- Não estudo, nem trabalho; 4- Me dedico ao lar, dono(a) de casa; 5- Principalmente trabalho e também estudo; 6- Estou buscando ativamente um trabalho; 7- Principalmente estudo e faço algum trabalho; 8- Principalmente cuido dos outros.

Como “ancoragem no trabalho” tomamos o conjunto das respostas 2 e 6 (trabalho+estou buscando ativamente um trabalho); como ancoragem nos estudos tomamos o conjunto das respostas de número 1 (apenas estudo); as respostas 5 e 7 (principalmente trabalho e também estudo+principalmente estudo e faço algum trabalho) foram tratadas como casos de “dupla ancoragem”; o conjunto de respostas de número 3 (não estudo e não trabalho) foram classificadas como casos de “fragilidade na ancoragem”.

A análise que se segue, aborda as formas de ancoragem a partir de dois planos concomitantes. Primeiramente, pela identificação de mudanças nas ancoragens de uma sub-faixa de idade para outra (18-20 para 21-24). A isso denominamos a nossa ferramenta complementar, a “evolução”. Assim, a evolução não se caracteriza pela análise do mesmo grupo ao longo do tempo, mas como um indicador do fluxo de ancoragem nos grupos de idade separados. Por outro lado, analisamos as variações, por sexo, raça e grupo socioeconômico das evoluções dentro do grupo que compõe a faixa (18-24 anos) na construção do caso Brasil da pesquisa.

Figura 8 – Distribuição de variações de ocupação

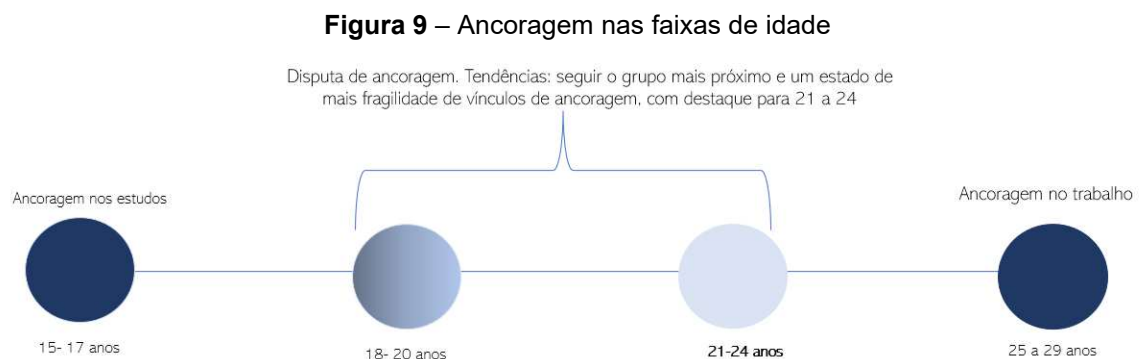


Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados de Peregrino e Prata (2021).

Dessa maneira, olhando para os polos em dois extremos: jovens que não possuem nenhuma ancoragem no momento da pesquisa (não estudo e nem trabalho) e jovens com dupla ancoragem, que estudam e trabalham (estudo e faço algum trabalho e trabalho e também estudo), e no meio, jovens que só estudam ou só trabalhar. Nessa disposição, intencionamos a construção de um modelo de leitura que

apresente formas mais gerais sobre quem são os jovens que agrupam vínculos institucionais em três etapas: o primeiro momento foi a análise de quem está vinculado com os estudos (escola e universidade), com quem compõe a dupla ancoragem de trabalho e estudos e quem apenas trabalha, seccionando o grupo juvenil por faixa de idade fracionada, os cortes, de 15 a 17 anos, de 18 a 20, 21 a 24 e 25 a 29 anos de idade. No segundo momento, inserimos a variável de desvinculação, desancoragem institucional, para jovens que não estudam e não trabalham segundo sexo, raça e GSE e por grupos de idade. E por fim, ao aproximarmos as telas de análise, separamos os dados de jovens que se dedicam aos cuidados com o lar e com familiares; esses últimos com uma marcação importante de classe, sexo e raça no Brasil.

Na primeira etapa de interpretação sobre os vínculos da juventude vimos que de todo o grupo juvenil, em diferentes países, os que menos apresentavam vínculos com as duas instituições fundamentais de estudos e trabalho eram essas faixas intermediárias. Fomos ao caso mais sobrelevado para encontrar outras respostas.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados de Peregrino e Prata (2021).

Nessa linha de argumentação, pudemos verificar como a ferramenta ancoragem é capaz de mapear os tipos de engajamento na pesquisa Ibero-americana com jovens. Para identificarmos o regime de vínculos que caracterizam os países ibero-americanos, em especial o Brasil, confrontamos os nossos achados com aqueles obtidos por Paugam, Beycan e Suter (2020) e inspiradas em seus estudos, organizamos uma tipificação a partir dos indicadores de engajamento, formas de engajamento, suas variações nos enunciados do questionário acerca da ocupação e os países em seus percentuais máximos e mínimos, além da inclusão do Brasil para um posicionamento comparativo:

Tabela 4 – Tipos, formas e variação de engajamento nos países da amostra, com destaque Brasil

<i>Indicador do tipo de engajamento</i>	<i>Forma</i>	<i>Variação</i>	<i>País/Máx. na série</i>	<i>País/Mín. na série</i>	<i>Caso Brasil</i>
Engajamento	Ancoragem	Só estudo	México (45,58)	Brasil (22,51)	22,51
Engajamento	Ancoragem	Só trabalho	Colômbia (32,67)	Espanha (22,51)	30,61
Engajamento frágil	Ancoragem frágil	Cuidados/Lar	Equador (9,68)	Espanha (0,67)	4,08
Desengajamento	Desancoragem	Não estuda e nem trabalha	Brasil (14,29)	Espanha (1,55)	14,29

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Paugam, Beycan e Suter (2020).

No próximo capítulo construiremos o caso Brasil da pesquisa. Mas antes, ao desenvolvermos essa taxionomia do engajamento, a questão da escola básica e de sua relação com os jovens ibero-americanos ainda era latente. Com a primeira varredura sobre questões estruturais de ocupação na pesquisa, assim como os motivos de deixar a escola e de continuar estudando, construímos a ferramenta ancoragem para verificação dos vínculos e engajamentos desses jovens. Nesse sentido, conforme a coleção de posições sociais aqui estabelecidas pelos nove países, é possível concluir que:

- 1) México e Espanha são os países onde os jovens apontam maior engajamento com as instituições escola e trabalho, muito embora Brasil e Espanha, de maneira geral, agreguem um conjunto de condições sociais mais estabelecidas para seus jovens. No Brasil para as classes média-baixa, média e alta com segurança e na Espanha de modo mais igualitário entre seus jovens. O que em certo sentido, nos leva a conclusão de que escola e trabalho são a maior parte da vinculação institucional dos jovens dos países, somando cerca de 70 a 85% de todos da amostra (González-Anleo *et al.*, 2022a). Quando desagregamos os dados, temos diferenciais sobrelevados mais de GSE entre ricos e pobres e de maneira mais moderada entre homens e mulheres.
- 2) O Equador apresenta o máximo percentual da amostra de jovens com engajamento frágil, e, conseqüentemente, uma ancoragem fragilizada pelos trabalhos de cuidados e domésticos. Quando desagregamos esse conjunto, vimos que por GSE são os mais pobres, ou melhor, são as mais pobres, uma vez que são as mulheres que desempenham esse tipo de trabalho mais

precarizado. Isso nos faz construir o desfecho que na América-Latina, a ancoragem é historicamente mais frágil por possuir um contexto de precarização do trabalho para mulheres em diferentes países. Destacando que quem faz esse tipo de trabalho na Espanha são as latino-americanas, conforme nos apresentou a literatura. Logo, a fragilidade de ancoragem é territorial e sexista na amostra da pesquisa.

- 3) O Brasil, mesmo tendo condições sociais mais favoráveis aos seus jovens de classe média baixa, média e média alta/alta, é o país que tem liderança de posição na representação espacial das sociedades no desengajamento institucional, reunindo um índice alto de jovens que não estudam e nem trabalham. Fotografia das desigualdades. Quando desagregamos por sexo e classe é notório que o país acompanha a tendência de ancoragem frágil vista no Equador: mulheres pobres são mais suscetíveis a estarem nesse grupo de não-ocupados no momento da coleta, indicando grande fragilidade de vínculos e pouca possibilidade de proteção social e situação de risco social.

Dadas essas primeiras análises da distribuição dos países pelas variações de ocupação e que tipos e formas de engajamento e ancoragem esse conjunto estaria estratificado, caminharemos para uma imersão no caso Brasil da pesquisa. Primeiro em panorama, com seus dados socioeconômicos, depois com os dados detalhados de escola e trabalho, mas seccionados, e posteriormente com a intersecção dos dados, a partir da abordagem interseccional de teoria e metodologia de pesquisa.

3 CASO BRASIL DA PESQUISA IBERO-AMERICANA

Como considerações iniciais acerca da pesquisa do caso Brasil, no relatório Pesquisa Juventudes no Brasil (Carrano, 2021), trataremos de alguns aspectos sociodemográficos para uma compreensão acerca dos dados mais gerais. Os dados brutos da pesquisa sobre os aspectos sociodemográficos foram tratados por Farah Neto (2021), no que foi denominado inicialmente como Relatório Informe Brasil: Aspectos Sociodemográficos, e, posteriormente, capítulo 1: Aspectos sociodemográficos, do Relatório Juventudes no Brasil.

A Pesquisa Juventudes no Brasil é a seção brasileira de uma investigação mais ampla que a Fundação Santa Maria (SM) desenvolveu com o OJI para fomentar a investigação sobre juventude, educação e cultura nos países ibero-americanos, envolvendo a escuta de jovens nos países que citamos no primeiro capítulo.

Já no início do relatório, há a relevância da contextualização do caso brasileiro, a levar em conta as características de diversidade de território, cultura e população, mas sobretudo, das imensas desigualdades sociais (Farah Neto, 2021). Isto posto, voltamos para Bourdieu (1980, 1998, 2009b) quando o autor afirma que “o conhecimento é fruto de condições objetivas de existência” (Bourdieu, 1998, p. 21) e que, dos três pressupostos para a produção do conhecimento, a posição e a trajetória dos sujeitos no espaço social, seria o primeiro assunto para se pensar o processo de construção do conhecimento.

Analisamos as posições sociais, as condições e refletimos sobre situações dos jovens na pesquisa. Ensaíamos no fim do texto até a percepção das trajetórias mediadas pela literatura que abrange o campo de estudos das transições escola-trabalho (TET). Mas, a partir de agora, analisaremos a posição e as trajetórias possíveis de serem mapeadas, desde as categorias gerais sociodemográficas até o objeto ocupação e estudos, em relação a sexo, grupo socioeconômico e raça.

O levantamento foi realizado no segundo semestre de 2019 pelo OJI, no Brasil, e foi seguido o protocolo de aplicação de 1740 questionários a jovens de ambos os sexos, compreendidos na faixa de 15 a 29 anos, em 32 unidades de amostra de cidades, municípios ou regiões metropolitanas distribuídas pelas cinco regiões do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. A análise foi desenvolvida a partir do modelo polietápico e probabilístico, com erro amostral do estudo estimado em 2,33% e o trabalho de campo realizado pela CORPA Estudos de Mercado nas

residências dos jovens (Carrano, 2021). Com finalidades estatísticas de representação e características próprias no Brasil, foram considerados proporcionalmente populações das áreas rurais e urbanas e a divisão de grupos socioeconômicos (GSE), segundo o critério Brasil¹³.

Para construir um alicerce para a análise dos dados, decidimos por colocá-los em perspectiva sempre que possível, comparando com dados do território nacional para pensar o universo da construção dos dados num contexto de particularidade e generalização.

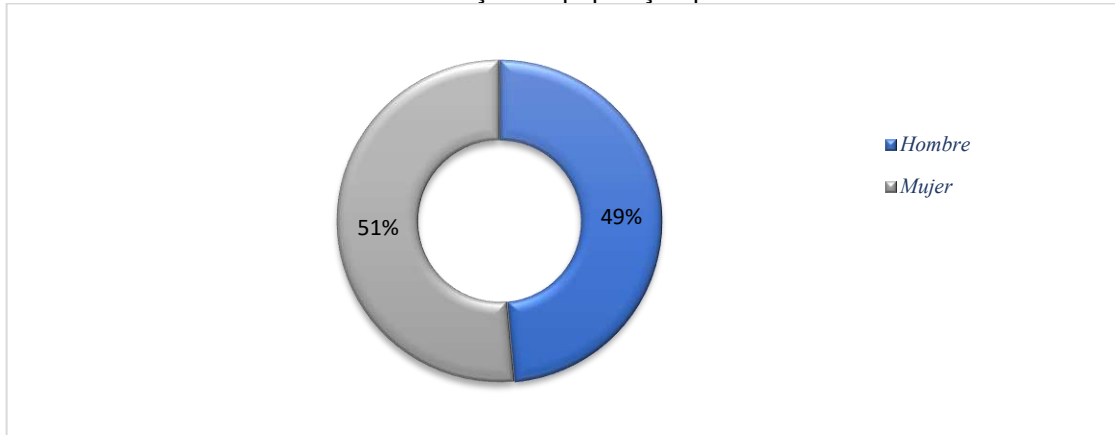
Segundo o Resumo Executivo do Relatório Juventudes no Brasil (Fundação SM, 2021, p.20), sobre o perfil dos jovens entrevistados e a metodologia de investigação

Os jovens pesquisados são 51,5% do sexo feminino e 48,5% do sexo masculino. 40% se consideram brancos, 39% pardos, 17% pretos, 2% amarelos, 1% indígena e 1% não respondeu. 78,4% dos jovens pesquisados se declaram solteiros, 20,4% se declaram casados (formalmente ou não) e 1,2% é de separados ou viúvos. 67,5% declaram não ter filhos e 32,5% sim; desse total, um terço (10,9%) são mães ou pais solo. Os dados apresentados na pesquisa foram obtidos por meio de entrevistas com jovens com idades entre 15 e 29 anos. As entrevistas foram realizadas pessoalmente entre os meses de agosto e setembro de 2019 nas cinco regiões do Brasil (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste), compreendendo territórios urbanos e rurais. As questões apresentadas aos jovens foram comuns aos demais países ibero-americanos participantes da rede de investigação (Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, México, Peru e República Dominicana), à exceção de um bloco especial de perguntas formuladas pela equipe brasileira e adequadas às especificidades do país, que buscou indagar aos jovens sobre preocupações, temores e representações relacionadas com a humilhação, seus medos e incômodos. Foram realizadas 1.740 entrevistas utilizando-se uma amostra estratificada através da técnica probabilística de múltiplas etapas. A amostra foi assim distribuída: 50% homens, 50% mulheres; 90% dos entrevistados em áreas urbanas e 10% em áreas rurais (no Brasil, a distribuição da população se dá com 87% de seus habitantes em áreas urbanas e 13% em áreas rurais). Em relação à estratificação socioeconômica, a amostra foi distribuída pelos seguintes grupos: alto/ médio alto (7,7%), médio (18,1%), médio baixo (22,9%), baixo (24,6%) e extrema pobreza (26,6%). O erro amostral do estudo foi estimado em 2,33%. O trabalho de campo foi realizado pela CORPA Estudos de Mercado.

¹³ Critério Brasil é um padrão de classificação socioeconômica realizado com base nos domicílios. A metodologia de desenvolvimento do Critério Brasil que entrou em vigor no início de 2015 está descrita no livro Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil dos professores Wagner Kamakura (Rice University) e José Afonso Mazzon (FEA /USP), baseado na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE. A regra operacional para classificação de domicílios resulta da adaptação da metodologia apresentada no livro às condições operacionais da pesquisa de mercado no Brasil. Para mais informações acesse o documento disponível em: <https://www.abep.org/criterio-brasil>.

Descendo aos detalhes apresentados no capítulo 1 do relatório completo, a distribuição segundo sexo biológico, os jovens pesquisados são 51,5% do sexo feminino e 48,5% do sexo masculino, conforme se observa no gráfico.

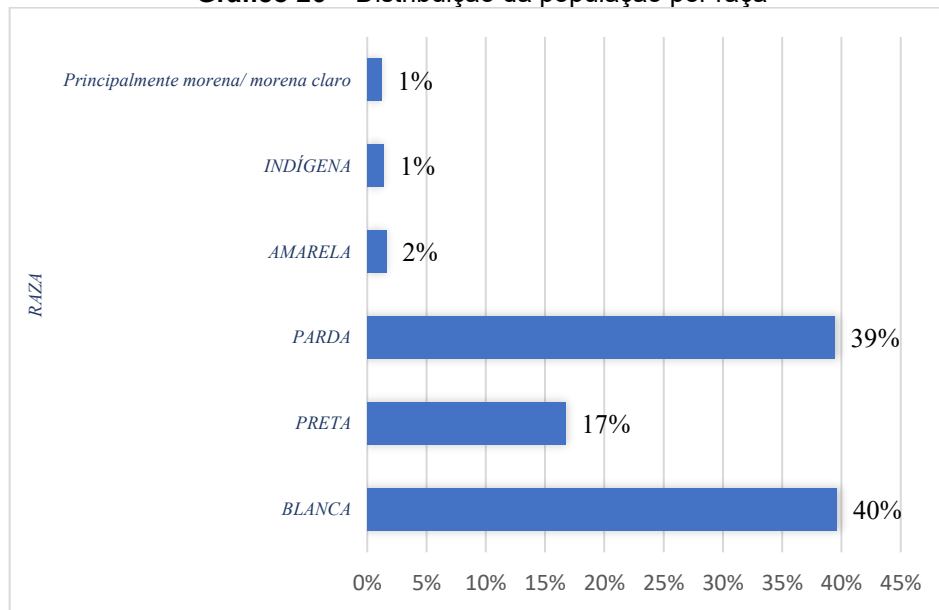
Gráfico 25 – Distribuição da população por sexo no Brasil



Fonte: Peregrino e Prata (2021).

Sua distribuição apresenta-se, portanto, aproximada com relação à população total do país, que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2019, é de 51,7% de mulheres e 48,3% de homens (IBGE, 2020b). Vale destacar que ao apresentar apenas a distribuição da população entre mulheres e homens há uma perda importante nos dados captados acerca de gênero, identidade de gênero e orientação sexual dos jovens participantes do *survey*.

Sobre a distribuição da população jovem por raça, temos uma consideração importante a ser feita. As seis categorias utilizadas na pesquisa para raça: branca, preta, parda, amarela, indígena e “principalmente morena/morena clara”, com exceção desta última que não é utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e poderia inviabilizar algumas abordagens sobre raça, diante do debate brasileiro e por esse marcador, que é apenas um diante de outros cinco validados por nosso sistema de classificação e com pouca representação (1%), mas que pode criar entendimentos dúbios acerca da autoidentificação dos respondentes da pesquisa. Num primeiro momento, para esta pesquisa de tese, consideramos excluir a categoria raça, mas essa consideração provisória deu lugar a mais certeza sobre o uso do vetor fundamental para entender a realidade brasileira, ainda que com questões com relação ao item principalmente morena/morena clara.

Gráfico 26 – Distribuição da população por raça

Fonte: Peregrino e Prata (2021).

Quando comparados os dados com o Censo Demográfico realizado em 2010, verificamos a confirmação da tendência de autoidentificação e autorreconhecimento de jovens pretos e pardos (Farah Neto, 2021). Em contrapartida, um decréscimo do grupo que se identifica como branco. Os movimentos sociais e as políticas de ações afirmativas em diferentes setores da sociedade, contribuem para essa nova tendência entre a população jovem brasileira, com relação a sua autopercepção e identificação do marcador raça, questão essa fundamental numa sociedade como a brasileira (Akotirene, 2019). Nesse sentido, há um movimento relevante de autoidentificação como preto e pardo e com uma imediata diminuição da percepção da categoria branco. A pele mais clara toma então outro sentido interpretativo quando colocada com questões mais aprofundadas das características da população brasileira. Vamos voltar nesse ponto quando discutirmos moratória social e o capital racializado, nessa perspectiva. Nesse sentido, não significa que diminuíram os números de jovens brancos na população. Do contrário, muito provavelmente uma parte da população que se percebia como branca, não o era na verdade. Eu mesma me descobri não-branca na universidade. Por isso, ações de fomento ao debate público sobre raça, especialmente no Brasil, trazem à tona uma série de outros fatores importantes relacionados a própria identidade dos sujeitos.

No que se refere à faixa etária, os jovens distribuem-se de forma relativamente equilibrada entre os quatro segmentos considerados: 24,2% na faixa de 15 a 17 anos,

24% na de 18 a 20 anos, 20,2% na de 21 a 24 anos e 31,6% na de 25 a 29 anos. O equilíbrio entre os grupos de jovens ou coortes juvenis é importante para pensarmos o foco e a perspectiva de tais dados coletados na pesquisa. E esse reagrupamento do grupo juvenil de 15 a 29 anos vai possibilitar a demonstração do grande universo populacional que estamos tratando, inclusive com características muito distintas entre os coortes ou pequenos agrupamentos.

Sobre o estado civil dos jovens respondentes 18,4% dos jovens pesquisados se declaram casados, formalmente ou não, enquanto 80,4% se declaram solteiros e 1,2% separados ou viúvos; esse dado de maioria do grupo jovem se declarar solteiro apresenta ainda um argumento legítimo para os estudos de transição que apontam para composição de família e imersão completa no mundo do trabalho como importantes características para se pensar os modos de transição para vida adulta (Galland, 1997). Assim como informações sobre filhos: a proporção de jovens que declaram ter ou não ter filhos: 67,5% respondem que não tem filhos e 32,5% que tem filhos.

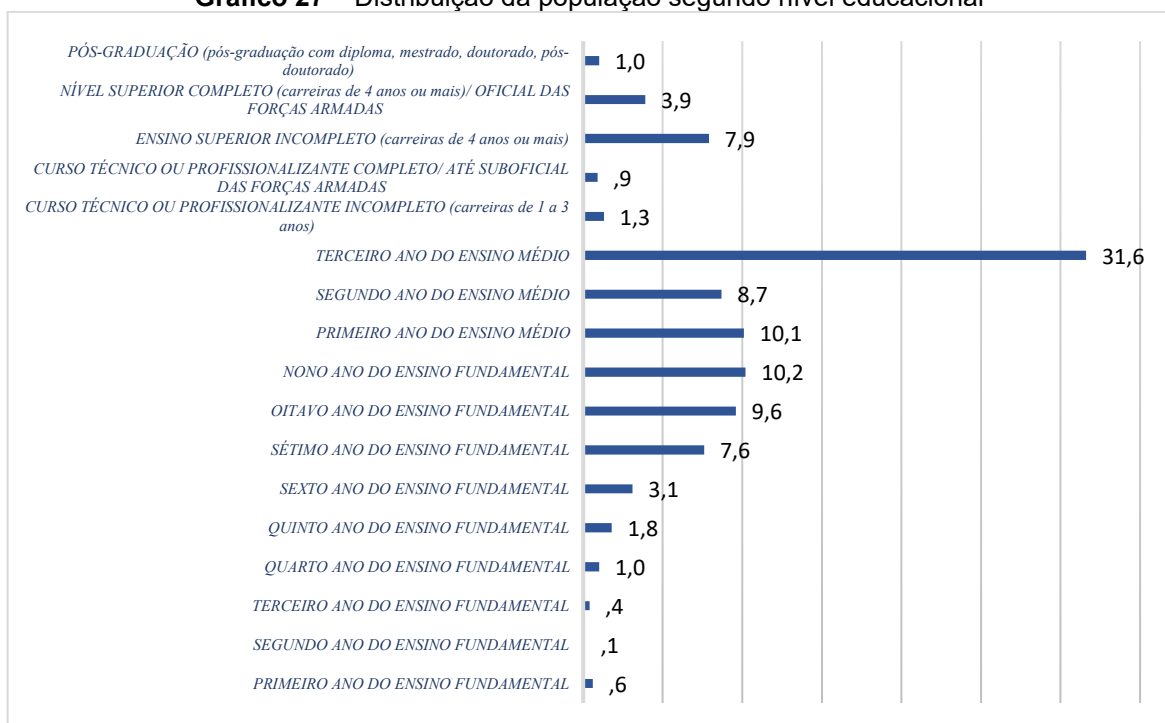
Todavia, quando combinamos as variáveis estado civil e sexo, os resultados produzidos passam a comportar diferenças importantes. Assim é que a proporção de mulheres casadas (26%) é sensivelmente maior que a de homens (15%). Também a situação de separação/viuvez apresenta diferença, registrando-se apenas entre as mulheres (2%). Questão essa que merece um aprofundamento em estudos de raça e violência, fundamentalmente urbana nas metrópoles brasileiras e extermínio da população de homens jovens pretos e pardos e também sobre os arranjos de casamento entre mulheres mais jovens e homens adultos/mais velhos, fenômeno comum no Brasil. Infelizmente fenômenos regulares até.

Uma questão apontada no relatório é sobre pessoas que se declaram solteiros e que tem filhos. A proporção dos que se que declaram solteiros é 10,9% superior aos que declaram não ter filhos, o que abre possibilidade de conclusão de que este seria o marcador dos solteiros com filhos, que seriam cerca de um terço dos jovens que declaram ter filhos, segundo o levantamento (Farah Neto, 2021). Marcador também importante para pensar a questão da organização de famílias onde o provedor é jovem, e ainda a questão da maternidade solo, já que no Brasil o índice de não registros de crianças com o nome do pai foi de 5,5 milhões, segundo dados captados no Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2020) e ainda traz à tona a questão da

situação na transição para a vida adulta: sobre se já houve ou não início do núcleo familiar, além de quem registra e assume sua prole.

Sobre a distribuição com relação ao nível educacional, é relevante destacar que a modalidade Ensino Médio incorpora mais da metade (50,4%) dos pesquisados e ainda, se considerarmos valores apontados para os cursos técnicos ou profissionalizantes, completos ou não, somados aos referentes ao ensino médio, tem-se um total de 52,3% dos respondentes. Já 12,8% dos pesquisados apontam o ensino superior e de pós-graduação (completo ou não), o que em si já aponta para o processo de ensino médio como linha divisória (Peregrino; Prata, 2023) para acesso ao ensino superior e horizonte de formação de carreira e na expansão do ensino superior na segunda década dos anos 2000. Mas ainda há o percentual de 34,4% de jovens a partir dos 15 anos no ensino fundamental e 55,3% ensino médio pra cima (dos quais quase 13% no Ensino Superior (ES)). O que nos chama atenção para a reflexão sobre o fluxo escolar e políticas de correção de fluxo.

Gráfico 27 – Distribuição da população segundo nível educacional



Fonte: Peregrino e Prata (2021).

Esse quadro de mais de um terço da amostra aponta o Ensino Fundamental como nível de escolaridade (34,4%), indica que ainda há um longo caminho de socialização da população juvenil pelas vias da escola básica, ainda que esta garanta

o processo de fluxo escolar de seus estudantes, desde o início dos anos 2000 com políticas específicas de expansão do Ensino Médio. Outro ponto que associaremos a este tópico é da população oriunda de instituições públicas (92,2%) e privadas (7,8%), o que indica que o debate da educação no Brasil é essencialmente um debate de políticas educacionais de educação pública para atendimento de sua população.

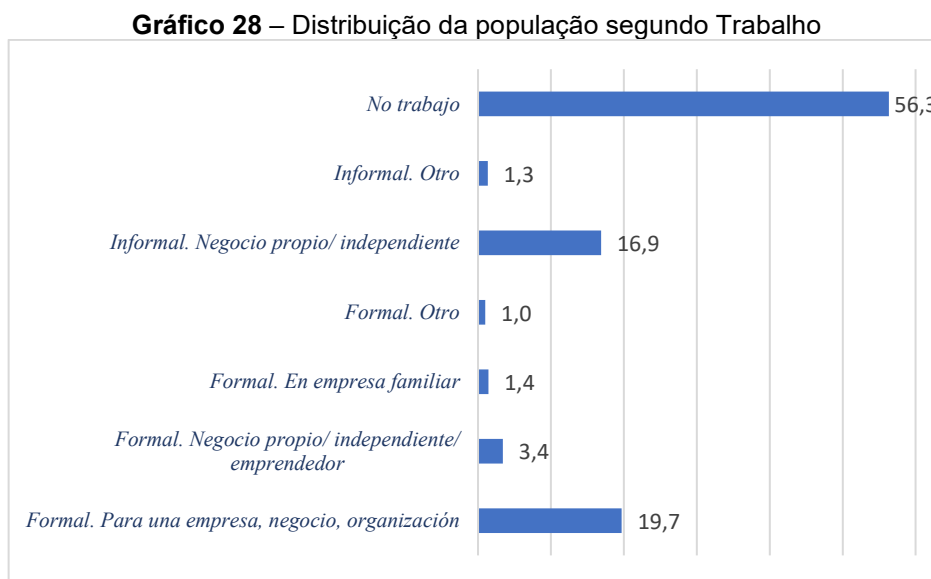
Quando vimos os dados Brasil, segundo a PNAD 2019 (IBGE, 2020b), a taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos chegou a 89,2%. Por sexo, 76,4% das mulheres de 15 a 17 anos estavam frequentando o Ensino Médio, etapa dentro das expectativas para a idade, porém, entre os homens, a taxa foi de 66,7%, uma diferença de 9,7 pontos percentuais. Por cor ou raça, a diferença é ainda maior: 12,9 pontos percentuais, sendo 79,6% para pessoas brancas e 66,7% para pessoas pretas ou pardas. Esses dados apontam para a necessidade permanente de políticas que se remetam ao gênero e a raça quando falamos de acesso e permanência na escola básica, especialmente entre os adolescentes.

Em 2019, a taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos, independentemente do curso frequentado, foi de 32,4%. Por sua vez, 21,4% desses jovens frequentavam cursos da educação superior e 11,0% estavam atrasados pelas expectativas, frequentando algum dos cursos da educação básica. Já 4,1% haviam completado o ensino superior e 63,5% não frequentavam escola e não concluíram o ensino obrigatório (Peregrino; Prata, 2021). Mais à frente na pesquisa, retomaremos esse grupo como fundamental nas análises sociais por ser o coorte que traz importantes marcas de transição quando falamos de escola e trabalho.

Todavia, segundo os dados gerais do país divulgados pela Agência de notícias do IBGE, apesar da proporção de pessoas de 25 anos ou mais com Ensino Médio (EM) completo ter crescido no país, passando de 45,0% em 2016 para 47,4% em 2018 e 48,8% em 2019, mais da metade (51,2% ou 69,5 milhões) dos adultos não concluíram essa etapa educacional (PNAD EDUCAÇÃO [...], 2020).

Entretanto, quando centramos o debate na universidade, os dados mostram que 73% dos estudantes estão em instituições privadas e 27% em instituições públicas, o que nos mostra que embora o Brasil na primeira década dos anos 2000 tenha avançado nas políticas de expansão dos ensinos médio e superior, essa questão ainda precisa ser revisitada como campo, tanto nos aspectos formativos quanto nos aspectos de financiamento privado da educação superior no território brasileiro.

Quando analisamos os dados sobre o trabalho, vimos que mais da metade dos jovens (56,3%) não trabalham, enquanto cerca de um quarto (25,5%) sinaliza ter trabalho formal, com preponderância significativa dos que trabalham para uma empresa, negócio ou organização, que representam 19,7% do total de respondentes. O trabalho informal aparece com 18,2% das respostas indicadas.



Fonte: Peregrino e Prata (2021).

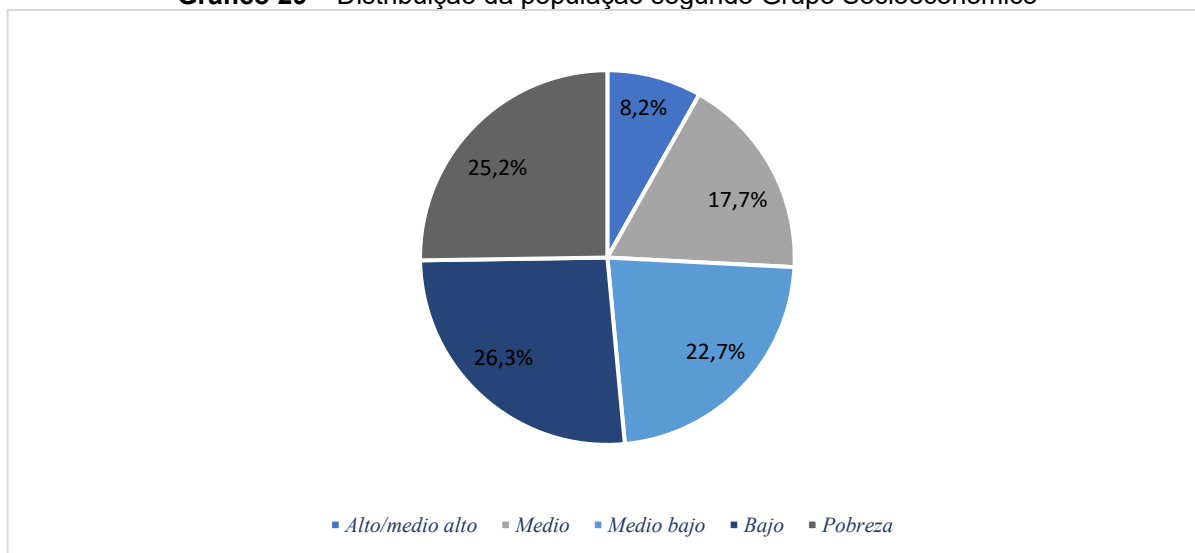
Mas, os jovens que afirmam não trabalhar podem realizar atividades de trabalho informal ou esporádico e não se reconhecerem como trabalhadores, por exemplo. Outras classificações aqui seriam possíveis como de não reconhecimento ou de reconhecimento parcial por preponderância, por exemplo, jovens que principalmente estudam, mas trabalham em períodos específicos como vendas para período de festas de fim de ano, cuidados com crianças e idosos, manutenção e limpeza, distribuição de panfletos em período eleitoral, dentre outras possibilidades aventadas para a população juvenil no Brasil, mas que são duramente marcadas pela precariedade.

Ao serem perguntados, pouco menos de 60% os jovens que apontam viver com os pais, 31% com ambos e 26% com o pai ou a mãe. Se incluirmos nesse grupo os que afirmam viver com outros familiares (13%), totalizam-se 70% dos jovens. Dentre os demais respondentes, outro conjunto que se destaca é o dos que vivem com sua própria família, seja com parceiro/a e filhos/as (15%), apenas com parceiro/a (7%) ou apenas com filhos/as, sem parceiro/a estável (5%). Engloba, portanto, 27% dos

pesquisados (mais ou menos a proporção dos que afirmam ser casados ou semelhante). Por fim, vale mencionar os 5% que apontam viver sós, um número baixo e importante de ser aprofundado por outras pesquisas, principalmente pela cultura brasileira de vínculos familiares, diferentes de outras culturas que estimulam os jovens a buscar independência em diferentes aspectos.

Os jovens quando distribuídos segundo grupos socioeconômicos (GSE) refletem a profunda desigualdade social que caracteriza o Brasil conforme podemos visualizar na figura 5. Chamamos a atenção para os seis estratos sociais delineados na pesquisa: grupo socioeconômico médio alto/alto, médio, médio baixo, baixo e extrema pobreza.

Gráfico 29 – Distribuição da população segundo Grupo Socioeconômico



Fonte: Peregrino e Prata (2021).

Segundo o relatório, os dois grupos juntos que concentram a maior parte da população são “baixo” (26,3%) e “extrema pobreza” (25,2%), que correspondem a mais da metade dos pesquisados (51,5). Quando juntamos a esse conjunto o grupo “médio baixo” (22,7%), tem-se cerca três quartos da totalidade (74,2%). Por outro lado, o “alto e médio alto”, corresponde a menos de um décimo das respostas totais (8,2%). O grupo “médio” propriamente corresponde a menos que um quinto dos jovens, com 17,7% dos respondentes. Os índices acompanham de perto os mapeamentos das disparidades brasileiras, de acordo com os indicativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD’s 2011, 2015, 2020) (IBGE 2011, 2015, 2020b).

Os primeiros relevos do relatório no tópico perfil socioeconômico apontam questões importantes para se pensar a construção do objeto a partir das condições objetivas de existência, conforme em Bourdieu (1998). A questão de autoidentificação e reconhecimento do grupo negro- pretos e pardos- é fruto do investimento dos movimentos sociais e políticas de ações afirmativas, como já afirmado. A escolarização da população jovem, ainda que demonstre avanços na correspondência expressiva com o Ensino Médio, indica que um terço dos jovens de 15 a 29 anos têm apenas o Ensino Fundamental como nível de escolarização, o que é mais um reflexo do contexto de desigualdades sociais. Um terceiro ponto é o trabalho, uma vez que a mais da metade aponta não trabalhar e cerca de 20% com ocupações de trabalho informal. E mais de 50% está sem trabalho. Logo, se esses não forem majoritariamente jovens de 15-17 anos, e/ou jovens que exclusivamente estudem, o que resta é desemprego, o que aponta a precariedade das condições de trabalho no Brasil. Vale mencionar que o desemprego aberto ou como ameaça constante é parte da precariedade da relação para com o trabalho no Brasil (PNAD's 2011, 2015, 2020) (IBGE 2011, 2015, 2020b).

Para aprofundar o caso, escolhemos nos deter nas categorias Escola e Trabalho a fim de recortarmos com mais nitidez o objeto em destaque. Essas escolhas foram devido a expressividade desenhadas nas linhas gerais da abordagem sociodemográfica e porque a Escola e o Trabalho são as principais instituições que moldam a vida dos jovens: na experiência da juventude em si e na transição para a vida adulta. Ambas as instituições têm um impacto significativo no desenvolvimento dos jovens, na formação de suas identidades e na construção de suas perspectivas de futuro. A escolha da carreira e o desempenho escolar são determinantes na vida dos jovens e detêm um impacto significativo na trajetória de vida, incluindo suas oportunidades futuras de emprego, salário, bem-estar e mobilidade social.

3.1 A ESCOLA E O TRABALHO NO CONTEXTO DA PESQUISA

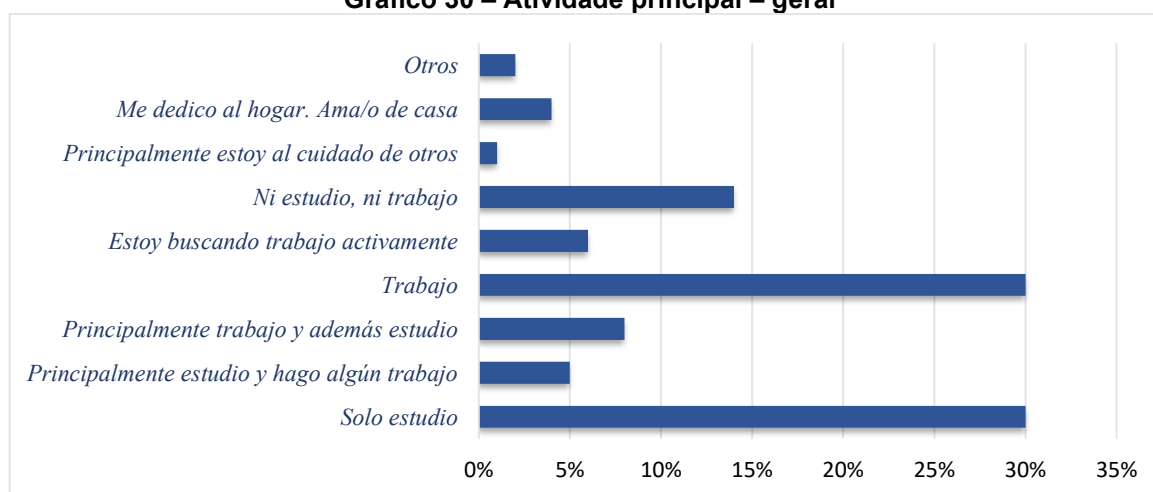
O texto desenvolvido para esta seção tem como base o texto do Relatório Juventudes no Brasil, da pesquisa OJI, nos componentes Escola e Trabalho trabalhados por Peregrino e Prata (2021). Em linhas gerais, optamos por traçar um panorama do componente denominado “ocupação” para trabalhar as sobreposições apresentadas na pesquisa: sexo e faixa etária, combinação escola e trabalho, assim

como o t3pico denominado “classe social”, trabalhando carreira, escolhas diferenciadas entre homens e mulheres acerca de seus desejos de carreira e forma33o, delineados pelo recorte de classe. E ainda, as motiva33es para o trabalho observando a faixa de idade, sexo e classe social.

Os resultados indicam propor33es muito semelhantes na distribui33o das respostas de homens e mulheres acerca da composi33o escola e trabalho, que o movimento dos homens para o trabalho e das mulheres para os cuidados com a fam33lia 33 um dado importante quando atravessadas as faixas et33rias, ou seja, quanto mais velha a popula33o jovem, mais os homens t33m um comprometimento com o trabalho e as mulheres com os cuidados (Peregrino; Prata, 2021); o que aponta para uma necessidade de debate sobre g33nero ainda latente.

No gr33fico que segue, podemos notar a distribui33o de atividades agrupando homens e mulheres brasileiros na pesquisa. Os marcadores do eixo horizontal indicam: apenas estudo; principalmente estudo, mas fa33o algum trabalho; principalmente trabalho, mas tamb33m estudo; trabalho; estou buscando ativamente trabalho; n33o estudo, nem trabalho; principalmente estou ao cuidado de outros; me dedico a casa- dona/dono de casa e outros¹⁴, enquanto o marcador do eixo vertical aponta as quantidades com rela33o a atividade principal.

Gr33fico 30 – Atividade principal – geral



Fonte: Peregrino e Prata (2021).

No question33rio Brasil encontramos uma especificidade que n33o aparece em todos os pa33ses da amostra. As op33o33es de resposta que demonstrem que o jovem de

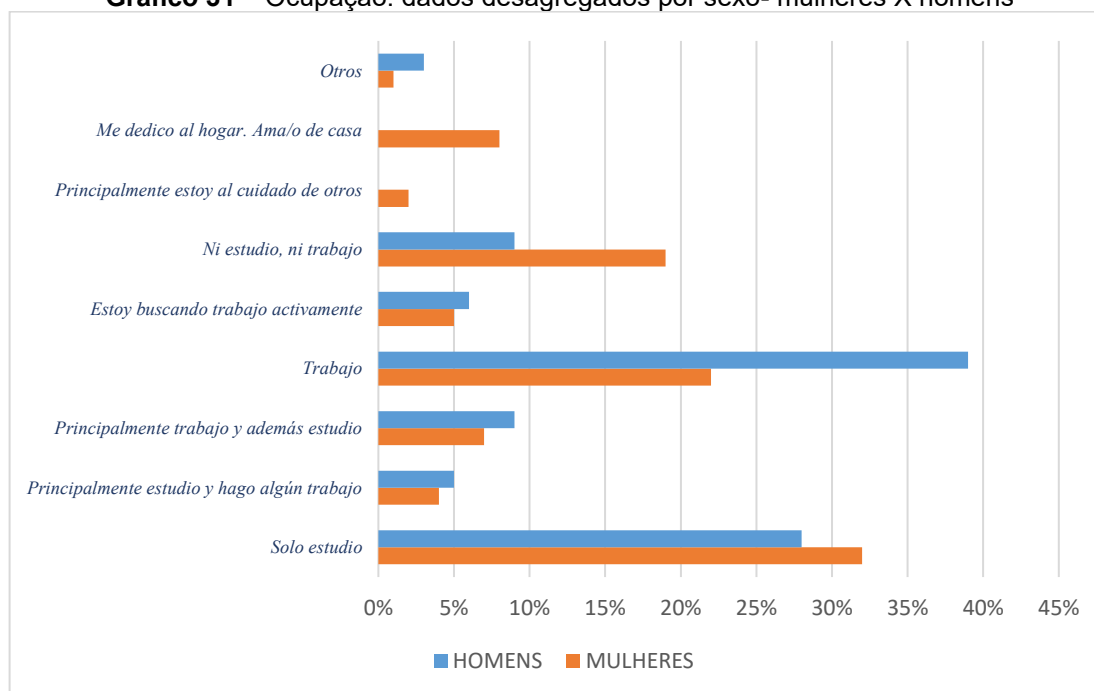
¹⁴ Tradui33o livre pela autora.

alguma forma concomita estudos com trabalho, a partir das alternativas: “principalmente trabalho e também estudo” e “principalmente estudo e faço algum trabalho”. Esse fenômeno chamamos de composição escola-trabalho e ele altera nossa percepção sobre a questão da ancoragem e do engajamento, conforme veremos mais adiante no texto, onde reelaboramos a tabela de tipificação de formas de engajamento nos países da pesquisa.

Quando desagregamos as informações por homens e mulheres, os resultados da pesquisa vão tomando outros contornos. Na construção da imagem, podemos observar a comparação no total das ocupações diante de homens e mulheres de cada categoria pesquisada. Onde a barra laranja indica o resultado de mulheres e azul o resultado de homens.

Visualmente, já é possível perceber o quanto as categorias de apenas estudos, dependência e cuidados tem a maior presença feminina enquanto as categorias de trabalho, composição escola-trabalho e busca ativa por trabalho é mais acentuada entre homens no Brasil e acompanha a tendência geral dos países (Carrano, 2021; Peregrino; Prata, 2021; González-Anleo *et al.*, 2022a).

Vimos nesse caso do último gráfico ainda, duas grandes divergências do conjunto de países da amostra. Em geral a distância percentual entre os que só estudam e os que só trabalham é bem mais acentuada (González-Anleo *et al.*, 2022a). E isso não acontece no caso Brasil, que tem, surpreendentemente o mesmo indicador percentual entre as duas ocupações (Peregrino; Prata, 2021). E o indicador, por ser bastante sobrelevado, como já citamos, tem uma marcação-espelho: quando juntamos os dados dos que combinam estudo e trabalho vimos que eles refletem diretamente os dados dos que não estavam estudando e nem trabalhando, com 13% para os que combinam e 14% para os desancorados. Temos uma hipótese que esse fenômeno-espelho pode ser largamente explicado pelas clivagens de raça e classe interseccionadas na pesquisa. Voltaremos nesse ponto.

Gráfico 31 – Ocupação: dados desagregados por sexo- mulheres X homens

Fonte: Peregrino e Prata (2021).

Quando visualizamos a diferença nas atividades de homens e mulheres, vimos que 39% dos homens apenas trabalham, enquanto apenas 22% das mulheres fazem essa declaração. Seguida pelos 28% que afirmam apenas estudar; quando analisamos a variável nem estudo e nem trabalho, encontramos maioria feminina (19%), enquanto apenas 9% dos homens marcam essa alternativa.

Um ponto interessante é que entre homens e mulheres as opções principalmente “estudo, mas também trabalho”; “principalmente trabalho, mas também estudo” e “estou buscando trabalhar ativamente”, tem distribuição semelhante entre os sexos. Os cuidados domésticos, seja à casa, seja às pessoas da casa, reúnem, juntos 10% das respostas femininas e nenhuma das respostas masculinas. Disparidade de gênero nas situações sociais como já vimos no Equador e argumentamos que se estende aos demais países latino-americanos da amostra.

Segundo a Agência de notícias do IBGE, das 46,9 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade, 14,2% estavam ocupadas e estudando, 22,1% não estavam ocupadas nem estudando; 28,1% não estavam ocupadas, porém estudavam; e 35,6% estavam ocupadas e não estudando. Entre as mulheres, 27,5% não estavam ocupadas, nem estudando ou se trabalhando, 28,8% apenas trabalhavam e 29,9% apenas estudavam ou se qualificavam. Entre os homens, esses percentuais foram de 16,6%, 42,3% e 26,4%, respectivamente (PNAD EDUCAÇÃO [...], 2020).

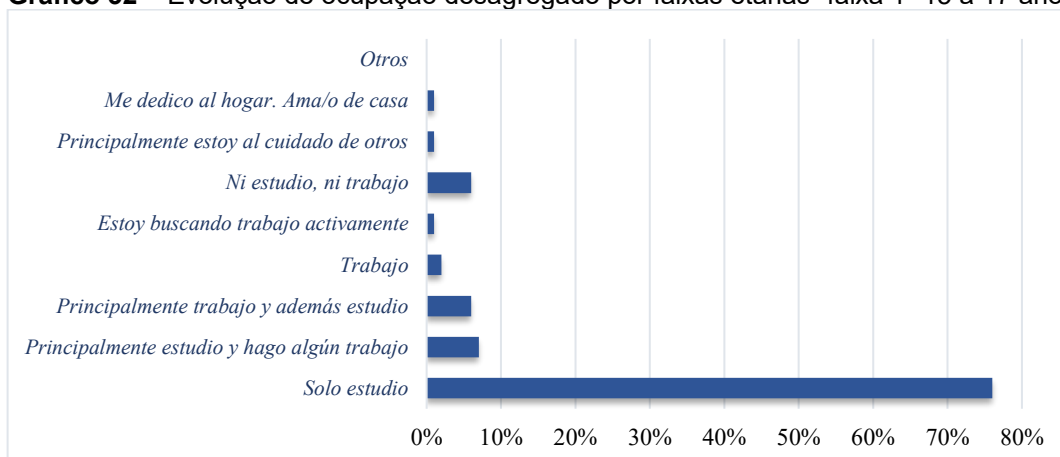
Com relação à cor ou raça, enquanto entre as pessoas brancas 17,0% não trabalhavam nem estudavam, entre as pretas ou pardas o percentual foi de 25,3%. Além disso, 17,0% dos brancos trabalhavam e estudavam, percentual bem maior do que entre os pretos ou pardos, 12,4%. O percentual de pessoas brancas apenas trabalhando (37,1%) e apenas estudando (28,8%) também superou o de pretas ou pardas, 34,6% e 27,7%, respectivamente. Tão logo, fica evidente que separar análises apenas pelo viés de classe esconde nuances importantes, especialmente sobre gênero, idade e raça no Brasil.

Quando a desagregação é apenas por faixa de idade na categoria juventude, os movimentos de estudo, trabalho e composição estudo-trabalho vão se alterando sensivelmente: quanto mais jovens, mais a presença do estudo e quanto mais velhos, a escola dá lugar ao trabalho na vida desses jovens.

Contudo, sabemos que a escola sai da vida dos jovens não necessariamente por conclusão, mas possivelmente, em grande parte dos casos, por abandono, pois, como veremos mais adiante, a questão da localização (de fluxo escolar) dos jovens ainda é forte no ensino fundamental no caso Brasil.

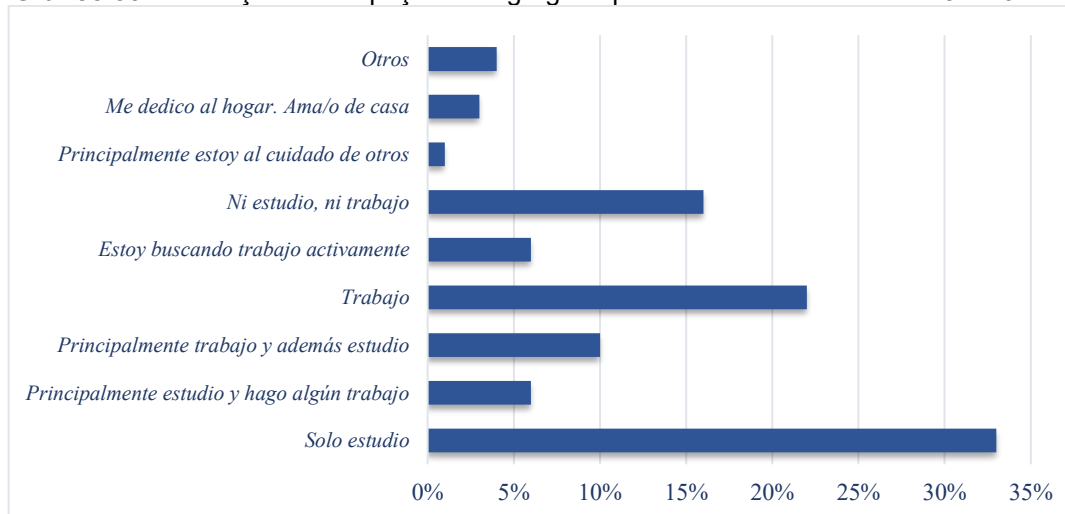
A faixa dos adolescentes de 15 a 17anos é marcada pela vinculação com a escola, dada pela resposta ao item: só estudo. No desenvolver da proposta, veremos que essa tendência é seguida em diferentes grupos socioeconômicos, sexos e raças. Já sabemos que é a tendência geral dos países ibero-americanos, mas queremos entender o caso Brasil a partir justamente da possibilidade de olhar para as relações entre os países para uma saturação maior dos dados.

Ainda que a expansão escolar e expansão do ensino médio tenha aumentado o tempo dos jovens pobres na escola (Peregrino, 2011) e que a experiência de alongamento dos estudos tenha impactado os filhos da classe operária (Silva; Tomizaki, 2016), o desenho da ancoragem nos estudos é um fenômeno social ainda novo, experimentado em primeira geração de sujeitos para os mais pobres.

Gráfico 32 – Evolução de ocupação desagregado por faixas etárias- faixa 1- 15 a 17 anos

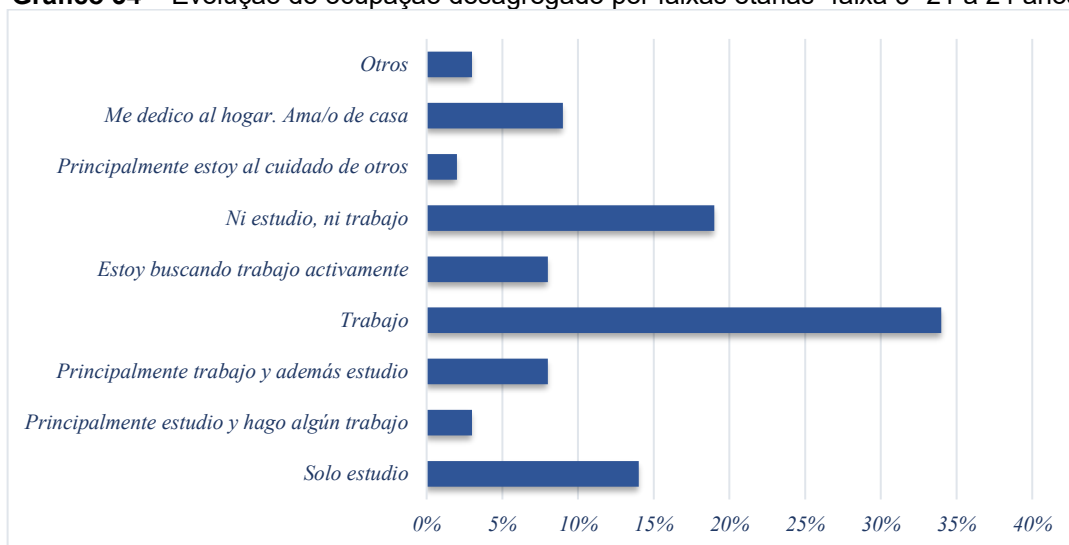
Fonte: Peregrino e Prata (2021).

A faixa seguinte, apresentada no gráfico abaixo, já demonstra uma estrutura mais distribuída nas opções de resposta ao item, mas seguindo a tendência da faixa um, tem maioria dos respondentes na opção de só estudo, mesmo padrão, menor intensidade. O que também ocorre nas próximas faixas analisadas.

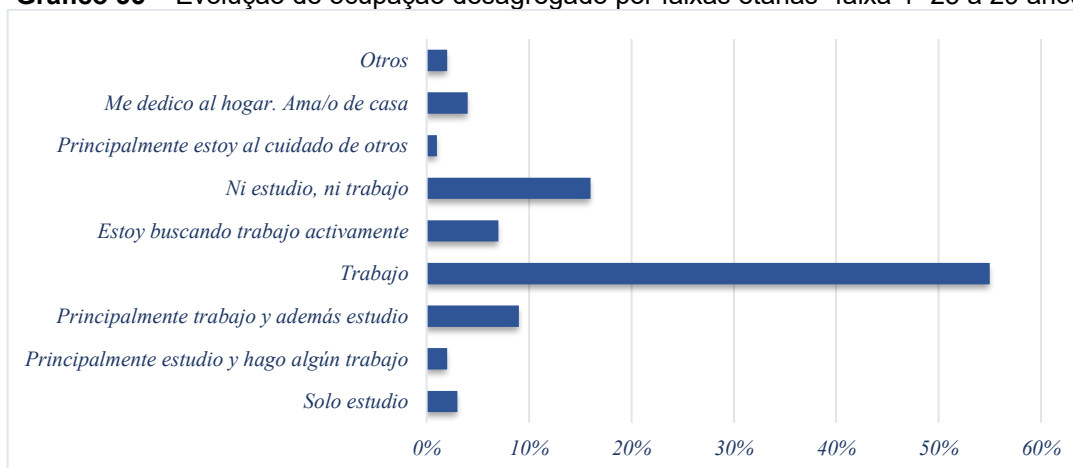
Gráfico 33 – Evolução de ocupação desagregado por faixas etárias- faixa 2- 18 a 20 anos

Fonte: Peregrino e Prata (2021).

A terceira faixa, mesmo tendo uma maior distribuição de opções, como vimos no gráfico da faixa anterior, acompanha a tendência forte de fixação no trabalho, como podemos perceber que é apresentado no conjunto de respostas da faixa 4, observadas nas sequências de gráficos a seguir:

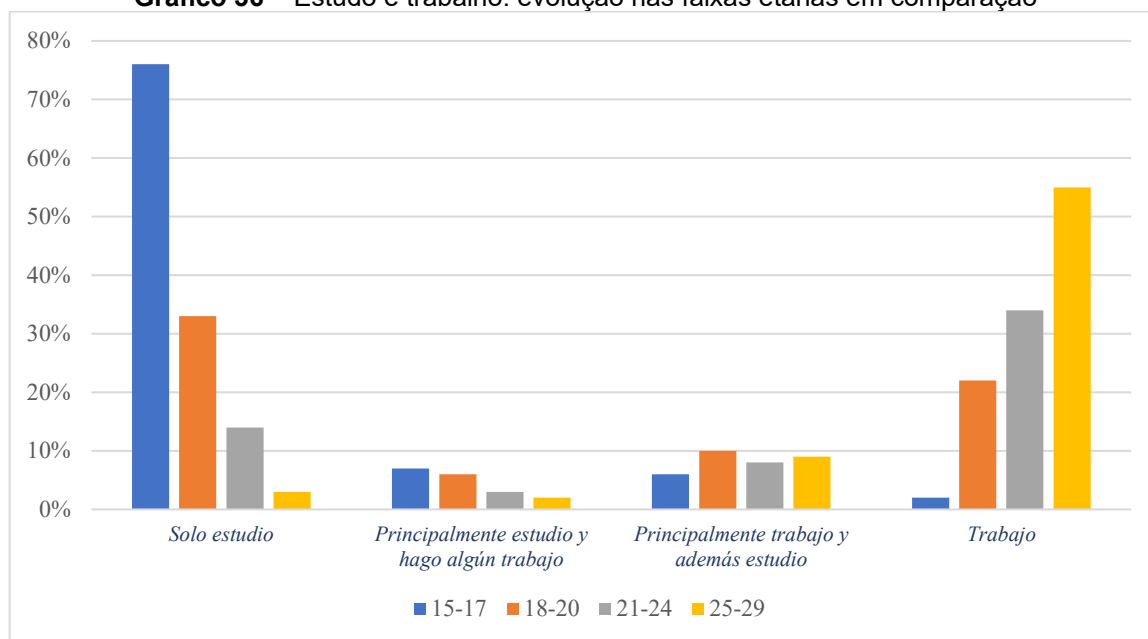
Gráfico 34 – Evolução de ocupação desagregado por faixas etárias- faixa 3- 21 a 24 anos

Fonte: Peregrino e Prata (2021).

Gráfico 35 – Evolução de ocupação desagregado por faixas etárias- faixa 4- 25 a 29 anos

Fonte: Peregrino e Prata (2021).

Observando abaixo em perspectiva de comparação, poderemos verificar as grandes tendências pelas faixas de idade com a redução das opções de resposta. Mantivemos aqui a categoria só estudo, principalmente estudo e faço algum trabalho, principalmente trabalho e também estudo e agrupamos as categorias trabalho e estou buscando trabalho. Deixamos de fora, nesse momento pontual, as opções de não estudo e nem trabalho, me dedico ao lar e cuido dos outros.

Gráfico 36 – Estudo e trabalho: evolução nas faixas etárias em comparação

Fonte: Peregrino e Prata (2021).

Percebe-se também que nas faixas do meio, 18 a 20 anos e 21 a 24 anos, a questão intermediária de concomitância estudos e trabalho é mais comum de ser encontrada. Mais à frente, veremos o quanto essa faixa opera como fronteira em disputa, pois ao passo que concomita mais duas formas de vínculo: escola e trabalho, é o grupo que mais possui população sem vínculo institucional: não estuda e nem trabalha.

Detalhando mais, quando tratamos das faixas de idade, percebemos que, entre 15 e 17 anos 76% só estudam; 13% estudam e trabalham; 6% não estudam nem trabalham. Há aqui, portanto, uma predominância absoluta do estudo sobre o trabalho, que converge completamente com a amostra dos nove países, com a manutenção do mesmo padrão, mas a intensidade um pouco menor no caso Brasil da pesquisa (González-Anleo *et al.*, 2022a; Peregrino; Prata, 2021) e no caso Brasil de outras bases (OCDE, 2016).

Entre os 18 e os 20 anos, 49% estudam (33% exclusivamente, 10% declaram-se trabalhadores que estudam e 6% estudantes que trabalham), 38% trabalham (22% exclusivamente, 10% declaram-se trabalhadores que estudam e 6% estudantes que trabalham). Outro dado importante, 16% não estudam e nem trabalham e 6% procuram trabalho). Aqui começa uma disputa, com certa predominância do estudo sobre o trabalho. Mas mais que isso, não são as disputas pelas âncoras de estudo ou trabalho, mas são as disputas entre se ter uma ancoragem e não se ter ancoragem

nenhuma, especialmente para os mais pobres. São 16% nesse grupo os que compõem escola com trabalho. O mesmo percentual dos que não estudam e nem trabalham.

Entre o grupo dos 21 aos 24 anos 34% exclusivamente trabalham (quando unidos aos 8% que trabalham e também estudam, chegam a um total de 42%). Nesse grupo ainda, 19% não estudam e nem trabalham. 14% exclusivamente estudam (quando somados dos 3% que estudam e realizam algum trabalho, atingem 17%). Desses jovens, 8% buscam trabalho e 9% cuidam da casa. Ao contrário da faixa de idade anterior em que 50% das atividades giravam em torno da escola, neste caso, somando as atividades que giram principalmente em torno do trabalho, elas perfazem 50%. Isto é, nesse importante grupo intermediário, vamos notando a transição das atividades que mostram o trânsito entre a escola e o trabalho na vida dos jovens. Há também um aumento da importância na participação dos que não estudam e nem trabalham. Vimos uma disputa pelas âncoras sociais: ao mesmo tempo que são os mais estudam e trabalham, são os que mais não estudam e não trabalham.

Esse panorama se comunica com os dados gerais do Brasil (IBGE, 2020b) e com os dados gerais da pesquisa (González-Anleo *et al.*, 2022a). Segundo a Agência de notícias do IBGE, a maioria dos jovens em idade escolar obrigatória se dedicam apenas aos estudos. Entre as pessoas de 15 a 17 anos de idade, que ainda estavam em idade escolar obrigatória, 78,8% se dedicavam exclusivamente ao estudo, 11,5% estudavam e trabalhavam e 7,2% não estudavam nem trabalhavam ou se qualificavam. No grupo das pessoas de 18 a 24 anos, 35,1% apenas trabalhavam e 26,5% não trabalhavam, nem estudavam ou se qualificavam (PNAD EDUCAÇÃO [...], 2020).

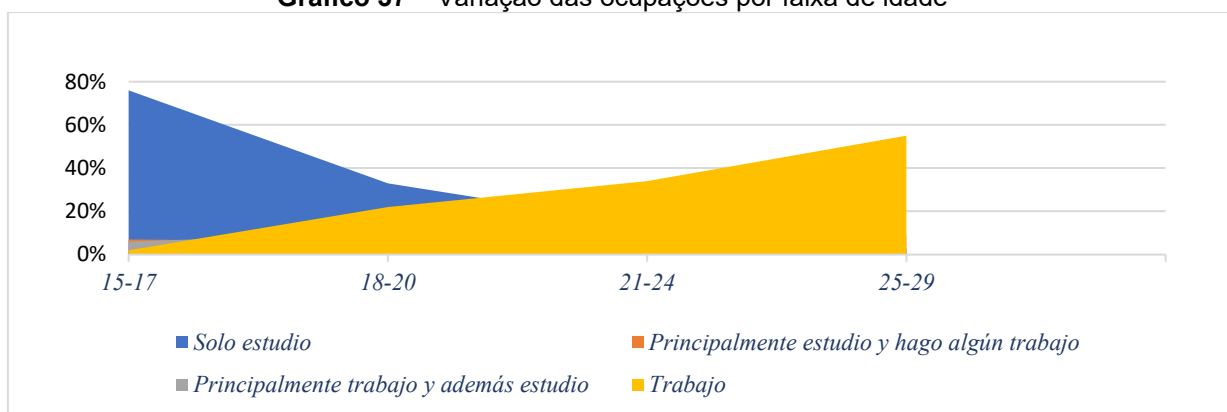
Já no grupo mais velho, das pessoas de 25 a 29 anos, há um aumento da relação com o mercado de trabalho, visto que 57,3% dessas pessoas estavam apenas ocupadas e 12,3% estavam ocupadas e estudando ou se qualificando. Por outro lado, 24,9% das pessoas desse grupo não estavam ocupadas nem estudando ou se qualificando.

Por fim, entre os jovens de 25 a 29 anos, a situação de exclusivamente trabalho atinge 55% das respostas. Vimos que esse grupo tem sua ancoragem de vinculação às instituições baseada no trabalho, embora sejam diferentes tipos de trabalho, marcados seguramente pelas clivagens de maior medida, de GSE, raça e sexo. Quando somamos a essa as situações de principalmente trabalho, mas também

estudo e a situação de busca ativa de trabalho, a centralidade do trabalho atinge 71% das respostas nesta faixa etária. 16% declaram não estudar e nem trabalhar e 4% declaram cuidar da casa.

Quando dispostos em perspectiva, os dados de faixa etária demonstram essa modificação da experiência juvenil, especialmente nos quesitos somente estudo e somente trabalho nos atravessamentos das faixas de 15 a 29 anos.

Gráfico 37 – Variação das ocupações por faixa de idade



Fonte: Peregrino e Prata (2021).

Quando perguntados acerca da função da escola, seu impacto e formação dos sujeitos nos diferentes lugares pesquisados, aparece um padrão de respostas com contornos claros e interessantes de classe social. Sujeitos das classes média e alta, que têm garantia social e familiar de ancoragem, demonstram mais satisfação com a função e da formação oportunizada pela escola. Enquanto, sujeitos das classes baixas, com menos ancoragem, demonstram menor grau de satisfação com a instituição escolar (Peregrino; Prata, 2021). Uma possível hipótese é que as classes mais altas possuem mais nitidez sobre o papel da escola na vida de seus filhos e que dado o papel parcial, outras experiências completam a formação, logo, a associação com a satisfação poderia ser nessa linha. Enquanto com os mais pobres depositam todas as esperanças na formação escolar e, por esta ser incompleta, quando pensamos em eixos importantes como capital social e cultural (Bourdieu, 2009b), esse grupo vê que a escola não cumpre as funções de mobilidade social, acessos aos dispositivos e melhoria econômica. Talvez esse possa ser uma justificativa de menor satisfação com a instituição.

E quando falamos também sobre concomitância de estudos com trabalho, vimos que o grupo de classe média alta/alta que mais é expressivo, 26%, o que mostra

um dado contraintuitivo, pois é bastante comum pensarmos que são os jovens mais pobres que combinam estudos de diferentes níveis com trabalho. Apenas no próximo capítulo, quando interseccionarmos os dados que poderemos ver que pobres também conjugam as ancoragens de estudo e trabalho, mas em outros padrões.

Outro dado que chama muito a atenção é que no setor pobreza 22% dos jovens nem estudam e nem trabalham. Já que os mais pobres também concomitam essa dupla forma de vínculo: escola e trabalho, só que em menor número, nossa hipótese é que os tipos de trabalho a que os jovens mais ricos experimentam é essencialmente diferente dos tipos dos jovens mais pobres. Sendo o primeiro grupo marcado por estágios e experiências formativas no trabalho e o segundo, muito provavelmente por trabalhos braçais e extenuantes.

Vimos inclusive, quando buscamos na literatura sobre esse fenômeno no Brasil, que combinar estudos e trabalho para os mais pobres e com escolarização baixa, é prenúncio de abandono escolar na escola básica e início da média, inserção em trabalhos precarizados e anúncio de potencialmente não estudar e não trabalhar nos anos seguintes (Cardoso, 2013).

Dos que trabalham, nos grupos gerais, os motivos para trabalhar estão listados em: ajudar a manter a família (27%), seguido de necessidade de dinheiro para manter seus gastos pessoais (24%).

Observando toda a coleção específica de evidências do caso Brasil, pudemos concluir que era necessário atualizar a tabela de indicadores de engajamento na análise dos países ainda que não fosse possível mapear todas as amostras nacionais, a partir da nossa ferramenta ancoragem. Neste segundo capítulo vamos trabalhar ainda com uma lente da ancoragem para visualização de grupos de jovens, a evolução.

Tabela 5 – Indicadores de engajamento por porcentagem na série

<i>Indicador do tipo de engajamento</i>	<i>Forma</i>	<i>Varição</i>	<i>País/Máx. na série</i>	<i>País/Mín. na série</i>	<i>Caso Brasil</i>
Alto engajamento	Dupla ancoragem	Principalmente estudo e faço algum trabalho e trabalho e também estudo (Composição escola-trabalho)	15	-	13%
Engajamento	Ancoragem	Só estudo	México (45,58)	Brasil (22,51)	22,51
Engajamento	Ancoragem	Só trabalho	Colômbia (32,67)	Espanha (22,51)	30,61
Engajamento frágil	Ancoragem frágil	Cuidados/Lar	Equador (9,68)	Espanha (0,67)	4,08
Desengajamento	Desancoragem	Não estuda e nem trabalha	Brasil (14,29)	Espanha (1,55)	14,29

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Guimarães, Paugam e Prates (2020).

Seguindo o modelo de tratamento de dados do conjunto da pesquisa ibero-americana, após examinarmos a ocupação, observamos as questões de variação sobre parar de estudar e motivos para continuar estudando. A tabela de organização das informações separa sexo, raça, classe, faixa de idade está no apêndice da tese.

Na análise dos dados sobre quem parou e quem continuou estudando, os jovens que pararam de estudar estão apenas trabalhando, ou buscam trabalho, trabalham nos cuidados ou ainda ou não estão nem estudando e nem trabalhando. Os jovens brasileiros que continuaram estudando são os que assinalaram “só estudo” ou conjugam estudos com o trabalho.

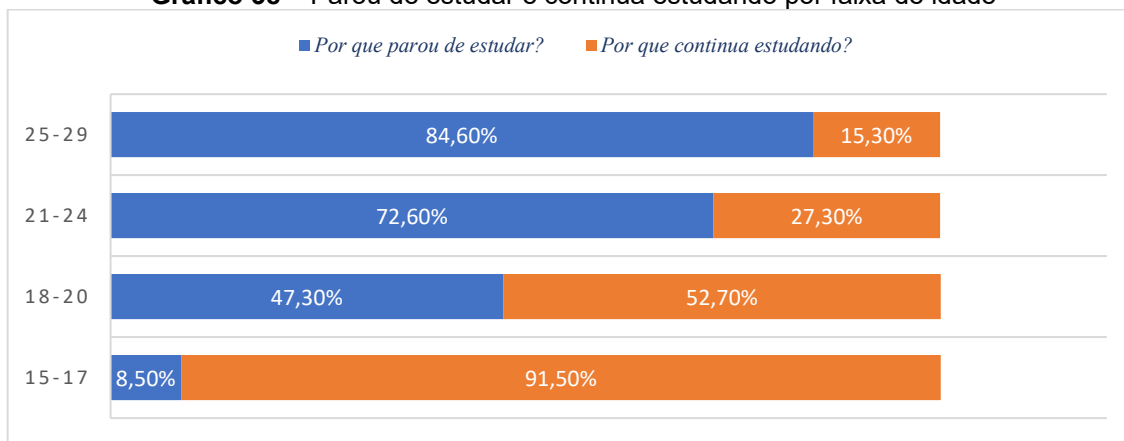
Analisando os dados, vimos que a distribuição e de jovens homens e mulheres sobre parar de estudar e continuar estudando é equilibrada, com numerários estáveis. Na posição raça, vimos que há uma gradação de abandono escolar, com mais expressividade para pretos, seguidos de pardos e por último brancos, fenômeno que refrata por completo os percentuais dos que continuavam estudando no momento da pesquisa. Quando tratamos os dados por faixa de idade, os mais velhos deixam de estudar em maior percentil enquanto quanto mais jovens, mais continuam na escola, independente da motivação assinalada. Em relação aos GSE, a tendência estrutural brasileira e ibero-americana se confirma: quanto mais pobre, mais chance de largar a escola/universidade e quanto mais abastado, mais chances de continuar estudando.

Nos detendo aos níveis educativos na leitura e interpretação dos dados da pesquisa Brasil, vimos que quanto menos se estuda, mais há a chance de largar a escola. Do contrário, quanto mais enraizamento no sistema escolar/universitário,

¹⁵ Não há possibilidade de comparabilidade de alto engajamento, pois essas alternativas não eram comuns aos demais países participantes da amostra. Esse indicador então é exclusivo ao caso Brasil, Argentina, Equador, República Dominicana e México.

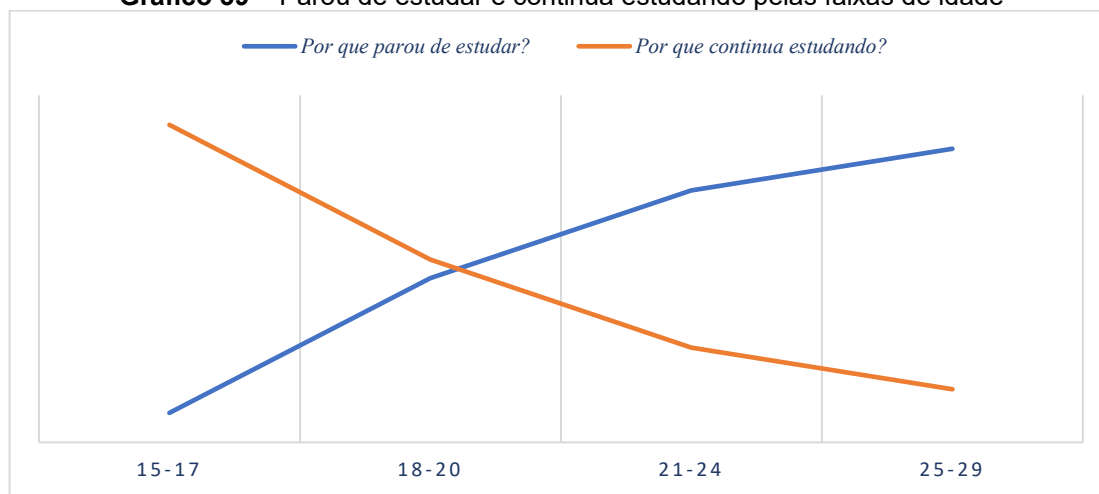
menos motivos para deixar a escola. Nossa hipótese é que se cruzássemos nível de escolaridade e classe teríamos importantes confirmações acerca das desigualdades sociais e educacionais brasileiras.

Gráfico 38 – Parou de estudar e continua estudando por faixa de idade

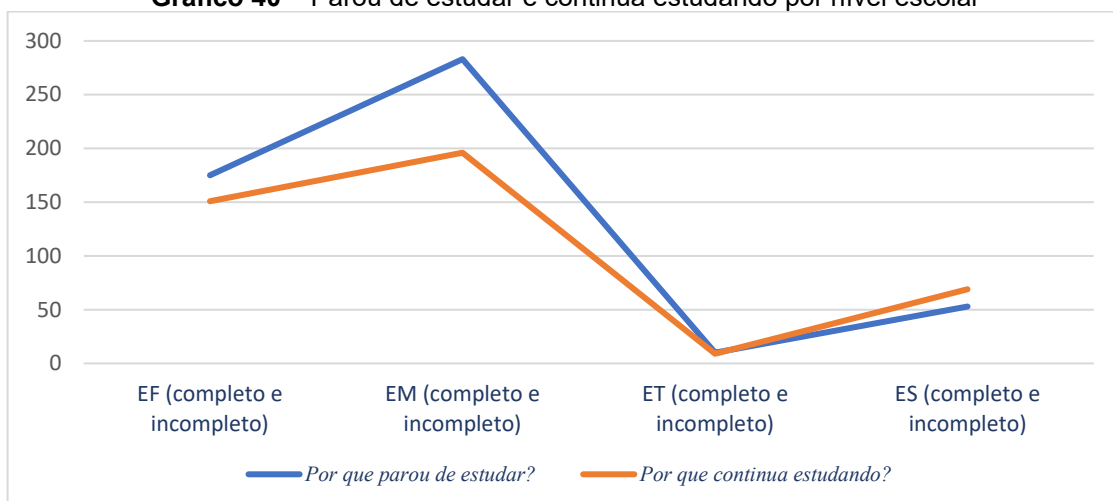


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021).

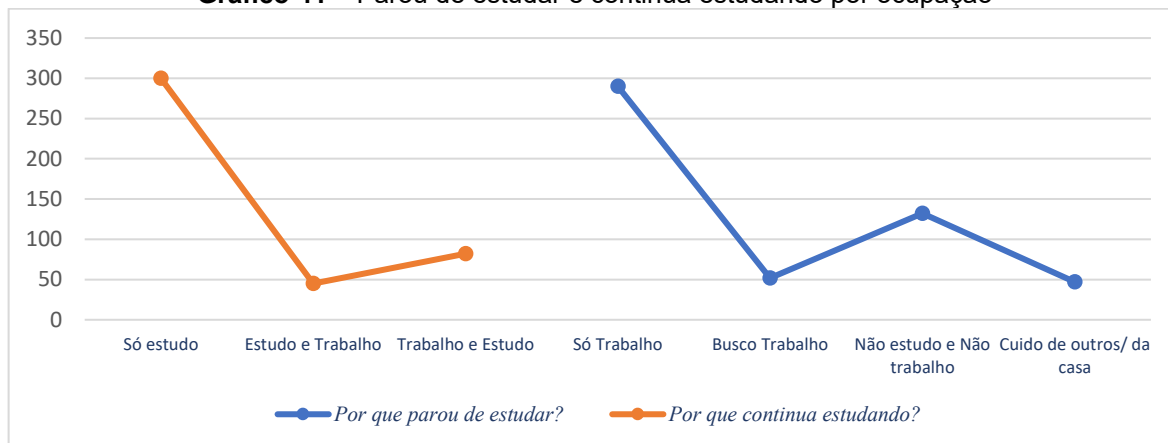
Gráfico 39 – Parou de estudar e continua estudando pelas faixas de idade



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021)

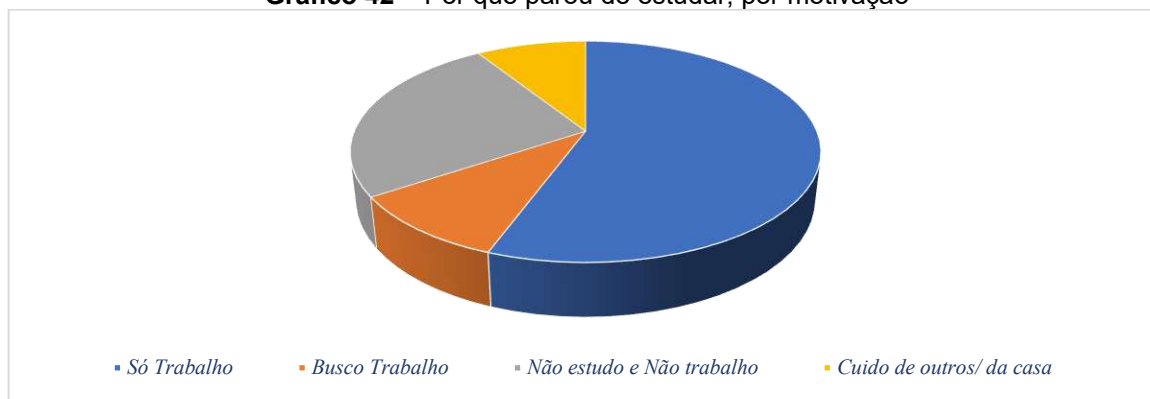
Gráfico 40 – Parou de estudar e continua estudando por nível escolar

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021)

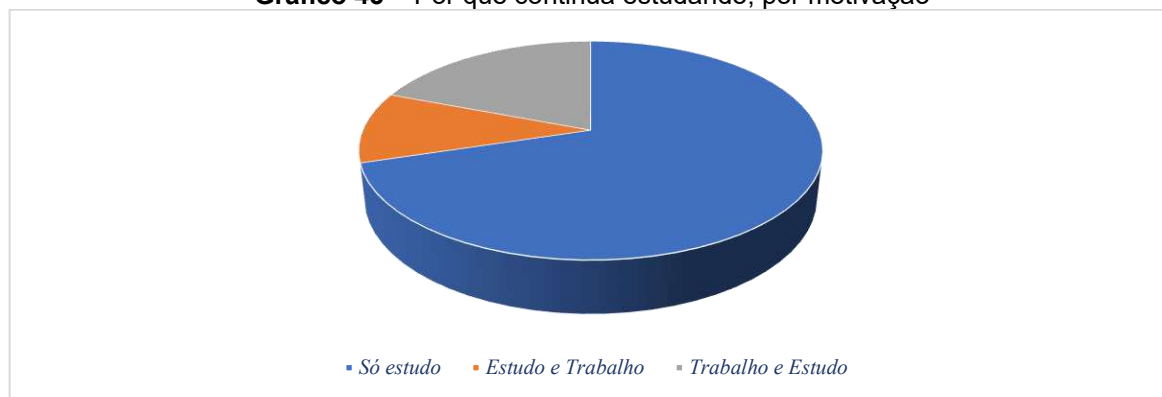
Gráfico 41 – Parou de estudar e continua estudando por ocupação

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021)

Nos gráficos abaixo, veremos os motivos pelos quais os jovens brasileiros param de estudar e porque continuam estudando para adicionarmos mais essa camada ao caso Brasil nesse estudo de posições a partir das ancoragens de estudo e trabalho.

Gráfico 42 – Por que parou de estudar, por motivação

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021)

Gráfico 43 – Por que continua estudando, por motivação

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021)

Quem para de estudar, abandona a escola para trabalhar, em mais da metade dos entrevistados (56%). Agrupando esses dados com os gráficos anteriores, vimos ainda que quem para de estudar para especificamente no Ensino Médio e esses que interrompem são, em geral, os mais pobres e os mais velhos, homens e mulheres, igualmente distribuídos.

Dos que continuam estudando, vimos que não só continuam os estudos como fazem exclusivamente da escola sua única ocupação. Esses são os mais jovens para todas as classes sociais e mais jovens e mais velhos para os quem é do GSE médio e médio-alto/alto, homens e mulheres, proporcionalmente dispostos.

Para reorganizamos as principais conclusões, assentamos as principais afirmativas extraídas dessa fase de análise dos dados Brasil.

Quando avançamos no item das motivações, no caso Brasil, as tendências tanto sobre os que pararam de estudar quanto sobre os que continuam estudando seguem os índices dos países da pesquisa. Dos que pararam de estudar, temos

alteração nas motivações entre homens e mulheres, os jovens afirmam necessidade de trabalhar (35%), e as jovens, responsabilidades antecipadas (33%). Entendemos essa expressão como gravidez na adolescência e juventude, casamento na adolescência e juventude, deslocamento para cuidados com filhos de parentes, idosos e doentes na família e como ida ao mercado de trabalho formal ou informal, uma vez que a amplitude dessa resposta ao item, nos permitiria englobar esse aspecto.

Quando desagregamos essas razões por coorte de idade, vemos um conjunto de situações das faixas de idade que em certo sentido acompanham nossa afirmativa geral que intermediários 1 seguem os adolescentes e intermediários 2, jovens adultos. Na faixa adolescente, 24% admitem ter deixado a escola por assumir responsabilidades precoces, assim como 27% da faixa de 18 a 20 anos. Na faixa seguinte, 21 a 24, 26% afirma que a razão foi necessidade de trabalhar e 25% com a mesma razão da faixa de 25 a 29 anos.

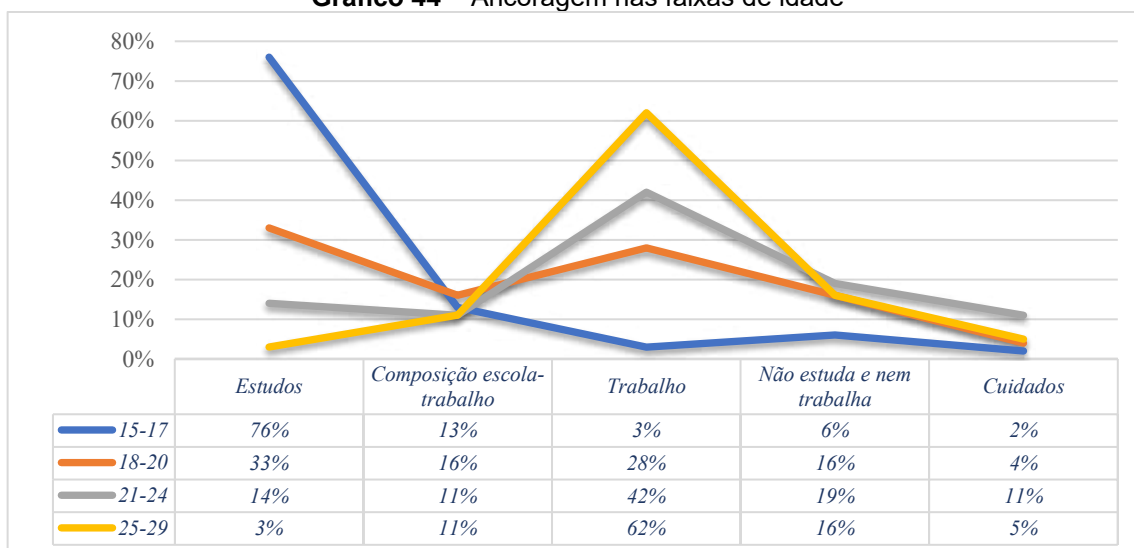
Reaglutinando por GSE, vimos que jovens mais ricos e médios, deixam a escola por já terem atingido a máxima graduação, 57% e 26%; enquanto o GSE médio baixo aponta para assumir responsabilidades precoces (24%), o baixo, necessidade de trabalhar (31%) e os jovens mais pobres, assumir responsabilidades precoces (30%) (Peregrino; Prata, 2021).

Dos que continuam na escola, a tendência geral reflete quase por completo o quadro ibero-americano. Homens e mulheres afirmam se sentir bem na escola e quanto mais velhos, mais eles se sentem bem, numa variação de 34% (15 a 17 anos) até 48% (18 a 20 anos). Mas, quanto mais velhos, mais a alternativa facilidade de arrumar um emprego, cresce nos grupos de idade. A segunda e terceira razão para se continuar estudando são as mesmas e na mesma ordem da pesquisa geral. Depois de se sentir na escola, os jovens afirmam que estão na escola para fazerem uma faculdade e depois, para facilitar na hora de conseguir um emprego.

Apenas os dados por GSE mostram divergências. Na pesquisa geral, quanto mais pobres, mais os jovens se sentiam bem na escola e que isso era a principal motivação para continuar estudando (González-Anleo *et al.*, 2022a). No caso Brasil, a classe média que tem esse indicador em mais alto relevo (52%), enquanto mais ricos, médio-baixos, baixos e pobres tem indicadores percentuais bem próximos, respectivamente (39%, 33%, 36% e 38%) sobre esse quesito. Esse indicador converge com o apontamento anteriormente descrito que congrega com o referencial de capital social, em Bourdieu (2009b), mas no Brasil se aplica apenas a classe média.

Na próxima etapa, escolhemos adicionar mais uma variável das opções de resposta no questionário e que faz a singularidade do caso Brasil (González-Anleo *et al.*, 2022a): não estudo e nem trabalho. Essa categoria de trabalho alterou sensivelmente o conjunto das respostas. Se estava evidente que os mais jovens estudavam, os mais velhos trabalhavam e os dois grupos intermediários se inclinavam para o grupo o comportamento do coorte mais próximo, - 18 a 20 mais vinculação com estudos e 21 a 24, mais vinculação com o trabalho-, apenas quando decidimos isolar os que não estudam e nem trabalham, vimos como o grupo dos intermediários tinha uma maior expressão entre os respondentes. Isso se deu de uma maneira importante ao ponto de os escolhermos como temática da próxima seção de tese.

Gráfico 44 – Ancoragem nas faixas de idade



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021).

Nessa última etapa, as clivagens mais sensíveis que demonstraram comportamento saliente foram raça e gênero, adicionadas pelo fator idade acompanhando a tendência da fragilização dos intermediários. Isolamos as opções de resposta de quem assinalou que trabalhava nos cuidados com os outros e quem desempenhava apenas trabalho doméstico (chamamos essa junção de “cuidados”, seguindo o modelo estabelecido nos questionários Espanha e México) e as acomodamos ao lado dos itens estudo, trabalho e componho trabalho com estudo e não estudo e nem trabalho.

Descendo aos dados, vimos o atravessamento dos intermediários na predominância do trabalho de cuidados. Já temos ciência que internacionalmente a

literatura ampara essa categoria desvelando mais facetas sociais: mulheres mais pobres, com baixa escolaridade (Hirata, 2016) e na Espanha, migrantes (Oso, 1997; Rodrigues; Tonhati, 2022), o que não é aplicado no caso Brasil. Destaca-se o quanto de precarização de direitos, incluindo remuneração salarial, a que pessoas que trabalham nessas ocupações são submetidas no Brasil¹⁶. O núcleo da atividade de cuidado e sua realização de forma gratuita na esfera doméstica e familiar pelas mulheres tem marcação etária específica: são mulheres jovens, mas não são adolescentes e nem jovens adultas. Há uma localização específica de quem desempenha, ainda que temporariamente esse trabalho no grupo das jovens- 21 a 24 anos. Retomaremos mais adiante.

Para mergulharmos na faixa intermediária, tão necessária a construção do caso Brasil e estratégia de compreensão do caso ibero-americano, utilizamos a ferramenta complementar à ancoragem, a evolução, que tem uma possibilidade de operação como uma lente, uma forma de se ler as ancoragens dos vínculos institucionais, conforme o próximo item.

3.1.1 Modo de leitura da ferramenta ancoragem: evolução

A evolução é um modo de leitura de dados que visualiza o processo pelo qual as evidências se modificam ao longo dos grupos de idade. Nesse sentido, falaremos de evolução dos grupos de idade, dos cortes de geração. Isto é, tratamos da análise comparada de como se comportam os dados resultantes da análise dos grupos em disposição a fim de verificarmos o efeito da idade nos acessos aos vínculos com as instituições, no caso, estudos e trabalho. Destacamos que não é a evolução de uma mesma população ao longo do tempo, como é o procedimento dos estudos longitudinais. Ao contrário, são fotografias de diferentes grupos de idade, coletadas num mesmo momento, 2019. Retomamos Bourdieu quando este destaca que é justamente essa estática das posições dos diferentes grupos no espaço social que dá a tenacidade do movimento, como já citamos no primeiro capítulo (Bourdieu, 1994).

¹⁶ Helena Hirata (2016) desenvolve um denso estudo sobre o trabalho de cuidado comparando Brasil, França e Japão. Em suas palavras, “O trabalho de cuidado é exemplar das desigualdades imbricadas de gênero, de classe e de raça, pois os cuidadores são majoritariamente mulheres, pobres, negras, muitas vezes migrantes”

E foi o modo de leitura evolução que nos permitiu a investigação da idade como um tipo de localização, como um lugar, uma subposição, talvez. Ideia essa que desenvolveremos ao longo da tese. Vale dizer que ancoragem e evolução são ferramentas de operação, que é na prática que elas se desvelam. Por isso, ao olharmos os dados e realizarmos a taxionomia dos grupos de idade dispostos em sistema de comparação, operaremos diretamente com a ferramenta evolução.

Como já dito, a ferramenta ancoragem e o modo de leitura evolução intencionam construir um dispositivo, a juventude como posição interseccional (JPI), a partir dos dados sobre escola e trabalho. E ambas são categorias operativas na manipulação dos dados. Destarte, abordaremos primeiro a ancoragem para todos os coortes de geração e, em seguida, a evolução nos grupos quando tratamos de experiência de escola e trabalho. Na sequência, apresentamos a ênfase nas faixas intermediárias de tensionamento da relação com as instituições que resultará em uma nova seção de discussão sobre os intermediários.

A conduta da aplicação da ancoragem à operação nos grupos de idade mostra predominantemente a observação dos movimentos de espelhamento, ou seja, de oposição entre a experiência de estudos e trabalho e não estudar e nem trabalhar quando olhamos para os grupos de idade mais jovens e mais velhos.

Cabe esclarecer nesse ponto que a análise dos dados e da ferramenta ancoragem e o modo de leitura evolução, está fundamentada em estudo de autoria de Peregrino, Prata e Souza¹⁷ apresentado originalmente no grupo de trabalho 24 na ALAST, 2022 e a essa altura, à época, chegamos ao entendimento que essa fração de crise dentro do grupo juvenil não estava presente acentuadamente apenas na pesquisa Ibero-americana, ela estava latente no caso Brasil.

3.1.2 Intermediários em questão: a disputa dos 18 aos 24 anos

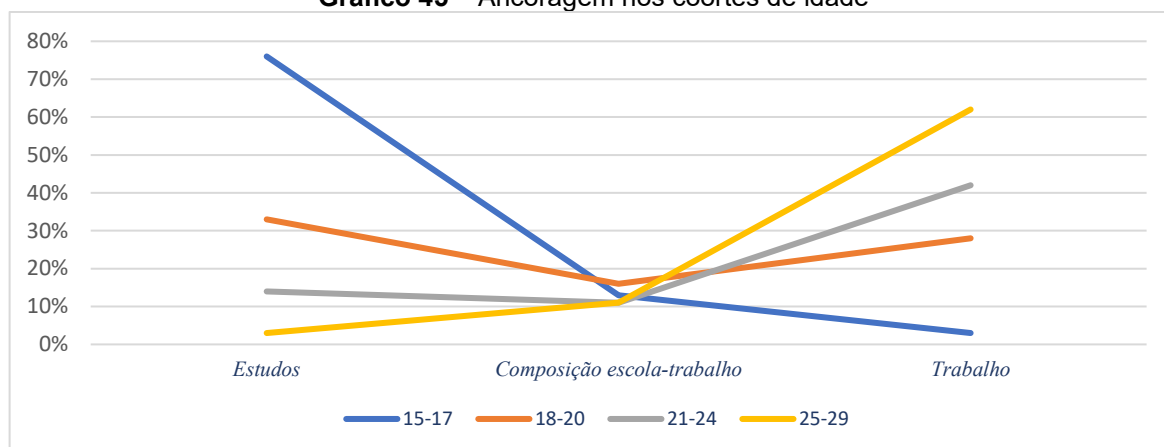
Nesse contexto, a ancoragem de estudos e trabalho tem condicionantes hierárquicos ordenados. Não funcionam na mesma medida para todos os grupos e as dinâmicas demonstram permanências e fixações que puderam ser mapeadas ainda

¹⁷ Dados retirados do artigo “Tendências na transição escola-trabalho: o caso Brasil da pesquisa das juventudes Ibero-Americanas” enviado para o periódico: La Revista de Ciencias Sociales del Departamento de Sociología de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República, Uruguay, com previsão de publicação no ano de 2024.

que parcialmente. São esses condicionantes nos resultados da pesquisa: a classe social, a raça e o gênero em semelhantes proporções e, por fim, a idade como variação contínua em todos os grupos, dos mais ricos aos mais pobres.

E essa constatação merece um destaque. Que classe, raça e gênero são questões sociais fundamentais, especialmente no Brasil, marcado por profundas desigualdades, isso já era um ponto comum. Mas, que a idade, perpassavam os diferentes grupos, com distintos cruzamentos e que uma faixa, um corte específico apresentava mais precarização, inclusive nos grupos dos homens brancos e ricos, isso foi um dado relevante para construirmos nosso modo de leitura da ferramenta ancoragem, a evolução.

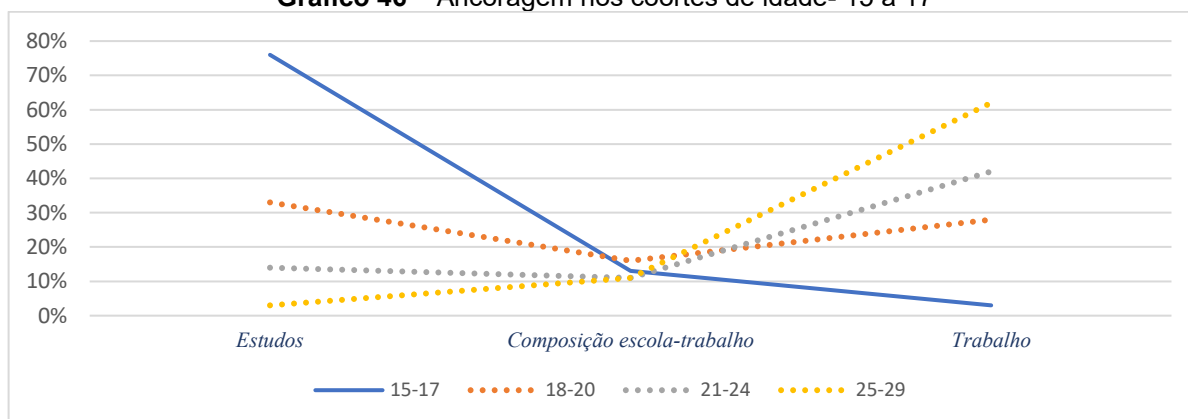
Gráfico 45 – Ancoragem nos coortes de idade



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021).

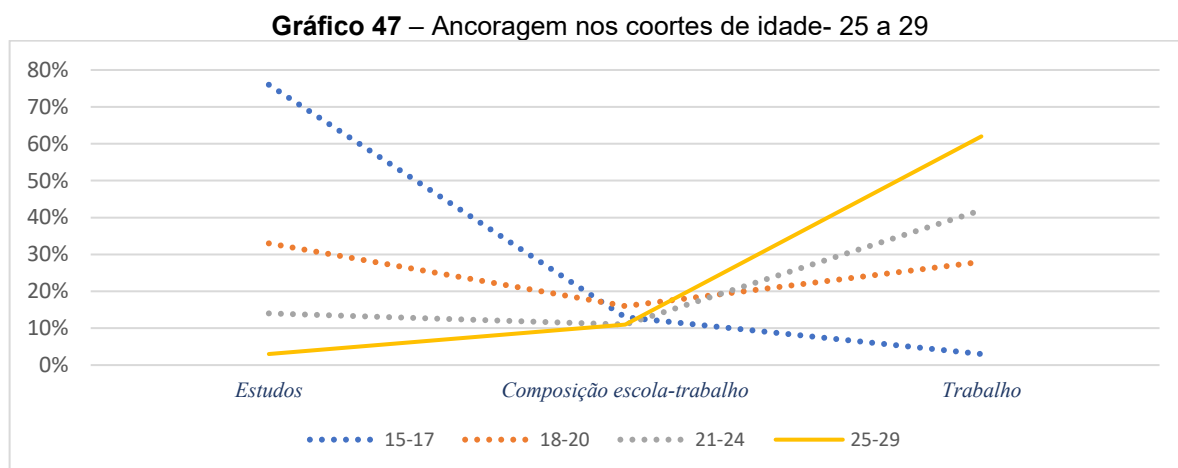
O gráfico a seguir nos mostra como o movimento dos estudos com os adolescentes aparece mais marcadamente quando o destacamos na visualização:

Gráfico 46 – Ancoragem nos coortes de idade- 15 a 17



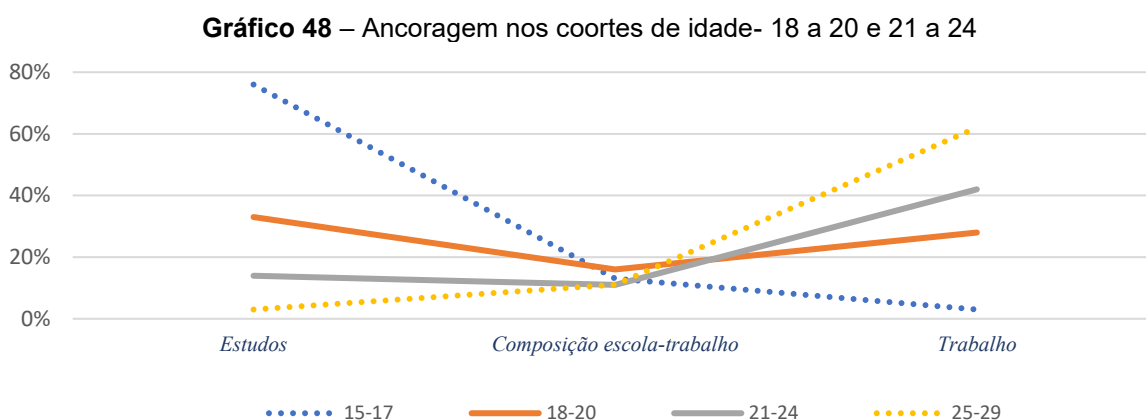
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021).

O gráfico seguinte apresenta o movimento contrário, o trabalho entre os mais velhos é preponderante em detrimento aos estudos naquela faixa de idade dos mais velhos:



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021).

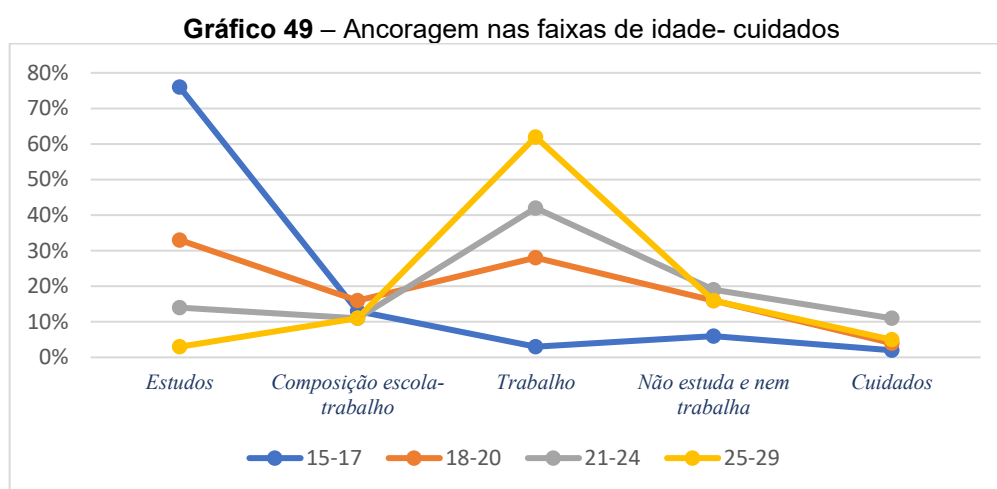
Contudo, é no grupo intermediário que elegemos nos aproximar mais pela coleção de resultados relativos à combinação de estudos e trabalho, num primeiro momento e posteriormente pela ausência de vínculo, como veremos mais adiante no texto.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021).

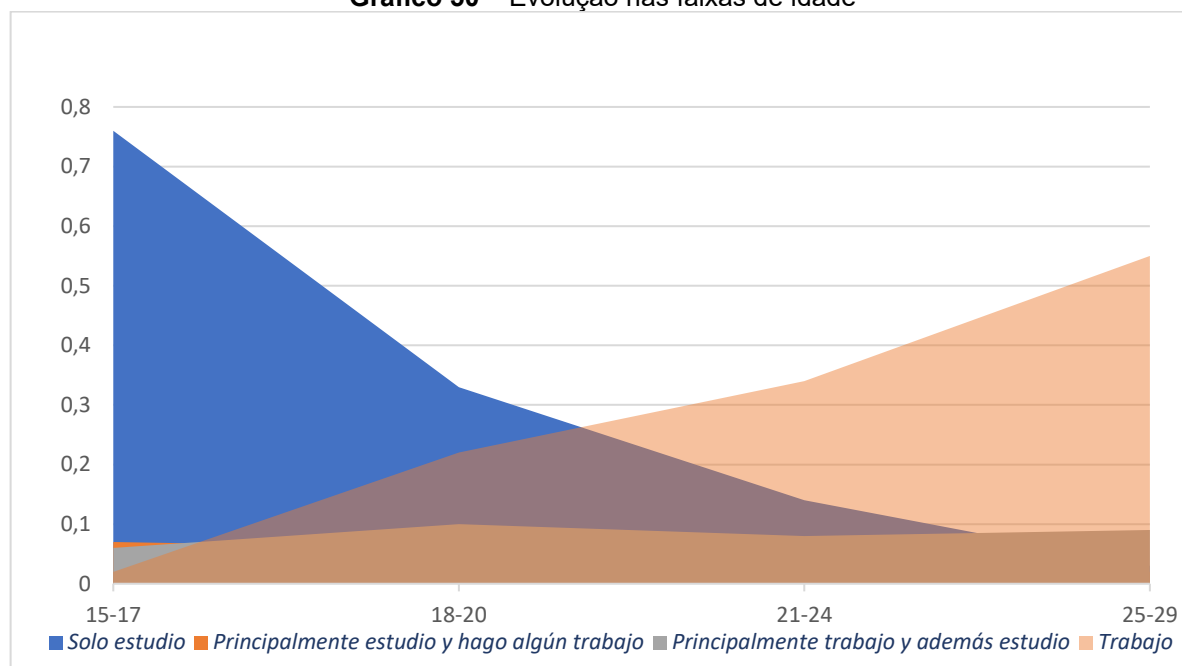
No processo de exame da verificação da ancoragem, vimos de maneira nítida que os grupos se comportam de maneira essencialmente diferente. Os grupos intermediários são os grupos de menor variação entre escola e trabalho. Esse grupo tem a maior população em disputa de conexões com as duas instituições

fundamentais: escola e trabalho. Em adição, temos um crescimento do grupo que trabalha mais nos cuidados, que se dedica ao lar e um aumento significativo no grupo que não estuda e nem trabalha. Logo, percebemos que não são os mais velhos nascidos entre 1995 e 2001, os mais vulneráveis. A idade ainda marca momentos importantes de entrada na instituição escola. Entre 2002 e 2003 para nascidos em 1995 e entre 2008 e 2009 para nascidos em 2001. No gráfico a seguir, inserimos as respostas “não estuda e nem trabalha” e “trabalho de cuidados” para a análise mais completa do caso.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021).

Quando observamos os movimentos da ferramenta evolução, os resultados são semelhantes quando os combinamos com estudo e trabalho.

Gráfico 50 – Evolução nas faixas de idade

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021).

Vimos que o subgrupo de 18 a 24 anos demonstrava características de mais exclusão e fragilidade em todo grupo de jovens em diferentes matrizes analíticas. Mais que isso, vimos que o grupo em si tinha características diferentes e o partimos em duas frentes: 18 a 20 anos e 21 a 24 anos, sendo o segundo (21 a 24), nos cinco grupos socioeconômicos, sexo e raça, o grupo com mais fragilidades. Uma de nossas hipóteses é que o grupo intermediário de 21 a 24 anos possui mais fragilidades porque tem menos vínculos institucionais, enquanto o grupo de 18 a 20 anos segue uma tendência de tentativa de acompanhar o grupo adolescente de 15 a 17 anos de idade.

Concluimos parcialmente que a desagregação dos dados para um exame do grupo intermediário fazia sentido. Vislumbramos até aqui que a idade é um fator importante e entender os intermediários 2 é importante no estudo da juventude de diferentes sociedades. Vimos no capítulo 1 que as populações dos países poderiam operar como posições na representação do espaço social e mais que isso, que a disposição entre os países num plano estático, nos permitiria a análise do movimento de dados pelas posições, proximidades e distâncias sociais. Recuperamos ainda o caso Brasil e Espanha com relação a México e Colômbia, já descrito e discuto. Vimos que mesmo em situações mais frágeis e condições menos favoráveis, ainda assim os países poderiam ocupar posições diferenciadas que não corresponderiam a sua

estrutura de condições e situações sociais. Afirmamos que isso era uma demanda de estrutura, de análise das propriedades da posição social.

Voltamos agora nesse importante ponto. Argumentamos que países podem ser posições sociais, que classe social é um tipo de posição, assim como sexo. No caso Brasil, estendemos esse entendimento à categoria raça, chegando à geometria fixa da abordagem interseccional: sexo, raça e classe. Mas e a idade? A idade poderia operar como uma posição? Poderíamos posicionar sujeitos à parte de suas nacionalidades, raça, classe e sexo? Afirmamos que sim. Idade é o primeiro ordenador a ser observado, um eixo analítico e pode ocupar operar como uma posição relacional e é justamente isso que as evidências nos dizem acerca do relatório nacional e do conjunto de países. Vamos falar então do contexto preliminar da juventude como posição como grupo mais ou menos fixado pela categoria mais permanente: idade, especificamente a faixa de idade¹⁸. Durante essa discussão de tempo, idade e geração, vamos trabalhar com as propriedades da posição social.

3.2 CONTEXTO PRELIMINAR DA JUVENTUDE COMO POSIÇÃO

A instituição escolar é um ponto de referência de onde geralmente parte-se para análises sobre a infância e a juventude. Trabalhamos aqui com a ideia de instituição do sociólogo norte-americano Talcot Parsons, que trabalha a integração e o controle na teoria dos papéis sociais e da ação, onde a instituição opera como um conjunto de papéis e valores que fabricam o indivíduo, a personalidade (Peters, 2020).

Nesse sentido, se em Bourdieu, no primeiro capítulo, vimos formular a ideia que a juventude é uma posição no espaço social, em Mannheim perceberemos uma relação importante da juventude com o *tempo*. Este último já destaca propriedades específicas do grupo juvenil, mas relacionadas não ao marcador lugar ou espaço, mas ao marcador tempo – que traz a sofisticação de não ser necessariamente conectado às faixas etárias, mas aos processamentos das experiências dos sujeitos jovens-:

Mannheim destaca que a posição comum daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico não está dada pela possibilidade de presenciarem os mesmos acontecimentos ou vivenciarem experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processarem esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante (Mannheim, 1968, p. 517).

¹⁸ Destacamos que acompanhamos na literatura a ampla discussão acerca da juventude estar para além da idade. Contudo, como esse estudo se refere a aplicação de uma ferramenta num banco de dados, precisávamos de critérios objetivos para o manejo quantitativo dos dados.

O autor traz a ideia de posição comum de um mesmo tempo cronológico e chama de tempo interior um tempo interno, não mensurável e que só se pode compreender subjetivamente, pela perspectiva qualitativa e não do ponto de vista objetivo (Weller, 2010). Para Mannheim a geração é uma posição, como veremos adiante. E o que marca em termos objetivos uma geração? A data de nascimento, portanto, idade. Outro ponto a se destacar na obra mannheimiana é a juventude como um grupo marginal, à margem dos valores estabelecidos socialmente, os estrangeiros, recém-chegados e por isso ocupam uma posição de liminaridade de condição, disposição esta que coincide com as atitudes de outras populações marginais (Peregrino, 2011, 2010, 2008).

Mannheim (1968) destaca o fato de que diferentes grupos etários vivenciam tempos interiores diferentes em um mesmo período cronológico:

Cada um vive com gente de sua idade e com gente de idades diferentes em uma plenitude de possibilidades contemporâneas. Para cada um o mesmo tempo é um tempo diferente; a saber: uma época distinta e própria dele, que só partilha com seus contemporâneos. (Mannheim, 1968, p. 517)

Nesse sentido, o processamento de experiências dos jovens se dá por categorias que filtram o acesso ao exercício da condição da juventude como a classe, o gênero, a raça, a trabalho e o território, por exemplo. Isto é, ainda que dois jovens tenham a mesma idade e a mesma possibilidade de experimentar acontecimentos, é o processamento dessas experiências mediadas por filtros sociais de empilhamento de acessos, não-acessos, marcadores de diferença e desigualdade é que, de fato, podem categorizar experiências juvenis marcadas pela temporalidade. A questão não é “o que poderiam viver”, mas “como viveram”, como foram as experiências e, como foram os processamentos interseccionais dessas na construção da memória e da identidade social desse jovem.

Para Mannheim (1968) então, a juventude se caracterizaria como posição em movimento no tempo. Para classificar essa questão do tempo, o autor opera com três conceitos distintos, porém relacionados para pensarmos sobre o problema sociológico das gerações: o de unidade geracional, o de conexão geracional, e, finalmente, o de posição geracional.

Para Mannheim (1968), nesse contexto, em síntese:

- a) *unidade geracional* seriam grupos com menos coesão, de caráter temporário para um fim determinado.
- b) *conexão geracional*, entretanto, pode levar “à formação de um grupo concreto, Mannheim destaca ser ela uma mera conexão, ou seja, casualmente os indivíduos pertencem a ela, mas não se percebem como grupo concreto”. (Weller, 2010. p.4-5).
- c) *posição geracional* – ou situação geracional- admite a geração como posição e se refere a compreensão que existe um ritmo biológico, mas, que as *condições socioeconômicas constituem a base comum* dos sujeitos.

Destarte, neste último ponto, Mannheim aproxima a situação de classe com a situação geracional devido a posição específica que ocupam no âmbito sócio-histórico dos sujeitos afetados por elas. Essa característica comum consiste em limitar os indivíduos em determinado terreno de jogo dentro das possibilidades e que, sugerem assim, um modo específico de vivência e pensamento, um modo específico de engajamento no processo histórico (Weller, 2010). Esse envolvimento único é dado pela possibilidade de filtragem interseccional das condições no processamento das experiências dos jovens.

Mannheim (1968) sublinha o fato de que o pertencimento a uma geração não pode ser deduzido deliberadamente das estruturas biológicas. Do contrário, a situação de classe e a situação geracional apresentam, segundo Weller (2010), aspectos similares devido à posição específica ocupada pelos indivíduos no âmbito sócio-histórico. Mas essa posição gera uma modalidade específica do “viver e do pensar” (dos modos de experimentação da juventude e da sociedade), da forma como os membros interferem no processo histórico, ou seja: uma tendência inerente a cada posição e que só pode ser determinada a partir da própria posição (Weller, 2010, p.5). Concordamos amplamente com essa perspectiva, não é apenas a idade, mas a idade tem um papel mais importante do que até agora tínhamos imaginado.

Mannheim reforça então que não basta ter nascido num mesmo tempo. O que caracterizaria uma posição comum daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico é a potencialidade ou possibilidade de presenciar os mesmos eventos e acontecimentos (Weller, 2010), de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de **processar** esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante. E a forma pela qual se dá esse processamento é a partir das categorias que configuram a experiência dos sujeitos, como classe, gênero, raça, trabalho,

território, faixa de idade, para citar algumas e que chamaremos de categorias interseccionais quando tratadas de forma cruzada ou relacionada. Esse processamento específico das experiências cria a possibilidade de identificação dos sujeitos e construção de suas próprias subjetividades.

A juventude como posição em Mannheim então não seria um grupo social mais ou menos homogêneo, concreto e em interação como a família, a tribo ou a seita (Groppo, 2015), mas a juventude como posição estaria mais próxima da ideia de classe social: como potência latente para a formação de subgrupos concretos como partidos, sindicatos, movimentos culturais, dentre outros. O que se destaca na análise manheimiana é a noção sociológica de geração e o caráter liminar da condição juvenil em diferentes classes e realidades, o que configuraria como um grupo com uma certa autonomia por se fazer estrangeiro, novo com relação as regras de sua sociedade.

Nesse sentido, na próxima seção, buscaremos concatenar a influência do pensamento bourdieusiano e do pensamento manheimiano na composição de um conceito de juventude como posição que nos ajude nas possibilidades conceituais e de dados a que nos propusemos apresentar.

3.3 A JUVENTUDE

Ser um recém-chegado, alguém que não incorporou as tradições e modos de vida, um estrangeiro por um lado e alguém que traz frescor e renovação por outro: essas são características fundantes na análise das jovens gerações, como vimos. A juventude é considerada como agente revitalizador, fonte de energia renovadora da sociedade, dado seu vigor e seu menor enredamento na ordem social vigente (Groppo, 2015). Essa condição marginal da juventude é um componente que aparece na obra de Bourdieu e de Mannheim, por mais que seus argumentos tenham divergências, um importante ponto de contato é a condição marginal da juventude. Se em Mannheim, encontramos essa condição intrínseca do grupo de jovens como marca primeira no estabelecimento da sociologia da juventude- e a posição marginal, de liminaridade por si só marca mais a condição de juventude do que fatores biopsicológicos, segundo o autor-, em Bourdieu podemos ver a consolidação dessa ideia a partir de outros referenciais legítimos.

Bourdieu (1983) diz que as jovens gerações, movimentos sociais insatisfeitos com a ordem social e intelectuais “alternativos” estão em posição homóloga entre si quando contrastadas aos valores legitimados pela ordem social, ou seja, em posição marginal (Groppo, 2015); ainda que Bourdieu nos alerte sobre a manipulação dos critérios etários, destacando a maleabilidade da clivagem idade segundo interesses geracionais, sublinha a marginalidade social como um eixo importante na juventude como posição.

Apoiadas em Bourdieu e Mannheim para pensar a juventude como posição, vimos que adiante deveríamos tratar da questão da moratória como uma propriedade relevante nesse estudo de posição e construção do argumento da juventude como uma posição. Mas antes, precisamos fazer um marcador entre os dois: em Bourdieu temos o que diferencia a juventude como grupo, marcando a heterogeneidade e o risco de manipulação etária nos jogos sociais, e sobretudo a questão do espaço social; e em Mannheim vimos o que dá unidade a juventude, sua potência nas experimentações por serem de um mesmo tempo, mas também como as condições socioeconômicas medeiam e configuram as possibilidades do processamento das experiências.

Nesse percurso, a partir dos autores trazidos à baila até o momento, buscamos em Peregrino e Prata (2023), um conceito de juventude como posição que tem alinhamento com a proposta aqui descrita, por justamente fazer parte dos estudos acerca da temática:

Juventude pode ser, portanto, caracterizada, nas sociedades ocidentais, urbanas e contemporâneas, por um estado de liminaridade social, marcado, por um lado, pela emancipação da socialização primária, e ingresso e experimentação de processos de socialização secundária, com vistas à autonomia e à integração na sociedade (esse estado de liminaridade social pode ser experimentado, pelos diferentes e desiguais grupos de jovens, de maneiras muito variáveis, dependendo do grau e da distribuição mais ou menos equânime dos investimentos sociais, resultando em processos muito diferentes de integração e de autonomia). Nesta perspectiva, juventude é um lugar, uma posição no espaço social. Mas, como nos ensina Mannheim, essa posição social é proprietária, também, de potencialidades interpretativas, uma vez que, ao viver um determinado tempo, os conjuntos de sujeitos de uma mesma geração, partilham também, uma configuração histórica que se constitui na base a partir da qual se constroem as suas experiências fundantes, elemento essencial de sua visão de mundo. Nesta perspectiva, juventude é uma localização na experimentação do fluxo da história. (Peregrino; Prata, 2023, p. 8).

A juventude é capaz de um processamento singular de experiências por se tratar de uma posição definidora que configura um lugar de observação nas

sociedades urbanas ocidentais modernas. Estamos tratando do conjunto da juventude como posição -como categoria de percepção do mundo- para tentar compreender como se dá a *relação* entre as instituições do ponto de vista deslocado. Ou seja, é comum nos estudos de Educação o tratamento da escola como ponto de observação de sujeitos e instituições: juventude, infância, trabalho, religião, dentre outros. Nesse ponto construímos a argumentação que a escola, nos estudos da juventude não seria o único mirante, a própria juventude já se constituiria como posição e, portanto, categoria analítica na compreensão de questões das sociedades modernas.

A posição é uma localização social que delimita um conjunto de propriedades materiais e simbólicas (Bourdieu, 1997). Ela é um conjunto de lugares estratégicos onde há um campo de disputas acerca de diferentes tipos de capital (Catani *et al.*, 2017). O estudo das posições trabalha então com as configurações que constroem o sentido das relações particulares. Compreendendo, conforme Elias (2006), que apresenta a noção de configuração como a formação dos indivíduos na sua relação com os objetos simbólicos, com a transmissão da cultura e com o aprendizado de um patrimônio simbólico social (Elias, 2006). Logo, a configuração é apresentada por Elias como uma noção relacional, como um conjunto de relações que medeiam a formação dos indivíduos com relação às suas escolhas e modos de vida coletivos e individuais, o que vimos com aderência a proposta aqui apresentada.

As configurações, nesse caso dos estudos das posições, são as ferramentas conjugadas que formulam faixas de acesso às experimentações sociais, históricas, culturais e políticas e delineiam, inclusive, muitas percepções individuais. Como um programa de computador, que tem nas configurações seus algoritmos de definição, desempenho e alcance; nesse caso, as configurações com relação aos objetos simbólicos apontariam para como são observadas e orientadas as identidades e sua percepção da realidade material.

Nessa lógica de argumentação, a posição é um componente que configura com mais permanências o exercício da condição juvenil e a experiência da situação da juventude, que pode revelar estruturas, ainda que móveis, que alteram relações, influenciam disputas e constroem sínteses para a juventude, como vimos no estudo que analisa o conjunto de países da pesquisa. A posição seria ainda uma placa que se movimenta, alterando significados e significantes do jogo social e na compreensão das complexidades. E se a posição é uma placa móvel, o estudo da juventude como posição apresenta a juventude como uma posição em movimento, em constante

impermanência, mas que por ter algumas fixações e permanências, pode ser analisada em fotografias circunscritas num tempo.

E como a juventude na nossa argumentação é percebida como posição – e posição em movimento- sua capacidade de deslocamento se dá pelas clivagens de análise, categorias que *processam* a experiência juvenil como a classe, raça, gênero, faixa de idade, trabalho, escola e território, por exemplo. E se ainda, a juventude é uma posição, ela é passível de análise social em si mesma e com relação às outras populações. Logo, se no primeiro capítulo dispomos da possibilidade analítica das posições dos países, e no começo deste capítulo apresentamos o caso Brasil também como um tipo de posição no espaço social, aqui argumentamos que a juventude não só opera como posição, mas suas faixas de idade fracionadas também.

Juventude como um lugar de onde se vê o mundo, como um componente da liminaridade entre o ser criança e ser adulto, na perspectiva da transição para a vida adulta se ajusta a ideia bourdieusiana de que o melhor lugar de observação é o lugar que está em movimento (Bourdieu, 1997). Assim seria possível a observação das dinâmicas latentes e dos jogos possíveis.

Logo, a análise da juventude como posição constrói um lugar de observação das instituições fora delas e da localização não de sujeitos individuais, mas de uma posição constituída de elementos que incluem componentes mais estruturados do corpo social, não estando nem no contexto da instituição nem no contexto dos sujeitos individuais em si.

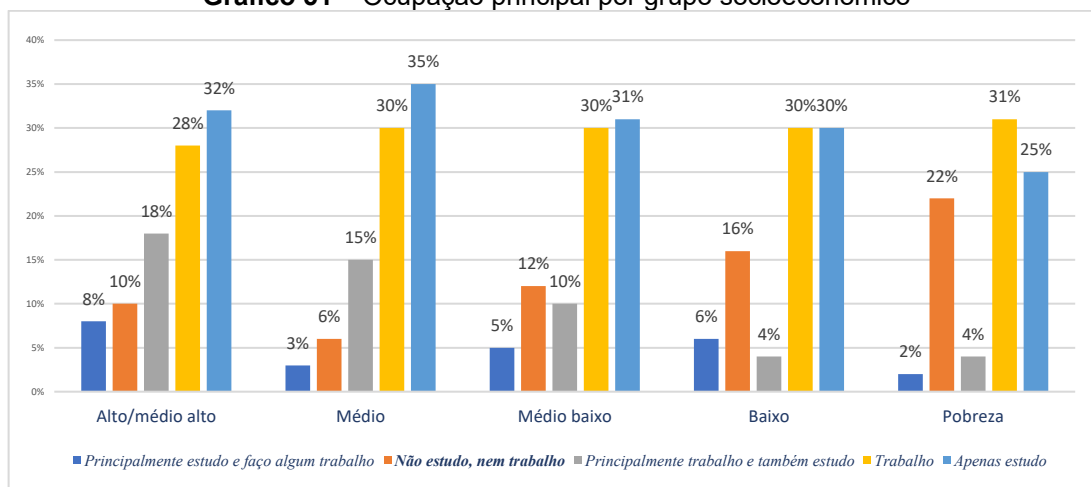
A posição tem, então, propriedades de maior estrutura e com mais permanências. “As propriedades são recursos de poder” (Catani *et al.*, 2017, p. 120). E as propriedades de posição estão ligadas, também, ao “*sentido provável da trajetória* do agente e/ou pela classe a que pertence” (Catani *et al.*, 2017, p. 120, grifo nosso). Dessa maneira, as propriedades da posição apontam para as trajetórias de origem e prováveis destinos. Onde, a partir da posição se constrói o sentido das relações particulares. Dentro da posição, se localizam categorias analíticas de maior volatilidade, mas importantes para a compreensão da juventude como posição. A condição e a situação são categorias contidas da ideia de posição. Onde, a posição estaria em relação ao *lugar* de onde se olha, a condição no *exercício* concreto da posição e a situação, da *experiência* comum e do *processamento* da experiência para a juventude.

A condição como a síntese da posição, configura-se no campo das disputas e das produções do passado recente, na constituição da memória juvenil no exercício de sua própria juventude. O “*habitus* é produto da incorporação pelos agentes de uma condição de classe, que decorre, simultaneamente, de uma situação de classe” (Catani *et al.*, 2017, p. 120). Nessa linha, *habitus* são os esquemas de avaliação e percepção de toda experiência posterior, um exercício da condição social e também da condição juvenil e, como exercício da condição não está no campo das escolhas cotidianas, muito embora a propriedade “estilo de vida” - componente da situação juvenil- a retroalimente numa relação necessária de construção do *habitus*.

A condição é o conjunto dos constrangimentos quase que imediatos a que a juventude é submetida e é um exercício concreto da posição na vida prática (Bourdieu, 1994). Esse conceito remete ao produto dos contingenciamentos localizados na posição, mas exercitados e manipulados na seara da condição juvenil, no campo das disputas da prática.

A situação situa-se no campo da experiência, das negociações, das interações e integrações entre os sujeitos. É a categoria de maior fragilidade nesse contexto e relaciona-se com o que Mannheim chama de processamento de experiências. O autor diz que mais do que a potência de presenciar e experimentar os mesmos eventos e acontecimentos (Weller, 2010), a forma como se dá o *processamento* é filtrado por categorias que configuram de formas diferentes a mesma experiência: classe, gênero, raça, trabalho, território, faixa de idade, para citar algumas. Esse processamento específico das experiências cria a possibilidade de identificação dos sujeitos e construção de suas próprias subjetividades. A situação está no campo da experiência, da concretude do cotidiano juvenil.

Na análise da pesquisa ibero-americana vimos que o jovem não estar estudando e nem trabalhando na oportunidade da coleta é o retrato de uma situação social marcada pela fragilidade de vínculos e desengajamento social pela ausência de ancoragem com a escola e com o trabalho. Que o caso Brasil demonstra a situação em seu volume máximo dentre os demais participantes (mais de 14% para o conjunto). Mas que essa situação é mais transitória que as condições sociais do grupo. Explicamos. Primeiro, quando e esse jovem que não estuda e nem trabalha é desagregado por GSE, os dados se alteram significativamente, sendo 10% de jovens que não estavam estudando nem trabalhando para os mais ricos e 22% para os mais pobres

Gráfico 51 – Ocupação principal por grupo socioeconômico

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021).

Com outras palavras, a situação nesse caso, embora pareça a mesma- não estudar, nem trabalhar- para todos os GSE, não é. A estrutura das condições sociais dos grupos é diferente, ainda mais no caso Brasil, marcado por extremas desigualdades, como já argumentamos. Nossa tese é que a situação, por ter menos características permanentes, como a posição, é mais circunstancial e sua alteração é mais fácil (ou menos difícil) a depender do conjunto de condições e suportes disponíveis para esse sujeito jovem em seu GSE e, necessariamente, sua posição social, para além da classe, mas compreendendo outras dinâmicas da posição.

Sendo assim, a alteração do acesso e do processamento das experiências juvenis, filtradas pelas clivagens ou categorias do eixo epistemológico da desigualdade ou da diferença (Cury, 2000), só é possível pela modificação da condição, do exercício da juventude e, conseqüentemente, a mesma só é possível, pela alteração da posição. Lembrando que se a posição já é posição em movimento, voltamos a alegoria da placa, onde a posição está sobre uma placa em constante movimento, e ela mesma produz movimentos internos. Como numa engrenagem organizada, o movimento de um dispositivo só é possível pelo movimento do outro em seu percurso de relações interdependentes.

Para um aprofundamento no estudo da posição e da juventude como posição no caso amplo da pesquisa Ibero-americana, voltamos para responder à pergunta: por que a Espanha que reúne um conjunto de condições e situações mais favoráveis

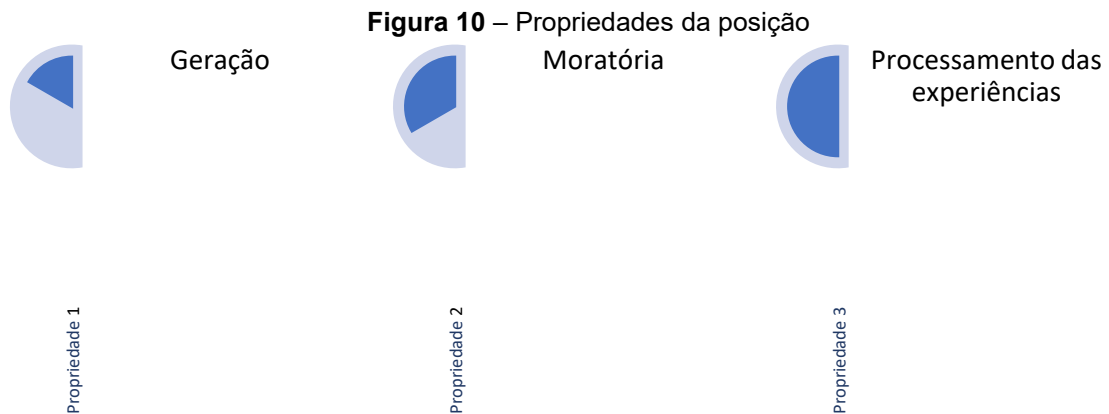
a seus jovens tem uma posição de menos prestígio quando tratamos dos jovens que mais estudam? Nossa resposta está nas propriedades da posição da Espanha.

Fomos a Bourdieu e Mannheim, mas precisamos do apoio de mais autores que aprofundaram essa questão. Em Bourdieu, coletamos a ideia geral de propriedade de posição. Para o autor, propriedades de posição – no plural, pois “são atuantes, permitem os sujeitos exercerem poder sobre os outros de diferentes posições do espaço social” (Catani *et al.*, 2017, p.119). “As propriedades de posição são, pois, recursos de poder [...] As propriedades atuantes, referem-se a distintas formas de capital” (Catani *et al.*, 2017, p. 119).

Em Mannheim localizamos elementos conceituais bem definidos para tipificar duas das três propriedades da posição que localizamos nesse estudo. A geração como ponto de partida e o processamento das experiências como última das propriedades. Mas faltava ainda localizar o que se encontraria no meio do processo entre pertencer a uma determinada geração e a forma como as configuram os filtros do processamento das experiências.

Mário Margulis e Marcelo Urresti (1996) nos ajudaram a pensar as propriedades da posição juvenil a partir de um importante conceito apontado, mas não exatamente nomeado por Mannheim. A ideia de moratória foi esboçada por este, mas delineada pela psicanálise e estudos “psi” inaugurados por Erik Erikson (Erikson, 1987; Groppo, 2015). Margulis e Urresti (1996) diferenciam dois tipos de moratória, a que Erikson e Mannheim se referem, chamam de moratória social e acrescentam à discussão o conceito de moratória vital, a reserva de energia e tempo possível de vida comum a todos os jovens de todas as culturas e tradições. Margulis e Urresti (1996) definem como princípios comuns da condição juvenil: 1- a moratória social, 2- a experiência geracional e 3- a moratória vital. Logo, para os autores, a juventude é posição via moratória vital (potência da energia humana) e social (pelos acessos e financiamentos do tempo de juventude) e essa posição é vivida desigualmente pelos sujeitos jovens.

Encontramos então na *geração*, na *moratória* (Margulis; Urresti, 1996) e no *processamento das experiências*, características que compõem o que entendemos como propriedades de posição.



Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse sentido, ao analisarmos as propriedades da posição, é importante destacar que a própria posição também está num lugar de relação e retroalimentação com a classe social. A classe é produtora e ao mesmo tempo produto da posição social. Dessa forma, a classe também é uma propriedade da posição. E a posição operaria como uma simulação da classe.

Na geração portanto, encontraremos características que se relacionam diretamente ao conceito de posição. A geração seria o primeiro atributo, a primeira propriedade da posição. Buscamos com Mannheim (Weller, 2010), o conceito de posição geracional como a potência ou a possibilidade para presenciar os mesmos eventos e acontecimentos. E na noção de situação geracional é ampliada por um exercício de análise dos processos dinâmicos e interativos. E, segundo o autor, numa sociedade utópica, seriam características das gerações: 1) a constante irrupção de novos portadores de cultura; 2) a saída constante dos antigos portadores de cultura; 3) a limitação temporal da participação de uma conexão geracional no processo histórico; 4) a necessidade de transmissão constante dos bens culturais acumulados e 5) o caráter contínuo e constante dos bens culturais acumulados.

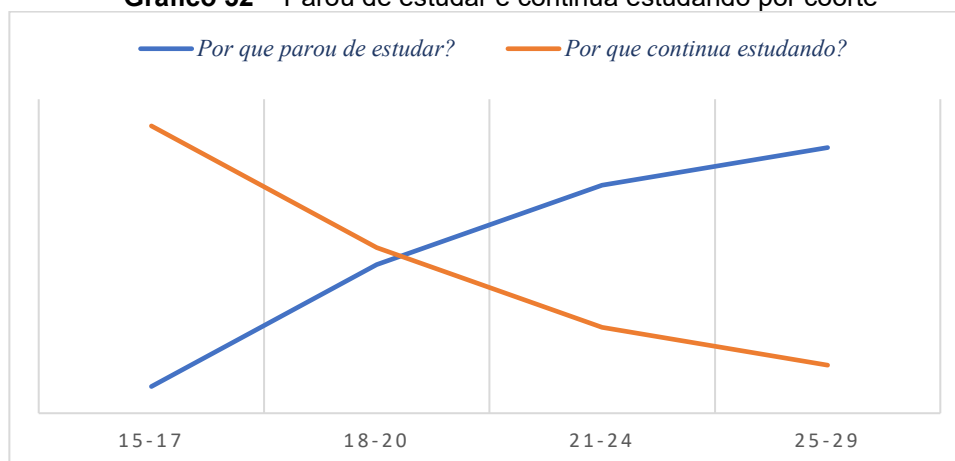
Contudo, destacamos o ponto 3 para pensar as características que constroem a posição geracional: potência de presenciar os mesmos acontecimentos dentro de um limite específico de tempo, mas, sobretudo, do processamento das experiências ou acontecimentos de forma semelhante. Assim sendo, a identificação geracional comum implicaria em formas semelhantes de ordenação e estratificação dessas experiências e que esses fenômenos obteriam variações a partir das condições e das

posições juvenis de determinada geração, como já demonstramos acerca dos diferentes GSE na categoria não estuda e nem trabalha.

Nesse sentido, o motivo pelo qual a Espanha ocupa uma posição próxima aos países que congregam outra estrutura social na representação do espaço social é a sua geração de jovens. Quando construímos construída os dados da pesquisa, vimos uma variação de ocupação (até aqui citada, mas não aprofundada por falta de comparabilidade com o caso Brasil) – “busca por trabalho”- e a análise da Espanha ter um número expressivo de jovens que estão buscando trabalho mostra que: a geração de jovens espanhóis não está trabalhando porque está escolhendo um tipo de trabalho de acordo com seus objetivos (González-Anleo *et al.*, 2022b; San Julian, 2022), ou seja, são as propriedades da posição – geração (dos jovens), moratória social (a que esses jovens tem mais acesso comparado aos latino-americanos) e processamento das experiências (a forma como esses jovens julgam sua realidade é mais pessimista, talvez porque já experimentem um estado de bem estar social e estejam reivindicando direitos que para os latino-americanos seriam acessórios, diante de suas demandas estruturais mínimas).

Logo, ainda que a Espanha agrupe melhores condições e situação concretas para seus jovens, a posição é divergente, aproximada de países estruturalmente diferentes porque as propriedades da posição e não as condições sociais juvenis que influenciam a construção da posição no caso da Espanha.

Nessa direção, podemos chamar cada faixa de idade de 15 a 17, 18 a 20, 21 a 24 e 25 a 29 anos de geração – usaremos o exemplo brasileiro para operar o argumento- pois conjugam características de permanência que constituiriam o que chamamos de posição.

Gráfico 52 – Parou de estudar e continua estudando por coorte

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021).

Um aditamento para essa altura da discussão é que o processamento das experiências de uma geração se dá sobre as mesmas bases, mas não de uma forma semelhante. Varia de acordo com a configuração das posições sociais ocupadas. A geração processa a potência de viver determinado momento histórico num momento fundamental da construção de valores sociais. Contudo, experimentam de maneiras muito diferentes, momentos históricos centrais, em período fundamental de sua socialização.

Margulis e Urresti (1996) fortalecem a análise mannheimiana e acordam que cada geração tem uma cultura de geração que implica em marcadores únicos de formas de perceber, apreciar, classificar e distinguir. Em suas palavras:

Cada generación puede ser considerada, hasta cierto punto, como perteneciente a una cultura diferente, en la medida en que incorpora en su socialización nuevos códigos y destrezas, lenguajes y formas de percibir, de apreciar, clasificar y distinguir (Margulis; Urresti, 1996, p. 3).

A segunda propriedade da posição é a moratória. Moratória é um filamento, uma fibra da posição. Sua operação é elástica e sua função é influenciar e, em alguns casos, determinar o tempo, o direito ao tempo e o uso do tempo juvenil. Logo, a moratória é um atributo da posição juvenil nas sociedades modernas. Tratamos aqui das duas moratórias: social e vital, porque nesta última, a reserva de energia também é um agente importante na análise da posição. Mais à frente no texto, ao discutirmos idade e corpo na abordagem interseccional, tomaremos a moratória vital como útil no tratamento dos cortes de geração de jovens de 15 a 29 anos observados na pesquisa ibero-americana.

Segundo Margulis e Urresti (1996), são características da moratória: contexto social protetor, casamento e concepção de família mais tardiamente e, em especial a presença da escola, como instituição fora do círculo primário familiar de socialização. Nesse sentido, para Margulis e Urresti, a juventude como posição se dá via moratória social e vital é vivida em condições desiguais pelos sujeitos jovens (Groppo, 2015).

Como vimos no caso da Espanha (San Julian, 2022), onde os jovens, independente de classes sociais e sexo, demonstram ter mais proteção social via moratória social e familiar, reunindo condições específicas que favorecem os modos de vida da juventude espanhola, bem como situações mais favoráveis da experimentação na vida prática: a escola, a roupa, os livros que se têm acesso, por exemplo.

A moratória social, nesse sentido, não é construída apenas pelo recorte de classe social ou pela presença da escola, com a possibilidade de um contexto primário de socialização de conforto e segurança presentes nas classes média e alta, mas é definida também pelo grau de institucionalização presente na vida dos sujeitos. Sendo assim, o jovem pobre, ainda que privado das benesses de contextos familiares de proteção, pode ter acesso a moratória a partir de sua integração com braços estatais, com a escola e o trabalho, por exemplo, mas não só esses. Voltaremos aqui.

A escola expande a moratória dos sujeitos, inclusive dos sujeitos das classes populares. Mas não é só escola, moratória vai além dessa perspectiva. Sendo assim, a expansão do ensino médio no Brasil é também a expansão da moratória para as os jovens das classes populares, conforme nos mostram os estudos de Peregrino e Prata (2023).

Consideramos aqui que a moratória social é um tipo de equipamento que afeta a construção e mobilização dos capitais na teoria do capital como em Bourdieu (1994). A moratória afeta a distribuição e a reprodução das desigualdades sociais em diferentes níveis. Voltaremos nessa conjectura na análise das variações de ocupação no espaço social do caso Brasil.

Recordando que Margulis e Urresti (1996) falam ainda sobre a existência de uma moratória anterior à social: a moratória vital – um período da vida em que se possui um excedente temporal, um reserva de energia, uma potência de vida (Peregrino, 2011). Nessa linha, todos os países da pesquisa, assim como todos os GSE do caso Brasil teriam a mesma potência vital, a mesma reserva de moratória vital, em certo sentido. Os países com maiores populações de jovens, teriam, nesse

sentido, mais reserva vital. No Brasil, entretanto, pretos e pobres têm esse direito de forma parcial, sua moratória de tempo de vida, quando tem sua vida encurtada pelo extermínio do estado vestido de conflito urbano com arma de fogo.

Uma nota de análise. Nessa linha temos duas abordagens de moratória, a social e a vital e a primeira estão aclimatadas num recorte nítido de classe social. Segundo Peregrino (2011, p. 281), a moratória é um “tempo para configurar trajetórias de inscrição social”. Mas esse tempo varia de acordo com a condição social do sujeito. Esse constructo teórico, vale apontar, está restringido no interior da discussão de sociologia da juventude, campo delineado pelos estudos fundadores de Mannheim que aborda um viés de classe sobre a geração e grupos juvenis. Essa tradição, influencia todo o campo e relativiza o valor das gerações e grupos juvenis com relação às suas classes sociais.

Em tempo, essa discussão não é nova e aparece com destaque quando observamos os primeiros dados da pesquisa ibero-americana. Contudo, e é aí que os estudos de Bourdieu, Mannheim, Margulis e Urresti (esses últimos incluíram gênero no debate sobre moratória e abriram a porta para o debate de outras clivagens) apresentam seus limites, outras pautas identitário-sociais, quando incluídas na discussão de geração e classe, como raça e gênero podem oportunizar novas leituras, especialmente num país como o Brasil, onde a marcação de desigualdade social não abriga apenas as tensões de classe, mas, num país de um passado de mais de 350 anos de escravização de pessoas e raízes profundamente patriarcais (como também é o caso dos latino-americanos, em diferentes intensidades), considerar a abordagem interseccional de raça e gênero pode trazer contribuições ao campo. Nessa linha, uma questão se apresenta: relacionar apenas geração e classe nos estudos das desigualdades sociais é legítimo? Certamente, mas demonstra datação da análise, uma vez que trabalhamos com o argumento que a expansão do campo dos estudos das desigualdades encampa novos vieses identitários. Voltemos à discussão.

O processamento das experiências, último componente elencado como propriedade de posição é o filtro, a lente de observação, mediada pelas experiências das categorias sociais e identitárias que marcam como os sujeitos acessam, “digerem” e configuram (Elias, 2006) as formas de experimentação sociais. Isto é, geração, moratória e processamento das experiências, juntas, operam como estruturantes e estruturadas propriedades de posição juvenil, conforme podemos ver no esquema da

figura 3 construída para sistematização visual das informações e método de estudo e análise.

Na pesquisa ibero-americana podemos ver que no processamento das experiências, os grupos mais protegidos socialmente têm características comuns independente de suas nacionalidades: homens, mais ricos, que estudam mais e por mais tempo e são adolescentes ou jovens adultos (e ainda o país ibérico). Inclusive, até as motivações de se buscar um trabalho, para os mais protegidos é a mesma - melhores salários. Em oposição, o processamento das experiências dos mais vulneráveis é o espelho do primeiro: mulheres, mais pobres, que estudam menos e por menos tempo, que não estudavam e nem trabalhavam no momento da pesquisa ou que trabalhavam nos cuidados, de 18 a 24 anos, com ênfase nos intermediários 2 (característica geral dos latino-americanos). Suas escolhas de trabalho são motivadas pela busca por respeito, o que demonstra fragilidade de estrutura. Se esses sujeitos buscam por respeito é porque já foram desrespeitados antes e isso virou um critério de escolha.

Nesse contexto de verificação, já vimos que uma das abordagens mais abertas sobre o estudo das condições é que a condição é o exercício da posição social (Catani *et al.*, 2017). A exemplo da posição social, a condição tem propriedades específicas que têm interdependência com outras propriedades: o *habitus*, como em Bourdieu, e a *experiência da posição*¹⁹, como em Mannheim. E a condição relaciona-se diretamente com a segunda categoria de propriedade de posição, a moratória social. Ou seja, como se experimenta a posição na vida social, de fato, sua condição, caminha nos termos de acesso determinada pela moratória social a que se recebe.

Acerca da situação, identificamos duas propriedades importantes para análise: estilos de vida - este que se associa diretamente ao *habitus*, propriedade da condição, e a interação. A situação se conecta de imediato com a última propriedade elencada de posição: o processamento das experiências, que está numa relação intrínseca com a construção das identidades sociais e vida concreta do hoje para os jovens.

Na seção seguinte, após as considerações aqui traçadas sobre a juventude como posição e as propriedades da posição, da condição e da situação juvenil, nos deteremos a um exercício de tentativa de resposta para essa próxima fase do exame: e se interseccionássemos os dados de raça, classe, sexo e idade, as evidências Brasil

¹⁹ Cf. em figura 3 - Esquema teórico da posição social.

seriam diferentes? Vimos que sim. Que as evidências separadas conjugam um núcleo importante, mas interseccionadas produzem sínteses exclusivas e importantes para a ampliação desses estudos. Vejamos no próximo capítulo.

4 OPERAÇÃO DA JUVENTUDE COMO POSIÇÃO INTERSECCIONAL (JPI) NOS DADOS BRASIL: AS SÍNTESES SOCIAIS NA DISPOSIÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

Desde o título da tese, temos dado relevo para o que mais importa nessa jornada de pesquisa: a construção e a possibilidade de operação da ferramenta Juventude como Posição Interseccional, a JPI, nos dados interseccionados no caso Brasil. É do ponto que construímos uma gradação de proteções e vínculos institucionais, ancoragens, que observamos os grupos mais vulneráveis e como eles já tinham sido tratados por diferentes literaturas.

Nessa linha de argumentação, organizando os dados numa escala de acessos sociais, podemos então extrair o princípio das sínteses ora produzidas, ainda que separadamente. Onde o grupo menos ancorado nas instituições escola e trabalho da população pesquisada do caso Brasil está nucleado nas categorias interdependentes ilustradas a seguir:

Figura 11 – *Standpoint* de menor escala de vínculo de escola e trabalho no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora.

Essas categorias entrelaçadas remetem ao *Standpoint*²⁰²¹, ou ponto de vista da mulher negra, argumento fundamental do trabalho de Hill Collins (2019), onde, em outras palavras, a autora define como um ponto de vista historicamente marginal e ainda assim privilegiado, pois opera na periferia de uma análise, onde se é possível coletar marcas e sutilezas específicas no entendimento das relações sociais. Nesse sentido, como sendo grupo menos prestigiado, quando se move, todos os outros grupos já se moveram anteriormente. Logo, observar essa população é ver mais que apenas um grupo, mas uma teia de relações sociais complexas que dão o tom da compreensão das redes sociais mais gerais, em diferentes contextos.

Esse núcleo de fragilidades não pode ser visto apenas como categorias que estão organizadas conjuntamente, mas como relações sociais únicas com signos sociais igualmente exclusivos e importantes para a análise. Essa população ainda pode operar como no trabalho de Helena Hirata (2014) como um ponto de vista situado. Ou ainda como, no trabalho bourdieusiano, que embora não trate diretamente, mas onde os conceitos de campo e *habitus* podem ser esgarçados e ampliados para essa órbita, uma vez que o campo é “um espaço de luta e um sistema estruturado e estruturante de posições ocupadas pelos agentes” (Catani *et al.*, 2017, p. 120). Nessa argumentação, a população do *Standpoint*- mulher, pessoas pretas, 21 a 24 anos, das classes populares age como um campo em si por conter disputa de poder e de posições estruturantes e estruturadoras no campo social; e ainda, o *habitus* que pode ser visto como resultado de “condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência” (Bourdieu, 1994, p. 78), mas também como estrutura estruturante, possibilidade elástica e dinâmica e, sobretudo, de uma matriz de percepções (Bourdieu, 1994), dessa forma, num exercício teórico, podendo o *Standpoint* ser definido também como um conjunto de experimentações desse próprio conjunto de sujeitos.

²⁰ Na literatura sobre interseccionalidade que trabalha com o termo de Hill Collins “Standpoint”, é comum no campo ter a tradução como “lugar de fala”, termo popularizado no Brasil por Djamilia Ribeiro. Entretanto, em artigo publicado em 2023, orientadora e orientanda, optamos por usar o termo mirante para a representação dos indivíduos epistêmicos. Encontramos em “lugar de fala” um conjunto semântico que geralmente está endereçado num campo mais subjetivo no Brasil e mirante/mirante de observação um termo que ainda não atinge o que tentamos expressar. Entendemos, portanto, que a manutenção do termo original de Hill Collins seria importante diante do impasse teórico de uso de terminologias.

²¹ Outros autores trabalham com a mesma ideia usando diferentes termos para expressar um conjunto social que representa determinada população e por suas condições de existência, pode explicar alguns fenômenos sociais, incluindo Bourdieu e Mannheim. Mas, como escolhemos trabalhar com a epistemologia interseccional nessa altura do texto, optamos por operar com o conceito de Hill Collins.

Aprofundar nos conceitos de posição, condição e situação a partir da pesquisa ibero-americana (González-Anleo *et al.*, 2022a) e do caso Brasil (Carrano, 2021; Peregrino; Prata, 2021) trouxe mais elementos para pensar a estrutura do espaço social na dinâmica das relações de desigualdades, mas e se essas dinâmicas forem trabalhadas de outra forma, produziriam resultados diferentes? Sim, e é a isso que se dedica esse capítulo.

Os conceitos bourdieusianos têm uma limitação histórica e cultural, como diferentes planos epistemológicos ao longo do tempo. Ainda mais por se tratar de ferramentas específicas para o tratamento de casos analisados por Bourdieu em sua vasta contribuição para distintos campos de pesquisa. É fato ainda que por estarem circunscritos a um tempo e espaço, a discussão de abordagem interseccional não cruzou a perspectiva bourdieusiana, embora tenha muitos pontos em comum. Contudo, o exercício de esgarçamento dos conceitos carrega em si uma potência criativa de associação e imaginação, até mesmo a sociológica como nos lembra Wright Mills (1970).

Sendo assim, a população: mulher, das classes populares, pessoas pretas, intermediária 2 dentro o grupo juvenil é, em nossa análise inicial: *Standpoint*, ponto de vista situado, uma relação social, um campo e o resultado de *habitus*. Nesse itinerário então vimos que multifatores necessitam de multirreferências para a compreensão da complexidade da natureza dessas relações. Logo, a necessidade de uma episteme outra, que desse conta desse jogo de empilhamentos, relações e modos de ser, fez com que a escolha pela abordagem interseccional para essa fase fosse uma ferramenta para a construção de um dispositivo de análise social que operasse como chave-metodológica para entender o cruzamento de dados complexos.

Nessa jornada de apresentação do caso, intencionamos construir pontos descritivos e interpretativos do caso, com foco nos aspectos sociodemográficos, da escola/escolarização e do trabalho/ocupação para jovens em cruzamento de categorias de raça, classe e sexo.

4.1 A ABORDAGEM INTERSECCIONAL COMO LENTE PARA ANÁLISES SOCIAIS

Uma das intenções da tese é discutir a abordagem interseccional como ferramenta metodológica para análise de bancos de dados nas pesquisas em

educação, especialmente nas pesquisas com as juventudes, mas sobretudo, é construir a ideia da ferramenta metodológica juventude como posição interseccional. À luz de autoras que tecem a abordagem interseccional, serão organizadas as principais perspectivas, seus pontos de contato e divergências quanto ao conceito de interseccionalidade. Optamos por uma revisão da noção de interseccionalidade como um exercício profundo de estruturas que visam a construção da ferramenta-objeto do trabalho: juventude como posição interseccional. Ou seja, exploramos a essência da abordagem interseccional para construir a teia teórica que sustentará nosso dispositivo analítico. Afirmamos aqui que esse estudo é sobre as desigualdades sociais em diferentes escalas. Mas antes, a abordagem interseccional está situada num plano de discussão sobre a desigualdade e a diferença e se faz importante trazer mais nitidez sobre essa noção.

4.2 SOBRE A DESIGUALDADE E A DIFERENÇA

No campo da educação, geralmente, a desigualdade e a diferença pertencem a eixos teórico-epistemológicos distintos. Sendo a desigualdade ligada ao campo da estratificação, de classe e dos estudos estruturalistas e a diferença ligada ao campo das identidades, das subjetividades e dos estudos pós-estruturalistas. Contudo, não é apenas no campo da educação que esse fenômeno é visto dessa maneira. Há um consenso entre pesquisadores de estudos de gênero, dos Estudos *Queer*²², da teoria social e da sociologia da desigualdade que existe um déficit teórico central na leitura de “eixos da desigualdade” ou “eixos da diferença” (Winker; Degele, 2007, 2009; Klinger; Knapp, 2008; Mattos, 2011). Onde ambos os eixos demonstram rigor e legitimidade, mas que são raras as abordagens que combinam os dois campos por eles terem se consolidado como duas epistemologias distintas pelo recorte e percurso histórico das disciplinas e campos científicos da atualidade. Pretendemos aqui essa combinação.

²² A teoria *Queer* permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação para além das concepções binárias nas relações de poder.

O debate sobre a desigualdade e a diferença vem de longe, ocorre desde o advento da sociologia, nos primeiros manuscritos de Karl Marx e Max Weber²³, onde esses autores, como fundadores da sociologia, tentam compreender os mecanismos de funcionamento da vida social e qual seria o espaço das diferenças e idiosincrasias individuais ou mesmo se elas seriam subjugadas ao social apenas. O tensionamento desigualdade e diferença estão relacionadas a um dos grandes debates das ciências sociais: a disputa indivíduo e sociedade. As teorias centradas no indivíduo, tendem, na maioria das vezes, não considerar a complexidade e influência dos padrões sociais e ao contrário também. Teorias centradas apenas no social, tendem a minimizar os impactos das escolhas individuais e das marcas de identidade que carregamos em nossos corpos.

Nem de longe pretendemos esgotar esse amplo e profundo debate, mas trazemos para o jogo dos argumentos a ideia que articular os dois eixos pode se fazer interessante à medida que pode provocar fricções produtoras de reflexões e análises. Escolhemos então um conceito que irá operar como engrenagem de mediação entre campos historicamente afastados: a articulação. Que em si, apenas em seu caráter etimológico, já nos forneceria estrutura para caminharmos, mas que, na observação teórica, a articulação de distintas categorias da diferença na análise das desigualdades sociais, não é novidade na literatura do campo de estudos das desigualdades (Mattos, 2011). Contudo, apresentamos aqui o conceito de articulação como uma possibilidade de conexão entre o estudo dos eixos das desigualdades e das diferenças e a abordagem interseccional como uma teoria/metodologia de investigação das estruturas sociais a partir de estandartes de subordinação construídos sobre alguns pontos de maior fixação no campo das diferenças. Nesse caso, raça, classe e sexo.

Tentar compreender o caráter das identidades e das classes sociais é possível na literatura quando mediada por diferentes ferramentas. Escolhemos aqui trabalhar com de articulação, no viés pós-estrutural (Costa, 2015), como em Bhabha (1994), Hall (1996) e Costa (2015). Nas palavras de Hall (1996, p.141):

[A] teoria da articulação pergunta como uma ideologia descobre seu sujeito e não como o sujeito descobre os pensamentos necessários e inevitáveis que lhe pertencem. Esta teoria nos permite pensar a situação histórica destes

²³ Resenha publicada por Marx sobre a questão judaica (Marx, 1976) e o capítulo de Weber sobre as bases étnicas da vida comunitária, incorporando as discussões sobre raça, etnia, povo e nacionalidade (Weber, 1980).

sujeitos, sem reduzir essas formas de inteligibilidade à sua posição socioeconômica, social ou de classe.

Contudo, damos um passo atrás para conceituar de modo amplo conceitos fundamentais para a proposta. Segundo Costa (2015, p. 38), as desigualdades, em amplo espectro podem ser definidas como:

[...] distâncias entre posições ocupadas por indivíduos ou grupos de indivíduos na estrutura social em âmbito local, nacional ou global. Essa definição diz respeito a posições econômicas (definidas por renda, riqueza, controle de recursos, etc.) e assimetrias de poder em termos de direitos políticos, sociais e existenciais, influência política e também capacidades epistemológicas.

Isto é, quando observamos os gráficos de posição entre os países da pesquisa sobre as variações de ocupação ou os gráficos do IDH e ainda os da classificação do caso Brasil por GSE, estamos vendo uma perspectiva que nessa direção seria do ângulo apenas das desigualdades sociais. Contudo, Costa (2015) nos brinda com uma ideia ampla das desigualdades numa tentativa de agrupar variações de eixos epistemológicos distintos. Para o autor:

[...] diferenças se referem a esses múltiplos grupos constituídos no processo de articular (no sentido de enunciar) as desigualdades, seja para defender suas próprias posições nas hierarquias sociais, seja para exigir uma mitigação das desigualdades [...] diferença é a articulação discursiva, portanto sempre contingente e mutável, da posição dos sujeitos no interior das hierarquias sociais (Costa, 2015, p. 38).

Na prática, as pesquisas que usam instrumentos de entrevistas (em diferentes abordagens) e questionários, usam categorias de perguntas e investigação ligadas aos dois campos – desigualdade e diferença – e são marcadamente presentes, como, por exemplo, as categorias raça, classe social, idade, gênero, sexualidades, formação, trajetória de trabalho, trajetória escolar, local de moradia, local de trabalho, local de estudos, opiniões e percepções particulares, escalas de avaliação de um tema, dentre outros vetores possíveis. Logo, analisar as relações entre os campos teóricos numa aplicação prática – da análise de dados- buscaria, então, produzir uma *articulação* que pode ser um exercício teórico importante para a compreensão dos campos e dos marcadores que configuram as produções da experiência da pesquisa.

Buscando mais um degrau nessa perspectiva de pesquisa e pensando no eixo da diferença -marcado pelas questões de identidade- e o eixo das desigualdades -por demandas sócio estruturais-, pedimos suporte a Mackinnon (2013) que observa o quanto as identidades são autênticos instrumentos de desigualdade e a Cho,

Crenshaw e McCall (2013) que em sua revisão sistemática sobre a abordagem interseccional demarcam o quanto as categorias de diferenciação não versam sobre apenas as identidades. As diferenças humanas são parte da estrutura social.

Os elementos das identidades que são mais estáticos, detém maior fixação, são difíceis de mudar são produtos de materializações da dinâmica interseccional e jogos de poder que os cria. Estão lá: cor da pele, gênero, sua classe social, sua nacionalidade, sua trajetória escolar; mas não são a razão de estarem lá. Repetimos. Estão lá, mas não são a razão de estarem lá. São produtos costurados historicamente como eixos de subordinação social. Como estamos tratando de fixação, mudar o sexo ou a cor da pele são grandes desafios, não muito maiores, talvez, que mudar de classe social, especialmente no Brasil.

Nesse sentido, o conceito de articulação foi usado numa primeira leitura, mais provisória, como estandarte para unir os eixos da desigualdade e da diferença nesse estudo localizado. Contudo, a abordagem interseccional em si, conforme o argumento de autores como Mackinnon (2013), Chun, Lipsitz e Shin (2013) e Cho, Crenshaw e McCall (2013), é o conceito mais adequado para a leitura aqui disposta. A interseccionalidade estando longe de ser condicionada com categorias de subjetivação ou identitária, mas uma perspectiva de análise interseccional que enfatiza as desigualdades políticas e estruturais, das quais fazem parte as questões da identidade/diferença.

Um ponto a se destacar é uma crítica corrente à interseccionalidade é seu suposto centramento nas pautas políticas e de identidade. Suposição esta que visa diminuir a abrangência da abordagem e é duramente combatida por diferentes autores, que incluem suas fundadoras (Mackinnon, 2013; Chun; Lipsitz; Shin, 2013; Cho; Crenshaw; Mccall, 2013).

A tese, portanto, contextualiza-se no campo da sociologia da educação e seu referencial de análise parte desse contexto para a discussão da juventude, das desigualdades e diferenças, dos modos de transição para a vida adulta, da posição social e do par interseccionalidade e consubstancialidade na construção do objeto, que é a possibilidade de um exercício experimental de síntese do caso Brasil da pesquisa Ibero-americana.

Outro argumento aqui levantado é que o “que torna uma análise interseccional é sua forma de pensar o problema da igualdade e da diferença e sua relação com o poder” (Cho; Crenshaw; McCall, 2013, p. 795) e ainda que estudar as populações

jovens pobres do Brasil é compreender de outros lugares as desigualdades sociais, e isso seria um deslocamento da posição do observador. E, ainda que quando mudamos a posição de onde estamos, mudamos a percepção do que vemos. Consideramos aqui também, as juventudes sempre plurais (Bourdieu, 1983) como um eixo de interpretação das desigualdades sociais.

Por isso, estudar esse grupo populacional com a marcação de classe, é antecipar a precarização e as novas margens de desigualdades do sistema capitalista no Brasil. Em outras palavras, o desemprego é três vezes maior entre os jovens quando comparado a população adulta e os empregos precarizados, sem direitos trabalhistas, são experimentados primeiro pelos jovens e depois para a população adulta (Souza Júnior *et al.*, 2019). Logo, entender o que acontece com o grupo que primeiro é precarizado é compreender os próximos passos mais abrangentes de diferentes aspectos no contexto brasileiro, com destaque ao trabalho e a educação.

Nesse sentido, estudar essa população dentro de suas frações de geração, estabelecendo coortes, é sistematizar também acessos às políticas públicas e moratórias sociais específicas tendo como marcadores a idade dos sujeitos e sua posição no sistema educacional (Prata, 2014).

Destarte, a interseccionalidade operando como o conceito para trabalhar as desigualdades e as diferenças é uma possibilidade a ser mais aprofundada na tese porque aponta para uma análise coerente com as ideias até agora expostas e com as que pensarão o empilhamento de identidades sociais com marcadores de históricos de opressão e exclusão no Brasil e no mundo.

A meta-intenção dessa proposta é fazer um exercício de abordagem interseccional na análise de dados, não estando circunscrita apenas no campo teórico e político de ação, nem apenas a empilhamentos ou faixas de identidade juvenil, mas uma observação atenta das dinâmicas de poder estabelecidas e apresentadas na discussão dos dados para verificarmos se seu escopo dá sustentação aos objetivos aqui propostos para a construção da nossa ferramenta de análise, a juventude como posição interseccional (JPI).

4.3 SOBRE A INTERSECCIONALIDADE: HISTÓRICO, REVISÃO E PERSPECTIVAS

A interseccionalidade é uma teoria originada nos anos 60 do século XX no sul dos Estados Unidos, tendo, em sua essência, a problematização construída por mulheres negras sobre as mulheres negras no *Black feminist*. Ao longo desses cinquenta anos de teoria, muito foi produzido e organizado. E, como esperado em diversidade de abordagens e perspectivas. O objetivo da seção é trazer um quadro sobre a interseccionalidade em seus principais recortes, amparado pelas autoras que assim o delinearão ao longo do tempo.

Para buscar a lacuna de pesquisa presente na discussão dos usos do conceito de interseccionalidade, buscamos numa revisão de literatura trazer um panorama da produção científica acerca do termo, com intuito de construir uma análise em perspectiva sobre a temática.

A pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes²⁴ acerca do descritor “Interseccionalidade”, mostra 259 trabalhos entre teses e dissertações entre os dados brutos sem o uso de filtros de configuração de resultados. Após aplicarmos o filtro 1- Ciências Humanas para o item: Grande área do conhecimento e simultaneamente o filtro 2 e 3 – Sociologia e Educação, respectivamente, para o item: Área do conhecimento, os resultados apontaram 48 trabalhos. Nos quais, 33 são dissertações e 15 teses produzidos nos últimos 10 anos.

Os trabalhos foram catalogados, lidos e analisados segundo o método FISH/QTR/5SS²⁵, onde seguiu-se o seguinte protocolo de leitura:

- a) Introdução, relevância e hipótese;
- b) Problema de pesquisa;
- c) Ferramentas e métodos;
- d) Resultados e discussão;
- e) Conclusões.

²⁴ Endereço eletrônico: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>

²⁵ FISH: **Field**- campo-: Qual a área do artigo?; **Importance**- importância: Por que é importante?; **S-Supporting data**- dados de sustentação-: principais informações prévias fundamentais para a compreensão do artigo/texto; **Hypothesis**- hipóteses- quais são as ideias apontadas no estudo antes da pesquisa ter sido realizada. **Question**- pergunta: qual é a pergunta que está tentando ser respondida com esse estudo? **Tools**- ferramentas-: quais foram as técnicas e ferramentas utilizadas para responder à pergunta? **Controls**- controle- elementos de controle da metodologia; **Results**- resultados e quais conclusões você pode tirar desse conjunto. **5-SS (5 second summary)**- Resumo em cinco segundos. A ideia sintetizada para apresentação rápida (Keshav, 2007).

Esse protocolo foi seguido para construir uma uniformidade quanto ao procedimento de manipulação do material.

A partir desse processo de leitura e análise, construímos 6 grupos de trabalho, organizados na tabela a seguir que indicam que a tanto com o tipo de trabalho dissertação como no tipo tese, temos uma produção mais expressiva na área de conhecimento Educação.

Tabela 6 – Tipos de trabalho e quantidade localizada

Tipo de trabalho	Número de trabalhos
Dissertação - Educação	13
Dissertação - Ciências Sociais	10
Dissertação - Sociologia	10
Tese - Educação	8
Tese - Ciências Sociais	4
Tese - Sociologia	3

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

Quando organizamos essa informação com o total de trabalhos por área de conhecimento, fica mais nítido esse quantitativo na produção da pós-graduação brasileira nos campos da Educação, Ciências Sociais e Sociologia:

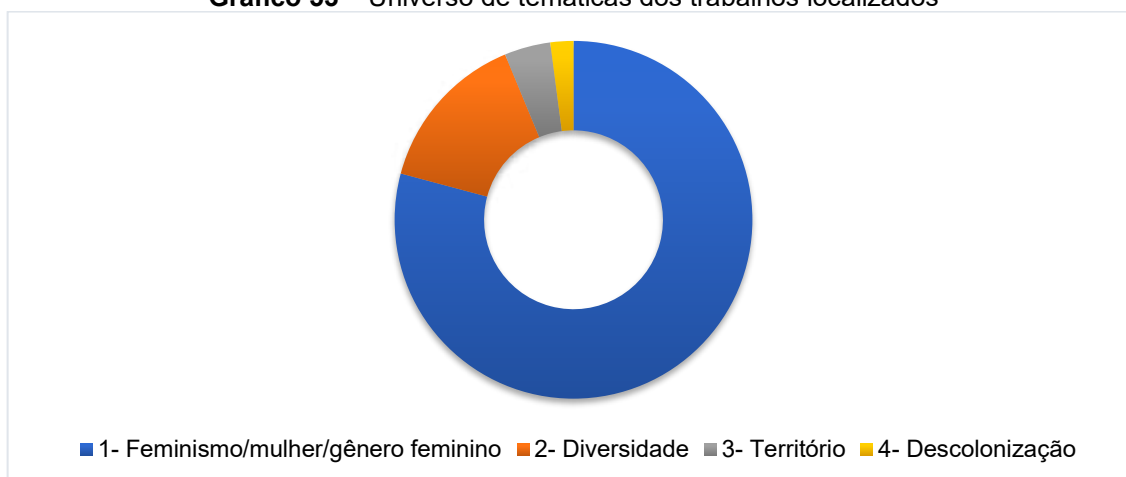
Tabela 7 – Área de conhecimento e número de trabalhos por área de conhecimento

Área de conhecimento	Número de trabalhos por área de conhecimento
Educação	21
Ciências Sociais	14
Sociologia	13

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

A partir das leituras e análises, percebemos que dos 48 trabalhos, 38 poderiam ser agrupados na categoria 1) Feminismo/mulher/gênero feminino; 7 trabalhos pertenciam ao agrupamento 2) Diversidade; 2 trabalhos, ao grupo 3) Território e 1 trabalho com a temática 4) Descolonização.

O gráfico a seguir, nos permite um recurso visual adicional para pensarmos o universo de trabalhos que compõe o uso da interseccionalidade nos últimos dez anos:

Gráfico 53 – Universo de temáticas dos trabalhos localizados

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados brutos da pesquisa no catálogo de teses da Capes.

Escolhemos então a categoria mais expressiva, a 1) Feminismo/mulher/gênero feminino- para aprofundarmos o entendimento sobre o uso do termo “interseccionalidade” na produção científica brasileira.

O referencial teórico, de um ponto de vista histórico da noção de interseccionalidade como abordagem política e teórica -ainda que não tenha nessa altura o nome interseccionalidade que só vai aparecer quase 30 anos mais tarde-, tem origem no sul dos Estados Unidos da América, nos anos 60 do século XX, devido à luta pelos direitos civis dos cidadãos negros estadunidenses. Nessa efervescência de lutas e disputas, o feminismo negro, que tem expressões importantes como Sirma Bilge, Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks e outras autoras, busca na noção do que depois será chamada de interseccionalidade, um campo de luta política, de teoria da ação e uma ferramenta de interpretação das desigualdades múltiplas e justapostas como gênero, classe e raça. No Brasil, Lélia González é precursora não só das perspectivas do feminismo negro, mas somando a realidade afro-latino-americana. A produção interseccional iniciada na segunda metade do século XX era tratada ainda sem um nome que agregasse seu sentido que gênero, raça e classe não operam em separado.

Nesse contexto, elegemos a categoria Feminismo/mulher/gênero feminino para tratar nessa revisão, porque a categoria perfaz 79% de toda produção brasileira de teses e dissertações nos campos da Educação, da Sociologia e das Ciências Sociais, dos últimos anos.

Nessa categoria importante, construímos 10 agrupamentos temáticos, que apresentamos como sub-categorias para o entendimento já descrito. Nessas sub-

categorias, o componente Trabalho é o que tem mais concentração de textos científicos, seguido com empate dos componentes Subjetividades e gênero e Território, como é possível notar na tabela a seguir:

Tabela 8 – Sub-categorias temáticas e número de trabalhos

	Sub-categorias	Número de trabalhos
a)	Trabalho	9
b)	Território	5
c)	Subjetividades e gênero	5
d)	Grupos etários	4
e)	Escolarização/escola/educação	4
f)	Política/militância/ativismo	3
g)	Raça e etnia	2
h)	Privação de liberdade	2
i)	Maternidade	2
j)	Doenças	2

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados brutos da pesquisa no catálogo de teses da Capes.

Pelo conjunto pormenorizado dos trabalhos, vimos que a temática de contexto da pesquisa: trabalho, território e identidade e subjetividades, são as que mais se destacam em número de produções.

A temática trabalho é abordada nas produções de Pereira (2015), Araújo (2016), Euclides (2017), Ferreira (2017), Motta (2017), Rodrigues (2018), Souza (2018a), Vargas (2019) e Silva (2019a). Nesse bloco, os autores apresentam questões pertinentes ao trabalho, modos de trabalho e vida no trabalho em diferentes contextos. Acerca do território, vimos nos trabalhos de Alves (2018), Santos (2018a), Souza (2018b), Silva (2019b) e Susin (2019), discussões profundas e bem instrumentalizadas sobre o território, formas de ocupação e apropriação e direito ao território. Por fim, no tópico identidades e subjetividades, encontramos nas produções de Barbosa (2016), Assunção (2017), Coelho (2018), Nery (2018) e Silva (2018), discussões que têm aderência às temáticas captadas no banco internacional, que descreveremos mais à frente no texto. Vimos aí um ponto de contato quando investigamos a produção a partir do descritor interseccionalidade: as identidades múltiplas/justapostas e as subjetividades são temáticas particulares que estão articuladas com a essência do conceito, como veremos ao longo do texto.

Sobre a escola/escolarização/educação, percebemos nos textos de Patti (2015), Ferreira (2017), Ferreira Nunes (2017) e Bizarria (2019) diferentes trabalhos que contextualizam aspectos da escola, escolarização de sujeitos ou educação de uma perspectiva ampliada. Nesses estudos percebemos latente a questão de um

currículo de perspectiva interseccional para compreender melhor as demandas dos indivíduos sujeitos a diferentes e justapostas formas de opressão por fatores como raça, classe, gênero, como é a tríade original da interseccionalidade. Outro bloco temático que tinha a mesma quantidade de trabalhos que escola e suas variações era grupos etários. Nesse grupo, constatamos a predominância de estudos sobre a juventude, mas também a presença de um trabalho sobre envelhecimento. A produção de Jesus (2015), Arispe (2016), Cintra (2018) e Corsino (2019).

Também visualizamos nos resultados e na análise destes, os trabalhos sobre política e militância em Dutra (2015), Santos (2015) e Conceição (2018); na produção de Santos (2019a) e Cabanillas (2016) sobre raça e etnia um mapeamento e análise de uma realidade brasileira e outra caboverdeana. Nos textos de Candido (2014) e Santos (2019b) uma discussão sobre deficiência/inclusão; sobre violência/privação de liberdade, encontramos produção em Alves (2015) e Rosa (2018) e por fim, uma discussão de maternidade/família para jovens em Santos (2018b) e Lima (2014).

Contudo, resolvemos investigar outra base de dados para realizar uma possível comparação entre os resultados encontrados quando tratamos do descritor “Interseccionalidade” ou *Intersectionality*. A pergunta que motivou um segundo levantamento foi “será que fora do Brasil, o delineamento da temática se dá em um formato diferente? Será que por todo o histórico da interseccionalidade como teoria da ação, os contornos da produção teriam interpretações locais ou poderíamos pensar em linhas gerais mais estruturadas, com características transnacionais em torno da compreensão do tema?”

Para tanto, buscamos na plataforma internacional de pesquisas para a Educação ERIC²⁶, o descritor “*Intersectionality*”, com 634 resultados imediatos. Aplicamos então o filtro buscando os resultados dos últimos 10 anos, desde 2011, obtendo 537 resultados- o que de pronto demonstra que a maior parte dos estudos se concentram neste período. Mas, por ser um termo trabalhado fora oriundo dos Estados Unidos e muito aplicado no Reino Unido e França, resolvemos dar mais passos atrás e investigar a produção dos último 20 anos, desde 2001, encontrando e

²⁶A base de dados ERIC - Education Resources Information Center foi criada em 1966 e é patrocinada pelo Institute of Education Sciences - U.S. Department of Education. A plataforma conta com mais de 11 milhões de usuários e é acessada de 237 países. Possui um tesouro próprio e mais de 1.000 novas publicações são indexadas por mês (Soares, 2020).

trabalhando com 626 resultados. Aplicamos então as etiquetas “Females²⁷” e “Feminism” para ajustar a construção dos resultados, com os filtros usados na base brasileira. Após esse procedimento, encontramos 36 resultados de trabalhos diversos: artigos, teses, dissertações e relatórios de pós-doutoramento.

Uma nota importante, antes de seguir na análise dos resultados, foi a lista dos descritores mais comuns – em número de trabalhos- era “females” (157 trabalhos) e “feminism” (88 trabalhos) e este também foi o crivo para eleger esses filtros como importantes, porque se conectavam diretamente com os resultados brasileiros de uso do termo interseccionalidade associados às terminologias feminismo, feminino e mulher. Os outros descritores que apareciam na lista eram: *foreign countries; race; raciais bias; social justice; gender differences; self-concept; social bias; student attitudes; critical theory.*

Outra nota relevante é que ainda que tratemos de uma base de busca, assim como é o caso no Banco de Teses da Capes, ela é produto de um tempo histórico e de interesses sociais e políticos. Portanto não é neutra. Expressa produções de seu tempo e espaço; e como base desenhada e mantida pelo governo estadunidense (assim como no caso da base brasileira), expressa a produção de sentido alinhada aos valores e objetivos de sua cultura.

Dos 36 resultados produzidos pela base, e ao realizar a leitura segundo o protocolo descrito na primeira base de dados, construímos 17 categorias de assuntos. Num segundo momento, reduzimos as 17 categorias para 10. Isto é, usamos a mesma referência da base brasileira com a eleição de temáticas secundárias que associadas com o tema principal *females* e *feminism*, apontavam os contornos da produção científica em diferentes partes do mundo.

Nos 10 agrupamentos sistemáticos organizados após as leituras e análise do material, podemos perceber que 6 categorias das 10 categorias dispostas da base do catálogo de teses e dissertações da Capes, estavam também presentes no catálogo de produções científicas do ERIC, como é possível ver a seguir:

²⁷ Buscamos ainda pelo descritor “woman” e “women” via Collection e via Thesaurus nos últimos cinco e dez anos. Contudo, não tivemos sucesso na busca por tais termos.

Tabela 9 – Sub-categorias e número de trabalhos na base ERIC

Sub-categorias	Número de trabalhos
Experiências universitárias	11
Escola/escolarização/educação	8
Identidades/Subjetividades	4
Liderança	4
Violência/privação de liberdade	3
Deficiência/Doenças	2
Capitalismo e pós-feminismo	1
Literatura	1
Maternidade/Família	1
Política /justiça social	1

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados brutos da pesquisa no catálogo de teses da Capes.

Ao comparar os dois bancos de produção científica, já percebemos questões comuns e questões bastante díspares sobre a aplicação do conceito de interseccionalidade ou *intersectionality* na literatura desde o ano de 2001. As categorias 1- Subjetividades/Identidade; 2- Escola/escolarização/educação; 3- Política/justiça social; 4- Deficiência/doenças; 5- Violência/privação de liberdade e 6- Maternidade/família; apontam para categorias mais estruturadas, tendo a maior parte em comum comparando a produção brasileira com a internacional. Em outras palavras, num primeiro momento, a resposta para a pergunta que nos levou a investigar um segundo banco, já estava respondida. Sim, existem características comuns das sub-categorias de assuntos quando tratamos do tema interseccionalidade no Brasil e no mundo nos últimos anos de catalogação de material científico.

Contudo, é no contraste que gostaríamos também de nos ater. E isso para uma reflexão mais profunda sobre o sistema educacional do Brasil e como um reflexo disso a produção- em geral- da pós-graduação. Quando compilamos as temáticas que não são comuns aos dois grupos de bases de dados, percebemos um movimento importante quando comparamos Brasil e outros países e esse deslocamento é fundamental para pensarmos em perspectivas interseccionais e transnacionais de abordagens científicas.

No banco de teses da Capes, temos como assuntos secundários mais apresentados na construção dos resultados a seguinte ordem: 1) Trabalho (9); 2) Identidades/Subjetividades (5) e Território (5) e 3) Escola/escolarização/educação (4). Em contrapartida, na base ERIC, a ordem de apresentação dos resultados por número de trabalhos obedecia a ordem: 1) Experiências universitárias (11); 2) Escola/escolarização/educação (8) e 3) Identidades/Subjetividades (4) e Liderança (4). E sublinhamos que os termos trabalho e território sequer se configuram como uma

questão na produção elencada na base ERIC, embora se discuta realidades como Reino Unido (Stockfelt, 2018), Cuba (Fox; Zagumny, 2017), Sul da Ásia (Stride, 2016), Etiópia (White, 2011), África do Sul (Tamboukowsky, 2006), Guatemala (Salazar, 2008) e Filipinas (Öchsner e Murray, 2019), não há uma discussão de primeiro plano sobre território. É como se o território, nesses casos, operasse apenas como contexto, como pano de fundo, ainda que questões complexas tenham sido levantadas.

Nesse sentido, vimos ainda que os seguintes termos, unidos a trabalho e território não são citados da ERIC: grupos etários e raça/etnia. Destacamos que raça tinha um filtro próprio como primeiro tema de análise com 128 trabalhos, mas não constavam nenhum registro de produção que tinha essa componente como tema secundário. Nossa hipótese é que quando os pesquisadores se detêm na análise da interseccionalidade acerca da raça, este tema é sempre tratado em primeiro plano. No banco ERIC- e é também a isso que pretendemos chamar atenção- os termos “university experiences” (experiências universitárias, *em livre tradução*), “leadership” (liderança) e “literature” (literatura) não são mencionados na base de catálogo brasileira e demonstram um debate conectado com esferas de escolarização ligadas ao ensino superior.

Outro ponto de atenção na produção coletada e analisada é o primeiro lugar na classificação de assuntos mais abordados no material: no banco brasileiro- grosso modo- quando falamos de interseccionalidade, a produção se remete às questões do trabalho, vida no trabalho, socialização pelo trabalho e modos de trabalho. No banco internacional, quando falamos de *intersectionality*, a produção se remete às experiências de mulheres nas universidades em diferentes partes do mundo, em termos de currículo, esportes, inovação, trajetória, pós-graduação e ensino como vemos em: White (2011), Rivas (2012), Cueva (2013), Linder (2015), Ro, Loya (2015), Johnson (2017), Stockfelt (2018), Zampini *et al.* (2019), Ockimey (2019), Haynes *et al.* (2020) e Harris (2020). Na produção brasileira, em contrapartida, só encontramos um trabalho que versa sobre experiência universitárias, a tese Maria Simone Euclides (2017), de doutorado em Educação, pela Universidade Federal do Ceará, intitulada “Mulheres negras doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas”.

Dos estudos que apresentam a discussão sobre escola/escolarização/educação, vimos na produção de Tamboukowsky (2006), White (2011), Mahrouse (2016), Stride (2016), Bullock (2018), Lleixà e Nieva (2020),

McPherson (2020) e Vickery e Salinas (2019), uma grande expressão do uso do termo *intersectionality* aplicados também ao ensino, reflexões curriculares e metodologias na escola básica.

Sobre Identidades/subjetividades, encontramos em Slevin (2010), Linder (2015), Angelique e Mulvey (2012) e Fox e Zagumny (2017) debates fundamentais acerca da construção das identidades e das subjetividades a partir de uma lente interseccional. E ainda, sobre o tema que ocupa junto com Identidades/subjetividades o terceiro lugar, liderança. No material de Horsford (2012) e Roland e Agosto (2017) e Lleixà e Nieva (2020), vimos abordagens de formação de líderes comunitárias e a discussão de liderança feminina negra em diferentes espaços: comunidades locais, centros acadêmicos universitários e até mesmo um currículo que estimule mulheres negras a se tornarem líderes de diferentes movimentos.

Uma questão que despertou interesse é a temática LGBTQIAP+ ser apresentada de modo muito parecido entre os dois bancos: articulada com o tema deficiência, mais especificamente, surdez, conforme os estudos de Dunne (2013) e Hernández-Saca e Cannon (2019). Não conseguimos construir uma hipótese para justificar esse movimento. Tratamos como um achado curioso, mas que precisaria de mais atenção e detalhamento no tratamento dessa informação que pode revelar questões de gênero profundas.

Outras produções têm espaço e constroem de maneira robusta suas argumentações como na temática literatura de Vickery e Rodríguez (2021); violência e privação de liberdade, de Salazar (2008); Murphy (2009); Harrington (2019); política e justiça social como em Evans, Domingue e Mitchell (2019); família e maternidade abordada em Few (2007) e capitalismo e pós-feminismo em Öchsner e Murray (2019).

Dessa abordagem densa da leitura, identificação e catalogação dos agrupamentos de assuntos, podemos concluir que: a) a interseccionalidade/*intersectionality* na produção científica brasileira e internacional está ligada diretamente às terminologias de feminismo, gênero feminino e mulher – ainda que não apresente necessariamente o recorte de raça ou classe, como era de se esperar na abordagem interseccional-; b) Com filtros que obedeciam fatores de configuração bastante parecidos, percebemos que o volume da produção não difere em essência das proporções das temáticas tratadas; c) os termos trabalho e território na base brasileira em comparação com os termos experiências universitárias e escola, podem indicar que o processo de socialização por meio da escola no Brasil ainda é bastante

recente, datando da década de 90, do século XX, conforme nos aponta Peregrino (2010), d) os termos liderança e literatura, presentes nas bases internacionais, relacionam-se essencialmente a produção estadunidense, o que pode nos indicar que essas são questões relevantes porque as mulheres – de maioria jovem- se relaciona com esses pontos nesse momento, de acordo com a produção bibliográfica. Isto é, trabalho e território ainda são questões para o Brasil e não para outros países, de acordo com os dados apresentados.

Essa ideia faz sentido quando cruzamos com a análise profunda desenvolvida por Cho, Crenshaw e McCall (2013) no artigo “*Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis*”. A obra objetiva explorar os vários locais da produção interseccional desde sua primeira citação jurídica, num primeiro momento e posteriormente acadêmica, em 1988 até a o início da segunda década dos anos 2000.

Segundo a análise da ampla revisão sistemática conduzida sobre a produção da interseccionalidade/ estudos interseccionais, podemos afirmar que a interseccionalidade é um ponto nodal, um lugar de encontro para investigações abertas sobre as dinâmicas sobrepostas e conflitantes de poder que se localizam em questões de raça, gênero, classe, sexualidade, nação e outras desigualdades sociais. Ou seja, a leitura de cada dinâmica não permite engessamento, uma vez que cada realidade é única. Mais que uma teoria/epistemologia/metodologia centrada no tripé raça, classe e sexo, “a interseccionalidade é uma ferramenta de análise para capturar dinâmicas contextuais de poder” (Cho; Crenshaw; McCall, 2013, p. 5, tradução nossa). Logo, a dinâmica Brasil indica características próprias com a marcação do trabalho e do território e a dinâmica da base internacional aponta questões que demonstram um maior estabelecimento e relações específicas de seus sujeitos de pesquisa quanto ao gênero e a experiência no ensino superior.

Exposto esse ponto, das características das dinâmicas próprias de poder, vale destacar que a interseccionalidade pode operar em diferentes modos de leitura social nas sociedades capitalistas. Cho, Crenshaw e McCall (2013), ainda nesse artigo que ancora um grande aspecto da produção internacional da interseccionalidade, mapeiam três grandes conjuntos de abordagens na produção: o primeiro conjunto de trabalhos disserta sobre as aplicações de uma estrutura interseccional ou investigações da dinâmica interseccional; o segundo, trata dos debates discursivos sobre a interseccionalidade como referencial teórico e metodológico e o terceiro

conjunto, são produções que analisam intervenções políticas sob uma lente interseccional.

Esse trabalho de pesquisa, especificamente, está contido no primeiro conjunto de trabalhos, pois tem como alvo analisar as múltiplas maneiras pelas quais sexo, raça e classe interagem dinamicamente nos grupos de jovens quando olhamos para as instituições de estudos e trabalho nessa fase da vida.

Quando Cho, Crenshaw e McCall (2013), delineiam que a teoria não é o estudo da combinação ou da composição das identidades, pois, se assim fosse, a interseccionalidade estudaria todas as formas de agrupamento e faixas de identidade. Se assim fosse ainda, os estudos sobre uma mulher surda, latina, negra, da classe trabalhadora e sem vínculo formal de trabalho importariam para o campo tanto quanto os estudos sobre um homem surdo, branco, europeu, classe média, com ensino superior. De certo, a relevância do segundo estudo se daria pelo estudo do contraste na relação de poder. A interseccionalidade, na perspectiva categórica a partir do aporte teórico aqui desenhado, não versa apenas sobre as identidades, todas, como iguais. A interseccionalidade, em primeiro lugar é sobre demandas sócio estruturais e, em segundo lugar, sobre relações de poder e não apenas sobre identidade. A lente interseccional olha pela lógica da desigualdade e da diferença, sim, mas aborda estruturas ideológicas, históricas, estruturais e sociais mais amplas. Para além das mulheres negras ou do feminismo negro. É olhar os sujeitos excluídos ou que demandam algum tipo de inclusão e contextualizar suas dinâmicas relacionais múltiplas, mas que para essa pesquisa de tese usamos categorias interrelacionais que demonstram maiores permanências como raça, sexo, classe cruzadas com os grupos de idade dos jovens. Quando observarmos os indivíduos epistêmicos do caso Brasil, ao fim do capítulo, veremos que o ponto de partida para verificar efeito idade, raça, sexo e classe é o *Standpoint* tradicional da abordagem interseccional, a mulher preta. Esse é o grupo controle nesse estudo. Nosso *Standpoint*.

Então, algumas questões se desvelam como ferramentas importantes e até então desconhecidas para nós. Pensar a interseccionalidade como lente analítica para pensar múltiplos fatores que empilhados constroem as dinâmicas sociais dos sujeitos, traz consigo uma nova perspectiva de diálogo na tese.

Agora que trouxemos o que mais recente há na produção em diferentes bancos, apresentaremos um olhar para “trás” na abordagem teórica e metodológica da interseccionalidade.

4.4 OLHANDO PARA TRÁS EM BUSCA DE SENTIDO NO ENTENDIMENTO DOS DADOS DA REVISÃO: ABORDAGEM TEÓRICA DA INTERSECCIONALIDADE

Após essa jornada da construção da revisão de literatura proposta neste capítulo, apresentamos a construção teórica proposta nesse texto que também observa diferentes ângulos do uso e da compreensão do termo interseccionalidade. Trabalhando com autoras que cunharam especificidades na abordagem interseccional, pretende-se delinear as linhas gerais da abordagem das principais precursoras do conceito de interseccionalidade.

Essa tese se situa no campo dos estudos das desigualdades sociais, especialmente educacionais, campo este que tem em Bourdieu um autor importante com todo seu constructo teórico e analítico. Essa tese ainda se localiza num conjunto de textos construído sob uma semelhante dinâmica de orientação há mais de dez anos, desde o mestrado em Educação, Cultura e Comunicação, quando então também trabalhamos em parceria orientadora-orientanda e que temos em Bourdieu um autor-chave na leitura das questões sociais, especialmente relacionadas aos processos de desigualdades educacionais.

Para tanto, iniciamos o trato do material de pesquisa seguindo essa tradição bourdieusiana, mas entendendo seus limites contextuais, históricos e políticos. Em certa altura, recorreremos ao aporte da interseccionalidade como chave de leitura e, mais à frente no texto, após apresentados os limites da abordagem interseccional para nosso objeto aqui definido, trabalharemos a abordagem como suporte para a construção do dispositivo juventude como posição interseccional (JPI) para a leitura de dados de bancos quantitativos.

Na etapa que consideraremos mais bourdieusiana, trabalharemos os conceitos de campo, *habitus* e campo científico em Bourdieu (Catani *et al.*, 2017; Grenfel, 2018) e como esses atravessam algumas questões quando se fala em interseccionalidade, especialmente porque o conceito é uma ferramenta política, de ação social, mas também tem um ponto de vista situado (Hirata, 2014) na academia. A essa altura, nos apoiaremos a interseccionalidade como ferramenta teórica e metodológica de leitura, mas também de apoio para observação de determinados fenômenos e pedra de fundação da construção do dispositivo de leitura proposto no último capítulo dessa tese.

4.5 A TEORIA DE BOURDIEU ESTÁ NO PLANO DAS ABORDAGENS INTERSECCIONAIS?

Os estudos das desigualdades educacionais estão historicamente situados de uma maneira próxima da obra de Bourdieu e autores franceses como Passeron, Dubet, Charlot e outros. Essa tese também está posicionada nesse campo de disputa teórica. Todavia, o exercício da tese é friccionar conceitos e teorias, a partir de um problema de pesquisa. O problema da tese versa sobre uma fotografia da trajetória de jovens no campo dos estudos e do trabalho, a partir de categorias de diferenciação de raça, classe e gênero. Logo, a tese ocupa uma posição no campo dos estudos das desigualdades sociais, sobre os ombros das ideias mais clássicas de espaço social, posição, condição e situação, mas admitindo que os estudos bourdieusianos não cobrem toda proposta aqui descrita.

Para trabalhar com o objetivo aqui construído, desenvolvemos ferramentas próprias no exercício da análise da abordagem interseccional como teoria importante na leitura desses dados armazenados em categorias de diferenciação. Não desprezando as teorias que sustentam as leituras das desigualdades, e destacam as educacionais. Do contrário, o próprio Bourdieu admite suas abordagens como parciais e longe de serem universalistas, como é a natureza das teorias sociais baseadas do campo.

Nas palavras de Arboleya (2013, p. 4) sobre a perspectiva do autor:

Bourdieu trata as perspectivas objetivistas e subjetivistas como análises parciais: a primeira restrita à apreensão do sentido objetivo das práticas sociais; a segunda, limitada à dimensão do simbólico (representações, sentimentos, crenças) projetada pelos agentes. Ambas pecam por não alcançar o sentido do jogo social que, na visão do autor, é dado na relação dialética entre as regularidades objetivas plasmadas nas estruturas (instituições) e essas mesmas estruturas objetivas incorporadas pelos indivíduos.

Então, até a altura da discussão sobre posições sociais, análise bourdieusiana da juventude e ferramentas objetivistas, foi oportuno o trabalho com as ferramentas de Bourdieu. Quando vimos o tripé fixo da geometria proposta com maiores marcadores de permanência social: raça, classe e gênero, vimos que a interseccionalidade era a abordagem teórica que trataria de modo mais aprofundado das desigualdades sociais, preenchendo substancialmente, a lacuna do jogo social

descrita por Arilda Arboleya (2013). Nas páginas seguintes, numa discussão amplitude e profundidade, veremos o quanto a abordagem interseccional, ainda que esgarçada em seus sentidos e aplicações, também demonstra fragilidade operacional quando tratamos de análises de grupos sociais, mas é uma possibilidade analítica com considerável potência. Crenshaw (2011) afirma, inclusive, que a abordagem interseccional não é uma teoria completa ou uma perspectiva padronizada. As teorias bourdieusianas e de abordagem interseccional, por estarem baseadas na construção e reconhecimento do objeto não estão prontas, estão se formando à medida que seus pilares dão conta das questões propostas. Concordamos.

A autora Patrícia Mattos (2011), numa comunicação no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, apresenta as perspectivas alemãs acerca da interseccionalidade a partir da análise de Gabriele Winker e Nina Degele no livro *Intersektionalität: Zur Analyse sozialer Ungleichheiten* (Winker; Degele, 2009). Tendo como base o trabalho de Bourdieu na relação entre agência e estrutura na tentativa de entendimento de categorias de diferenciação das causas mais aprofundadas das desigualdades sociais.

Bourdieu, na análise das autoras alemãs, avança muito com o conceito de *habitus* e sua relação *agência* e *estrutura*. Contudo, sua análise não pode ser lida como interseccional dos três níveis que reproduzem e organizam o processo de dominação social: estruturas sociais, representações simbólicas e identidade. Neste exercício, esticaremos o tecido do *habitus* bourdieusiano, usando as autoras Winker e Degele como suporte de análise de maior completude da realidade social por abraçar esses três níveis de dominação social.

Entendendo que todo processo de dominação é um processo de jogos de relação de poder entre grupos e que esse domínio social tem diferentes âncoras sociais. Ora esse processo de dominação pode estar no campo das estruturas, ora nas representações coletivas acerca de um paradigma e até mesmo no nível da identidade. A perspectiva bourdieusiana nos ajuda a pensar que os três níveis juntos corroboram para um domínio robusto e ancorado em elementos materiais, coletivos e identitários, cobrindo um amplo espectro de agência e estrutura; do individual para o coletivo e o contrário.

A ideia apresentada por Winker e Degele (2007, 2008, 2009) é que para a investigação do eixo estrutura social seja realizada compilação e síntese de quatro categorias: classe, raça, gênero e corpo. Esse tipo de síntese no nível de estrutura foi

pensado para notar como essas categorias predeterminam o acesso ao trabalho, com a produção e reprodução dos critérios de classificação/desclassificação social (Mattos, 2011). Como nível de representação e identidade, pensando nas categorias de diferenciação; trabalhando com o conceito de interseccionalidade para explicar como valores, ideologias, normas e discursos, assim como estruturas e identidades se retroalimentam e influenciam-se endogenamente, sendo estruturantes estruturadoras.

Tendo como base o trabalho de Bourdieu, mas esticando seus limites históricos e sociais, as autoras buscaram “desenvolver pesquisas empíricas que permitam perceber mudanças reais ocorridas nas sociedades contemporâneas a partir da análise das práticas sociais” (Mattos, 2011, p. 3). Nesse sentido, o trabalho das autoras, descrito por Mattos No XV Congresso Brasileiro de Sociologia, é a aplicação teórica no objeto, mediado fundamentalmente pela abordagem bourdieusiana, mas com o apoio da perspectiva interseccional, diante dos limites e contexto da obra de Bourdieu. Dessa forma, o núcleo das análises das autoras alemãs é alicerçado na relação e tensionamento entre agência e estrutura, mas que em certa altura, recorre a abordagem interseccional para uma mais completa análise das estruturas sociais.

As autoras apontam para a limitação do uso de modelos unidimensionais ao analisar a complexidade da realidade. Constatação essa encontrada também na análise do nosso trabalho com a pesquisa ibero-americana. Vimos na análise dos dados que então compunham os elementos fundamentais do relatório do caso Brasil que para alcançar mais profundidade sobre os sujeitos jovens participantes, seria necessário algum tipo de modelo mais complexo e que cruzasse informações que separadas já nos diziam muito, mas que sintetizadas, poderiam nos apresentar um cenário mais detalhado, com marcações de regionalidade, raça, sexo, classe e idade-fracionando o grupo de jovens de 15 a 29 anos- de uma forma que mostrasse a organicidade dos dados, que de alguma forma, apresentasse um rosto, ou vários rostos. Rostos esses que delineariam políticas públicas mais específicas e talvez mais propensas a resultados a curto e médio prazo.

Nesse trabalho, inspiradas em Winker e Degele (2007, 2008, 2009), escolhemos sintetizar também em quatro categorias para a investigação da estrutura social, tendo como primeiro plano os dados da pesquisa no Brasil: classe, raça, gênero e a idade. Entendendo que categorias de diferenciação são múltiplas e voláteis, podem desaparecer e reaparecer com o tempo. Mas, as três primeiras possuem

características de posição, conforme discutimos no capítulo 1. Essas possuem mais elementos de permanência no fluxo do tempo. Circunscritos nesse tempo e espaço, a classe social a que se pertence, a cor de sua pele e o sexo biológico que se nasce são marcadores com mais fixação e que têm mais aderência a enquadramentos com mais ou menos permanências no cenário social. Entretanto, a idade funciona aqui com características também de agência e estrutura, mas no conjunto da idade socialmente atribuída para os jovens, de 15 a 29 anos, vimos uma variável contínua com diferentes desenhos quando seccionamos o grupo de jovens em a) 15 a 17 anos, b) 18 a 20, c) 21 a 24 e d) 25 a 29 anos de idade, um tipo de ordenador legítimo e importante no cruzamento e análise de dados. Mais que isso, vimos a faixa de idade como um eixo comum a diferentes sociedades, especialmente as que estão dentro do eixo capitalista do ocidente.

Nesse conjunto de dados, olhando para o trabalho de Winker e Degele (2007, 2008, 2009), afirmamos que as categorias de diferenciação aqui propostas: classe, raça, gênero e idade são sínteses possíveis de posições para o estudo das estruturas sociais de acesso ao trabalho, escola, composição entre trabalho e escola e afastamento dessas duas instituições primordiais; no nível das representações simbólicas e nas situações sociais juvenis, quando relacionadas às instituições secundárias na vida social, amparadas na relação das categorias entre si, a combinação de elementos simbólicos para as populações que agrupam categorias que historicamente são mais fragilizadas e no campo das identidades, também amparadas pela teoria da interseccionalidade e mais, pela abordagem interseccional como método, pensar em como operam as trajetórias possíveis na transição para a vida adulta e para os processos de construção da identidade desses sujeitos.

Dessa forma, a pesquisa da tese em questão está circunscrita num tempo e espaço onde o estudo das desigualdades sociais ancorado nas classes sociais, divisão social do trabalho, acesso a dispositivos e redes de sociabilidade, renda e trabalho são úteis, mas podem ser ampliados por estudos que carregam a abordagem interseccional como ferramenta de trabalho. As autoras alemãs apresentam que um desafio da abordagem que é desenvolver um conceito e métodos de pesquisa que evitam a sobreposição de categorias de diferenciação, pois cada categoria produz efeitos distintos. E isso vimos se confirmar na análise dos dados. Por isso, inclusive que ousamos apontar o movimento da idade com uma certa autonomia com relação a geometria fixa interseccional, como veremos nos próximos tópicos.

Retomando a pergunta que dá nome a seção, não, a teoria bourdieusiana não está no plano dos estudos interseccionais, mas são um escopo interessante para pensarmos a relação indivíduo e sociedade, códigos de dominação e estratificação das desigualdades, ainda que esgarçemos essas ideias para além da realidade da sociedade francesa do final do século XX. Dito isso, e marcando a diferenciação entre a metodologia praxiológica, método de Bourdieu e a abordagem interseccional, nos dedicaremos na próxima seção a essa última abordagem no plano dos estudos das desigualdades.

4.6 A ABORDAGEM INTERSECCIONAL NO ESTUDO DAS DESIGUALDADES

A questão das políticas sociais focalizadas e universalistas, na perspectiva do capital, das questões de desregulamentação e descentralização e como modelos de estado aparentemente excludentes podem contribuir no debate para as políticas públicas na interface da interseccionalidade; essa temática é abordada nos textos de Oliveira (2005) e Almeida (2011). Nesse contexto, compreender a interseccionalidade, ainda que esse referencial se utilize do conceito como ponto de diálogo sobre a desigualdade com focos em políticas de identidade e grupos e com focos ampliados na questão de trabalho e classe; pode trazer uma construção a produção aqui em andamento.

A interseccionalidade no pensamento feminista e nos marcadores sociais da diferença foram abordados nos trabalhos de Fraser (2006) e Henning (2015). Henning (2015) traz a ideia da sumarização, com uma revisão de literatura e da agência interseccional para compreensão de outra camada da interseccionalidade e do pensamento feminista. Já Fraser (2006), trabalha com identidades de grupo atravessadas pela questão de classe. Ambos os artigos contribuem muito e estabelecem elementos concretos para o debate da interseccionalidade.

Destacamos em Henning (2015), o tratamento “relativo às formas de entrelaçamento entre os marcadores sociais da diferença e seus potenciais decorrentes em termos de desigualdades sociais, assim como táticas de resistência” (Henning, 2015, p. 117), o que se aproxima da perspectiva aqui adotada, embora admita uma separação de ideias e a interseccionalidade tendo como base as identidades.

Continuando o panorama, é na perspectiva de Hirata (2014), que pensamos nas categorias desses marcadores da diferença. E como essas categorias precisam ser vistas como relações sociais. Citando Kergoat (2010) de tradição francesa, Hirata apresenta à crítica a interseccionalidade. Onde a mais expressiva para Hirata é da geometria variável. Para ela, as relações sociais fundamentais a serem pensadas na interseccionalidade devem ser: sexo, classe e raça em toda sua complexidade dinâmica (Hirata, 2014). Concordamos com Hirata e tratamos aqui da interseccionalidade na geometria fixa das relações de raça, classe e sexo na sociedade.

A partir dessa síntese, propomos a reflexão das autoras-referência no tema sobre o que elas nomearam como interseccionalidade e suas nuances nos empregos do termo.

Nesse sentido, embora o conceito de interseccionalidade seja em si um campo, em linhas gerais, como já descrito texto, a interseccionalidade é uma proposição que é construída nas efervescências das lutas sociais pelos direitos civis das pessoas negras no sul dos Estados Unidos, nas décadas de 60 e 70- ainda que recebesse esse nome apenas no final da década de 80, já era real como produção de sentido político e acadêmico. Assim sendo, também um lugar de disputas e de poder, inclusive no campo científico com os tensionamentos internos e externos à teoria.

Mulheres negras estadunidenses, ativistas sociais e acadêmicas se dedicaram a teorizar a crítica das mulheres negras aos feminismos hegemônicos, também situadas em meio a disputas e tensões desde os anos 60, antes mesmo do uso do termo interseccionalidade. Destaca-se, então, que o objetivo era discutir outro formato de feminismo, uma vez que o feminismo das mulheres brancas, visto como hegemônico, não dava conta da grande complexidade envolvida na questão de raça. Mulheres como Kimberlé Crenshaw, Sirma Bilge, Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde e Patricia Hill Collins são estruturantes na discussão de interseccionalidade estadunidense. E ainda Danièle Kergoat no contexto de mulher branca francesa traz bons elementos para o grande cenário interseccional. Cada uma deu sua visão para o conceito, a partir de um eixo cujos pontos de contato podem resumidamente incorporar a não-hierarquização das categorias, por exemplo, ser mulher não é mais importante conceitualmente do que ser negra ou ser pobre, mas a análise justaposta dos multifatores e das multirreferências que compõem a complexidade do real. E

ainda a relação raça-gênero como base elementar para se pensar as formas de opressão.

O conceito de interseccionalidade, nomeado como tal, foi sistematizado pela feminista negra e jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw apresentado ao mundo no artigo publicado em 1989, Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas (Crenshaw, 1989, 1991, 2011; Hirata, 2014; Assis, 2019). Crenshaw trabalha com as interdependências das relações de poder quanto ao sexo, a raça e a classe. Apresenta a interseccionalidade como nome de uma proposta para levar em conta múltiplas fontes de identidade e diferentes e sobrepostas referências. A partir de Crenshaw que a abordagem de raça, classe e gênero como relações de poder ganha um nome e essa denominação impulsiona as epistemologias interseccionais.

Sirma Bilge (2009) trata o conceito como uma teoria transdisciplinar que visa aprender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. Para Bilge (2009), o enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

Angela Davis (2016) apresenta em sua perspectiva interseccional a questão de classe unida à raça como base de suas reflexões teóricas. É relevante citar que Davis (2016), na sua obra anuncia caminhos substanciais para as análises interseccionais. A autora parte da crítica à marginalização da questão racial nos debates feministas e impulsiona o entrecruzamento dos componentes econômico, político e ideológico do modo de produção escravista e capitalista, permitindo compreensões profundas sobre as redes históricas de opressões e subserviência e seus papéis na sustentação de projetos de dominação de classe.

A autora bell hooks traz elementos da estética negra, da transgressão e racismo para pensar identidades e subjetividades na interseccionalidade de seu eixo teórico-epistemológico (Assis, 2019). Uma importante autora e ativista social que é amplamente reconhecida no debate do *Black Feminist* ou feminismo negro e tem sua base na pesquisa com as identidades justapostas e relações de poder.

É importante refletir sobre a necessidade da construção do feminismo negro ou feminismos negros. A pauta do feminismo clássico, branco, europeu/estadunidense estrutura-se no conceito de igualdade civil. Essa igualdade de direitos não atingia as pautas das mulheres negras que precisaram se organizar e lutar pela construção de uma práxis coerente com suas demandas de acesso a direitos humanos essenciais. Um olhar panorâmico sobre o feminismo e o feminismo negro já diz que as matrizes, embora centradas na categoria gênero, são política e civilmente diferentes.

Audre Lorde pertence a esse coletivo de mulheres e extrapola a questão da raça-gênero (Assis, 2019), mote básico da interseccionalidade, ela avança ao trazer o elemento sexualidades e discutir o lugar da mulher negra e lésbica. Um lugar onde a discussão da orientação sexual, a forma como a pessoa se expressa sexualmente, bem como de suas identidades multirreferenciadas e subjetividades são a posição de destaque na discussão.

Patricia Hill Collins está também nesse conjunto de mulheres precursoras e construtoras do conceito de interseccionalidade (Assis, 2019). Hill Collins (2016) desenvolve o conceito de “matriz de dominação” e desenvolver sua teoria do “*Standpoint*”. Ela traz uma visão importante para o campo científico da sociologia porque, aponta, a partir de seus estudos, que o ponto de vista da mulher negra – historicamente marginal- é um ponto privilegiado, pois sua perspectiva não é e nunca será a de quem está no centro ou no topo do sistema e que, com esse ponto, é possível perceber sutilezas e marcações muito relevantes para a compreensão das relações sociais. Um ponto de vista único – da mulher negra- e que demanda estudos para sua compreensão no debate social no que interpretamos como uma posição epistemológica.

Danièle Kergoat, situada na França, como mulher branca, analisa a produção da interseccionalidade na circunscrição do *Black Feminist* e traz a contribuição que considero essencialmente francesa para as análises: a divisão social do trabalho (Hirata; Kergoat, 1993), com a própria discussão de classe (Hirata, 2014), que em muitos sentidos se aproxima com as análises de Crenshaw, Hill Collins e Davis. Contudo, a autora prefere delinear outro nome para a análise de um conjunto de relações e práticas diante da divisão social do trabalho, a consubstancialidade (Kergoat, 2010). Kergoat (2010, p. 93) quis “compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres diante da divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e de origem (Norte/Sul)”.

Admite-se então que a consubstancialidade não é opositora à interseccionalidade, nem ao menos complementar. Ainda que em sua produção mais recente (Kergoat, 2010) tenha tecido críticas ao uso do conceito de interseccionalidade. Nesse contexto, a consubstancialidade é uma situação da interseccionalidade com base no sexo, classe e raça (Hirata, 2014) tratadas não apenas como categorias, mas como relações sociais – historicizando e posicionando-as mais adequadamente-.

No Brasil, Lélia González, ativista, professora, escritora, psicanalista, filósofa e antropóloga fez parte do grupo de fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU), importante instrumento da luta pela igualdade racial, nos anos 70. Lélia foi incansável na luta contra o racismo e a discriminação racial, foi também uma militante da causa feminista, particularmente da mulher negra.

Com seu conceito de amefricanidade (González, 2020; Portela Júnior; Lira, 2022), categoria política e cultural usada por Lélia para representar as questões identitárias específicas de pessoas negras latino-americanas. A categoria incorpora todo um processo histórico, para além do geográfico, de intensa dinâmica cultural que constrói toda uma identidade étnica.

Da América Latina e do Caribe, Lélia constrói um diálogo com o pensamento feminista estadunidense e de demais países americanos. Sua agenda acadêmica envolve a discussão raça, classe e gênero, mas abarca ainda sexualidade, território, política e outras dimensões das desigualdades sociais, a partir do feminismo negro, mas com sua marca autoral própria de experiência afro-latino-americana (González, 2020). Justamente por suas marcas de autoria, González contribui muito com o campo do feminismo negro no Brasil e, mais reconhecidamente, no cenário internacional.

Veremos na operação do caso como questões se consubstancializam nas relações entre escola e trabalho, acerca da concomitância, desancoragem e ancoragem em uma ou outra instituição social, além de trabalhar cuidando de outros, a partir de referências que até são um escândalo dos cenários das reproduções sociais no Brasil em relação a raça, classe e sexo, conforme veremos na aplicação da ferramenta JPI nos dados. Quando virmos a construção do grupo de controle aqui proposto, a partir do referencial da abordagem interseccional, mulher, preta, de 21 a 24 anos, da classe popular, veremos a materialização de uma, nas palavras de Lélia González (2020), amefricanidade que traz consigo faixas de opressão históricas que

constroem (e precisam construir cada vez mais) epistemologias e práticas de intervenção no mundo.

4.7 OLHANDO PARA OS DADOS INTERSECCIONADOS DA PESQUISA IBERO-AMERICANA

Os dados apresentados no capítulo 1, na disposição do caso da pesquisa ibero-americana, trabalhados isoladamente nos oferecem sínteses importantes para analisarmos o panorama das desigualdades de educação e trabalho no Brasil dentre os pesquisados e pensar proposições interseccionais no modo de produção, leitura e análise de resultados de pesquisas quantitativas.

Entretanto, com os dados trabalhados separadamente por sexo, raça, grupo socioeconômico e idade temos os resultados já apresentados. Mas esses resultados são um retrato parado. Com a ferramenta proposta nesse estudo “juventude como posição interseccional” (JPI), iremos construir sínteses a partir da intersecção de dados de sexo, raça, classe e idade. Destacamos que não nos propomos a apenas cruzar matematicamente os dados numa análise combinada, mas a produção sociológica da perspectiva do campo da Educação de sínteses que demonstram produtos diferentes dos resultados trabalhados em separado.

Após construirmos as posições no espaço social a partir da juventude como posição interseccional, discutiremos as disposições e a complexidade do caso.

Recuperando as principais evidências trabalhadas no primeiro capítulo, no universo da pesquisa, seccionados isoladamente por faixa de idade, sexo, raça e classe que: os mais jovens, de 15 a 17 anos, mantêm âncora institucional na escola e os mais velhos, de 25 a 29 anos, ancoragem pelo trabalho; vimos que os grupos intermediários estão em maior disputa entre ancoragens e que também é o grupo que concentra a maior parte da população que não estuda e nem trabalha; homens trabalham mais e mulheres estudam mais, quando tratamos de divisão por sexo biológico, homens buscam mais ativamente por trabalho, quando não estão trabalhando e tem escolhas laborais menos localizadas na vocação e mais no dinheiro e carreira, ao contrário das mulheres. Também vimos que dentre o grupo que não trabalha e não estuda e do grupo que se dedica aos cuidados, seja do lar ou de outras pessoas, há predominância de mulheres sobre homens. Contudo, esses últimos dados se mostram com mais relevo quando olhamos para mulheres negras; que os

pretos trabalham mais do que brancos e pardos e que buscam mais trabalho ativamente, em todas as faixas de idade e estudam menos; e ainda, a classe média/média alta é a que mais combina elementos de dupla ancoragem: estudar e trabalhar concomitantemente, e que à medida que vamos passando os olhos em grupos socioeconômicos de menor poder aquisitivo, a dupla ancoragem vai dando lugar a nenhuma ancoragem institucional, isto é, quanto mais pobres, mais a chance de não estudar e nem trabalhar, o que demonstra que dupla ancoragem necessita de infraestrutura.

4.8 CONSTRUINDO OS DADOS INTERSECCIONAIS

Os dados Brasil da pesquisa Ibero-americana pertinentes ao Brasil contaram com pesquisadores de três universidades brasileiras: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Fomos (orientadora e orientanda, autora e coautora) responsáveis pela análise, tratamento de dados e escrita do capítulo 5 “Escola e Trabalho”, onde investigamos os processos de escolarização e vínculos de trabalho de jovens brasileiros. As questões respondidas nessa seção de pesquisa foram: 1- Ocupação principal, 2- Por que você deixou de estudar? 3- Por que você continua estudando? 4- Qual ramo ou área de estudos você gostaria de seguir? 5- Por qual motivo (ou motivos) você elegeu esta(s) carreira(s) ou campo de estudos/formação? 6- Em qual ramo ou área de estudos você se encontra? 7- Por quais motivos você elegeu esse tipo de formação? 8- Em que medida você considera que sua escola está preparando você? 9- Qual é o principal motivo que você trabalha ou gostaria de trabalhar? 10- No momento de escolher um trabalho, o que é mais importante para você?

Na construção dos dados, trabalhamos a temática Ocupação para analisar aspectos relacionados a escola e trabalho segundo sexo, faixa etária e grupo socioeconômico (Peregrino; Prata, 2021). As evidências foram apresentadas primeiro por sexo- entre mulheres e homens-, em seguida por faixa etária- 15 a 17 anos, 18 a 20, 21 a 24 e 25 a 29 anos de idade-, e por último, por grupo socioeconômico (GSE) – alto/médio alto, médio, médio-baixo, baixo e pobreza; em todas as nove perguntas que seguem após a descrição da ocupação principal.

Com esses resultados Brasil discutidos no capítulo 2, é notório o quanto são evidências legítimas que dialogam com um sem-número de pesquisas no Brasil e no exterior. Contudo, são evidências separadas por sexo, idade e GSE. Dessa forma, trabalhar nesses dados forneceu amplitude para pensar outras possibilidades analíticas, da qual destacamos: e se cruzássemos esses dados? O que desvelariam os resultados? O Relatório Juventudes do Brasil (2021) deveria ser composto de um conteúdo determinado, segundo uma metodologia acordada, mas essa pesquisa aqui apresentada poderia ter seus próprios regulamentos e modos de apresentação do caso. Para essa pesquisa, descrita nessa tese, a intenção era trabalhar com uma abordagem interseccional dos dados da base da pesquisa Ibero-americana.

Nesse sentido, ao escolher trabalhar com a mesma pesquisa ibero-americana, mas com outros cruzamentos, seria possível construir um quadro de uma abordagem com múltiplas variáveis cruzadas. Dessa maneira, escolhemos tratar com o ponto um do eixo escola e trabalho, que é a ocupação principal. Cruzamos dados de sexo, faixa de idade e GSE e acrescentamos a categoria raça.

Para viabilizar a leitura, a análise de dados, foram necessários agrupamentos de categorias presentes na pesquisa original. Descendo aos detalhes, iniciaremos as explicações pelas categorias fixas, depois pela categoria variável e pelo conjunto das opções de resposta dos jovens brasileiros acerca da primeira questão: ocupação principal.

O objetivo dessa operação para a pesquisa foi correlatar os dados de sexo, raça, GSE e idade sobre sua vinculação institucional, por meio da análise da questão ocupação principal do relatório. A intersecção desses dados pode permitir a composição de um cenário mais completo e singular. Saber características gerais de jovens mulheres e homens é relevante, mas propomos aqui uma intersecção na construção de perfis acerca de mulheres brancas, pretas e pardas, assim como homens brancos, pretos e pardos, das faixas de 15 a 17, 18 a 20, 21 a 24, 25 a 29, das classes baixa, média e alta. Quem trabalha? Quem estuda? Quem não trabalha e nem estuda? Quem combina estudos e trabalho? Quem cuida de familiares? Informações mais localizadas podem gerar dados mais específicos para ações focalizadas.

Quando construímos a primeira organização de resultados, foram 240 grupos de análise trabalhando com 2 vetores para sexo: homem e mulher, 6 faixas para raça: branca, preta, parda, indígena, amarela e outras, 5 faixas de GSE: alto/médio alto,

médio, médio-baixo, baixo e pobreza e 4 faixas para idade: 15 a 17, 18 a 20, 21 a 24 e 25 a 29 anos. Concordamos em agregar as faixas de raça e GSE, as maiores, para organizar e categorizar em grupos que não ocupassem centenas de possibilidades, mas que mantivesse a integridade dos dados. Ajuntamos as 6 faixas de raça para apenas 3: branca, preta e parda e agrupamos as 5 faixas de GSE em 3: mantivemos a faixa alto/médio alto, unimos as faixas médio e médio-baixo e a chamamos de médio e unimos as faixas baixo e pobreza e chamamos de baixo. Esse ajuntamento nos permitiu chegar nos 72 grupos analisados, com 2 vetores para sexo, 3 faixas para raça, 4 faixas para idade e 3 faixas para GSE.

Com mais detalhes, categoria sexo continuou como a original, pois não seria possível captar variações de gênero, identidade de gênero e orientação sexual pelos limites da pesquisa. Logo, tivemos que trabalhar com o binarismo homem e mulher, conforme o trabalho publicado no relatório Pesquisa Juventudes no Brasil (Carrano, 2021).

A categoria raça, ou cor da pele, que originalmente admitia: branca, preta, parda, amarela, indígena e outra raça, foi reduzida na organização tabela para: branca, preta e parda, maiores percentuais de resposta, onde se localizava apenas 2 autodeclarados indígenas e 1 autodeclarado outra raça.

Na categoria grupo socioeconômico, precisamos fazer sínteses para viabilidade dos dados. Originalmente, a pesquisa apresentou 5 faixas de grupos socioeconômicos: a) alto/médio alto, b) médio, c) médio-baixo, d) baixo e e) pobreza, mas para fins de agrupamento e legibilidade das informações, mantivemos a faixa alto/médio alto, unimos as faixas médio e médio-baixo e a chamamos de médio e unimos as faixas baixo e pobreza e chamamos de baixo. Logo, trabalhamos apenas com alto, médio e baixo.

Optamos pela manutenção dos coortes de idade, por esses se estruturarem como variável contínua no estudo e ainda que sua redução ou agrupamento, colocaria em risco a integridade da análise e do argumento de seccionamentos por faixa de idade, longamente explorado na análise da pesquisa.

Extraímos os dados do programa SPSS para o Excel²⁸ e organizamos diferentes tabelas separadas até construirmos uma tabela geral, já com os dados assentados para uma análise interseccional presente no apêndice que analisa

²⁸O Excel é um software de planilhas eletrônicas. Ou seja, é um programa que utiliza tabelas para realizar cálculos ou apresentar dados.

primeiro os homens por raça, coorte de idade e classe social e depois as mulheres, seus resultados são indicados em percentagens gerais para o grupo analisado.

Dito isso, apresentamos os 72 grupos de jovens interseccionados por sexo, raça, grupo socioeconômico e idade com relação a sua vinculação com trabalho e estudo, a partir da questão “ocupação principal”. Em tempo, precisamos explicar que as 11 opções de resposta para esse item do questionário, que originalmente, em livre tradução, é: Qual sua principal ocupação? Tem como possibilidades de marcação originária: Apenas estudo; Principalmente estudo e faço algum trabalho; Principalmente trabalho e também estudo; Trabalho; Estou buscando ativamente trabalho; Não estudo e nem trabalho; Principalmente cuidado de outros; Dono(a) de casa e outros.

Mantivemos a opção original de resposta para os que apenas estudavam no momento da coleta, em 2019; unimos os tópicos Principalmente estudo e faço algum trabalho; *Principalmente trabalho e também estudo* e o chamamos de estuda e trabalha; unimos os tópicos Trabalho; Estou buscando ativamente trabalho e o chamamos de trabalho, apoiados no referencial de Corrochano (Breschigliari, 2005) que diz que buscar trabalho pode ser considerado como atividade de trabalho, especialmente no Brasil; mantivemos Não estudo e nem trabalho e unimos Principalmente cuidado de outros; Dono(a) de casa e outros como o grupo de cuidados.

Dessa maneira, agrupamos os 11 marcadores de resposta ao item em 5 opções de experiência institucional: só estuda, só trabalha, não estuda e nem trabalha, estuda e trabalha e cuidados.

No apêndice C, encaminhamos a tabela produzida para a análise das sínteses dos grupos. A forma de leitura foi discutida e reelaborada algumas vezes para nitidez na compreensão. Na coluna da esquerda, separação entre homens e mulheres, da esquerda para a direita, o item cor/raça, iniciando com branco, preto e em seguida pardo, obedecendo a mesma sequência para mulheres. Avançando a direita, a variável idade seccionada por faixas previstas no estudo e por fim, no conjunto das categorias analisadas, GSE, que opera aqui como fator classe social.

No conjunto das respostas ao item, vimos as cinco opções demarcadas pelos percentuais correspondentes no universo de cada grupo de pesquisa, bem como seus totais parciais e gerais. Os dados gerais por sexo, raça, idade, classe e variação de ocupação estão no apêndice C da tese.

Após a aplicação da JPI ($JPI = i(a+b+c)$) - idade ordenando a soma de raça, classe e sexo, pudemos observar o produto dos resultados dos 72 grupos de análise (descritas no apêndice). Pudemos ver nas duas pontas extremas, a mediação do vínculo institucional num tipo de escala de gradação do vínculo dos jovens respondentes, estando numa ponta do espectro a mesma categoria mostrada enquanto os dados eram trabalhados isoladamente, homem, branco, classe alta, de 25 a 29 anos e na outra ponta, também o mesmo grupo com menor acesso a vinculação, mulher, preta, classe baixa, de 21 a 24 anos. O dado interessante é que o grupo de maior vínculo tem sua ancoragem totalmente vinculada ao trabalho, demonstrando um processo de transição mediada pelo trabalho como instituição de transição para a vida adulta, enquanto no grupo de menor acesso, não havia nenhuma ancoragem de vínculo. Ou seja, as mulheres pretas- em número maior que os outros grupos- não estudavam e nem trabalhavam no período da coleta.

Olhando para esse último grupo, vimos que ao contrário dos homens brancos mais ricos, quando olhamos para o efeito idade, essas mulheres pretas, pobres no grupo mais velhos, de 25 a 29 anos, têm vínculo de apenas trabalho seguido pelos cuidados com o lar ou com outras pessoas, corroborando com os estudos de Hirata (2016) sobre as trabalhadoras de cuidados. Isto é, o próprio processo de transição para a vida adulta é diferente entre mulheres e homens, mas substancialmente distinto quando descobrimos quem é de fato esta mulher, pelos dados interseccionados.

Para um panorama analítico, resolvemos trabalhar com a caracterização de 12 grupos gerais como unidades comparáveis, a partir do nosso *Standpoint*: mulher, preta, classe baixa, de 21 a 24 anos, conforme já justificamos anteriormente. Esse *Standpoint* operou como grupo controle para verificar o que estamos chamando de efeito idade, isto é, o efeito faixa de idade como marcação principal no olhar dos dados interseccionados; o efeito raça; o efeito sexo e por fim, o efeito classe social. Fechando essa proposta analítica, efetuamos uma breve síntese sobre os grupos de contraste no espectro da análise.

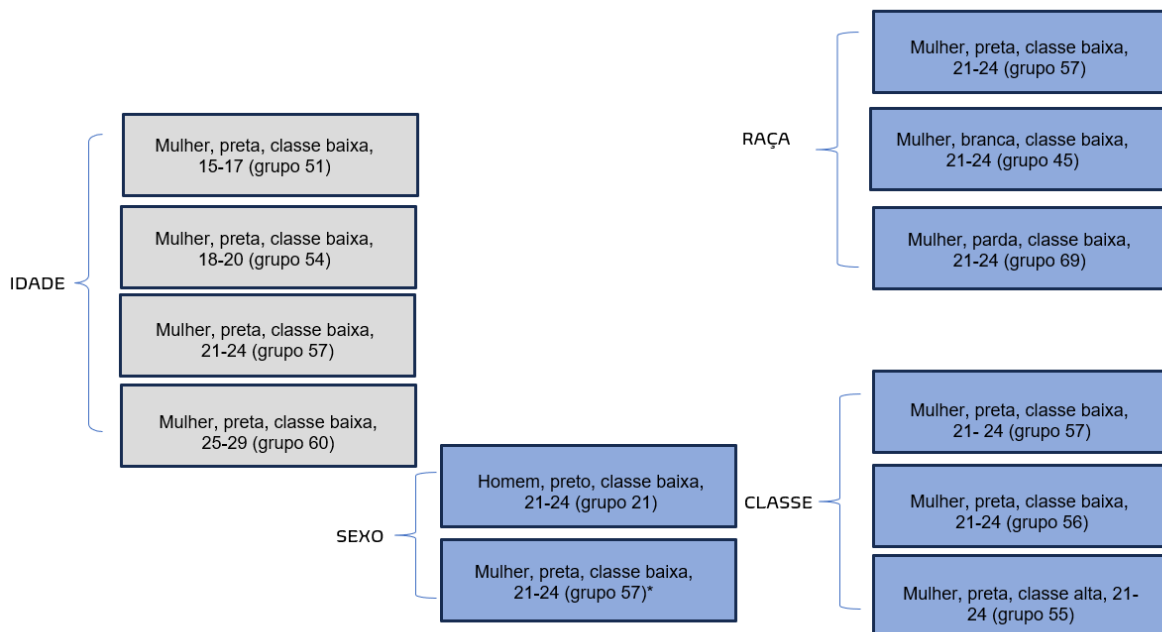
Em seguida, ampliamos de 12 para 14 os grupos, incluindo brancos ricos para contraste social. Determinamos verificar os efeitos de: a) idade; b) raça; c) sexo e por último, d) classe social/grupos socioeconômicos (GSE), com o objetivo maior de captar as variações de ocupação/vínculo institucional entre os grupos, num exercício direto de operação da juventude como posição interseccional.

Como marcador inicial já dissemos que escolhemos o grupo mais precarizado para operar como coeficiente de comparação: mulher, preta, classe baixa, 21 a 24 anos de idade. Para verificar o efeito idade, trabalhamos com os grupos: Mulher, preta, classe baixa, 15 a 17 anos (grupo 51), Mulher, preta, classe baixa, 18 a 20 anos (grupo 54), Mulher, preta, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 57) e Mulher, preta, classe baixa, 25 a 29 anos (grupo 60).

Para trabalharmos com o efeito raça, usamos o mesmo grupo coeficiente de comparação: mulher, preta, classe baixa, 21 a 24 anos de idade, com os grupos: Mulher, branca, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 45) e Mulher, parda, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 69). Destacamos que selecionamos primeiro o ordenador de idade comum: 21 a 24 anos, intermediário 2, por ser o grupo com maior potencial de disputa.

Para verificarmos o efeito sexo, usamos o grupo de controle e o grupo: Homem, preto, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 21), ambos a partir do ordenador idade intermediário 2. E para desvelar o efeito classe social, além do grupo de controle, trabalhamos com os grupos: Mulher, preta, classe média, 21 a 24 anos (grupo 56) e Mulher, preta, classe alta, 21 a 24 anos (grupo 55), com o mesmo ordenador de idade.

Figura 12 – Diagrama de seleção dos grupos para verificação de efeitos



* Para comparação, incluímos depois no efeito sexo homens e mulheres brancos de classe alta e 21 a 24 anos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para nos aprofundarmos nos resultados, apresentaremos gradualmente.

4.9 PARA VERIFICAR O EFEITO IDADE

4.9.1 Mulher, preta, classe baixa, 15 a 17 anos (grupo 51)

Essas adolescentes negras têm vinculação direta com a escola, como é de se esperar nessa fase da vida para todos os grupos analisados no caso Brasil – em maior ou menor intensidade-, mas quando comparadas com brancas e pardas, são as que mais combinam trabalho com estudos, apresentando mais casos de dupla ancoragem.

Recuperemos as evidências do caso Brasil antes da intersecção quando vimos que para os 22% das classes populares, estudar e trabalhar era anúncio de abandono escolar entre esse grupo. Mais tarde, veremos o quanto a combinação trabalho com estudos é interessante para a construção das evidências. Cabe destacar nessa altura, que o tipo de trabalho é o que de fato vai classificar a experiência de vínculos institucionais. Isto é, trabalhos extenuantes e precarizados vão indicar presença sim de vínculo, mas um tipo mais frágil e que a curto prazo, retira essa adolescente da escola. Do contrário, tipos de trabalho com menos horas, como estágios e programas de aprendiz, mostram resultados interessantes e de vinculação

4.9.2 Mulher, preta, classe baixa, 18 a 20 anos (grupo 54)

Esse grupo se localiza no coorte dos intermediários 1 e esse já é um indicativo de maior potencial de fragilidade, mas uma tendência em seguir o grupo 51. Esse conjunto jovem tem distribuição dentre as cinco opções de resposta, mas apresenta mais caracterização de ancoragem através do trabalho, que conjuga ter uma ocupação e a busca ativa por uma. Destacando que não mapeamos o tipo de trabalho dada a envergadura do estudo, mas nossa hipótese, observando o relatório geral da Ibero-américa é que essa mulher jovem tenha acesso a um nível educativo baixo e conseqüentemente, trabalhos com poucas proteções sociais.

4.9.3 Mulher, preta, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 57)

Esse grupo nos lembra o *Standpoint* original, antes dos dados serem interseccionados e vimos as sínteses da pesquisa. Esse conjunto de jovens é o que

apresenta índices de maior vulnerabilidade ante os vínculos de ancoragem na escola e no trabalho. Predominantemente, as mulheres desse grupo não estudam e não trabalham- quase 80%. Um percentual alarmante quando pensamos nesse conjunto das jovens.

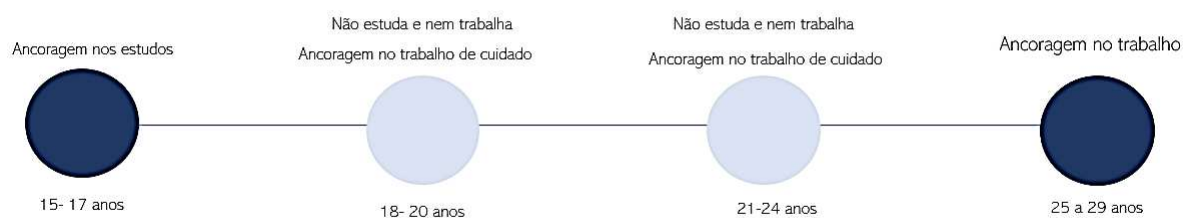
4.9.4 Mulher, preta, classe baixa, 25 a 29 anos (grupo 60)

Essas mulheres mais velhas principalmente trabalham e têm sua ancoragem disposta no trabalho (55%), seguida do trabalho de cuidados (33%). O que sustenta a evidência forte que o efeito idade é crítico inclusive quando tratamos de grupos historicamente mais vulneráveis em diferentes sociedades. Isto é, a agudização da crise de vinculação de ocupação por ancoragem no Brasil está marcada por raça, classe, sexo, e, sobretudo, nos grupos semelhantes, por idade. Essa variável caminha de maneira independente em certo sentido.

Dessa maneira, com relação ao efeito idade, a Mulher, preta, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 57), é o grupo com mais fragilidade por não possuir em números absolutos vínculos de ancoragem no trabalho e na escola. Esse dado conversa com todo o referencial teórico da abordagem interseccional e já era um produto antecipado quando olhamos para os dados isoladamente.

E para observar o efeito idade apenas em mulheres de classe baixa, temos a imagem abaixo, onde vemos que nas extremidades dos grupos de idade, há o amparo dos vínculos institucionais, mas para os grupos intermediários, essa vinculação ou ancoragem é mais diluída.

Figura 13 – Efeito idade entre mulheres pretas de classe baixa

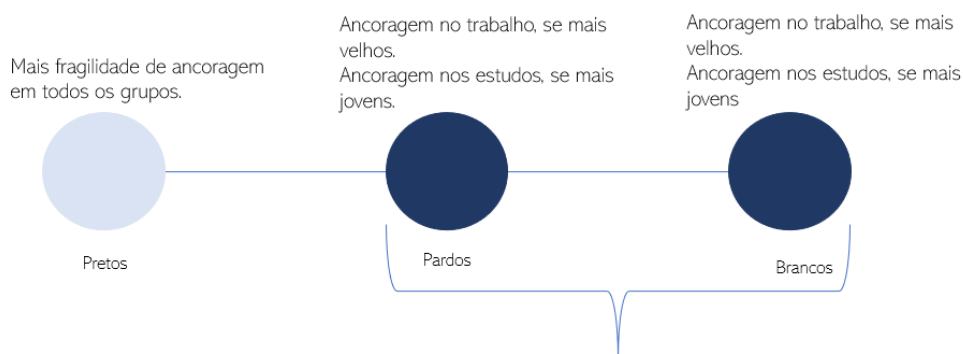


Fonte: Elaborado pela autora.

4.10 PARA VERIFICAR O EFEITO RAÇA

No efeito raça geral, podemos sintetizar na ilustração a seguir:

Figura 14 – Efeito raça- geral



Fonte: Elaborado pela autora.

4.10.1 Mulher, preta, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 57)

Esse grupo, conforme já discutimos, é o que apresenta índices de maior vulnerabilidade. As mulheres desse grupo predominantemente não estudam e não trabalham- 80%, seguidas de ancoragem por engajamento no trabalho (20%) e se encontram na periferia das análises quando comparamos os perfis sociais.

4.10.2 Mulher, branca, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 45)

De todo o grupo de mulheres, brancas, pobres, intermediárias 2, 35% não estuda e não trabalha, mas sua ancoragem essencial se dá amplamente no trabalho (60%) e 15% de ancoragem apenas nos estudos.

4.10.3 Mulher, parda, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 69)

Enquanto isso, a mulher parda, quando olhamos para o efeito raça, vemos que ela é a que mais se ocupa do trabalho de cuidados, com 45% do total, ainda que

pontue percentis iguais na ancoragem trabalho, com 24% e não estuda e nem trabalha, com 24%.

Dessa maneira, com relação ao efeito raça-sexo, a Mulher, preta, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 57), é o grupo com mais fragilidade por não possuir ancoragem no trabalho e na escola e a mulher parda, se ocupa do trabalho de cuidados, seja do lar ou de outras pessoas da família, enquanto mulheres brancas pobres pontuam na categoria de trabalhadoras apenas, sem essa referência de precariedade de trabalho. Vimos assim uma gradação de prestígio entre as mulheres no efeito raça: pretas não possuem vínculos, pardas, vínculos fragilizados e brancas, os melhores vínculos de trabalho, mesmo considerando busca por trabalho como índice da categoria trabalho e não discriminando que tipo de trabalho elas desempenham.

Quando olhamos para as mulheres brancas e pretas com dados interseccionados de raça, vimos duas pontas do mesmo espectro que mostra que numa mesma classe social, sexo e idade, o fato de ser preta faz que haja menor vínculo com as instituições fundamentais de estudo e trabalho, como podemos ver:

Figura 15 – Efeito raça entre mulheres pretas e mulheres brancas, classe baixa, 21 a 24 anos



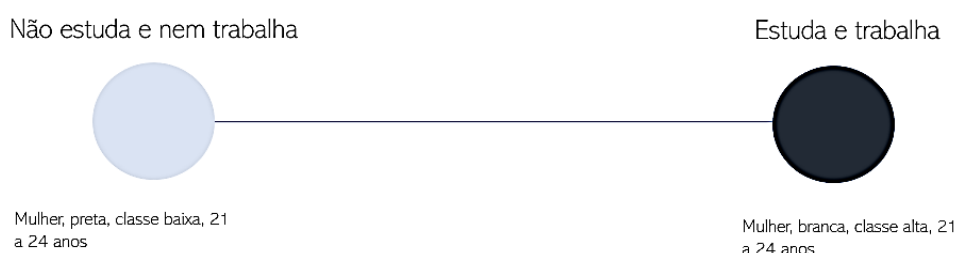
Fonte: Elaborado pela autora.

E se observarmos o grafo que indica dados de vinculação institucional, chegaremos a um leque de variações de ocupação entre as mulheres mais pobres:

Figura 16 – Efeito raça entre mulheres pretas, pardas e brancas

Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo como as extremidades de vinculação dois grupos específicos, a mulher preta, classe baixa – que não estuda e nem trabalha, em 80%-, e a mulher, branca, classe alta – que estuda e trabalho, em 50%:

Figura 17 – Efeito raça e classe entre mulheres de 21 a 24 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

Isto é, se organizássemos num gráfico de quadrantes, a mulher que não estuda e nem trabalha que é preta, classe baixa, 21 a 24 anos estaria numa ponta e em seu oposto, a população que conjuga dois vínculos, duas ancoragens institucionais de estudo e trabalho: mulher, branca, classe alta, 21 a 24 anos. Faremos isso adiante na representação das posições pelas sínteses interseccionadas no espaço social.

4.11 PARA VERIFICAR O EFEITO SEXO

Quando observamos o efeito sexo, de imediato já construímos uma afirmação que viemos trabalhando, mas ainda não tínhamos explicitado: as variações de ocupação no caso Brasil se dão muito mais entre mulheres do que entre homens.

Mulheres estão nas disputas de vínculo de engajamento institucional por ancoragem, enquanto homens são estáveis na ancoragem trabalho, ainda que sejam diferentes tipos de trabalho dependendo da raça e da classe social. Entre essa variação nas mulheres, esse fenômeno é adicionado de mais um vetor para a construção desse *Standpoint*, a idade.

No efeito sexo, geral, podemos sintetizar na seguinte ilustração:

Figura 18 – Efeito sexo- geral



Fonte: Elaborado pela autora.

4.11.1 Homem, preto, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 21) e Mulher, preta, classe baixa, 21 a 24 anos (grupo 57)

Quando olhamos para o efeito sexo, analisando as mesmas características interseccionadas de raça, GSE e faixa de idade, vimos que os homens têm sua ancoragem estabelecida no trabalho (100%). Destacamos uma importante questão: homens pretos estão ancorados no trabalho, mas a maior parte dessa ancoragem, na verdade, é na busca ativa por trabalho. Nos deparamos com esse problema porque exercício de trabalho e busca de trabalho, ainda que tenham sido agrupados, amparados numa literatura específica, para homens brancos e pretos, essencialmente, essa categoria geral “trabalho”, tem, de fato, com os brancos, o exercício do trabalho e para os pretos, a busca ativa por trabalho.

Nesse sentido, vimos que o efeito sexo, quando comparamos mulheres e homens demonstra nitidamente a tipagem de situação social, de experimentação da condição social através dos vínculos estabelecidos. Sendo para homens mais estruturados no trabalho e para mulheres mais risco de não ter nenhuma vinculação, o que demonstra que a faixa intermediária é um grupo de fronteira em disputa sim,

mas que essa fronteira tem uma identidade social marcada por sexo, cor e classe social.

E quando olhamos para homens pretos e mulheres pretas de mesma idade e classe, percebemos que os homens também estão ancorados no trabalho, como os brancos de classe média e os ricos, mas é o tipo e o exercício do trabalho que pode classificar melhor esse índice. Enquanto, mulheres do mesmo grupo social não tem sequer um vínculo em números expressivos.

Figura 19 – Efeito sexo entre homens pretos e mulheres pretas



Fonte: Elaborado pela autora.

O efeito sexo entre homens e mulheres da classe alta indicam um fenômeno interessante para o estudo. No grupo dos mais ricos, ambos mantem ancoragem institucional, mas mulheres combinam mais estudos e trabalho em suas variações de ocupação, dentre os intermediários de 21 a 24 anos de idade.

Figura 20 – Efeito sexo entre homens brancos e mulheres brancas

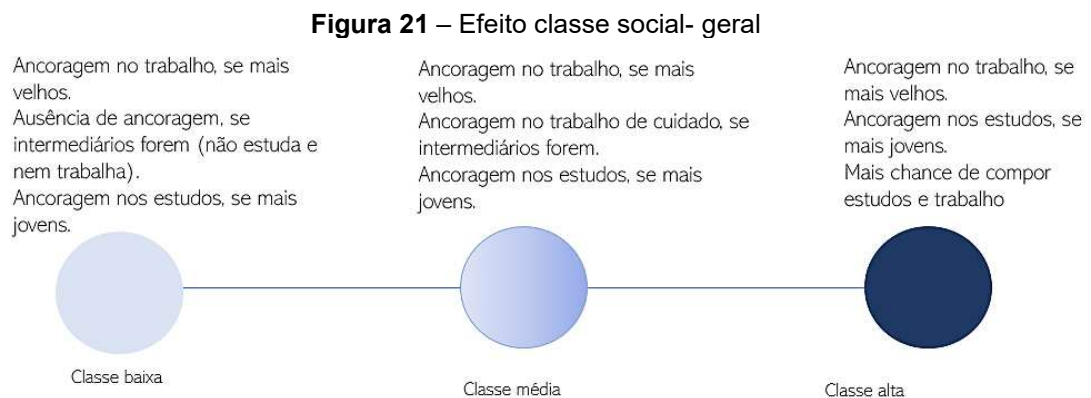


Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os que estudam e trabalham, concomitantemente, temos predominância entre as mulheres. Enquanto homens, em geral, estão ancorados no trabalho. Destaca-se que a classe social determina, para brancos, a possibilidade de nível de estudos e o tipo de trabalho que se exerce. Para pardos e negros, classe e quanto escura é sua pele, através da faixa raça.

4.12 PARA VERIFICAR O EFEITO CLASSE SOCIAL

No efeito classe social, ou melhor, GSE, de maneira geral, podemos sintetizar na ilustração a seguir, acerca das ancoragens e vínculos institucionais.



Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo a classe como um dos maiores marcadores na realidade brasileira, dada nossa história e contextos de profundas desigualdades, podemos ver a tendência geral de quanto mais rico, mais possibilidades de serem constituídas ancoragens institucionais. E quanto mais pobres, menor é essa possibilidade. Para mais detalhes, observamos entre as jovens mulheres pretas de diferentes estratos sociais:

4.12.1 Mulher, preta, classe média, 21 a 24 anos (grupo 56)

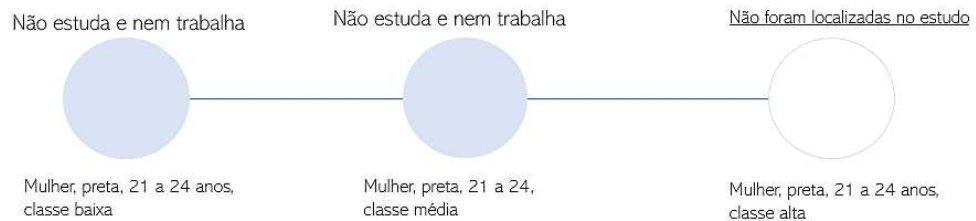
Esse grupo de análise, 56, demonstra características muito parecidas com o grupo mais vulnerável, 57. Isso pode indicar que o efeito raça-sexo para o grupo intermediário abrange questões que atravessam, inclusive as classes sociais no Brasil, algo que nos causou surpresa no tratamento dos dados. Nesse grupo

encontramos mulheres em alto número que não estudam e não trabalham (42%), mesmo sendo classe média, com condições sociais mais favoráveis. 28% de mulheres que apenas estudam e 28% de mulheres que apenas trabalham.

4.12.2 Mulher, preta, classe alta, 21 a 24 anos (grupo 55)

O efeito citado acima pode ser confirmado pelo fato de não possuir respondentes no grupo 55. Não foram localizadas mulheres que estivessem na faixa intermediária que fossem pretas e mais ricas. Nem de 15 a 17 e 18 a 20 anos. Na faixa de idade de 25 a 29 anos, identificamos uma mulher negra de classe alta, mas essa também não estudava e nem trabalhava, sendo, portanto, desancorada nos seus vínculos de engajamento institucional. Esse resultado pelo ser visualizado pela imagem a seguir:

Figura 22 – Efeito classe entre mulheres pretas



Fonte: Elaborado pela autora.

Pensando no contraste entre os dois extremos de abordagem vimos: Mulher, branca, classe alta, 21 a 24 anos (grupo 43) e Homem, branco, classe alta, 25 a 29 anos (grupo 10), conforme podemos observar na seção a seguir.

4.13 PARA OLHAR O CONTRASTE

Contrastando mulher e homem e as faixas de idade mais velhas, pudemos ver que:

4.13.1 Mulher, branca, classe alta, 21 a 24 anos (grupo 43)

Tem ancoragem nos estudos e no trabalho, seguida de só trabalha e só estuda não havendo nenhuma entrevistada desse grupo que não estudasse e nem trabalhasse.

4.13.2 Homem, branco, classe alta, 25 a 29 anos (grupo 10)

Enquanto neste grupo, a ancoragem está estabelecida no trabalho, não havendo sequer algum indivíduo que não estuda e nem trabalha, numa linha de transição para a vida adulta bem ajustada às análises de classe da sociologia da juventude que colocam às gerações de jovens diminuídas em seu valor intrínseco quando comparadas às desigualdades entre as classes sociais em diferentes partes do mundo capitalista ocidental. Muito possivelmente esses jovens homens tiveram seu período de moratória concluído de forma mais ou menos linear e subsidiada por percorrerem trajetória de inscrição social disponíveis e facilitadas por sua condição social de sujeito abastado, pensando aqui na análise de Peregrino (2011).

Logo, chegamos a um conjunto de variações de ocupação, no grupo de mulheres (uma vez que entre os homens não há variação, mas outra tipagem de trabalho conforme o GSE e raça e ainda, comparar homens e mulheres é uma medida complexa numa sociedade com disparidade de gênero, como a nossa). No conjunto das mulheres intermediárias 2, encontramos quatro principais variações de ocupação cartografadas no caso Brasil pesquisa ibero-americana: 1- não estuda e nem trabalha; 2- cuidados; 3- trabalha e 4- estuda e trabalha. Esse espectro vai de total desvinculação para dupla ancoragem institucional. Faz parte, em maioria numérica do grupo 1- Mulher, preta, classe baixa, 21 a 24; do grupo 2- Mulher, parda, classe baixa, 21 a 24 anos; do grupo 3- Mulher, branca, classe baixa, 21 a 24 anos e do grupo 4- Mulher, branca, classe alta, 21 a 24 anos de idade.

Cada conjunto de dados interseccionados que acabam montando um perfil de jovem brasileiro por idade, sexo, raça e classe. Chamamos cada conjunto desse de “indivíduo epistêmico” como em Bourdieu (1983), quando o autor diz que o indivíduo epistêmico é metodicamente construído pela ciência, “graças a seleção e à construção de certo número de variáveis dotadas de uma grande densidade informativa e de um elevado valor explicativo (como origem social e sexo)” e ainda, “em suas

particularidades de histórias coletivas diferentes” (Bourdieu, 2011, p. 15). Dito de outro modo, cada grupo de análise é um “ponto num espaço”, na “estrutura da distribuição do espaço social” (Bourdieu, 2011, p. 23). Mas esse ponto, é um ponto de vista, princípio de uma visão assumida a partir de um “ponto situado no espaço social” (Bourdieu, 2011, p.27).

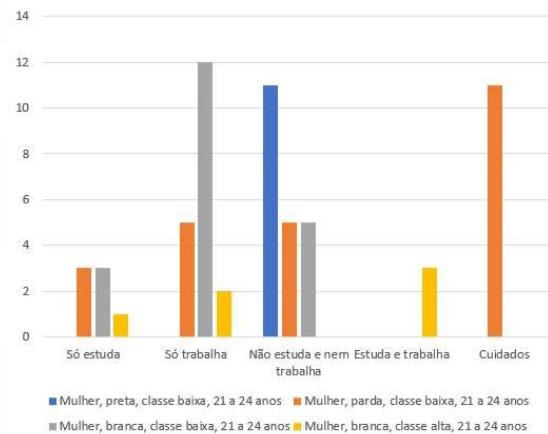
Na obra bourdieusiana *La distinction* (Bourdieu, 1979), o autor nos apresenta que o indivíduo epistêmico é formado não por variáveis justapostas, mas por um sistema complexo em que a significação de cada uma depende da relação com as demais.

Logo, construímos aqui um conjunto expressivo de indivíduos epistêmicos em posições diferenciadas por serem produtos histórico-sociais diferentes e ainda trabalharemos esses indivíduos epistêmicos numa representação do espaço social a partir dos dados de frequência:

Tabela 10 – Variação de ocupações entre mulheres

Stand point	Só estuda	Só trabalha	Não estuda e nem trabalha	Estuda e trabalha	Cuidados
Mulher, preta, classe baixa, 21 a 24 anos	0	0	11	0	0
Mulher, parda, classe baixa, 21 a 24 anos	3	5	5	0	11
Mulher, branca, classe baixa, 21 a 24 anos	3	12	5	0	0
Mulher, branca, classe alta, 21 a 24 anos	1	2	0	3	0

Gráfico 54 – Variação de ocupações na pesquisa

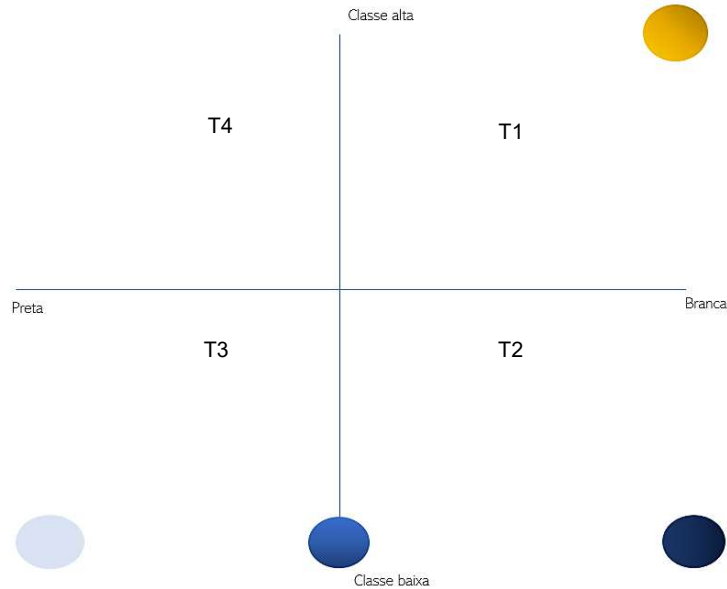


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021).

Abaixo, construímos uma representação visual, grafo de análise do espaço social e das posições dos indivíduos epistêmicos aqui construídos, onde o eixo x representaria a raça, da esquerda para a direita classificada em preta, parda, no cruzamento, e branca, e o eixo y a classe social, de cima para baixo, classe alta, classe média, no cruzamento, e classe baixa. Encontramos então com mais vinculação às instituições de estudo e trabalho mulheres brancas, classe alta, de 21 a 24 anos (correspondente ao quadrante T1) e em sua completa oposição, na variação

não estuda e nem trabalha: mulheres pretas, classe baixa, de 21 a 24 anos (correspondente ao quadrante T3). Entre as pobres ainda, temos as pardas que tem sua ancoragem predominantemente no trabalho de cuidados (junção T2 e T3) e as brancas, que tem ancoragem no trabalho (correspondente ao quadrante T2).

Figura 23 – Diagrama de localização da variação de ocupações entre mulheres



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Peregrino e Prata (2021).

No diagrama acima temos no T1 em amarelo o esforço de simulação da posição do indivíduo epistêmico: mulher, branca, classe alta de 21 a 24 anos, marcada pela dupla ancoragem; no T2 em azul escuro o grupo da mulher, branca, classe baixa, de 21 a 24 anos, marcado pelo exercício do trabalho; Entre o T2 e o T3, a mulher, parda, classe baixa, de 21 a 24 anos, com ocupação marcada pelos cuidados e por último, no T3, o grupo da mulher, preta, classe baixa, de 21 a 24 anos, marcada pelo total desengajamento institucional (desancoragem), ou seja, não trabalhar e nem estudar. Destaque para alguns itens importantes nos produtos das variações de ocupação: 1- o grupo da mulher branca e parda de classe média é marcado pelo exercício do trabalho; 2- o grupo da mulher preta de classe média, ainda é marcado pelo desengajamento total; 3- o grupo da mulher parda, classe alta, é marcado por duas alternativas: só estudo ou só trabalho e 4- o grupo da mulher preta, classe alta não teve nenhuma representação na pesquisa. Isto é, não existe, assim como do homem preto, classe alta na representação da posição do indivíduo epistêmico para 1.740 jovens das cinco regiões brasileiras. A raça no Brasil já é uma questão complexa em

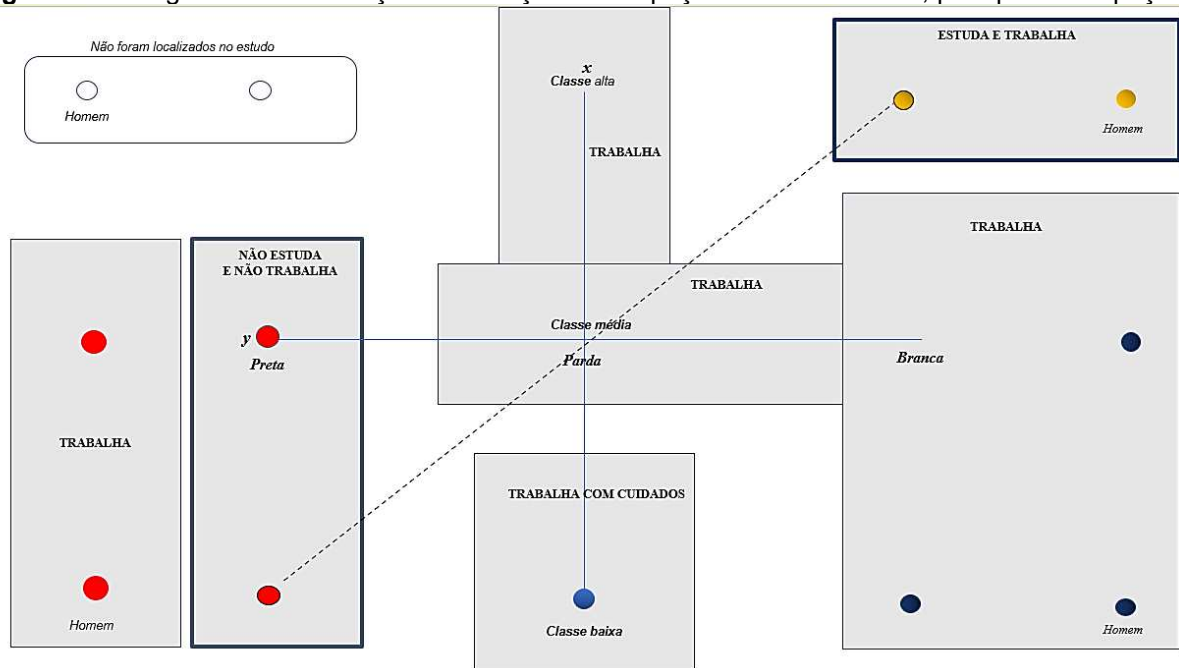
si mesma, mas quando interseccionada, mostra sua profundidade e marca nas populações negras. Isto é, quando no segundo capítulo olhamos para raça como variável, vemos manutenção de padrão entre pretos, pardos e brancos com relação a ocupação, mas variação de intensidade. Quando interseccionamos os grupos, vemos a questão de um prisma mais crônico quando olhamos para a condição da mulher quando combinada com a posição raça, como discutimos amplamente na abordagem histórica da interseccionalidade.

Ao construir esse modelo visual, retomamos a abordagem bourdieusiana acerca do espaço social, um conceito que indica “o conjunto de todas as posições possíveis disponíveis para ocupação em qualquer momento ou local dado” (Hardy, 2018, p. 296) ou ainda, de modo mais abrangente como uma “metáfora genérica para indicar o pano de fundo mais amplo do fenômeno social sob estudo” (Crossley, 2005, p. 306). Um aspecto do método de trabalho de Bourdieu é que ele mapeia o espaço social em termos das posições relativas ocupadas por indivíduos e agrupamentos dentro dele (Hardy, 2018). Na obra *La distinction* (Bourdieu, 1979), como já descrevemos na introdução, Bourdieu representa o espaço social numa planificação das posições numa pesquisa quantitativa com análise geométrica de dados para um entendimento ampliado do espaço social e da realidade social, a partir da Análise de Correspondência (AC) e Análise de Correspondência Múltipla (ACM)²⁹.

Tendo como base o mapa de modelo sociológico desenvolvido pelo autor, trabalhamos o refinamento do modelo da figura 23, acrescentando o fenômeno espelho no espaço social: estuda e trabalha- atividade de ocupação da mulher branca classe alta- refratando a posição de quem não estuda e nem trabalha- da mulher negra, da classe popular. Construimos também a representação de áreas que delimitam a posição das variações de ocupação dos diferentes *Standpoints*, nos indivíduos epistêmicos de análise e inserimos as posições dos homens apenas para completar o argumento:

²⁹ A Análise de Correspondência e Análise de Correspondência Múltipla são métodos estatísticos para análise multivariada. Ambos são métodos quantitativos utilizados por diferentes áreas do conhecimento. Na tese, trabalhamos com o referencial de Belem (2022) que enfatiza os métodos em conjunto com a análise sociológica que eles permitem, modelando a aplicação bourdieusiana.

Figura 24 – Diagrama de localização da variação de ocupações entre mulheres, por tipo de ocupação



Fonte: Elaborado pela autora, com base na referência do diagrama de Espaço das posições sociais e espaço dos estilos de vida, de Bourdieu (2011).

Que os indivíduos epistêmicos quando planejados dessa maneira representativa e estática nos dizem muito sobre o espaço e a realidade para além das posições sociais, mas abrangendo as possibilidades de análise das condições e situações, como já nos mostrou Bourdieu. Mas, o que há em comum com esses indivíduos? Sua idade, a juventude.

A juventude como posição interseccional é a síntese da relação raça, classe, e sexo, a partir da idade como um ordenador, construindo assim grupos distintos de indivíduos epistêmicos. É ainda o conjunto das posições sociais dos jovens na sociedade. Essa ferramenta é uma forma de ler a sociedade nos conjuntos de seus múltiplos indivíduos epistêmicos.

4.14 A MORATÓRIA SOCIAL COMO UM EQUIPAMENTO DA TEORIA DOS CAPITAIS PARA A JUVENTUDE

Retomaremos um ponto antes abordado: na representação do espaço social, no eixo vertical, trabalhamos com o termo “classe”, na parte inferior para a classe baixa, cruzamento para a classe média e na localização superior para a classe alta. Nos apoiamos em Crossley (2005) quando ele afirma que a disposição das posições

no espaço social em Bourdieu se dariam por composições do capital. Sobre mapear o espaço social, o próprio Bourdieu nos alerta que as posições são geradas pelas formas e quantidades de capital, tanto econômicos quanto simbólicos (Bourdieu, 2009a) que são reconhecidas pelos valores relativos atribuídos a configurações e volumes diferentes desses capitais.

O volume de capital, entendido como uma abordagem sociológica bourdieusiana que busca compreender as dinâmicas de poder e desigualdade presentes na sociedade era calculado a partir do resultado da soma do capital econômico com o capital cultural. Entendendo capital econômico como os recursos financeiros e materiais que uma pessoa possui, desempenhando um papel significativo na sociedade e nas oportunidades individuais e o capital cultural como a importância da cultura e do conhecimento na estruturação das relações sociais e das desigualdades sociais, que nos ajuda a entender como a posse e a distribuição desse capital influenciam as oportunidades e os resultados individuais na sociedade (Bourdieu, 2009a).

Entretanto, não trabalhamos com apenas capital econômico e capital cultural na amostra Brasil. Fomos além. Precisamos então de uma atualização da teoria dos capitais para abarcar fenômenos que não são novos, mas que são percebidos socialmente num cenário mais recente. São eles: capital geracional, capital de performance de gênero e capital racializado³⁰.

Logo, se em Bourdieu, tínhamos a fórmula de cálculo de volume de capital na construção fundamental de uma posição, onde K é o capital, em:

$$\text{Volume de } K = K \text{ econômico} + K \text{ de cultura e conhecimento}$$

³⁰ Destacamos o caráter relacional do capital e que essa é ainda uma construção provisória dos termos. A moratória social como um dispositivo da teoria dos capitais pode contribuir com o estudo dos suportes sociais aos jovens na sociedade brasileira e em diferentes contextos. Analisar os outros componentes de “capitais” na investigação da Juventude como Posição Interseccional (JPI) pode se configurar como um acréscimo ao olhar sobre as camadas de acúmulo de gênero, etnia e geração quando examinamos o volume de capital cultural e social dos indivíduos de uma determinada sociedade.

E, na proposta aqui desenvolvida, de maneira mais dinâmica, onde K ainda opera como capital na construção da posição:

$$\text{Volume de K} = K \text{ geracional } [(K \text{ econômico} + K \text{ de cultura e conhecimento}) + K \text{ de performance de gênero} + K \text{ racializado}]$$

Inspirados na obra bourdieusiana, construímos as próprias nomenclaturas oportunas para o caso da pesquisa. Chamamos de capital geracional ou capital de geração a noção que diferentes gerações têm acesso a recursos, oportunidades e códigos culturais específicos que podem influenciar suas trajetórias e posições sociais; chamamos de capital de gênero, o reconhecimento que as expectativas sociais em relação à expressão de gênero podem criar vantagens ou desvantagens para os indivíduos. A maneira como uma pessoa se encaixa nas categorias tradicionais de masculinidade ou feminilidade pode influenciar a forma como é percebida, tratada e avaliada pela sociedade, porque a forma como alguém se apresenta e se identifica socialmente em relação ao gênero pode afetar o acesso a recursos, oportunidades e reconhecimento social; e chamamos de Capital racializado para além da raça como um puro capital, mas reconhecendo que características físicas associadas à raça podem influenciar a aquisição, a mobilização e a valorização do capital em diferentes contextos sociais. Isso pode envolver a análise das interações entre fenótipos raciais, práticas sociais, percepções estéticas e os sistemas de classificação e hierarquia social. No Brasil não é apenas sobre se declarar preto, é preciso parecer preto. Por isso, essa relação de fenótipo e colorismo é importante para compreender as múltiplas nuances da formação do volume de capital na pesquisa Brasil para a composição detalhada das posições sociais.

Dando destaque, portanto, a atualização da produção do volume de capital no caso Brasil e entendendo que o eixo ordenador e de maior valor na relação da equação do volume de capital é o capital geracional e este está intrinsecamente originado na teoria da moratória social (Margulis; Urresti, 1996). Dessa maneira, a moratória social é um eixo estruturador para os estudos da juventude observarem as posições juvenis e um marcador de posição social.

A moratória para a juventude, como já vimos, é um capital simbólico para os jovens. Quanto mais distante desse signo, desse símbolo da juventude, menor é a

capacidade de mobilização desse capital social. Quando mais desigual é a sociedade, mais desigual a distribuição da moratória aos jovens (Margulis; Urresti, 1996) e essa oferta está em constante disputa social. E essa distribuição varia de acordo com a classe, sexo, raça e idade classe social.

A moratória também pode ser entendida como o conjunto dos créditos sociais e identitários, esforços sociais para investimento no seu futuro como sociedade, na geração jovem. Moratória não é dinheiro, mas inclui. Moratória não é escola, mas a inclui; como já discutimos, mas vale o destaque. Reforçamos ainda que, no caso Brasil, nem o direito a moratória vital está assegurado para todos os jovens, como já tristemente mencionamos.

A moratória social, portanto, opera como um equipamento na teoria dos capitais para a juventude. Ela impacta na distribuição e mobilização dos capitais, por parte dos jovens, além de figurar a reprodução das desigualdades sociais. Poderíamos então, substituir o termo do tripé interseccional raça/classe/sexo por moratória na representação do espaço social e ainda estaríamos falando da mesma coisa nessa lógica, com impactos diferentes para cada categoria, sim, mas, na mesma lógica.

Recuperando nossa ferramenta, a juventude como posição interseccional (JPI) é um marcador fundamental para o entendimento dos processos sociais de diferentes populações. Essa ferramenta nos permitiu até aqui percebermos o espectro das variações de ocupação na pesquisa ibero-americana e como essas variações são localizadas e configuram posições específicas no espaço social: ocorrem com muita expressividade no grupo das mulheres, em detrimento ao dos homens que têm ancoragem fixada no trabalho, ainda que seja em diferentes tipos de trabalho, condicionado pela classe e pela raça, a partir da idade como eixo inicial. Visualizamos nessa fase as ferramentas construídas para a análise e os fatores posicionais de constituem a variação das ocupações na pesquisa.

Contudo, entendemos que conseguimos mapear duas pontas da questão, mas ainda falta uma atenção mais detida sobre a variedade de trajetórias e ancoragens de posições no entendimento de situações de liminaridade, como foi uma parte do caso dos jovens intermediários. Para alcançarmos o próximo piso analítico, subindo mais um degrau, recuperaremos as ideias mais expoentes até essa construção. Olharemos brevemente para trás para pegarmos impulso para o próximo nível.

4.15 MAPEANDO OS ACHADOS ATÉ O MOMENTO

Trabalhamos até aqui com um constructo de ideias apresentadas em camadas que visam a construção de dados que se baseiam no tripé raça, classe e sexo e avança para a incorporação da idade como o principal eixo de subordinação entre fracionamentos do grupo de jovens de 15 a 29 anos.

Entendemos que não operamos com o cruzamento de dados usando mais de uma variável. Se antes tínhamos dados separados, apenas os cruzamos. Do contrário, tentamos construir uma análise que abrange a interposição de relações sociais de raça, classe social e sexo, ordenadas pela idade.

Essa síntese, dada pelas possibilidades operativas da ferramenta Juventude como Posição Interseccional (JPI), admite uma maior complexidade no entendimento dos sujeitos sociais e das dinâmicas nas quais eles estão inseridos, a partir das variações de ocupação no caso brasileiro.

Para esse dimensionamento, apresentamos o caso da pesquisa e do Brasil, construímos sínteses interseccionais sobre diferentes grupos de jovens, analisamos os vínculos institucionais desses grupos, posicionamos o conjunto dessa população e ainda os cortes de idade como posições no fluxo da história.

Apresentamos um panorama sobre qual teoria poderia dar suporte a essa análise- seguindo a modelagem bourdieusiana de construção dos objetos de pesquisa-, seguida da abordagem interseccional e construímos uma revisão sistemática sobre o tema para situar a lente que escolhemos para olhar para o caso da pesquisa.

Voltamos aqui no ponto de partida da tese. Todas essas camadas foram dispostas para sustentar o argumento que leva o título do capítulo, a juventude como uma posição interseccional. A juventude como população que, no Brasil e no mundo, é afetada diretamente nos primeiros instantes de uma crise, de qualquer crise. A população que experimenta primeiro a precarização do trabalho, a falta de proteção familiar e social para os mais pobres, as instabilidades de foro individual na construção de um projeto de vida para além de seu núcleo familiar, falta de acesso aos códigos e compreensão da dinâmica posta em diferentes instâncias da sociedade, dentre outros desafios juvenis.

Esse grupo, que na literatura é demarcado numa faixa de idade de 15 a 29 anos, mas que tem marcação de classe, gênero e raça, família, religião, comunidade,

nacionalidade, além de outras variáveis mais flutuantes; é uma posição social; é uma localização; um mirante de observação de outras populações, de fenômenos e, como no nosso caso, das instituições. Esse mesmo conjunto juvenil, que opera como posição consegue revelar sua dinâmica a partir de uma maior aproximação de suas estruturas mais permanentes, de suas fixações e padrões.

É importante destacar uma nota, o Estatuto da Juventude, Lei 12.852, sancionada em 5 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013), dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) e prevê em seu primeiro inciso do primeiro artigo que são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Entretanto, as discussões que antecederam a promulgação da lei envolveram disputas importantes e uma delas foi a questão abordada por Bourdieu que juventude não é apenas idade, mas a inclui.

Temos ciência do quanto o Estatuto da Juventude foi um avanço para os jovens brasileiros e que seu diálogo sobre a escola e o trabalho para a juventude é um acréscimo social às condições de vida da população jovem. Não queremos aqui desconsiderar a amplitude e profundidade das reflexões que caminham na direção de incluir mais fatores na visão do ser jovem para além da idade. Essa discussão é legítima e concordamos em larga escala com ela. Mas, a operação aqui disposta se remete a um banco de dados de uma pesquisa em nove países. Para tanto, delimitar condições objetivas de ação foi fundamental no exercício metodológico da investigação.

Ver as faixas de idade como operadores de ordenação da Juventude como Posição Interseccional (JPI) não é um contraponto do Estatuto ou de correntes teóricas que tratam a juventude para além das faixas de idade. Do contrário, é a análise objetiva das faixas que vai possibilitar capilarização e inclusão de jovens de diferentes matrizes étnicas, gêneros e classes sociais em políticas públicas localizáveis e focalizadas.

Nesse sentido, é a teoria dos estudos das abordagens interseccionais que nos apoia na leitura da raça, da classe e do sexo como relações completas em si, mas que quando combinadas apresentam faixas das dinâmicas de poder na sociedade que nos deixam ainda mais perto desses rostos tão jovens, de seus sorrisos, de suas expectativas. Analisar a juventude de maneira interseccional é multiplicar estratégias comparativas sobre fatores de exclusão para saber de quem estamos falando e como

as coisas funcionam, para chegarmos mais perto, sobretudo, de como se estabelece as relações, com ênfase nas relações escola e trabalho para os jovens.

Durante a jornada dessa pesquisa, vimos que a perspectiva interseccional em sua geometria fixa original de raça, classe e gênero dá conta de uma gama de análises que ampliam o campo e saem da leitura unidimensional das realidades mediadas pelas limitações de uma pesquisa quantitativa. Mas, vimos ainda que uma variável que foi construída apenas para mapear frações, na prática, tinha outro comportamento, o de operar também como eixo ordenador e conjunto de relações. A idade e seus cortes, suas fatias menores, nos apresentaram estruturas de poder dentro do grupo amplo, no mínimo, interessantes. As jovens ricas que estudam e trabalham e as jovens pobres que não estudavam nem trabalhavam são sujeitos epistêmicos posicionadas em oposição que demonstram bem a desigualdade social no Brasil em suas disposições.

Foram nos métodos de estudos de corte que pudemos, finalmente, ter mais segurança para incorporarmos essa relação de clivagem como uma variável contínua na análise interseccional dos dados. Os cortes, portanto, são pontos do fluxo da história (Peregrino; Prata, 2023). Os cortes de idade são posições de análise, demarcações históricas no conjunto de relações no fluxo da história. Não são simples faixas de idade. São relações sociais.

Como trabalhamos com o fio condutor bourdieusiano até agora, nos deparamos com um problema. Partimos do caso ibero-americano para o caso Brasil e conseguimos representar o espaço social dos jovens brasileiros. Mas, em *Homo academicus* (1998), e na conferência proferida em Tóquio em 1989 (Bourdieu, 2011), Bourdieu (2011, p. 15) fala que todo seu empreendimento intelectual se baseia no fato que só “podemos compreender o mundo social quando mergulhamos na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada”. E foi o que realizamos até aqui no caso Brasil. Somente assim, autor nos aponta, que podemos construí-lo como caso particular do possível – usando a expressão de Bachelard (1978). Mas uma característica fundamental do caso particular do possível é, em certa medida, a generalização para casos mais amplos e outras realidades.

Intencionando ultrapassar uma “leitura particularista” (Bourdieu, 2011, p. 14) do caso Brasil, nos questionamos: é possível generalizar as posições dos indivíduos epistêmicos e suas relações de ocupação para outros espaços sociais? Para os outros

países da pesquisa? Como poderíamos operacionalizar essa questão? Quais seriam as possibilidades operativas?

Em termos práticos, é preciso declarar que não conseguimos acesso ao banco original da pesquisa dos oito países para realizarmos a operação de JPI na construção da evidência de generalização desse caso. Diante da limitação de não termos acesso aos questionários ou ao banco de dados e ainda diante do imperativo de tentar reconstruir esse caso de modo mais amplo e generalizável, buscamos apoio na literatura.

Construímos então, a seguinte sentença argumentativa: se cada operação da juventude como posição interseccional (JPI) produz seu indivíduo epistêmico específico; se cada indivíduo epistêmico é uma posição dinâmica na representação do espaço social; se cada posição é um ponto numa trajetória; e ainda, se os estudos da Transição Escola-Trabalho (TET) examinam os rastros das trajetórias juvenis; então, usaremos a TET como eixo de verificação das possibilidades de generalização dos indivíduos epistêmicos do caso Brasil.

Trabalharemos, portanto, na próxima seção com os estudos da TET, eixo consolidado nos estudos da juventude no campo da Educação, Ciências Sociais e Demografia, acerca de elementos fundantes dos modos de transição para a vida adulta na literatura nacional e numa base de busca internacional para buscar evidências sobre ser ou não possível a generalização do caso.

4.16 A TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO NA RECOMPOSIÇÃO DOS INDIVÍDUOS EPISTÊMICOS

A Transição Escola-Trabalho³¹ (TET) é um campo de estudos que busca representar o início do processo de autonomia dos jovens que culmina na assunção

³¹ Para coletar dados sobre a School-to-Work Transition (Transição Escola-Trabalho - TET), trabalhamos em três níveis: 1) Busca na base de dados Scielo Brasil - com resultados em língua portuguesa - nos campos da Educação, Demografia e Ciências Sociais, utilizando o descritor "Transição Escola-Trabalho", com o objetivo de mapear os trabalhos mais estruturadores: a partir dos resultados, acessamos os seis trabalhos com as maiores métricas de citação, assumindo que esses seriam os trabalhos mais "clássicos" nos respectivos campos; 2) Busca na base de dados Scielo Brasil - com resultados em língua portuguesa - sem um campo de trabalho definido, utilizando o descritor "Transição Escola-Trabalho", por ano de publicação, com o objetivo de analisar a produção mais recente sobre o tema; e 3) Busca na base de dados ERIC - com resultados em língua inglesa - nos campos da Educação, Demografia e Ciências Sociais, utilizando o descritor "School-to-Work Transition", na aba Collection, desde 2014, com o objetivo de mapear a produção dos últimos anos sobre o tema. O método de leitura e análise do material foi FISH/QTR/5SS: Field (campo): qual a área

plena dos papéis sociais dos adultos (Hasenbalg, 2003). Tradicionalmente, nesse campo era comum a literatura confirmar três características de demarcação do fim da TET: fim dos estudos, conquista do primeiro emprego e constituição de família (Galland, 1997). Contudo, numa sociedade imersa em transformações tão rápidas e por vezes intensas, essas três características obtiveram maior fluidez com o passar dos anos. Isso sem contar que, por exemplo, essa descrita linearidade seria uma questão como vimos na situação dos jovens do México na pesquisa, no capítulo 1, onde os mexicanos são os que mais estudam, mas não concluem os estudos e acabam com trabalhos frágeis e de curta duração (Gómez; Marín, 2019).

Trottier, Laforce e Cloutier (1998) preferem marcar eventos relacionamos apenas ao trabalho como marcação da TET. Para os autores, a TET inicia na vida do jovem com a “busca pelo primeiro emprego ou atividade remunerada e se encerra quando há correspondência entre a formação desenvolvida e o emprego” (Trottier; Laforce; Cloutier, 1998, p. 334), para além da pura obtenção do diploma, mas na ideia de uma construção da identidade profissional.

Entretanto, essa suposta harmonia entre a convergência do que se estudou com a identidade profissional, ao menos no caso Brasil, só se aplicaria, e ainda assim com ressalvas, às classes média e média-alta. Nesse sentido, os brasileiros jovens em maioria nunca concluiriam seus processos de TET? E os mexicanos? Já sabemos que não. Que os autores escrevem a partir de realidades que expressam um modelo protegido, e podem ser entendidos até como clássicos. Mas, para entendermos as variações da Transição Escola-Trabalho (TET), precisamos de movimento, precisamos olhar as variações de idade, raça e sexo que levem em conta as desigualdades sociais, especialmente no Brasil e na América Latina.

No processo de passagem da vida jovem para as responsabilidades de adulto, a TET é impactada diretamente por fatores estruturais (como raça, classe social e sexo) e individuais (habilidades, interesses e desejos pessoais) e por isso é variável

do artigo? Importance (importância): por que é importante? S (Supporting data - dados de sustentação): principais informações prévias fundamentais para a compreensão do artigo/texto; Hypothesis (hipóteses): quais são as ideias apontadas no estudo antes da pesquisa ter sido realizada. Question (pergunta): qual é a pergunta que está sendo buscada com esse estudo? Tools (ferramentas): quais foram as técnicas e ferramentas utilizadas para responder à pergunta? Controls (controle): elementos de controle da metodologia; Results (resultados) e quais conclusões você pode tirar desse conjunto. 5-SS (5 second summary - resumo em cinco segundos): a ideia sintetizada para uma apresentação rápida (Keshav, 2007).

e não linear, especialmente na experiência brasileira, onde a escola média para os jovens ainda é recente.

Estudar o processo da TET é um ponto importante para o entendimento da transição da vida juvenil para a vida adulta (Margulis; Urresti, 1996; Hasenbalg; Silva, 2003; Camarano, 2006; Comim; Barbosa, 2011; Cardoso, 2008, 2013) e, na e no Brasil, tendo como ponto de partida as desigualdades sociais e educativas (Cardoso, 2008, 2013; Guimarães, 2020). As formulações sobre a TET no país dividem-se em dois grupos: *relações entre a formação e a orientação para o trabalho e a entrada no mercado de trabalho* (Hasenbalg; Silva, 2003; Camarano, 2006; Cardoso, 2008) e *desafios enfrentados pelos jovens nos processos de inserção social* (Camarano, 2006; Cardoso, 2008, 2013).

Se filtrarmos a busca sobre o tema desafios dos jovens, encontramos ainda um conjunto de produções que ratificam o desafio de ser jovem num país imerso nas desigualdades (Corseuil; Santos; Foguel, 2001; Hasenbalg; Silva, 2003; Guimarães, 2005; Camarano, 2006; Comim; Barbosa, 2011; Cardoso, 2013, 2015; Abramo; Venturi; Corrochano, 2020).

A questão do trabalho decente, falta de proteção para os jovens e o trabalho informal, além da lacuna na formação profissional e escassez de escolas técnicas são questões pontos de relevo na literatura do Brasil sobre o tema (Corseuil; Santos; Foguel, 2001; Hasenbalg, 2003; Camarano, 2006; Comim; Barbosa, 2011; Cardoso, 2013; Guimarães, 2020, 2005, 2002).

Essa literatura nos mostra que: a) é um desafio ser jovem no Brasil, b) a socialização da juventude é diferente no Brasil. Ela é mediada pela escola de maneira recente. A socialização da juventude é, via de regra, pelo trabalho (Sposito; Souza; Silva, 2018), c) a juventude brasileira ingressa precocemente no mundo do trabalho em relação a outros países, inclusive da América Latina, d) estudar e trabalhar, entre os mais pobres, vem antes do abandono escolar, e opera como indicador dependendo do tipo de trabalho que se faz e da idade/ano escolar que se começou a trabalhar e, finalmente, e) as políticas públicas para a juventude demandam fomento imediato, investimentos em escolas, principalmente técnicas e incentivo para completar o ciclo da Educação Básica (Peregrino; Prata; Souza³²).

³² Dados retirados do artigo “Tendências na transição escola-trabalho: o caso Brasil da pesquisa das juventudes Ibero-Americanas” enviado para o periódico: La Revista de Ciencias Sociales del

Na literatura fora do Brasil, buscamos verificar se o padrão “desafios para os jovens” se fazia presente na produção recente. Encontramos pesquisas que tratam das trajetórias juvenis em diferentes contextos que se dividem em dois grandes grupos, mapeados a partir da leitura analítica dos resultados: *trajetórias juvenis* (Zamfir *et al.*, 2020; Gustavsson; Wendelborg; Tøssebro, 2021; Ineland; Vikström, 2021; Achatz; Jahn; Schels, 2022; Bojadjieva *et al.*, 2022; Imdorf *et al.*, 2022; Zamfir *et al.*, 2023) e *formação e orientação para o trabalho* (Ko; Chen, 2017; Yang *et al.*, 2017; Kim *et al.*, 2018; Jørgensen; Järvinen; Lundahl, 2019; Parry, 2020; Sávoly; Dost, 2020; Masdonati *et al.*, 2022; Presti *et al.*, 2022).

Como convergência da literatura Brasil e internacional, temos os estudos sobre trajetórias, mais enfaticamente seguido dos estudos de formação para o trabalho, mais clássicos no campo. Mas, a divergência se dá no cenário que se a premissa do levantamento mundo é o percurso da saída dos jovens da escola (ainda que não necessariamente com a conclusão) e a entrada no primeiro emprego, bem na lógica clássica na produção tradicional do campo. A questão Brasil está posta antes, está estabelecida na *desigualdade na distribuição de direitos e de condições de exercício da condição juvenil*.

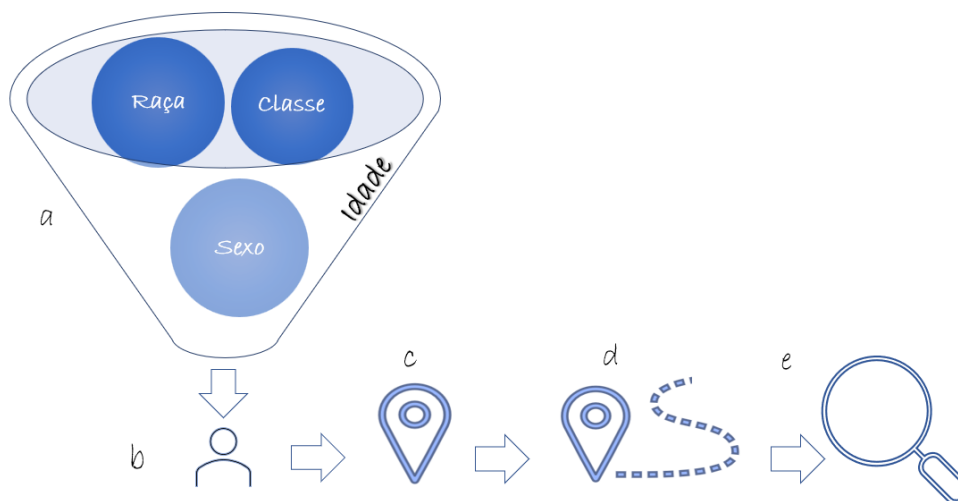
Entendemos o quanto a produção da literatura internacional sinalizava para um processo linear e mais suave de transição com a ideia de se que se concluí a escola média (ou universidade, dependendo da classe social) e se busca um emprego, em geral. Mas não havia, dentre o conjunto de artigos analisados nenhum artigo latino-americano. Seria a questão Brasil uma questão comum aos latino-americanos, em geral? Essa foi uma pergunta que nos levou a trilha da Transição Escola-Trabalho (TET) na América Latina. Examinemos.

Fomos em Guimarães (2020), que realiza um balanço dos processos de transição escola-trabalho, no Brasil, entre os anos 2013 e 2018 em comparação com a América Latina e nos mostra que experiência dos jovens latino-americanos inclui: transições abruptas e longe de lineares, principalmente para os mais pobres.

A autora constata que são características do processo brasileiro: jovens que não estudavam, não trabalhavam e não procuravam trabalho e a importância de entender os jovens que transitam irregularmente do trabalho para a escola e daqueles que trabalhavam para manter o processo de estudos (Guimarães, 2020).

Com essas evidências, ela discorda do modelo clássico da TET por não contemplar nem o Brasil nem os demais países latino-americanos pela suposição de que o processo nessas realidades mais desiguais “refletiria um movimento de transição de saída do sistema escolar para ingresso no mercado de trabalho” (Guimarães, 2020, p. 466).

Figura 25 – Representação do processo de análise da TET



Fonte: Elaborada pela autora.

Na imagem, vemos a representação do processo de análise da Transição Escola-Trabalho (TET) aqui descrito no caso Brasil. A letra a- é o processo de operação da JPI; letra b- a formulação do indivíduo epistêmico; letra c- o indivíduo epistêmico é uma posição; e uma posição numa trajetória, na letra d; e, por fim, na letra e- a lupa sinalizando o uso da TET como mediação na leitura dos rastros sobre os indivíduos epistêmicos brasileiros e sua provável generalização para os países ibero-americanos da pesquisa.

Guimarães (2020) deixou esse indicador importante que ganha peso quando unido com o trabalho de Corseuil, Santos e Foguel (2001) sobre uma análise comparativa entre o Brasil e outros países da América Latina, com base em dados de pesquisas nacionais e internacionais. Nessa junção que vimos os rastros da possibilidade de generalização do caso Brasil.

Os autores destacam que, em geral, os jovens na América Latina tendem a ingressar no mercado de trabalho precocemente, em comparação com outros países do mundo- evidência (Corseuil; Santos; Foguel, 2001) que vimos também no trabalho a seguir, de Hasenbalg (2003). Eles argumentam que a escolha entre estudo e

trabalho é uma decisão crítica na vida dos jovens, uma vez que pode afetar significativamente seu desenvolvimento pessoal e profissional. Além disso, essa escolha (e a oferta) pode ter implicações para a economia e a sociedade como um todo.

A partir desse indício, encontramos em Quintini, Martin e Martin (2007), Ortiz (2011), Costa (2015) e Filardo (2021) um conjunto de evidências que nos provam o quanto os demais países América-latina são próximos do Brasil em padrão, estrutura e intensidade. Destarte, a partir da TET como mediadora teórica, podemos afirmar que os indivíduos epistêmicos do caso Brasil podem ser generalizados sim, mas apenas entre os latino-americanos, tendo como exceção, a Espanha.

No artigo *The changing structure of school to work transition in Brazil* (Leão et al., 2022), os autores argumentam que a atual crise econômica no Brasil tem afetado a TET, tornando o mercado de trabalho mais restrito e competitivo, especialmente no pós-pandemia. Além disso, a crescente informalidade do mercado de trabalho tem limitado as oportunidades de emprego para jovens recém-formados. Os autores explicam que a TET tem ganhado contornos de maior complexidade ao longo do tempo devido as desigualdades sociais, tensão nas mudanças no mundo do trabalho e expansão da escola brasileira e a tendência é mais tensão no campo, uma vez que as características da expansão educacional no Brasil nos últimos 30 anos, a privatização, concentração de áreas de estudo, e discrepâncias de qualidade – contribuíram para o enfraquecimento das conexões entre o sistema educacional e o mercado de trabalho. Logo, essa realidade Brasil- e ampliamos para a América-latina- tende a se tensionar ainda mais nos próximos anos nos múltiplos processos de transição juvenil que ocorrem em distintos grupos sociais.

5 CONCLUSÃO

E no fim, essa tese é sobre mim. Assim que começo apresentando esse texto e assim o vou concluindo, após desenvolver esse projeto que é a jornada da pesquisa e da tese.

Intencionamos nessa trilha de pesquisa tendo como objetivo geral, analisar a aplicação da ferramenta Juventude como Posição Interseccional (JPI) no caso Brasil do *survey* Ibero-americano com jovens. E como objetivos específicos, ordenar os dados da pesquisa nos 9 países acerca das instituições escola e trabalho, traçar linhas dos grupos do caso Brasil, por meio da JPI e associar a discussão dos indivíduos epistêmicos (I.E.) do caso com os demais países, buscando generalização da análise a partir da Transição Escola-Trabalho (TET) como aparato de mediação.

A pergunta que esse estudo se dispôs a responder foi: de que formas tomar a juventude como posição interseccional do caso Brasil nos ajuda a estabelecer e compreender as relações entre a escola e o trabalho, a partir da pesquisa ibero-americana com jovens? A que, extensivamente nos dedicamos a responder e que, em linhas conclusivas é dada pela *relação, produção e generalização*.

Na relação, raça, classe e sexo, ordenadas a partir da idade, conseguimos fracionar e mapear melhor os segmentos juvenis, bem como pensar suas questões e correlações. Na produção de sínteses que formulam os I. E. específicos e os posicionam na representação do espaço social. E, por fim, no potencial de generalização dos conjuntos Brasil com os 8 países da pesquisa e talvez se estendendo a outros contextos.

Na tese ainda construímos duas questões problematizadoras que orbitaram a pergunta de pesquisa: o que pode a ferramenta JPI? Como extrair as melhores consequências da análise do caso brasileiro na questão específica que nos propusemos analisar? E, finalmente, seria possível generalizar o caso Brasil para os demais países da pesquisa? A que, a partir das evidências, demonstramos que a ferramenta pode distinguir os grupos juvenis em unidades de análise menores, sintetizadas por faixa de idade, sexo, raça e classe social. Logo, esses dados trouxeram nitidez sobre as demandas localizadas da juventude a partir dos eixos escola e trabalho. E, sobre a segunda questão, a generalização só seria possível para os países latino-americanos pelo contexto de profundas desigualdades sociais, conforme demonstramos.

Preferimos trazer os objetivos e pergunta logo para o início da conclusão para, na sequência, resumirmos os pontos dessa jornada e elencarmos os principais resultados e descobertas da pesquisa:

Apresentamos aqui a pesquisa *Juventudes en Iberoamerica* (González-Anleo *et al.*, 2022a) nas suas relações com a variação de ocupação escola e trabalho para seus jovens. Anunciamos nossa ferramenta de análise: Juventude como Posição Interseccional (JPI) e suas possibilidades operativas no desenvolvimento do estudo. Posicionamos os países com relação as variações de ocupação e buscamos explicações tanto para sua posição na representação espacial dos países, quanto para as condições experimentadas por essa posição para os jovens e suas situações sociais, nem sempre alentadoras. Nove países, milhares de entrevistados.

Logo no início, vimos como a situação dos jovens nos países latino-americanos se diferia do caso ibérico e propomos uma análise da Espanha separadamente, antes mesmo de organizarmos os dados de mínimas e máximas variações de ocupação por países da pesquisa; vimos a realidade de México e Brasil na variação só estudo, Colômbia e Espanha, na variação só trabalho; Equador e Espanha, na categoria trabalhos domésticos e Brasil e Espanha, sobre os que não estavam estudando e nem trabalhando.

Brasil numa posição frágil sobre seus jovens: índices máximos de jovens que não estudavam nem trabalhavam no momento da pesquisa e mínimos nos jovens que se dedicam só aos estudos como ocupação principal. Mais que máximos, três vezes a média dos demais países da pesquisa. Vimos ainda após o exame detido da ocupação, os dados sobre os jovens que pararam de estudar e sobre os que continuaram estudando nas diferentes nacionalidades.

Construímos uma análise do caso Brasil com os retratos das variações das desigualdades relacionadas com escola e trabalho a partir das clivagens raça, classe, gênero e idade- separadamente; elaboramos e operacionalizamos as ferramentas ancoragem e evolução nos grupos de idade; desenvolvemos a discussão sobre as faixas de idade e como as faixas intermediárias de 18 a 20 e 21 a 24 anos demonstram maior tensionamento, disputa de ancoragem entre os diferentes grupos sociais analisados. Realizamos, com base na análise de correspondência múltipla (ACM), de Bourdieu, a construção da ferramenta juventude como posição interseccional (JPI) que intencionava operar com as clivagens raça, classe, gênero, relacionadas a partir

do eixo ordenador: idade, e a representamos no espaço social em relação ao caso da pesquisa no Brasil.

Apresentamos a operação da JPI [$JPI = i(a+b+c)$] e o seus produtos em cada síntese de cada um dos 72 grupos de jovens, que aqui chamamos de *indivíduos epistêmicos*. Vimos que nos extremos de um espectro de desigualdades estão, respectivamente, as jovens pretas de 21 a 24 anos em contextos mais pauperizados e, do outro lado, as jovens brancas de 21 a 24, em contextos mais abastados. Recuperamos o conceito de Hill Collins sobre o *Standpoints* da mulher preta para anunciarmos que esse primeiro grupo específico, justamente por carregar um fardo histórico e desigual é uma posição específica relacionada ao poder em diferentes sociedades e é o nosso grupo-controle nas relações de verificação de efeito de raça, classe, sexo e idade; e ainda levantamos os estudos sobre a Transição Escola-Trabalho (TET), descrevendo este último, inicialmente, como um campo que se debruça sobre início do processo de autonomização de jovens que culmina na assunção plena dos papéis sociais de adulto (Hasenbalg, 2003). Sendo nessa linha, influenciado por questões estruturais (como raça, classe social e sexo) e individuais (habilidades, interesses e desejos pessoais) e por ser determinada por fatores flutuantes, é variável.

Entretanto, voltando ao *Standpoint*, precisamos acrescentar mais um elemento nessa ideia, o *Standpoint* da mulher preta, por se tratar de uma marca política e não da análise dos grupos com mesmo peso político não nos permitiria entender uma variação importante no estudo: o grupo das jovens que combina estudos e trabalho no Brasil, dos que combinam e são ricos e dos que combinam e são pobres. Apenas e somente quando olhamos para as faixas mais abastadas que conseguimos compreender esse movimento contraintuitivo de operação na realidade.

Em nossa pesquisa, a partir das variações de ocupação, vimos o tipo de engajamento institucional – alto engajamento, engajamento via escola, engajamento via trabalho, engajamento frágil ou desengajamento-, e as formas de engajamento engendradas nessas condições sociais, respectivamente: dupla ancoragem, ancoragem, ancoragem frágil e desancoragem institucional.

A dupla ancoragem é uma temática fundamental nesse estudo. Ela prediz em muitos aspectos o futuro dos jovens. Quando a dupla ancoragem é verificada entre jovens pobres, ela é de curta duração e é prenúncio de abandono escolar, fundamentalmente na escola básica e de desemprego próximo. Ou seja, jovens

pobres que combinam estudos e trabalho no ensino fundamental têm mais chance de no futuro próximo não estarem nem estudando e nem trabalhando. Isto é, os que não estudavam e nem trabalhavam não eram assim por primeira conjuntura ou saíram da escola apenas. Houve um movimento de tentativa de melhoria de vida e, na busca por trabalho, se encontra um trabalho precário que o tira da escola e o deixa sem o próprio trabalho em si. Mas, para os jovens pobres que começam a combinar estudo e trabalho no ensino médio, essa realidade muda: ele tem mais chance de cursar uma universidade. Vemos assim uma bifurcação na jornada juvenil dos mais pobres. A faixa de idade combinada com o nível de escolaridade na conjugação de dupla ancoragem determina o horizonte de futuro imediato: se ele ficará em desocupação ou se sua dupla ocupação o impulsionará para um curso técnico ou universidade, um exemplo do Ensino Médio como linha divisória, especialmente para jovens pobres.

Do contrário, dupla ancoragem para os mais ricos significa indicação de suportes sociais e projeção de carreira. Nosso argumento é que essa conjugação de escola e trabalho antevê estrutura familiar e social de quem vivencia essa dupla ancoragem. Esse fenômeno só foi exposto porque nessa primeira fase, observamos todos os grupos de jovens com suas faixas associadas de raça, classe, sexo e idade. Se apenas tivéssemos olhamos para as mulheres pretas pobres de 21 a 24 anos, não teríamos capturado esse dado e isso nos abriu um novo horizonte de pesquisa com a construção da ferramenta analítica específica para tratar esse banco tendo como referência cada um desses *Standpoints*, o que mais tarde, por associação teórica, preferimos chamar de indivíduos epistêmicos, mas que são os grupos de jovens construídos a partir dos eixos idade, raça, classe e sexo, tendo o primeiro o peso de um ordenador das demais clivagens tradicionalmente tratadas na abordagem interseccional.

Na fase seguinte, trabalhamos com todos os indivíduos epistêmicos com o mesmo valor analítico, uma vez que julgamos ser necessário para capturas das classes média e alta, assim como coletas sobre sexo e raça. Contudo, o universo de 72 indivíduos epistêmicos (I. E.) é abrangente demais. Seleccionamos inicialmente 12 e posteriormente, 14 I.E., a partir do grupo controle *Standpoint* (mulher, preta, classe baixa, 21 a 24 anos, grupo 57) para verificação dos efeitos: idade, sexo, raça e classe, conforme discutimos nas relações de ocupação estabelecidas e vimos, inclusive, que quatro I.E. especificamente estavam correlacionados de tal maneira com sua ocupação, que poderiam operar como representações das variações de ocupação na

pesquisa: 1- a posição da mulher, preta, classe baixa, 21 a 24, e sua correlação com a desocupação, pois não estava estudando e nem trabalhando, o que indica seu desengajamento e situação de ausência de ancoragem institucional; 2- a posição da mulher, parda, classe baixa, 21 a 24 e seu paralelismo com o trabalho de cuidados, o que indica que há engajamento, porém frágil, constituindo uma situação social de ancoragem frágil; 3- a posição da mulher, branca, classe baixa, 21 a 24 anos, e sua correspondência com apenas o trabalho, que opera como indicador de engajamento via trabalho (ainda que não seja um trabalho decente necessariamente) e ancoragem institucional; e, 4- a posição da mulher, branca, classe alta, 21 a 24 anos e sua relação com a variação de ocupação estuda e trabalha, demonstrando alto engajamento e situação de dupla ancoragem institucional.

Após reconstruirmos detalhadamente esses indivíduos epistêmicos a partir de suas posições sociais representadas no espaço social, nos deparamos com um entrave teórico: o caso Brasil estava circunscrito a uma amostra de mais 8 países. Seria possível então algum tipo de generalização da pesquisa?

Buscando essa trilha, construímos a seguinte cadeia de argumentos: considerando que cada operação da Juventude como Posição Interseccional (JPI) resulta na formação de um indivíduo epistêmico específico; que cada indivíduo epistêmico representa uma posição dinâmica na representação do espaço social; que cada posição é um ponto em uma trajetória; e que os estudos da Transição Escola-Trabalho (TET) examinam os rastros das trajetórias juvenis, podemos utilizar a TET como uma bússola, um eixo de verificação para investigar as possibilidades de generalização dos indivíduos epistêmicos no contexto do caso brasileiro.

Assim sendo, usamos a TET como lente analítica para nos ajudar a mapear na literatura Brasil e internacional se de fato as características dos indivíduos epistêmicos (I.E.) do caso Brasil poderiam ser extrapoladas com a generalização do caso para os demais participantes do *survey*. Após essa recuperação dos marcos fundamentais da tese, vamos aos resultados.

Os principais resultados, na ordem que aparecem na narrativa da tese indicam que separar Espanha e países latino-americanos é uma estratégia nos estudos de comparação. Cotejar realidades muito diferentes em suas posições, condições e situações, deve ter uma base teórica sólida e cautelosa sob pena de não se conseguir trabalhar com unidades de análise díspares; 18 a 24 é uma fronteira etária em todos os países da amostra, tendo situação de maior agravamento no grupo dos

intermediário 2 – 21 a 24 anos, nos países, independente da variação de classe, sexo ou, no caso Brasil, raça; Ter um país estruturalmente diferente no conjunto de países se mostrou uma vantagem, pois pudemos demonstrar o quanto não é apenas o conjunto de condições sociais e de situações sociais juvenis que formam a posição no espaço social das sociedades da pesquisa. Isto é, ainda que a Espanha tenha demonstrado estar em posições frágeis em alguns pontos, as propriedades da posição explicavam bem a variação do caso Espanha: noções relacionadas com a idade demonstravam essa característica de construção da posição a partir de suas propriedades (moratória, geração e processamento das experiências).

Ainda na amostra ibero-americana, vimos como resultado de pesquisa que embora a ocupação juvenil de maior expressão nos países era o estudo, a ocupação com maior estabilidade percentual nos países era o trabalho, logo, isso se consolida como uma evidência acerca do caráter de socialização juvenil via trabalho ser historicamente mais estabelecido, uma vez que o acesso na escola para jovens ainda é recente nos países latino-americanos e foi atrasada na Espanha por conta de seus contextos políticos quando comparados ao demais países europeus.

Mais resultados são encontrados no estudo Brasil: os que não estudam e nem trabalham são reflexo do amplo contexto de desigualdades sociais; o caso Brasil segue a tendência dos países da amostra sobre o padrão dos mais jovens estudarem e os mais velhos trabalharem, das mulheres estudarem e dos homens trabalharem e dos mais ricos estudarem mais e por mais tempo, quanto pobres estudam menos e trabalham mais e mais cedo.

Chegamos então a um marco importante: a junção das características de maior fragilidade do estudo: mulheres, pretos, pobres, de 21 a 24 anos. E é aí que nossos resultados começam a ganhar corpo. A pergunta feita nessa fase foi: e se cruzássemos esses dados, os resultados seriam divergentes?

Nossa resposta foi sim. Mas antes, construímos uma ferramenta metodológica de operação para o banco de dados do caso, a juventude como posição interseccional (JPI) pela relação raça, classe e sexo, ordenado pela idade como eixo para conseguirmos fracionar e mapear melhor os grupos juvenis, bem como pensar suas questões e correlações; pela produção de sínteses que formulam indivíduos epistêmicos específicos e pelo seu posicionamento no espaço social; e pelo potencial de generalização dos conjuntos brasileiros com os oito países.

A JPI pode, então, ao detalhar os grupos juvenis em unidades de análise menores, sintetizadas por faixa de idade, sexo, raça e classe social. Esses dados trouxeram nitidez sobre as demandas localizadas, a partir das variações de engajamento institucional.

Mas vimos também que a possibilidade de generalização do caso Brasil é limitada, que pode ser reproduzida apenas nas sociedades latino-americanas incluídas na pesquisa pelo contexto de profundas desigualdades sociais, conforme demonstramos utilizando a TET como mediação analítica.

A principal inovação é a operação idade como ordenador de outras relações sociais e na contribuição da ferramenta JPI na formação dos indivíduos epistêmicos como síntese sociais da raça, classe e sexo. E ainda, que quando países estudam sua população jovem, estão fazendo, em certa medida, projeções de seu próprio futuro. Um estudo sobre sua juventude é, em sentido amplo, uma projeção do horizonte de futuro de uma nação.

E, por fim, nosso maior achado foi apanharmos o invariante, como nas palavras de Bourdieu. Vimos que na análise da estrutura das variações de ocupação, as distâncias e aproximações se dão por uma complexa rede de relações, mas que, havia uma categoria analítica que operava mais ou menos de forma independente: as faixas de idade 15 a 17, 18 a 20, 21 a 24 e 25 a 29 anos. Logo, a idade em nosso estudo, operou como eixo de ordenação e propriedade da posição social para os jovens, a partir das noções de geração, moratória e processamento das experiências.

É um estudo que contribui para a compreensão da sociologia da educação em nossos tempos, pois examina as ferramentas de reprodução social operando na sociedade brasileira da segunda década do século XXI, é um estudo que capta movimento, dinâmica, justamente pelas análises das posições estáticas, como já argumentamos. Contudo, não é uma pesquisa que se encerra em si mesma. Outras trilhas de perguntas se abriram ao longo do processo e que partem de pontos comuns: o desafio das pesquisas quantitativas irem além da descrição dos fenômenos, o desafio do trabalho com dados secundários e o tempo investido apenas na compreensão dos descritores, método e amostra e a limitação de acesso aos dados, para dar alguns exemplos práticos.

Como se tratava de um estudo conduzido e financiado por um órgão espanhol, tivemos dificuldades de acesso aos dados de escola e trabalho na base, o que possibilitaria o cruzamento das faixas a partir da ferramenta aqui proposta. Só

conseguimos o acesso aos dados Brasil porque fomos (orientadora e orientanda) autora e coautora do capítulo Ocupação do relatório Brasil. Essa frustração no acesso aos dados, fez com que tivéssemos que contornar e buscar uma outra ferramenta que pudesse levantar evidências e mapear os traços das trajetórias juvenis no cenário internacional. Essa limitação influenciou nos resultados, tornando-os menos consistentes do ponto de vista metodológico, uma vez que os dados com que trabalhamos não versavam especificamente sobre o espaço e o tempo da pesquisa. Deixamos como sugestão para estudos posteriores o trabalho com o banco de dados original e sua manipulação a partir da ferramenta aqui proposta.

Outro investimento que valeria para estudos futuros é a análise da moratória como um equipamento da teoria dos capitais, em Bourdieu, de distribuição, mobilidade e reprodução das desigualdades sociais, a partir das referências de capital geracional, capital de gênero e capital racializado.

Em suma, esse estudo de reprodução social parecia, de certa maneira para mim, que seria sobre mobilidade social. Que seria sobre o que aconteceu comigo nos anos de expansão do ensino médio, ensino superior e das oportunidades de trabalho no Brasil, no início dos anos 2000, sendo a primeira pessoa da minha família e comunidade a cursar uma universidade. Ao longo desses anos de pesquisa, vi como o sistema social brasileiro é sofisticado ao ponto de, embora houvesse um período de grande expansão, esse fenômeno alterou pouco a posição do espaço social, pois as classes abastadas chegaram sempre primeiro aos equipamentos sociais e quando a melhora de condições e situações de vida chegou para os mais pobres, os mais abastados já estavam em experiências de posição ainda melhores. Vi que eu não estava na história da maioria da minha geração. O processamento das minhas experiências se deu pela exceção e não pela regra. E hoje, com 40 anos, estabelecida no mundo adulto e com meus processos de TET completamente encerrados, vejo as distinções brasileiras em camadas quase sobrepostas. Vejo meu filho, hoje com 10 anos empilhar outras categorias sociais de sexo, raça, classe e também deficiência. Passei a juventude estudando as desigualdades para os jovens, mas estou só no início da jornada. O Brasil tem dimensões continentais.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H.; VENTURI, G.; CORROCHANO, M.C. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 523-542, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030004>. Acesso em: 28 maio 2023.

ACHATZ, J.; JAHN, K.; SCHELS, B. On the Non-Standard Routes: vocational training measures in the school-to-work transitions of lower-qualified youth in Germany. **Journal of Vocational Education and Training**, [S.l.], v. 74, n. 2, p. 289-310, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13636820.2020.1760335>. Acesso em: 28 maio 2023.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen; Sueli Carneiro, 2019. (Feminismos plurais).

ALMEIDA, L. C. Políticas sociais: focalizadas ou universalistas. É esta a questão? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 11, n. 123, ago., 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12547>. Acesso em: 23 maio 2023.

ALVES, E. do A. **Rés negras, judiciário branco**: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. 2015 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALVES, T. da R. **Entre a política e o movimento**: as concepções e as práticas políticas de mulheres negras no Morro da polícia. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

ANGELIQUE, Holly; MULVEY, Anne. Feminist Community Psychology: The Dynamic Co-Creation of Identities in Multilayered Contexts. **Journal of Community Psychology**, [S.l.], v. 40, n.1, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1002/jcop.20515>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ARAUJO, S. M. C. de. **Cuidado e gênero entre cuidadoras de pessoas com a enfermidade de Alzheimer**. 2016. 293 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016..

ARBOLEYA, A. F. Agência e estrutura em Bourdieu e Giddens pela superação da antinomia “objetivismo-subjetivismo”. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 1. n. 1, fev., 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/sclplr.v1i1.64705>. Acesso em: 20 maio 2023.

ARISPE, F. N. da S. **Reinventando horizontes**: uma análise socioantropológica do processo de proposição do projeto de vida de jovens negras de Santa Maria/RS. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

ASSIS, D. N. da C. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, 2019.

ASSUNÇÃO, B. D. **A experiência do consumo abusivo de álcool por mulheres**: o caso de Linda. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BACHELARD, G. **"O novo espírito científico"**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

BARÃO, M.; RESENGUE, M.; LEAL, R. L. (Orgs.). **Atlas das Juventudes**: evidências para transformação das juventudes. 2021.

BARBERÍA, J. L. Generación 'ni-ni': ni estudia ni trabaja". **El País**, Madrid, nov. 2009. Disponível em: https://elpais.com/diario/2009/06/22/sociedad/1245621601_850215.html. Acesso em: 20 maio 2023.

BARBOSA, K. M. da S. **Feminismo e Emancipação Feminina**: um estudo sobre a concepção da emancipação da mulher negra na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

BELEM, N. Bourdieu e a estatística. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v. 11, n. esp. 1, e022017, 2022. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0001-7063-5325>. Acesso em: 20 maio 2023.

BHABHA, H. **The location of culture**. Londres: Routledge, 1994.

BILGE, S. Théorisationsféministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, v. 225, n.1, p. 70-88, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/dio.225.0070>. Acesso em: 20 maio 2023.

BIROLI, F.; MIGUEL, L.F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, Dossiê: Desigualdades e Interseccionalidades, p. 27-55, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p27>. Acesso em: 20 maio 2023.

BIZARRIA, L. R. O. de L. **Aventura das classes educadoras**: interseccionalidade, hegemonia e processos extraescolares em um bairro operário da cidade do Rio de Janeiro. 2019. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BOJADJIEVA, D.M.; CVETANOSKA, M.; KOZHESKI, K.; MUJGINOVIC, A.; GAŠPAROVIC, S. The impact of education on youth employability: the case of selected Southeastern European Countries. **Youth & Society**, v. 54, n. 2, p. 29S-51S, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0044118X211069403>. Acesso em: 28 maio 2023.

BOURDIEU, P. “A juventude é apenas uma palavra”. In: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 113.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009a.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009b.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 149-169.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1998.

BOURDIEU, P. **La distinction**; critique social du jugement. Paris: Minuit, 1979.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1980.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

BOURDIEU, P.; SAYAD, A. A dominação colonial e o saber cultural. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 26, p. 41-60, jun., 2006.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Dados sobre o registro com nome de pai, a partir do Censo Escolar de 2013**. Brasília: CNJ, 2020.

BRASIL. **Lei 12.852/2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF, 2013.

BRESCHIGLIARI, J. Trabalho e juventude: entrevista com Maria Carla Corrochano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 8, p. 99-104, dez., 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172005000100008. Acesso em: 20 maio 2023.

BULLOCK, Erika C.. Intersectional Analysis in Critical Mathematics Education Research: A Response to Figure Hiding. **Review of Research in Education**, [S.l.], v. 42, n. 1, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3102/0091732X18759039>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BUSTAMANTE, Y. La educación media superior em México. **Innovación Educativa**, México, v.14, n. 64, p.11-22, enero-abr., 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179430480002>. Acesso em: 20 maio 2023.

CABANILLAS, N. **Para além do Política Mulheres Ativistas na cidade do Cabo, África do Sul**. 2016. 276 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2016.

CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CANDIDO, J. S. da S. **Os entre-lugares**: um olhar sobre sujeitos surdos-homossexuais. 2014. 123f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CARDOSO, A. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000200006>. Acesso em: 28 maio 2023.

CARDOSO, A. Metamorfoses da Questão Geracional: o problema da incorporação dos jovens na dinâmica social. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 4, p. 873-912, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201561>. Acesso em: 30 maio 2023.

CARDOSO, A. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 569-616, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582008000300002>. Acesso em: 28 maio 2023.

CARRANO, P.C. (org.). **Pesquisa Juventudes no Brasil**. São Paulo: Fundação SM, 2021.

CARRINGTON, Allan. **The Padagogy Wheel ENG V5.0**. 2016. Disponível em: https://designingoutcomes.com/assets/PadWheelV5/PW_ENG_V5.0_Android_SCRE EN.pdf. Acesso em: 05 set. 2020.

CATANI, A. M.; NOGUEIRA, M. A.; HEY, A. P.; MEDEIROS, C. de. (Orgs). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CHO, S.; CRENSHAW, K.; McCALL, L. Toward a field of intersectionality studies: Theory, applications, and praxis. **Signs**, Chicago, v. 38, n. 4, p. 785–810, 2013. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/669608>. Acesso em: 20 maio. 2023.

CHUN, J.; LIPSITZ, G.; SHIN, Young. Intersectionality asa Social Movement Strategy: Asian Immigrant Women Advocates. **Signs**, Chicago, n. 38, v. 4., p. 917–40, 2013. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/669575?journalCode=signs>. Acesso em: 20 maio 2023.

CINTRA, E. D. **Jovens negras no Ensino Médio público e privado no DF: um estudo comparado e interseccional sobre suas vivências e percepções do racism**. 2018. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

COELHO, J. F. da J. **Somos todxs estrelas pornô?: a produção de subjetividades-vitrine no Cine Majestik (Fortaleza/CE)**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

COMIN, Á.; BARBOSA, R. J. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 91, p. 75-95, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000300004>. Acesso em: 28 maio 2023.

CONCEIÇÃO, R. S. C. da. **O pensamento feminista negro: contribuições de Patricia Hill Collins**. 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos. 2018.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D.; FOGUEL, M. **Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

CORSINO, L. N. **Juventude negra e cotidiano escolar: uma abordagem etnográfica no Ensino Médio**. 2019. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

COSTA, S. Da desigualdade à diferença: direito, política e a invenção da diversidade cultural na América Latina. **Contemporânea**, São Carlos, v. 5, n. 1, p.145-165, 2015.

COUTADO, A. P.; RODRIGUEZ P. N. **Jóvenes em Ecuador 2021**. Madrid: Fundación SM, 2021.

CRENSHAW, K. W. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989. p. 139-167.

CRENSHAW, K. W. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, Stanford, n 43, p. 1241–1299, 1991.

CRENSHAW, K. W. Postscript. *In*: LUTZ, H.; HERRERA VIVAR, M. T.; SUPIK, L. **Framing Intersectionality: debates on a multi-faceted concept in gender studies**. London: Routledge, 2011. p. 221–33.

CROMPTON, R.; LYONETTE C. Família, género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português. *In*: WALL, K.; AMÂNCIO, L. (Orgs.). **Família e Género em Portugal e na Europa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. p. 93-128. (Atitudes Sociais dos Portugueses, v. 7).

CROSSLEY, N. **Key Concepts in Critical Social Theory**. London: Sage, 2005.

CUEVA, B. M. **Theorizing the racial and gendered educational experiences of chicanas and Native American women at the ph.d. level in Higher Education: "Testimonios" of Resistance, Defiance, Survival, and Hope**. 2013. Dissertation (Doctoral) – UCLA, 2013.

CURY, R. J. Direito à diferença: um reconhecimento legal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, p. 7-30, 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46981999000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 maio 2023.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 esp., p. 1105-1128, out., 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2023.

DUNNE, C. M. **Deaf/LGBTQ Intersectional Invisibility in Schools: The Lived Experiences of Deaf Lesbian Students of Color at a School for the Deaf**. 2013. Dissertation (Doctor in Educational Leadership) – Faculties of the University of Pennsylvania, 2013.

DUTRA, M. P. **Trajetórias militantes e feminismos divergentes**: transgressão, institucionalização e transeccionalidade. 2015. 90 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

ELIAS, N. **Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006. (Escritos e ensaios, v.1).

ERIKSON, E. **Sociedade y adolescencia**. 11a ed. México: Siglo Veintiuno, 1987.

ETESSE, M. Trabajo juvenil en el Perú: situación laboral y percepciones sobre el empleo. *In*: AMES, P.; ROBIN C. **Jóvenes en Perú 2021**. Perú: Fundación SM, 2021.

EUCLIDES, M. S. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias**: desafios e conquistas. 2017. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2017.

EVANS, S. Y.; DOMINGUE, A. D.; MITCHELL, T. D. (Ed.). **Black Women and Social Justice Education**: Legacies and Lessons. New York: SUNY Press, 2019.

FARAH NETO, M. Aspectos sociodemográficos. *In*: CARRANO, P. C. R. (Coord.). **Pesquisa Juventudes no Brasil**. São Paulo, Fundação SM: 2021.

FERREIRA NUNES, M. D. **Mandingas da infância**: as culturas das crianças pequenas na escola municipal Malê Debalê, em Salvador (BA). 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERREIRA, M. J. de R. **Interdições e resistências**: os difíceis percursos da escolarização das mulheres na EPT. 2017. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

FEW, A. L. Integrating Black Consciousness and Critical Race Feminism into Family Studies Research. **Journal of Family Issues**, [S.l.], v. 28, n. 4, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0192513X06297330>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FILARDO, V. Desigualdad em jóvenes del Uruguay (2008-2013): análisis de la intensidad, calendario y secuencia de eventos de transición. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, [S.l.], v. 22. N. 36: Educación y trabajo (dossier), 2021.

FILARDO, V.; MANCEBO, M. E. **Universalizar la educación media em Uruguay**: ausencias, tensiones y desafíos. Uruguay: CSIC, 2013.

FOX, B. L.; ZAGUMNY, L. Organizational Approaches to Addressing Machismo and Sexuality in Cuba. **Journal of Ethnographic & Qualitative Research**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 97-109, 2017.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. Tradução: Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FUNDAÇÃO SM. **Resumo executivo pesquisa juventudes no Brasil 2021**. Organização Observatório da Juventude na Ibero-América. São Paulo: Fundação SM; 2021. Disponível em: https://www.fundacaosmbrasil.org/cms/wp-content/uploads/2021/10/Resumo_Pesquisa_Juventudes_no_Brasil.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

GALLAND, O. **Sociologie de la jeneusse**. Paris: Armand-Colin, 1997.

GATTI, B. A. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr., 2012.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr., 2004.

GERSON, K. Understanding work and family through a gender lens. **Community, Work & Family**, v. 7, n. 2, p. 163-178, 2004.

GÓMEZ, R., MARÍN, H. Trabajo: realidades laborales de la juventud mexicana. *In*: NARES, Y.; CHAPARRO, J. A.; MORIN, L.G.; GÓMEZ, R.; DORANTES, D.; LAZAGORTA, T.; CEBALLOS, M.; ESPINOSA, C., ROCÍO ESTRADA, M. **Encuesta de Jóvenes em México 2019**. Ciudad de México: Fundación SM, 2019.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ-ANLEO, J. M.; GUTIERREZ, M. L.; ESCOBAR, J. R.; RIBEIRO, E.; SILVA, J. P da; GÓMEZ, L.; CARRANO, P.; PEREIRA, M.; ORTIZ-HERNÁNDEZ, M.; REYES, N. **Jovens na Ibero-américa 2021**. São Paulo: Fundação SM, 2022a.

GONZÁLEZ-ANLEO, J. M.; MEGÍAS, I.; BALLESTEROS, J. C.; PÉREZ, A.; RODRÍGUEZ, E. **Jóvenes Españoles 2021**: ser joven em tempos de pandemia. Madrid: Fundación SM, 2022b.

GRENFELL, M. **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GROPPO, L. A. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015.

GUIMARÃES, N. A. Apresentação: os jovens brasileiros e o trabalho: desafios que se atualizam. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, dossiê juventude e trabalho, p. 465–473, set., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030001>. Acesso em: 20 maio 2023.

GUIMARÃES, N. A. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.17-18, Dossiê: Gênero no Trabalho, p.237-266, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100009>. Acesso em: 20 maio 2023.

GUIMARÃES, N. A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? *In*: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005. p. 149-174.

GUIMARÃES, N. A.; PAUGAM, S.; PRATES, I. Laços à brasileira: desigualdades e vínculos sociais. **Tempo Social**, [S.l.], v. 32, n. 3, p. 265–301, set., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.174291>. Acesso em: 20 maio 2023.

GUSTAVSSON, A.; WENDELBOG, C.; TØSSEBRO, J. Educated for welfare services. The hidden curriculum of upper secondary school for students with intellectual disabilities. **British Journal of Learning Disabilities**, [S.l.], v. 49, n. 4, p. 424-432, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/bld.12418>. Acesso em: 20 maio 2023.

GUTIÉRREZ-BONILLA, M. L.; REYES-FERNÁNDEZ, N.; ORTIZ -HERNÁNDEZ, M.; ESCOBAR-MARTÍNEZ, J. R.; ROBLES- ARENAS, S. **Juventudes Colombianas 2021**: preocupaciones, intereses y creencias. Bogotá: Fundación SM Colombia, 2021.

HALL, S. On postmodernism and articulation. Interview. *In*: MORLEY, D.; CHEN, K.H. (Orgs.). **Stuart Hall: Critical dialogues in cultural studies**. Londres: Routledge, 1996. p. 131-150.

HARDY, C. Espaço Social. *In*: GRENFELL, M. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HARRINGTON, L. Black Women's knowing, unruliness and the radical transformation of inclusive postsecondary educational Spaces. **Educational Studies: Journal of the American Educational Studies Association**, [S.l.], v. 55, n. 4, p. 387-404, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00131946.2019.1630129>. Acesso em: 20 ago. 2023.

HARRIS, J. C. Women of color undergraduate students' experiences with campus sexual assault: an intersectional analysis. **Review of Higher Education**, [S.l.], v. 44, n. 1, p.1-30, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1353/rhe.2020.0033>. Acesso em: 20 ago. 2023.

HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

HASENBALG, C.; SILVA, N. V. **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

HAYNES, C.; JOSEPH, N. M.; PATTON, L. D.; STEWART, S.; ALLEN, E. Toward an understanding of intersectionality methodology: a 30-year literature synthesis of black women's experiences in Higher eEducation. **Review of Educational Research**, [S.l.], v. 90, n. 6, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3102/0034654320946822>. Acesso em: 20 ago. 2023.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, dossiê: Desigualdades e Interseccionalidades, p. 97-128, jul./dez. 2015.

HERNÁNDEZ-SACA, D.; CANNON, M. A. Interrogating disability epistemologies: towards collective dis/ability intersectional emotional, affective and spiritual autoethnographies for healing. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, [S.l.], v. 32, n. 3, p. 243-262, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09518398.2019.1576944>. Acesso em: 20 ago. 2023.

HILL COLLINS, P. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, n. 1, v. 31, p. 99-127, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

HILL COLLINS, P. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, São Paulo, v. 26, dossiê: Trabalho e Gênero : Controvérsias, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. Acesso em 30 maio 2023.

HIRATA, H. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 151–163, jan., 2016.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A classe trabalhadora tem dois sexos = La classe ouvrière a deux sexes. **Estudos Feministas**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 93-100, 1993.

HJELLBREKKE, J.; KORSNES, O. Quantifying the Field of Power in Norway. *In*: ROBSON, K.; SANDERS, C. (eds). **Quantifying Theory**: Pierre Bourdieu. Dordrecht: Springer, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-1-4020-9450-7_3. Acesso em: 20 maio 2023.

HORSFORD, S. D. This bridge called my leadership: an essay on black women as bridge leaders in education. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 11-22, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09518398.2011.647726>. Acesso em: 20 ago. 2023.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro : IBGE, 2020a.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro : IBGE, 2018.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNAD: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNAD: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNAD: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IMDORF, C.; ILIEVA-TRICHKOVA, P.; STOILOVA, R.; BOYADJIEVA, P.; GERGANOV, A. Regional and Ethnic Disparities of School-to-Work Transitions in Bulgaria. **Education Sciences**, [S.l.], v. 12, n. 4, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/educsci12040233>. Acesso em: 20 ago. 2023.

INELAND, J.; VIKSTRÖM, L. School-to-work transitions for students with intellectual disabilities: teachers' perceptions and experiences of a recent workplace-based reform in Sweden. **Journal of International Special Needs Education**, [S.l.] v. 24, n. 2, p. 86-96, 2021. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1316023.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

JESUS, F. F. de. **Desigualdades de gênero e intragênero**: um estudo acerca das representações sociais do envelhecimento. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2015.

JOHNSON, A. Fulfilling the Promise of Equal Opportunity for Women in Physics, Math, and Computer Science. *In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN EDUCATIONAL RESEARCH ASSOCIATION*, 2017, San Antonio (TX). [2017 Annual Meeting Papers]. San Antonio, TX, Apr 27-May 1, 2017. Disponível em: <https://www.aera.net/Publications/Online-Paper-Repository/AERA-Online-Paper-Repository>. Acesso em: 20 ago. 2023.

JØRGENSEN, C.H.; JÄRVINEN, T.; LUNDAHL, L. A Nordic transition regime? Policies for school-to-work transitions in Sweden, Denmark and Finland. *European Educational Research Journal*, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 278-297, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1474904119830037>. Acesso em: 28 maio 2023.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução: Antonia Malta Campos. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 86, mar., 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>. Acesso em: 18 maio 2023.

KESHAV, S. How to Read a Paper. *ACM SIGCOMM Computer Communication Review*, [S.l.], v. 37, n. 3, p. . 83-84, jul., 2007.

KIM, B.; KIM, S. R.; YANG, N. Y.; YAUNG, H.; HA, G.Y.; YANG, J.Y.; LEE, B.; LEE, S.M. Longitudinal Relationships Between Planned Happenstance Skills and Life Adjustment and the Moderating Role of Career Barriers. *Journal of Career Development*, [S.l.], v. 45, n. 3, p. 215–226, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0894845316681078>. Acesso em: 28 maio 2023.

KLINGER C; KNAPP G. **Überkreuzungen**: Fremdheit, Ungleichheit, Differenz. Münster: Verlag Westfälisches Dampfboot, 2008.

KO, W. H.; CHEN, C. Y. To explore the research and development competence and school-to-work transition for hospitality students. *Journal of Education and Training Studies*, [S.l.], v. 5, n. 12, p. 120-132, 2017. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1161941>. Acesso em: 28 maio 2023.

LEÃO, L. de S.; CARVALHAES, F.; ELBERS, B.; DIPRETE, T. The changing structure of school to work transition in Brazil. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 22, e42040, 2022.

LIMA, A. N. C. **Grupo de mulheres negras Mãe Andresa**: marcações identitárias de gênero e raça na produção de estratégias contra o racismo e o machismo. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

LINDER, C. Navigating Guilt, shame, and fear of appearing racist: a conceptual model of antiracist white feminist identity development. **Journal of College Student Development**, [S.l.], v. 56, n. 6, sept. 2015. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/csd/summary/v056/56.6.linder.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

LLEIXÀ, T.; NIEVA, C. The Social Inclusion Of Immigrant Girls In And Through Physical Education. Perceptions And Decisions Of Physical Education teachers. **Sport, Education and Society**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 185-198, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13573322.2018.1563882>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MACKINNON, C. A. Intersectionality as Method: A Note. **Signs**, [S.l.], n. 38. ed. 4, p.1019–1030, 2013.

MADEIRA, F. R. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 58, p. 15–48, 1986. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1317>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MAHROUSE, G. Teaching intersectional and transnational feminisms through fiction and film. **Feminist teacher**, [S.l.], v. 26, n. 2-3, p. 233-239, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5406/femteacher.26.2-3.0233>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MANNHEIM, K. O problema da Juventude na Sociedade Moderna. In: BRITO, S. **Sociologia da Juventude I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (ed.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARIANO, F. Z.; COSTA, E. M.; GUIMARÃES, D. B.; SOUSA, D. T. Diferenciais de Rendimentos entre Raças e Gêneros, nas Regiões Metropolitanas, por Níveis Ocupacionais: uma análise através do pareamento de Ñopo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.48, n.1, p. 137-173, jan.-mar., 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-41614815137fedd>. Acesso em: 30 maio 2023.

MARX, K. **A questão judaica**. São Paulo: Editor Moraes, 1976.

MASDONATI, J.; MASSOUDI, K.; BLUSTEIN, D. L.; DUFFY, R. D. Moving toward decent work: application of the psychology of working theory to the school-to-work transition. **Journal of Career Development**, [S.l.], v. 49, n. 1, p. 41-59, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0894845321991681>. Acesso em: 28 maio 2023.

MATTOS, P. O conceito de Interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. 15. Universidade Federal de São Carlos, Curitiba/PR, 2011.

MCPHERSON, K. Black girls are not magic; they are human: Intersectionality and inequity in the Greater Toronto Area (GTA) schools. **Curriculum Inquiry**, [S.l.], v. 50, n. 2, p. 149-167, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03626784.2020.1729660>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MORÍN, L. Perspectiva da juventude na Ibero-América em relação à educação e ao trabalho: uma visão regional. In: GONZÁLEZ-ANLEO, J. M.; GUTIERREZ, M. L.; ESCOBAR, J. R.; RIBEIRO, E.; SILVA, J. P. da; GÓMEZ, L.; CARRANO, P.; PEREIRA, M.; ORTIZ-HERNÁNDEZ, M.; REYES, N. **Jovens na Ibero-américa 2021**. São Paulo: Fundação SM, 2022.

MORO, A.; VINHA, T. P.; MORAIS, A. de. School climate evaluation: designing and validating measurement instruments. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 312–334, abr., 2019.

MOTTA, D. C. **Desvendando nó**: a experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do estado de São Paulo. 2017. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2017.

MURPHY, E. L. **Anti-imperialism during the Philippine-American War**: protesting "criminal aggression" and "benevolent assimilation". 2009. Dissertation (Doctor of Philosophy in Sociology) – Graduate College of the University of Illinois, Urbana-Champaign, 2009.

NERY, V. C. R. **Espetáculos per(formáticos) abalam as fronteiras da cidade sub (Versiva)**. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

OCDE. **Revisión de políticas nacionales de educación**. Paris: OCDE, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/1990021x>. Acesso em: 20 maio 2023.

ÖCHSNER, M.; MURRAY, G. Women, capitalism and education: on the pedagogical implications of postfeminism. **Educational Philosophy and Theory**, [S.l.], v. 51, n. 7, p. 709-720, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00131857.2018.1425993>. Acesso em: 20 ago. 2023.

OCKIMEY, B. **Black girl magic**: exploring and understanding the academic and athletic experiences of black female student athletes at predominantly white division I universities. 2019. Dissertation (Doctor of Education) - The Temple University Graduate Board, 2019. Disponível em: http://gateway.proquest.com/openurl?url_ver=Z39.88-2004&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:dissertation&res_dat=xri:pqm&rft_dat=xri:pqdis:s:13863133. Acesso em: 20 ago. 2023

OLIVEIRA, D. A. A Educação no contexto das Políticas Sociais atuais: entre a focalização e a universalização. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 27-40, jan./jun. 2005.

OLIVEIRA, J. A. P. de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 273–287, mar. 2006.

ORTIZ -HERNÁNDEZ, M. Trayectorias juveniles: perspectivas entorno a la moratoria social y las expectativas laborales de los y las jóvenes colombianas. *In*: GUTIÉRREZ-BONILLA, M. L.; REYES-FERNÁNDEZ, N.; ORTIZ -HERNÁNDEZ, M.; ESCOBAR-MARTÍNEZ, J. R.; ROBLES- ARENAS, S. **Juventudes Colombianas 2021- preocupaciones, intereses y creencias**. Bogotá: Fundación SM, 2021.

ORTIZ, I. Situación ocupacional de los jóvenes egresados de la educación media: comparación entre los egresados de la formación técnico-profesional y la humanista-científica. **Estudios Pedagógicos**, Valdivia, v. 37, n. 2, p. 181-196, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-07052011000200011>. Acesso em: 01 set. 2022.

OSO, L. **La Migración Hacia España de Mujeres Jefas de Hogar Una dinámica migratoria creada por las estrategias de los actores sociales del contexto receptor y las actoras de la migración**. Tese (Doctorado em Sociología) – Universidade da Coruña, 1997. Disponível em: <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/5583>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PARRY, E. Who Helps and Who Hinders? Young People's Construction of 'Support' Prior to the School to Work Transition. **Educational & Child Psychology**, v. 37, n. 3, p. 26-39, Sep., 2020. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1269595>. Acesso em: 28 maio 2023.

PATTI, C. I. Além dos muros da escola: um estudo sobre educação popular e o projeto Promotoras Legais Populares de Campinas (SP). 2015. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.

PAUGAM, S.; BEYCAN, T.; SUTER, C. Ce qui attache les individus aux groupes et à la société. Une comparaison européenne. **Sciendo: Swiss Journal of Sociology**, [S.l.], v. 46, n. 1, p. 7-35, 2020.

PEREGRINO, M. Desigualdade, juventude e escola: uma análise de trajetórias institucionais. *In*: ZACCUR, E.; FÁVERO, O. (Orgs). **Pesquisas em Educação: diferentes enfoques**. Niterói: EdUFF, 2008.

PEREGRINO, M. Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 275-291, maio-ago. 2011.

PEREGRINO, M. **Trajetórias desiguais**: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PEREGRINO, M.; PRATA, J. de M. Juventude como mirante dos fenômenos sociais e a reforma do ensino médio: o que se vê quando se olha de um outro lugar?. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, p. e280052, 2023.

PEREGRINO, M.; PRATA, J. de M. Juventude, políticas de correção de fluxo escolar e direito ao uso da condição juvenil - o caso dos jovens estudantes da EJA no município de Mesquita/ Rio de Janeiro. *In*: PINHEIRO, L. R.(Org.) **Itinerários versados**: questões, sintonias e narrativas do cotidiano. Jundiaí: Paco Editorial: 2016.

PEREGRINO, M.; PRATA, J. Escola e Trabalho. *In*: CARRANO, P.C. (Org.) **Pesquisa Juventudes no Brasil**. São Paulo: Fundação SM, 2021.

PEREIRA, E. M. **A vivência de mulheres em cargos em cargos executivos em grandes empresas**: uma análise interseccional das desigualdades de gênero e de Raça. 2015. 257 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015.

PEREIRA, G.; ORTIGÃO, M. I. R. Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jun., p. 66-79, 2016.

PETERS, G. **Teoria social em pílulas**: Talcott Parsons e a teoria da ação. Blog do Labemus, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/07/06/teoria-social-em-pilulas-talcott-parsons-e-a-teoria-da-acao-por-gabriel-peters/>. Acesso em: 20 maio 2023.

PNAD EDUCAÇÃO 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Agência Notícias IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento**: a ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado. Nova York: PNUD/ONU, 2023.

PORTELA JÚNIOR, A.; LIRA, B. F. F. A. América Latina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 28, n. 63, p. 105–131, maio 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832022000200004>. Acesso em: 20 maio 2023.

PRATA, J. de M. Juventude na EJA: estudo geracional no município de Mesquita. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 11. 2014. **Anais do Encontro da Anped Sudeste**, São João Del Rei: UFSJ, 2014. p. 2578-2587.

PRESTI, A.L.; CAPONE, V.; AVERSANO, A.; AKKERMANS, J. Career competencies and career success: on the roles of employability activities and academic satisfaction during the school-to-work transition. **Journal of Career Development**, [S.l.], v. 49, n. 1, p. 107-125, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0894845321992536>. Acesso em: 28 maio 2023.

QUINTINI, G.; MANFREDI, T. Going separate ways?: school-to-work transitions in the United States and Europe. **OECD Social, Employment and Migration Working Papers**, Paris, n. 90, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/221717700447>. Acesso em: 20 maio 2023.

QUINTINI, G.; MARTIN, J. P.; MARTIN, S. The changing nature of the school-to-work transition process in OECD countries. **IZA: Institute of labor economics**, [S.l.], n. 2582, 2007. Disponível em: <https://www.iza.org/publications/dp/2582/the-changingnature-of-the-school-to-work-transition-process-in-oecd>. Acesso em: 25 set. 2022.

REYNOLDS, K. J.; LEE, E.; TURNER, I.; BROMHEAD, D.; SUBASIC, E. How does school climate impact academic achievement? An examination of social identity processes. **School Psychology International**, [S.l.], v. 38, n. 1, p. 78-97, 2017.

RIVAS, M. A. **Soulfully Resistant transferistas**: understanding the Chicana Transfer Experience from community college and into the doctorate. 2012. Dissertation (Doctor of Philosophy in Education) - University of California, Los Angeles, 2012. Disponível em: http://gateway.proquest.com/openurl?url_ver=Z39.88-2004&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:dissertation&res_dat=xri:pqm&rft_dat=xri:pqdiss:3516296. Acesso em: 20 ago .2023.

RO, H. K.; LOYA, K. I. The effect of gender and race intersectionality on student learning outcomes in engineering. **Review of Higher Education**, [S.l.], v. 38, n. 3, Spring, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1353/rhe.2015.0014>. Acesso em: 20 ago. 2023.

RODRIGUES, E.; BARROSO, M.; CAETANO, A. Trabalho, família e bem-estar: factores e padrões de qualidade de vida na Europa. **CIES e-Working Papers**, Lisboa, n. 93, 2010.

RODRIGUES, T. A. de M. **Migração e trabalho doméstico**: trajetórias laborais de mulheres latino-americanas na Espanha. 2018. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

RODRIGUES, T.; TONHATI, T. Migração e trabalho doméstico: as experiências de migrantes latino-americanas na Espanha. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [S.l.], v. 30, n. 65, p. 105–120, maio 2022.

ROLAND, E.; AGOSTO, V. Black women resident assistants: seeking and serving as bridges, mentors, advisors, filters, and community builders. **NASPA Journal About Women in Higher Education**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 186-201, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/19407882.2017.1331855>. Acesso em: 20 ago .2023.

ROSA, C. S. **A interseccionalidade e suas contribuições para a compreensão do encarceramento de mulheres negras**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

SALAZAR, E. M. State terror and violence as a process of lifelong teaching-learning: the case of Guatemala. **International Journal of Lifelong Education**, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 201-216, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02601370801936374>. Acesso em: 20 ago .2023.

SAN JULIAN, E. Ocupación y perspectivas de futuro. *In*: GONZÁLEZ–ANLEO, J. M.; MEGÍAS, I.; BALLESTEROS, J. C.; PÉREZ, A.; RODRÍGUEZ, E. **Jóvenes Españoles 2021: ser joven em tempos de pandemia**. Madrid: Fundación SM, 2022.

SANCHEZ-HUCLES, J. V.; DAVIS, D. D. Women and women of color in leadership: complexity, identity, and intersectionality. **American Psychologist**, [S.l.], v. 65, n. 3, p. 171-181, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1037/a0017459>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SANTOS, A. C. C. **Mulheres negras, negras mulheres: ativismo na capital baiana: 1980-1991**. 2015. 184 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SANTOS, A. O. **Educação feminista e antirracista: narrativas de estudantes negras em Mirangaba-BA**. 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Diversidade) – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2019a.

SANTOS, C. A. **Uma história de refúgio: narrativas de três irmãs negras do congo no Distrito Federal**. 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018b.

SANTOS, E. S. **“Hoje a cria não veio!”: mães adolescentes negras e projetos de vida no contexto escolar**. 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado em educação e contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018a.

SANTOS, R. de L. **Negros/as surdos/as no Ensino Superior: mapeando cursos de graduação Letras Libras**. 2019. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019b.

SÁVOLY, D.D.K.; DOST, M.T. Effectiveness of a School-to-Work Transition Skills Program in a Collectivist Culture. **Australian Journal of Career Development**, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 127-136, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1038416220919882>. Acesso em: 28 maio 2023.

SEP. **Programa Nacional de Educación 2001-2006**. México: SEP, 2001.

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. A. Decisão dos jovens brasileiros: trabalhar e/ou estudar ou nem-nem. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 49, n. 2, ago., 2019.

SILVA, F. C. **“Tatuagem feminina”**: subjetividade, interseccionalidade e diferenciação. 2018. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, L. M. **Às margens do esquecimento**: análise dos discursos sobre os/as negros/as nos itinerários turísticos em Penedo/AL. 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019b.

SILVA, M. G. V.; TOMIZAKI, K. A. O sonho de ser metalúrgico: dimensões da vivência juvenil no ABC Paulista. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 22, n. 47, p. 86–109, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v22i47.4783>. Acesso em: 23 ago. 2022.

SILVA, S. R. **Trajetórias de professoras negras dos cursos de formação de professores da UFAC/Campus Rio Branco**. 2019. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2019a.

SLEVIN, K. F. "If I had lots of money...I'd have a body makeover:" managing the aging body. **Social Forces**, [S. l.], v. 88, n. 3, p. 1003-1020, march, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/sof.0.0302>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SOARES, E. **ERIC – Education resources information center**. ProQuest Education, 2020. Disponível em: [https://www.periodicos.capes.gov.br/images/documents/ProQuest%20-%20ERIC%20\(guia\).pdf](https://www.periodicos.capes.gov.br/images/documents/ProQuest%20-%20ERIC%20(guia).pdf). Acesso em: 18 abr. 2022.

SOUZA JÚNIOR, J. R. C.; LEVY, P. M.; SANTOS, F. E. L. A.; CARVALHO, L. M. Visão Geral da Conjuntura. **Carta de Conjuntura**, [S. l.], n. 45, 4. trim., 2019. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/191219_cc_45_visao_geral.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

SOUZA, F. A. **A participação de pesquisadoras negras de programas de Pós Graduação Stricto Sensu da UFMG na produção do conhecimento científico**. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Federal de Educação Técnica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018a.

SOUZA, N. R. M. **Jogo de cartas marcadas**: segregação ocupacional por gênero no Brasil urbano. 2018. 220 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018b.

SPOSITO, M. P. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo, Ação Educativa, 2003a.

SPOSITO, M. P. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. **Revista USP**, São Paulo, n. 57, p. 210-226, 2003b. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i57p210-226>. Acesso em: 24 ago. 2022.

SPOSITO, M. P.; SOUZA, R.; SILVA, F. A. E. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201712170308>. Acesso em: 20 maio 2023.

STOCKFELT, S. We the Minority-of-Minorities: a narrative inquiry of black female academics in the United Kingdom. **British Journal of Sociology of Education**, [S.l.], v. 39, n. 7, p. 1012-1029, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01425692.2018.1454297>. Acesso em: 20 ago. 2023.

STRIDE, A. Centralising space: the Physical Education and physical activity experiences of South Asian, Muslim girls. **Sport, Education and Society**, [S.l.], v. 21, n. 5, p. 677-697, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13573322.2014.938622>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SUSIN, P. Q. **Mulheres e habitação em Porto Alegre**: a luta por moradia urbana sob enfoque interpretativo e biográfico. 2019. 311 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SZÉKELY, M. Avances y transformaciones em la Educación Media Superior. *In*: ARTAUT, Y. S.; GIOGULI, S. (Coords.). **Educación. Los grandes problemas de México**, México, v. 7, 2010.

TAMBOUKOU, M. Power, desire and emotions in education: revisiting the epistolary narratives of three women in Apartheid South Africa. **Gender and Education**, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 233-252, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09540250600667736>. Acesso em: 20 ago. 2023.

TROTTIER, C.; LAFORCE, L.; CLOUTIER, R. Les représentations de l'insertion professionnelle chez les diplômés de l'université. *In*: CHARLOT, B.; GLASMAN, G. (Org.). **Les jeunes, l'insertion, l'emploi**. Paris: PUF, 1998. p. 390-341.

UNITED NATIONS. Sustainable development goals. *In: UNITED SOCIETY at a glance 2016: OECD social indicators*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2016. 135 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264261488-en>. Acesso em: 01 set. 2022.

VARGAS, I. C. de. **Os efeitos do cruzamento de gênero, raça e classe na vida de trabalhadoras de um empreendimento de reciclagem**: uma leitura através da interseccionalidade. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

VEENSTRA, G. Transmutations of Capitals in Canada: A 'Social Space' Approach. *In: ROBSON, K.; SANDERS, C. (eds). Quantifying Theory: Pierre Bourdieu*. Dordrecht: Springer, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-1-4020-9450-7_5. Acesso em: 20 maio 2023.

VICKERY, A. E.; RODRÍGUEZ, N. N. "A Woman Question and a Race Problem": Attending to Intersectionality in Children's Literature. **Social Studies**, [S.l.], v. 112, n. 2, p. 57-62, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00377996.2020.1809979>. Acesso em: 20 ago. 2023.

VICKERY, A. E.; SALINAS, C. S. "I question America.... is this America?" Learning to view the Civil Rights Movement through an intersectional lens. **Curriculum Inquiry**, [S.l.], v. 49, n. 3, p. 260-283, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03626784.2019.1614878>. Acesso em: 20 ago. 2023.

VLAHOULIS, M. M. **Where are all the Majors in women's studies**: how two online modules shape the Major Selection Process. 2018. Dissertação (Doctor of Education) - Arizona State University, Arizona, 2018. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/2154886057?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true>. Acesso em: 20 ago. 2023.

WEBER, K. A ética protestante e o espírito do capitalismo. *In: WEBER, M. 1864-1920: textos selecionados*. Seleção e tradução de Mauricio Tragtenberg. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

WELLER, W. A atualidade do conceito de geração de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, Dossiê da atualidade do conceito de geração na pesquisa sociológica, maio/ago., 2010.

WHITE, A. M. Unpacking Black Feminist Pedagogy in Ethiopia. **Feminist teacher**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 195-211, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5406/femteacher.21.3.0195>. Acesso em: 20 ago. 2023.

WINKER, G.; DEGELE, N. **Intersektionalität als Mehrebenenanalyse**. 2007. Disponível em: <https://www.soziologie.uni-freiburg.de/personen/degele/dokumente-publikationen/intersektionalitaet-mehrebenen.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

WINKER, G.; DEGELE, N. **Intersektionalität**: Zur Analyse sozialer Ungleichheiten. Bielefeld: Verlag, 2009.

WINKER, G.; DEGELE, N. Praxeologisch differenzieren Ein Beitrag zur intersektionalen Gesellschaftsanalyse. *In*: KLINGER C; KNAPP G. **Überkreuzungen**: Fremdheit, Ungleichheit, Differenz. Münster: Verlag Westfälisches Dampfboot, 2008.

WRIGHT MILLS, C. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

YANG, N.; YAUNG, H.; NOH, H.; JANG, S.H.; LEE, B. The change of planned happenstance skills and its association with career-related variables during school-to-work transition. **International Journal for Educational and Vocational Guidance**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 19-38, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10775-016-9332-z>. Acesso em: 28 maio 2023.

ZAMFIR, A. M.; DUBOIS, P.; GUAY, F.; ST-PIERRE, M.C. School-to-work transition of youth with learning difficulties: the role of motivation and autonomy support. **Exceptional Children**, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 123-152, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00144029221112285>. Acesso em: 28 maio 2023.

ZAMFIR, A. M.; MILITARU, E.; MOCANU, C.; LUNGU, E.O. School-to-work transition of higher education graduates in four European countries. *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, [S.l.], v. 50, n. 1, p. 36-52, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03057925.2018.1493572>. Acesso em: 20 maio 2023.

ZAMPINI, G.; ÖSTERMAN, L.; STENGEL, C.; BENNALLICK, M. Turning gender inside-out: delivering Higher Education in women's carceral spaces. **Journal of Prison Education and Reentry**, [S.l.], v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25771/patp-a616>. Acesso em: 20 ago. 2023.

GLOSSÁRIO

Abordagem interseccional – Abordagem teórica que analisa as interseções e interconexões entre diferentes sistemas de opressão, como raça, gênero, classe social, sexualidade, entre outros, reconhecendo que essas formas de opressão se entrelaçam e influenciam a experiência e a posição social dos indivíduos. Cf. Bilge (2009), Cho, Crenshaw e McCall (2013).

Alto engajamento – Nível elevado de participação e envolvimento institucional dado pelos sujeitos trabalharem e estudarem, concomitantemente, neste estudo.

Ancoragem frágil – Condição em que os indivíduos têm uma posição instável ou precária em relação a uma estrutura ou contexto social, trabalhando nos cuidados (cuidando de crianças, idosos ou pessoas doentes), no caso da pesquisa

Ancoragem – recurso para analisar a densidade e importância relativa das instituições nos processos de transição para a vida adulta vivenciados pelos jovens em diferentes sociais. Onde, os que mais têm mais acesso a ancoragem estão sob uma égide de maior proteção social via instituições de socialização e quem tem menos acesso, estão num contexto de maior vulnerabilidade. A condição de ancoragem é dada pelo engajamento institucional dos jovens com a escola ou o trabalho.

Capital cultural – Refere-se a um conjunto de recursos, competências disponíveis e mobilizáveis em matéria de cultura dominante ou legítima. Relaciona-se ainda com a importância da cultura e do conhecimento na estruturação das relações sociais e das desigualdades sociais. Esse conceito nos ajuda a entender como a posse e a distribuição desse capital influenciam as oportunidades e os resultados individuais na sociedade. Cf. Bourdieu (2009b).

Capital de gênero – É o reconhecimento, neste estudo, que as expectativas sociais em relação à expressão de gênero podem criar vantagens ou desvantagens para os indivíduos. A maneira como uma pessoa se encaixa nas categorias tradicionais de masculinidade ou feminilidade pode influenciar a forma como é percebida, tratada e avaliada pela sociedade, porque a forma como alguém se apresenta e se identifica socialmente em relação ao gênero pode afetar o acesso a recursos, oportunidades e reconhecimento social.

Capital econômico – Refere-se aos recursos financeiros e materiais que uma pessoa possui, como dinheiro e posses, desempenhando um papel significativo na sociedade e nas oportunidades individuais. O capital econômico é um assunto fundamental quando observamos a composição do volume total de capital. Cf. Bourdieu (2009b).

Capital geracional ou de geração – Refere-se ao, neste estudo, ao acesso a recursos, oportunidades e códigos culturais específicos a determinadas gerações ou faixas de idade que podem influenciar suas trajetórias e posições sociais.

Capital racializado – É o reconhecimento, neste estudo, de que como as características físicas associadas à raça, cor da pele e etnia podem influenciar a aquisição, a mobilização e a valorização do capital em diferentes contextos sociais. Isso pode envolver a análise das interações entre fenótipos raciais, a discussão sobre colorismo, práticas sociais, percepções estéticas e os sistemas de classificação e hierarquia social.

Capital social – Termo abordado por Tocqueville acerca de recursos sociais disponíveis para os indivíduos, como redes de relacionamentos e conexões, que podem afetar o acesso a oportunidades educacionais e o sucesso escolar. Pierre Bourdieu trabalha com esse conceito para ainda de uma rede de condutas e obrigações sociais que de alguma forma também se convertem em capital econômico. Para Bourdieu, o capital social é o conjunto desses recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de contatos durável de relacionamentos mais ou menos institucionalizados de familiaridade e reconhecimento. A posse de capital social reproduz relacionamentos duradouros e úteis que podem garantir ganhos materiais ou simbólicos. Cf. Bourdieu (2009b).

Capital – Para Pierre Bourdieu, capital é sinônimo de poder. Relaciona-se com um conjunto de ativos econômicos e culturais. Recursos ou habilidades valiosas que os indivíduos possuem e que podem ser mobilizados para obter vantagens sociais, econômicas ou culturais. Elemento que afeta a distribuição e a reprodução das desigualdades sociais e promove mobilidade social numa sociedade estratificada. Cf. Bourdieu (2009b)

Condição social – Conjunto de circunstâncias sociais, como classe social, raça, gênero e origem geográfica, que influenciam a construção da posição e a experiência dos indivíduos na sociedade. A condição é o exercício da posição na experimentação da vida.

Desancoragem – Processo pelo qual os indivíduos perdem ou têm sua posição social enfraquecida, levando à instabilidade, incerteza ou falta de recursos. Essa condição, neste estudo, é dada pela falta de engajamento institucional nos jovens: pessoas que não estudam e não trabalham, dos 15 aos 29 anos de idade.

Desengajamento – Baixo nível de participação ou envolvimento dos indivíduos nas instituições fundamentais de escola e trabalho. Neste estudo, desengajados são os sujeitos que não estudavam e nem trabalhavam no momento da coleta de dados.

Desigualdade educacional – Disparidades no acesso a recursos e oportunidades educacionais com base em fatores como classe social, raça/etnia, gênero e origem geográfica.

Desocupação – Situação em que os indivíduos não estão ocupados em uma atividade produtiva, como trabalho remunerado, estudo ou formação profissional. Cf. IPEA (2019).

Dupla ancoragem – Condição em que os indivíduos têm duas fontes institucionais de estabilidade ou segurança, como o engajamento simultâneo na escola e no trabalho; é marcado por alto engajamento institucional, nesse estudo.

Engajamento frágil – Nível de participação e envolvimento precário ou instável dos indivíduos com as instituições fundamentais. Neste estudo, se trata de jovens que trabalham com cuidados, com ancoragem fragilizada. Cf. Hirata (2016)

Engajamento – Neste estudo, engajamento é o nível de participação e envolvimento dos indivíduos nas instituições fundamentais de estudos ou trabalho.

Espaço social – Conceito teórico que representa a estrutura e a configuração das relações sociais em uma determinada sociedade, incluindo a distribuição do poder, dos recursos e das posições sociais. O conjunto de todas as posições possíveis disponíveis para ocupação em qualquer momento ou local dado Cf. Hardy (2018). Espaço social é ainda a metáfora genérica para indicar o pano de fundo mais amplo do fenômeno social sob estudo Cf. Crossley (2005).

Evolução – é um modo de leitura de dados que visualiza o processo pelo qual as evidências de ancoragem se modificam quando comparamos os grupos de idade. Não é o mesmo grupo ao longo do tempo, como nos estudos longitudinais, mas como um indicador do fluxo de ancoragem nas faixas de idade, neste estudo. Cf. Peregrino, Prata e Souza (s/d no prelo).

Fenômeno-espelho – situação ou ocorrência que reflete, espelha ou reproduz características semelhantes de um fenômeno anterior ou paralelo. É um termo, nesta proposta, utilizado para descrever o refletir da situação de não estuda e não trabalha com estuda e trabalha na pesquisa.

Habitus – Conjunto de disposições, estilos de vida, maneiras e gostos incorporados e campo como um espaço social que possui estrutura própria e, relativamente, autônoma em relação a outros espaços sociais, que tem uma lógica própria de funcionamento, estratificação e princípios que regulam as relações sociais. É uma coleção de disposições internalizadas pelos indivíduos por meio de sua socialização, que moldam suas percepções, comportamentos e escolhas educacionais e sociais. Cf. Bourdieu (1998, 1980).

Ibero-américa – É um termo utilizado para se referir ao conjunto de países da América Latina e da Península Ibérica (Espanha e Portugal), que compartilham uma herança cultural, linguística e histórica comum.

Indivíduo Epistêmico: De acordo com Bourdieu, o indivíduo epistêmico é metodicamente construído pela ciência através da seleção e construção de variáveis informativas e explicativas, como origem social e sexo. Cada grupo de análise é um ponto no espaço social, que é estruturado pela distribuição das diferentes posições sociais. No entanto, esses pontos de vista são princípios de uma visão assumida a partir de um ponto específico no espaço social. Bourdieu destaca que o indivíduo epistêmico não é formado por variáveis isoladas, mas sim por um sistema complexo em que o significado de cada uma depende da relação com as demais variáveis. Essa abordagem reconhece a interdependência e a complexidade das variáveis sociais na construção do sujeito epistêmico. Cf. Bourdieu (2009b).

Juventude como Posição Interseccional (JPI) – é a síntese da relação raça, classe, e sexo, a partir da idade como um ordenador, construindo assim grupos distintos de indivíduos epistêmicos. É ainda o conjunto das posições sociais dos jovens na sociedade. Essa ferramenta é uma forma de ler a sociedade nos conjuntos de seus múltiplos indivíduos epistêmicos. A juventude como posição interseccional (JPI), neste estudo, é um marcador para o entendimento dos processos sociais de diferentes grupos de jovens.

Juventude – é uma posição social, ao mesmo tempo dinâmica, tensa, transicional, porque implica num desenraizamento para posterior processo de re-enraizamento social. Para nós, é isso que unifica juventude -esse estado ao mesmo tempo, formativo, liminar, transicional, com vistas ao uso de uma condição presente que configura possível inserção futura- de trânsito entre a socialização primária e os processos de socialização secundária. Segundo Bourdieu, como acabamos de verificar, juventude é nesse contexto, uma posição no espaço social (PEREGRINO; PRATA, 2023).

Moratória – Período de suspensão ou adiamento das obrigações e responsabilidades sociais da vida adulta, permitindo a exploração pessoal, a autodescoberta e a busca de diferentes experiências. Moratória é um tempo para configurar trajetórias de inscrição social (PEREGRINO, 2011, p.281). Neste estudo ainda, moratória é uma propriedade da posição social.

Ocupação – Atividade produtiva em que os indivíduos estão engajados, como trabalho remunerado, estudo ou formação profissional. Cf. IPEA (2019).

Posição social – localização de um indivíduo dentro da estrutura social, com base em fatores como classe social, raça, sexo e outras dimensões sociais relevantes. A posição social de um indivíduo influencia seu acesso a recursos, seu status social e as oportunidades disponíveis para ele na sociedade.

Representação do espaço social – Construção teórica que mapeia e analisa as posições ocupadas pelos indivíduos no espaço social, considerando a distribuição e a combinação de diferentes formas de capital. Cf. Hardy (2018).

Reprodução social – Processo de relações entre poder material e simbólico, uma vez que incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção, de apreciação e de ação, as estruturas da ordem social. As desigualdades sociais são reproduzidas ao longo das gerações, incluindo a transmissão de privilégios e desvantagens por meio da educação, como podemos ver em Bourdieu. Cf. Bourdieu (2009b).

Situação social – Conjuntura específica e concreta em que os indivíduos se encontram num determinado espaço-tempo, levando em conta o contexto social, econômico e cultural em que suas ações ocorrem. A situação social é um estado com menos permanências sociais, mais temporário e circunstancial de acesso imediato e concreto. Nesse estudo, tratamos de situação social para discutir o caso da juventude.

Standpoint – Perspectiva teórica dos estudos de abordagem interseccional que enfatiza a importância das experiências e posições sociais dos indivíduos na compreensão e na análise dos fenômenos sociais, a partir do cruzamento de categorias de raça, classe e sexo. Neste estudo “mulher, preta, classe baixa, de 21 a 24 anos” - grupo 57-, nosso grupo-controle na análise do caso. No estudo, ainda construímos 71 grupos que representam outros grupos sociais e representam outros Standpoints.

Transição Escola-Trabalho – Processo de passagem dos indivíduos da fase educacional para o ingresso no mercado de trabalho ou em outras formas de atividade produtiva. A Transição Escola- Trabalho (TET) é ainda um campo de estudos que busca representar o início do processo de autonomia dos jovens que culmina na assunção plena dos papéis sociais dos adultos (Hasenbalg, 2003). Tradicionalmente, nesse campo era comum a literatura confirmar três características de demarcação do fim da TET: fim dos estudos, conquista do primeiro emprego e constituição de família (Galland, 1997, p.55).

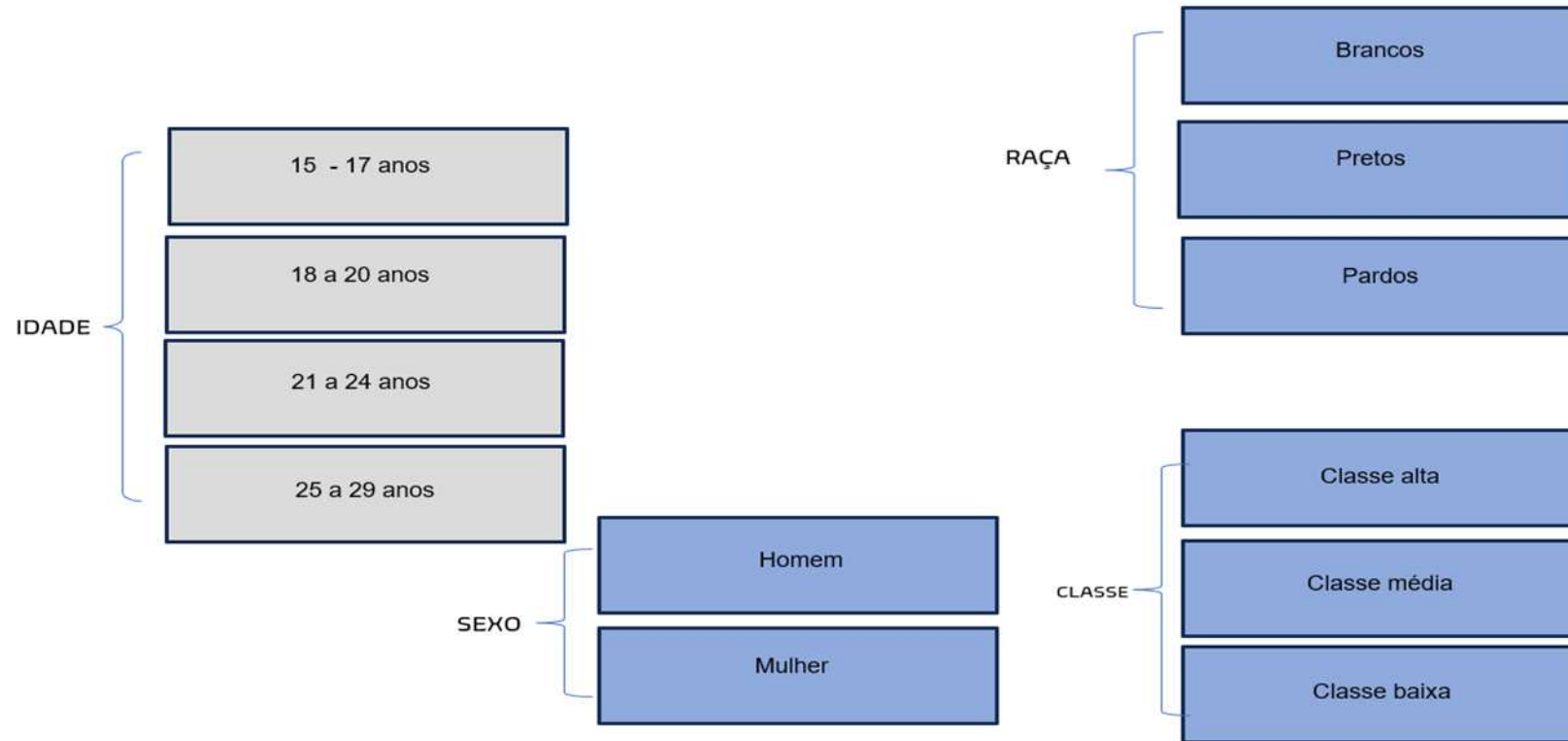
Varição de ocupação – Mudanças na atividade produtiva ou ocupação ao longo do tempo, que podem refletir transições, mobilidade social ou mudanças nas condições econômicas. Neste estudo, são as variações de ocupação: apenas estudo; principalmente estudo e faço algum trabalho; principalmente trabalho e também; trabalho; estou buscando ativamente trabalho; não estudo e nem trabalho; principalmente cuido de outros; dono(a) de casa e outros.

Volume de capital – é uma análise complexa que leva em consideração as relações de poder, as estruturas sociais e os contextos culturais específicos. É uma abordagem sociológica bourdieusiana que busca compreender as dinâmicas de poder e desigualdade presentes na sociedade. Para a representação no espaço social, o cálculo de volume de capital que Bourdieu utilizou, onde K é capital, foi: Volume de $K = K \text{ econômico} + K \text{ de cultura e conhecimento}$. Neste estudo, o cálculo do volume de capital inclui outros fatores e se dá por: Volume de $K = K \text{ geracional} [(K \text{ econômico} + K \text{ de cultura e conhecimento}) + K \text{ de gênero} + K \text{ racializado}]$.

APÊNDICE A – Tabulação dos dados da entrevista

	<i>Por que parou de estudar?</i>	<i>Por que continua estudando?</i>
<i>Homens</i>	249	207
	54,6%	45,4%
<i>Mulheres</i>	271	221
	55%	45%
<i>Branços</i>	189	177
	51,6%	48,3%
<i>Pretos</i>	91	68
	57,2%	42,7%
<i>Pardos</i>	208	165
	55,7%	44,2%
<i>15-17</i>	20	214
	8,5%	91,5%
<i>18-20</i>	105	117
	47,3%	52,7%
<i>21-24</i>	138	52
	72,6%	27,3%
<i>25-29</i>	259	47
	84,6%	15,3%
<i>Alto-médio alto</i>	34	45
	43%	57%
<i>Médio</i>	73	94
	43,7%	56,3%
<i>Médio baixo</i>	110	103
	51,6%	48,3%
<i>Baixo</i>	146	105
	58,1%	41,8%
<i>Pobreza</i>	158	78
	66,9%	33%
<i>EF (completo e incompleto)</i>	175	151
	53,6%	46,3%
<i>EM (completo e incompleto)</i>	283	196
	59%	41%
<i>ET (completo e incompleto)</i>	10	9
	52,6%	47,3%
<i>ES (completo e incompleto)</i>	53	69
	43,4%	56,5%
<i>Formal (empregado)</i>	132	58
	69,4%	30,5%
<i>Informal (negócio próprio)</i>	126	33
	79,2%	20,7%
<i>Não trabalho</i>	222	308
	41,8%	58,1%
<i>Só estudo</i>		300
<i>Estudo e Trabalho</i>		45
<i>Trabalho e Estudo</i>		82
<i>Só Trabalho</i>	290	
<i>Busco Trabalho</i>	52	
<i>Não estudo e Não trabalho</i>	132	
<i>Cuido de outros/ da casa</i>	47	

APÊNDICE B – Categorias para a análise de correspondência múltipla



APÊNDICE C – Tabela completa com os cruzamentos de dados de faixa de idade, sexo, raça e grupo socioeconômico

SEXO	RAÇA	IDADE	CLASSE SOCIAL	SÓ ESTUDA	%	SÓ TRABALHA	%	NÃO ESTUDA/ TRABALHA	%	ESTUDA e TRABALHA	%	CUIDADOS	%		
HOMEM	BRANCO	15 a 17	ALTO/MÉDIO	6	16,22%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,0%	0	0,00%		
			MÉDIO / BAIXO	13	35,14%	13	41,94%	0	0,00%	5	100,0%	0	0,00%		
			BAIXO / POBREZA	18	48,65%	18	58,06%	3	100,00%	0	0,0%	0	0,00%		
		TOTAL	37	100,00%	31	100,00%	3	100,00%	5	100,0%	0	0,00%			
		18 a 20	ALTO/MÉDIO	0	0,00%	0	0,00%	1	11,11%	1	8,33%	0	0,00%		
			MÉDIO / BAIXO	8	66,67%	4	33,33%	3	33,33%	5	41,67%	2	100,00%		
			BAIXO / POBREZA	4	33,33%	8	66,67%	5	55,56%	6	50,00%	0	0,00%		
		TOTAL	12	100,00%	12	100,00%	9	100,00%	12	100,00%	2	100,00%			
		21 a 24	ALTO/MÉDIO	1	100,00%	1	7,14%	0	0,00%	0	0,00%	3	50,00%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	0	0,00%	6	42,86%	1	25,00%	2	33,33%	0	0,00%		
			BAIXO / POBREZA	0	0,00%	7	50,00%	3	75,00%	1	16,67%	4	100,00%		
		TOTAL	1	100,00%	14	100,00%	4	100,00%	6	100%	4	100,00%			
	25 a 29	ALTO/MÉDIO	0	0,00%	6	12,77%	0	0,00%	1	33,33%	1	33,33%			
		MÉDIO / BAIXO	0	0,00%	17	36,17%	0	0,00%	2	66,67%	2	66,67%			
		BAIXO / POBREZA	0	0,00%	24	51,06%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%			
	TOTAL	0	0,00%	47	100,00%	0	0,00%	3	100,00%	3	100,00%				
	PRETO	15 a 17	ALTO/MÉDIO	2	12,50%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
			MÉDIO / BAIXO	5	31,25%	0	0,00%	0	0,00%	2	66,67%	0	0,00%		
			BAIXO / POBREZA	9	56,25%	4	100,00%	4	100,00%	1	33,33%	0	0,00%		
		TOTAL	16	100,00%	4	100,00%	4	100,00%	3	100,00%	0	0,00%			

SEXO	RAÇA	IDADE	CLASSE SOCIAL	SÓ ESTUDA	%	SÓ TRABALHA	%	NÃO ESTUDA/ TRABALHA	%	ESTUDA e TRABALHA	%	CUIDADOS	%		
		18 a 20	ALTO/MÉDIO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
			MÉDIO / BAIXO	3	27,27%	3	42,86%	1	20,00%	1	100,00%	0	0,00%		
			BAIXO / POBREZA	8	72,73%	4	57,14%	4	80,00%	0	0,00%	0	0,00%		
						11	100,00%	7	100,00%	5	100,00%	1	100,00%	0	0,00%
		21 a 24	ALTO/MÉDIO	0	0,00%	1	10,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	0	0,00%	4	40,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	100,00%	0	0,00%
			BAIXO / POBREZA	0	0,00%	5	50,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
						0	0,00%	10	100,00%	0	0,00%	1	100,00%	0	0,00%
		25 a 29	ALTO/MÉDIO	0	0,00%	3	12,50%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	0	0,00%	12	50,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	33,33%	0	0,00%
			BAIXO / POBREZA	2	100,00%	9	37,50%	0	0,00%	0	0,00%	2	66,67%	0	0,00%
						2	100,00%	24	100,00%	0	0,00%	3	100,00%	0	0,00%
	PARDO	15 a 17	ALTO/MÉDIO	2	8,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	13	52,00%	2	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	37,50%	0	0,00%
			BAIXO / POBREZA	10	40,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	5	62,50%	0	0,00%
						25	100,00%	2	100,00%	0	0,00%	8	100,00%	0	0,00%
		18 a 20	ALTO/MÉDIO	0	0,00%	1	6,67%	0	0,00%	0	0,00%	1	16,67%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	5	62,50%	5	33,33%	1	25,00%	1	25,00%	2	33,33%	0	0,00%
			BAIXO / POBREZA	3	37,50%	9	60,00%	3	75,00%	3	75,00%	3	50,00%	2	100,00%
						8	100,00%	15	100,00%	4	100,00%	6	100,00%	2	100,00%
		21 a 24	ALTO/MÉDIO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	25,00%	3	33,33%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	3	60,00%	6	26,09%	6	26,09%	3	75,00%	6	66,67%	1	100,00%
			BAIXO / POBREZA	2	40,00%	17	73,91%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
						5	100,00%	23	100,00%	4	100,00%	9	100,00%	1	100,00%

SEXO	RAÇA	IDADE	CLASSE SOCIAL	SÓ ESTUDA	%	SÓ TRABALHA	%	NÃO ESTUDA/ TRABALHA	%	ESTUDA e TRABALHA	%	CUIDADOS	%		
		25 a 29	ALTO/MÉDIO	0	0,00%	1	2,44%	0	0,00%	1	16,67%	0	0,00%		
			MÉDIO / BAIXO	1	50,00%	17	41,46%	1	25,00%	2	33,33%	0	0,00%		
			BAIXO / POBREZA	1	50,00%	23	56,10%	3	75,00%	3	50,00%	0	0,00%		
					2	100,00%	41	100,00%	4	100,00%	6	100,00%	0	0,00%	
MULHER	BRANCA	15 a 17	ALTO/MÉDIO	6	15,38%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,0%	0	0,00%		
			MÉDIO / BAIXO	18	46,15%	0	0,00%	0	0,00%	2	66,7%	0	0,00%		
			BAIXO / POBREZA	15	38,46%	0	0,00%	3	100,00%	1	33,3%	1	0,00%		
					TOTAL	39	100,00%	0	0,00%	3	100,00%	3	100,0%	1	0,00%
		18 a 20	ALTO/MÉDIO	3	14,29%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	14,29%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	11	52,38%	4	40,00%	0	0,00%	4	57,14%	1	100,00%	1	100,00%
			BAIXO / POBREZA	7	33,33%	6	60,00%	8	100,00%	2	28,57%	0	0,00%	0	0,00%
					TOTAL	21	100,00%	10	100,00%	8	100,00%	7	100,00%	1	100,00%
		21 a 24	ALTO/MÉDIO	1	8,33%	2	12,50%	0	0,00%	0	0,00%	3	37,50%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	8	66,67%	2	12,50%	6	54,55%	5	62,50%	9	100,00%	9	100,00%
			BAIXO / POBREZA	3	25,00%	12	75,00%	5	45,45%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
					TOTAL	12	100,00%	16	100,00%	11	100,00%	8	100%	9	100,00%
	25 a 29	ALTO/MÉDIO	0	0,00%	3	9,68%	1	0,00%	1	0,00%	2	22,22%	0	0,00%	
		MÉDIO / BAIXO	0	0,00%	19	61,29%	3	0,00%	3	0,00%	7	77,78%	1	100,00%	
		BAIXO / POBREZA	2	0,00%	9	29,03%	14	0,00%	14	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	
				TOTAL	0	0,00%	31	100,00%	18	0,00%	9	100,00%	1	100,00%	
	PRETA	15 a 17	ALTO/MÉDIO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	6	37,50%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	40,00%	0	0,00%
			BAIXO / POBREZA	10	62,50%	0	0,00%	1	100,00%	1	100,00%	3	60,00%	0	0,00%
						16	100,00%	0	0,00%	1	100,00%	5	100,00%	0	0,00%

SEXO	RAÇA	IDADE	CLASSE SOCIAL	SÓ ESTUDA	%	SÓ TRABALHA	%	NÃO ESTUDA/ TRABALHA	%	ESTUDA e TRABALHA	%	CUIDADOS	%		
		18 a 20	ALTO/MÉDIO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
			MÉDIO / BAIXO	1	50,00%	3	42,86%	0	0,00%	2	50,00%	2	0,00%		
			BAIXO / POBREZA	1	50,00%	4	57,14%	2	100,00%	2	50,00%	0	0,00%		
						2	100,00%	7	100,00%	2	100,00%	4	100,00%	2	0,00%
		21 a 24	ALTO/MÉDIO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	2	0,00%	2	66,67%	3	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
			BAIXO / POBREZA	0	0,00%	1	33,33%	4	0,00%	4	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
						2	0,00%	3	100,00%	7	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
		25 a 29	ALTO/MÉDIO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	0	0,00%	2	28,57%	0	0,00%	0	0,00%	1	100,00%	0	0,00%
			BAIXO / POBREZA	0	0,00%	5	71,43%	1	0,00%	1	0,00%	0	0,00%	3	0,00%
						0	0,00%	7	100,00%	2	0,00%	1	100,00%	3	0,00%
	PARDA	15 a 17	ALTO/MÉDIO	2	5,71%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	15	42,86%	0	0,00%	2	100,00%	2	66,67%	2	66,67%	0	0,00%
			BAIXO / POBREZA	18	51,43%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	33,33%	2	100,00%
						35	100,00%	0	0,00%	2	100,00%	3	100,00%	2	100,00%
		18 a 20	ALTO/MÉDIO	2	9,09%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	33,33%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	8	36,36%	1	11,11%	2	40,00%	2	33,33%	2	33,33%	2	40,00%
			BAIXO / POBREZA	12	54,55%	8	88,89%	3	60,00%	3	60,00%	2	33,33%	3	60,00%
						22	100,00%	9	100,00%	5	100,00%	6	100,00%	5	100,00%
		21 a 24	ALTO/MÉDIO	1	12,50%	1	8,33%	1	8,33%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	4	50,00%	6	50,00%	6	50,00%	4	44,44%	1	100,00%	1	8,33%
			BAIXO / POBREZA	3	37,50%	5	41,67%	5	41,67%	5	55,56%	0	0,00%	11	91,67%
						8	100,00%	12	100,00%	9	100,00%	1	100,00%	12	100,00%

SEXO	RAÇA	IDADE	CLASSE SOCIAL	SÓ ESTUDA	%	SÓ TRABALHA	%	NÃO ESTUDA/ TRABALHA	%	ESTUDA e TRABALHA	%	CUIDADOS	%
		25 a 29	ALTO/MÉDIO	0	0,00%	2	6,06%	2	9,52%	1	9,09%	0	0,00%
			MÉDIO / BAIXO	0	0,00%	19	57,58%	6	28,57%	7	63,64%	0	0,00%
			BAIXO / POBREZA	1	100,00%	12	36,36%	13	61,90%	3	27,27%	8	100,00%
			1	100,00%	33	100,00%	21	100,00%	11	100,00%	8	100,00%	

**APÊNDICE D – Descrição por sexo, raça, classe e faixa de idade dos grupos
extraídos da tabela**

- 1- Homem, branco, classe alta, 15 a 17 anos;
- 2- Homem, branco, classe média, 15 a 17 anos;
- 3- Homem, branco, classe baixa, 15 a 17 anos;
- 4- Homem, branco, classe alta, 18 a 20 anos;
- 5- Homem, branco, classe média, 18 a 20 anos;
- 6- Homem, branco, classe baixa, 18 a 20 anos;
- 7- Homem, branco, classe alta, 21 a 24 anos;
- 8- Homem, branco, classe média, 21 a 24 anos;
- 9- Homem, branco, classe baixa, 21 a 24 anos;
- 10- Homem, branco, classe alta, 25 a 29 anos;
- 11- Homem, branco, classe média, 25 a 29 anos;
- 12- Homem, branco, classe baixa, 25 a 29 anos;
- 13- Homem, preto, classe alta, 15 a 17 anos;
- 14- Homem, preto, classe média, 15 a 17 anos;
- 15- Homem, preto, classe baixa, 15 a 17 anos;
- 16- Homem, preto, classe alta, 18 a 20 anos;
- 17- Homem, preto, classe média, 18 a 20 anos;
- 18- Homem, preto, classe baixa, 18 a 20 anos;
- 19- Homem, preto, classe alta, 21 a 24 anos;
- 20- Homem, preto, classe média, 21 a 24 anos;
- 21- Homem, preto, classe baixa, 21 a 24 anos;
- 22- Homem, preto, classe alta, 25 a 29 anos;
- 23- Homem, preto, classe média, 25 a 29 anos;
- 24- Homem, preto, classe baixa, 25 a 29 anos;
- 25- Homem, pardo, classe alta, 15 a 17 anos;
- 26- Homem, pardo, classe média, 15 a 17 anos;
- 27- Homem, pardo, classe baixa, 15 a 17 anos;

- 28- Homem, pardo, classe alta, 18 a 20 anos;
- 29- Homem, pardo, classe média, 18 a 20 anos;
- 30- Homem, pardo, classe baixa, 18 a 20 anos;
- 31- Homem, pardo, classe alta, 21 a 24 anos;
- 32- Homem, pardo, classe média, 21 a 24 anos;
- 33- Homem, pardo, classe baixa, 21 a 24 anos;
- 34- Homem, pardo, classe alta, 25 a 29 anos;
- 35- Homem, pardo, classe média, 25 a 29 anos;
- 36- Homem, pardo, classe baixa, 25 a 29 anos;
- 37- Mulher, branca, classe alta, 15 a 17 anos;
- 38- Mulher, branca, classe média, 15 a 17 anos;
- 39- Mulher, branca, classe baixa, 15 a 17 anos;
- 40- Mulher, branca, classe alta, 18 a 20 anos;
- 41- Mulher, branca, classe média, 18 a 20 anos;
- 42- Mulher, branca, classe baixa, 18 a 20 anos;
- 43- Mulher, branca, classe alta, 21 a 24 anos;
- 44- Mulher, branca, classe média, 21 a 24 anos;
- 45- Mulher, branca, classe baixa, 21 a 24 anos;
- 46- Mulher, branca, classe alta, 25 a 29 anos;
- 47- Mulher, branca, classe média, 25 a 29 anos;
- 48- Mulher, branca, classe baixa, 25 a 29 anos;
- 49- Mulher, preta, classe alta, 15 a 17 anos;
- 50- Mulher, preta, classe média, 15 a 17 anos;
- 51- Mulher, preta, classe baixa, 15 a 17 anos;
- 52- Mulher, preta, classe alta, 18 a 20 anos;
- 53- Mulher, preta, classe média, 18 a 20 anos;
- 54- Mulher, preta, classe baixa, 18 a 20 anos;
- 55- Mulher, preta, classe alta, 21 a 24 anos;
- 56- Mulher, preta, classe média, 21 a 24 anos;

- 57- Mulher, preta, classe baixa, 21 a 24 anos;
- 58- Mulher, preta, classe alta, 25 a 29 anos;
- 59- Mulher, preta, classe média, 25 a 29 anos;
- 60- Mulher, preta, classe baixa, 25 a 29 anos;
- 61- Mulher, parda, classe alta, 15 a 17 anos;
- 62- Mulher, parda, classe média, 15 a 17 anos;
- 63- Mulher, parda, classe baixa, 15 a 17 anos;
- 64- Mulher, parda, classe alta, 18 a 20 anos;
- 65- Mulher, parda, classe média, 18 a 20 anos;
- 66- Mulher, parda, classe baixa, 18 a 20 anos;
- 67- Mulher, parda, classe alta, 21 a 24 anos;
- 68- Mulher, parda, classe média, 21 a 24 anos;
- 69- Mulher, parda, classe baixa, 21 a 24 anos;
- 70- Mulher, parda, classe alta, 25 a 29 anos;
- 71- Mulher, parda, classe média, 25 a 29 anos;
- 72- Mulher, parda, classe baixa, 25 a 29 anos.

ANEXO A – Metodologia de trabalho da empresa corpa estudos de mercado

Metodologia de trabalho da empresa CORPA Estudos de Mercado

Texto integral extraído do capítulo 7- Nota metodológica, do relatório Jovens em Iberoamérica 2021- traduzida pela autora.

Referência: GONZÁLEZ-ANLEO, J. M., GUTIERREZ, M. L., ESCOBAR, J. R., RIBEIRO, E., SILVA, J. P da, GÓMEZ, L. CARRANO, P. PEREIRA, M., ORTIZ-HERNÁNDEZ, M., REYES, N. **Jóvenes en Iberoamérica 2021**. Fundación SM, Madrid, 2021.

O desenho da pesquisa que gerou o relatório Jovens na Ibero-américa 2021 buscou trazer um panorama de como são, o que pensam e atuam os e as jovens ibero-americanos. Devemos entender como a produção de sínteses em que se analisam conjuntamente e de forma comparativa os resultados das pesquisas nacionais de juventude realizadas no ano de 2019 (2020 para a Espanha) em nove países onde a Fundação Santa Maria tem presença: México, Peru, República Dominicana, Chile, Brasil, Argentina, Equador, Colômbia e Espanha.

O propósito das pesquisas é identificar as atitudes e comportamentos da juventude em diferentes países da ibero-américa para conhecer a realidade da população jovem a partir de sete eixos temáticos: 1) marco político e social, 2) visão dos e das jovens sobre assuntos importantes, 3) ocupação, 4) uso do tempo livre, 5) aspectos da juventude e sua autopercepção, 6) religião e 7) migrações.

No caso da América latina os dados foram obtidos nas residências dos jovens de 15 a 29 anos. Na Espanha, por questionário on-line. Para processar os dados foi elaborado um questionário estruturado, com perguntas fechadas e pré-codificadas, com duração média de 40 minutos.

O desenho da amostra esteve sob a responsabilidade da empresa *CORPA Estudios de Mercado*, com sede no Chile, encarregada também da operação de campo e seu registro e depuração. O processamento das bases de dados foi assumido pelo *Instituto de Evaluación y Asesoramiento Educativo* (IDEA). No caso da Espanha, a equipe da empresa 40Db gerenciou o trabalho de campo para o registro de dados, a programação dos questionários, sua supervisão e depuração, assim como

a geração das tabelas de resultados com o cruzamento de variáveis e o arquivo de dados em SPSS.

Sobre a amostra

Com o objetivo de obter uma amostra representativa nacional, foram realizadas entre 1.200 e 1.609 entrevistas, dependendo do país. Somando todas as pesquisas realizadas, entrevistou-se um total de 13.500 jovens dos diferentes países.

No desenho da amostra se estabeleceram cotas determinando o número de entrevistas a serem realizadas de acordo com a distribuição da população nas variáveis sexo, idade, área rural ou urbana e região (comunidade autônoma no caso da Espanha). Os grupos socioeconômicos estabelecidos foram: alto/médio alto, médio, médio baixo, baixo. Para garantir um bom ajuste dos grupos populacionais a seus valores reais, foram aplicados procedimentos de ponderação em cada pesquisa nacional que possibilitam corrigir os desvios entre a amostra efetiva e o peso real de cada grupo.

As amostras de caráter aleatório probabilístico tiveram 95% de confiança, com 2,5% de erro amostral. Para seleção se estabeleceu um procedimento hierárquico que assegurava uma maior rigorosidade e controle.

As pesquisas nacionais se realizaram entre março de 2019 e abril de 2020.